



SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO (SF)

Autor: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Nº 001, DE 2007

EMENTA: Requer a instauração de processo ante a suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros.

VOLUME - XVI



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE APOIO A CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Representação nº 1, de 2007

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 27 dias do mês de agosto de dois mil e sete, eu, Cristiane Yuriko Miki, Chefe de Serviço da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, faço a abertura do Volume XVI do processado da Representação nº 1, de 2007, que se inicia à fl. 5029.

Cristiane Yuriko Miki
Chefe de Serviço da SCOP



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 27P/2007-Fls. 5029

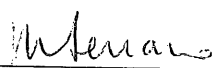
SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

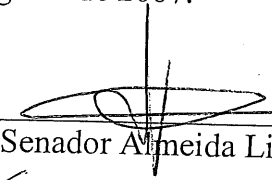
Ata da 6ª Reunião da Comissão de Inquérito designada pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nos autos da Representação nº 1, de 2007, realizada em 22 de agosto de 2007.

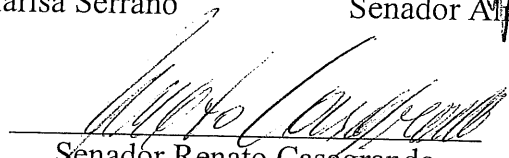
Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e sete, às quinze horas e sete minutos, no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha, com a presença da Senhora Senadora Marisa Serrano, dos Senhores Senadores Almeida Lima e Renato Casagrande, presente também o Senhor Senador Leomar Quintanilha, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, reuniu-se a Comissão de Inquérito designada nos autos da Representação nº 1, de 2007. O Senador Leomar Quintanilha abriu os trabalhos comunicando que enviou, na data de ontem, cópias do laudo pericial do Instituto Nacional de Criminalística às partes para, querendo, se manifestarem, bem como a todos os membros do Conselho, titulares e suplentes. A seguir, o Senador Almeida Lima contestou o prazo referido, contra-argumentando, com base na Resolução nº 20, de 1993, que remete ao Regimento Interno do Senado Federal e que, por sua vez, remete ao Código de Processo Civil – aplicado subsidiariamente –, que o parágrafo único do art. 433 estabelece o prazo de dez dias para a apresentação de impugnação de laudo pericial, por parte do assistente técnico. Objetivando suprir o prazo a que se refere o parágrafo único do art. 433 do CPC, propôs o Senador Almeida Lima a oitiva, imediatamente, no âmbito desta Comissão de Inquérito, do assistente técnico que acompanhou os exames periciais realizados pela Polícia Federal. Após amplo debate, o Senador Renato Casagrande propôs a oitiva do Senador Renan Calheiros, acompanhado do seu assistente técnico, que poderia manifestar-se nas questões técnicas do laudo pericial. Em seguida, o Senador Almeida Lima e o Presidente do Conselho, Senador Leomar Quintanilha, mantiveram contato telefônico com a parte interessada - o Senador Renan Calheiros – para tratar sobre a proposta de sua oitiva. Após a referida conversa e os debates no âmbito desta Comissão de Inquérito, decidiu-se pelo envio de expediente convidando S. Exª o Senador Renan Calheiros para comparecer amanhã, dia vinte e três de agosto, às dezoito horas, ao gabinete do Senador Leomar Quintanilha, na Ala Senador Teotônio Vilela, nº 1, para prestar esclarecimentos sobre o laudo pericial da Polícia Federal. O convite será estendido ao assistente técnico que acompanhou os exames periciais na

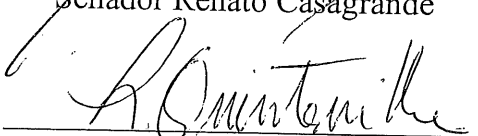
Polícia Federal, Sr. José João Appel Mattos. Ficou decidido, ainda, que ninguém mais será convidado a prestar qualquer depoimento. Prosseguindo os trabalhos, o Senador Leomar Quintanilha informou que os líderes estão preocupados com as votações no Senado Federal, e reclamam um cronograma de atividades do Conselho em relação à Representação nº 01, de 2007. Assim, foi elaborado cronograma dos trabalhos, que passa a fazer parte integrante da presente Ata como Anexo. Em seguida, a reunião foi suspensa, ao tempo em que determinou-se que eu, Rodrig. Cagiano Barbosa Rodrigo Cagiano Barbosa, Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às dezesesseis horas a reunião foi encerrada, assinando a presente Ata os Senadores presentes.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2007.


Senadora Marisa Serrano


Senador Almeida Lima


Senador Renato Casagrande


Senador Leomar Quintanilha

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
COMISSÃO DE INQUÉRITO
Representação nº 1, de 2007

CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO

23/AGO – 18 hs – OITIVA DO SENADOR RENAN
CALHEIROS, ACOMPANHADO DO ASSISTENTE DE PERITO;

30/AGO – 10 hs - ENTREGA DO RELATÓRIO (OU
RELATÓRIOS) AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA, EM
REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA;

OBS: Se houver pedido de vistas, prazo de até cinco dias.

A. Quinteiro

[Assinatura]

*Renan
Calheiros*

AO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL

Resposta ao Ofício CEDP n.º 348/2007 de 08 de agosto de 2007

Senhor Senador Leomar Quintanilha

Em resposta ao Ofício acima citado, venho a informar-lhes, que as operações de compra de gado bovino, foram feitas ao Senador José Renan Vasconcelos Calheiros.

Atenciosamente,

Pedro de Albuquerque Ferreira
Pedro de Albuquerque Ferreira

Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5032

Ao Senhor
Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal

*Recebido n.º 1508 em
23/08/2007 às 08h45min.*

Rodrigo Cagiano Barbosa

Rodrigo Cagiano Barbosa
Analista Legislativo
Mat.: 46787

Senado Federal/CEDP/SGM
 PROC. Nº **SENADO**

Senador Speermar Quintanilha
 Presidente do Conselho de Ética e
 Hecore Parlamentar do Senado Federal
 Ed. Principal Téneo, Ala Senador
 Minarte mpriz, Sala 6 - Senado Federal
 70165-900 - Brasília - DF

Senado Federal/CEDP/SGM
 PROC. Nº **2007** 1 / 2007 Fls. 5033

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

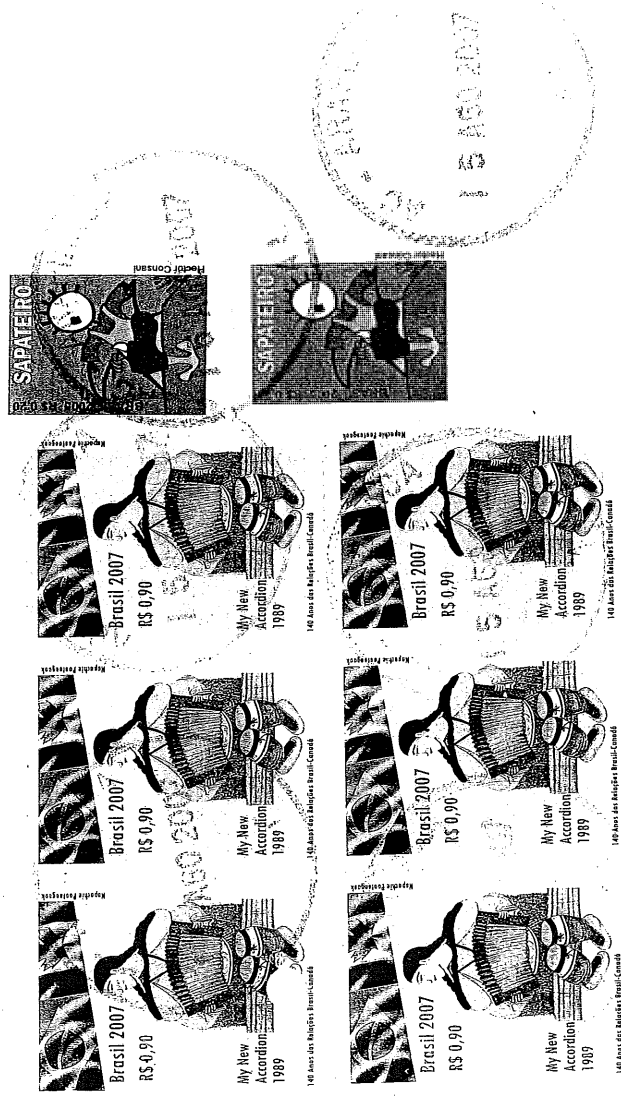
75240302-8

AR ☒ CORREIO

PESO / WEIGHT (kg) **1,10**

VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

RB 7 7 5 3 1 1 5 8 9 BR




SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Representação nº 1, de 2007

DESPACHO Nº , DE 2007

Determino que a Consultoria Legislativa da Casa emita, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), pronunciamento fundamentado a respeito do regime de votação do(s) relatório(s) de conclusão da Representação sob análise.

Senado Federal, 28 de agosto de 2007.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

*Cont. S. B. P. 11/24
19.701-4*



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP 1/2007 Fls. 5035

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 405/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador AUGUSTO BOTELHO
Senado Federal

Augusto
399/16
29/08/07
10:13hs



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5036

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 406/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOÃO PEDRO
Senado Federal

Recebu
27/8/2007 20h
10:45

29/08/07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP 1/2007 Fls. 5037

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 407/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Angela Castro
2434-2
10:15

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENATO CASAGRANDE
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007-Fls. 5038

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 408/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador EPITÁCIO CAFETEIRA
Senado Federal

26650
10:35 hs



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 409/2007 Fls. 5039

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 409/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO SUPLICY
Senado Federal

2448
29/08/07
11h34



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007-Fls. 50/10

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 410/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

João Batista Marques
4839
29/8/2007
10:00hs

A Sua Excelência o Senhor
Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 Fls. 504A

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 411/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ALMEIDA LIMA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP. 1/2007 Fls. 5042

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 412/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GILVAM BORGES
Senado Federal

25/08/07

49673

11:43

Fernando Aquino
Chefe de Gabinete
Mat. 49673



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº Rep 1/2007 Fls. 5093

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 413/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

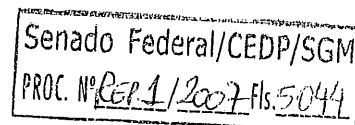
Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

29/08 33295
10:10

A Sua Excelência o Senhor
Senador DEMÓSTENES TORRES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 414/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Senado Federal

29/08/07
4778 CD
10:32 Juf



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 4/2007-Fls. 5098

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 415/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ADELMIR SANTANA
Senado Federal

EDVALDO
49338
29/08/2007
09h55



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP 1/2007 Fls. 50 46

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 416/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador MARCONI PERILLO
Senado Federal

35832
28.08.07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 Fls. 5047

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 417/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARISA SERRANO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1 / 2007-Fls. 5048

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 418/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JEFFERSON PÉRES
Senado Federal

Ligia
22/8
10:05



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP. 1/2007 Fls. 5049

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 419/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

28/08/07
28529
H. de H.S.

autenticado

A Sua Excelência a Senhora
Senadora FÁTIMA CLEIDE
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 Fls. 5050

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 420/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora IDELI SALVATTI
Senado Federal

3.33-1
10.03



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 421/2007 Fls. 505/1

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 421/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

CELso
46866
11/11h

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 4/2007 Fls. 5052

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 422/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Corregedor,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Senado Federal

29/08/07 - 10:22h
33407
PRM



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 4/2007 Fls. 50/53

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

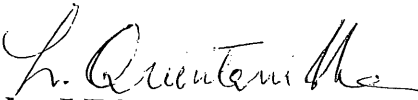
Ofício CEDP nº 423/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007


Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador VALDIR RAUPP
Senado Federal


10208
29/08/07
10:05h



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 fls. 5054

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 424/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GERSON CAMATA
Senado Federal

4419-6
12:00
28-8-2007



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 fls. 30 SS

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 425/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

4378-7

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMERO JUCÁ
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007-Fls. 50/56

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 426/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007


Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presid

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ MARANHÃO
Senado Federal


14774
29/08/07
11:15/10:01



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº Rep. 1 / 2007 Fls. 5057

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 427/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JONAS PINHEIRO
Senado Federal

Recep.
30/8-9
9.51 -
25/8/07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007 Fls. 50/58

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 428/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Fernando A. P. Gomide
Chefe de Gabinete
Mat. 4317-8
4317
29/08/07 10:45

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÉSAR BORGES
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 4/2007 Fls. 5059

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 429/2007

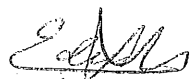
Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


33168
10:30h

A Sua Excelência o Senhor
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEP 1/2007 Fls. 3060

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 430/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO GUERRA
Senado Federal

46155
09/09/07
11-02-07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 4/2007 (fls. 5 e 6)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 431/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Senador,

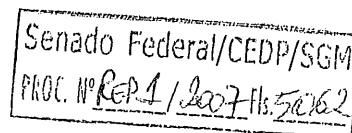
Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Senado Federal

kyra
2032
29/08/07
às 11:35hs
Martha Lyra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 432/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Advogado,

Comunico a V. S^a que está convocada a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
Advogado EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
Brasília – DF
N E S T A

Recebido Deberle Reis
10/09/07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP. 1/2007/Hs. 5063

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 433/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

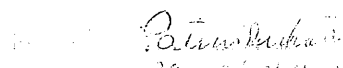
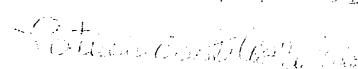
Senhora Presidente,

Comunico a V. S^a que está convocada a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 30 de agosto, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Senhoria a Senhora
HELOÍSA HELENA DE MORAES CARVALHO
Presidente Nacional do PSOL
Brasília - DF
N E S T A


CC - 84.024.381/0-2
2007/08/28 10:05:13




**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 7ª REUNIÃO DE 2007

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2007, convocada para 30 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação 1, de 2007.

Estiveram presentes os (as) Srs. (as) Senadores (as) membros do Conselho:

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PR/PSB)

Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)
Renato Casagrande (PSB)
Epitácio Cafeteira (PTB)
Eduardo Suplicy (PT)
Fátima Cleide (PT) - suplente
Ideli Salvatti (PT) - suplente

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Valdir Raupp - suplente
Romero Jucá - suplente

PFL

Demóstenes Torres
Heráclito Fortes
Adelmir Santana
César Borges - suplente



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 2

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

PSDB

Marconi Perillo
Marisa Serrano
Arthur Virgílio - suplente
Sérgio Guerra - suplente

PDT

Jefferson Péres

Corregedor

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram presentes, também, os Srs. Senadores: Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Jarbas Vasconcelos, José Nery, Expedito Júnior, José Agripino, Kátia Abreu, Inácio Arruda, Jaime Campos, Patrícia Saboya, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Garibaldi Alves Filho e Edison Lobão.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 3

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Bom dia a todos, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a Ata Circunstanciada da 6ª Reunião deste Conselho, realizada em 3 de julho do corrente ano, cujas cópias se encontram sobre a bancada, à disposição de V. Ex^{as}.

Os Srs. Senadores que aprovam a Ata e dispensam a sua leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Srs. Membros do Conselho de Ética, desde o dia 4 de junho, quando foi atuada a representação do PSOL contra o Presidente desta Casa, o Senado Federal tem vivido um dos momentos mais delicados da sua história recente.

Após diversos entraves de natureza jurídica, regimental e até mesmo política, creio que chegou o momento de deliberarmos conclusivamente sobre este processo.

Faço, contudo, um breve relato sobre a sua tramitação.

A representação do PSOL foi originalmente proposta perante este Conselho, suprimindo-se a instância de admissibilidade – a Mesa Diretora.

Encaminhada àquele órgão, o Presidente e Representado, Renan Calheiros, em decisão monocrática, encaminhou a representação ao Conselho de Ética sem a devida manifestação dos demais membros da Mesa.

O parecer do Senador Eptácio Cafeteira, então Relator, não chegou a ser votado neste Conselho, sendo em seguida substituído pelo Senador Wellington Salgado, que veio a renunciar ao cargo.

Em decorrência da renúncia do Presidente Sibá Machado, fui eleito Presidente deste Colegiado.

Confesso às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que naquele momento me ocorreram inúmeras dúvidas quanto ao tratamento a ser dado à representação. Alguns membros do Conselho defendiam a votação do parecer do Senador Eptácio Cafeteira e outros entendiam ser necessário aprofundar as investigações. Para não restarem dúvidas, decidi aprofundar as investigações e concluir a perícia. E foi o que fizemos.

Entendo que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem natureza judicante, ao contrário das demais comissões que possuem atribuições meramente legislativas, o que o diferencia em seu funcionamento. Por essa razão, procurei resguardar os meus atos, levando em conta também a opinião técnica dos órgãos da Casa.

Tanto a Consultoria Legislativa quanto a Advocacia do Senado Federal apontaram lacunas que colocaram em suspeição a legalidade dos procedimentos que até então tinham sido adotados. Dessa forma, determinei o encaminhamento dos autos à Mesa Diretora para que fosse sanado o vício da admissibilidade. A Mesa, admitindo a representação do PSOL, a devolveu a este



Conselho para o seu regular processamento, conforme prevê o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993.

Em consequência, proferi um despacho saneador convalidando os atos até então praticados e considerando prejudicado o parecer do Senador Eptácio Cafeteira e os votos em separado a ele apresentados. No mesmo despacho, designei os Senadores Almeida Lima, Marisa Serrano e Renato Casagrande para comporem Comissão de Inquérito, na forma do art. 15, inciso I, da Resolução nº 20, de 1993.

Também proferi despacho estabelecendo os limites da lide, razão por que indeferi, com a anuência dos eminentes relatores, o pedido de aditamento proposto pelo PSOL a esta representação, no que tange ao caso Schincariol.

O primeiro laudo proferido pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal não foi conclusivo, em razão da ausência de documentos. Realizamos uma visita à Polícia Federal, eu e dois dos eminentes relatores, onde nos foi apresentada uma extensa lista de documentos necessários à conclusão da perícia. Imediatamente, solicitei ao representado que os fornecesse, bem como oficieei, por meio da Mesa Diretora, a todos os órgãos públicos, empresas e pessoas para que apresentassem documentos e informações que os ilustres relatores entenderam necessários à elucidação das transações de gado do Senador Renan Calheiros. Além dos quesitos formulados pelos relatores, foi facultada às partes a apresentação de quesitos e a indicação de assistentes técnicos para acompanhar os trabalhos da perícia.

Durante o período de recesso parlamentar, este Conselho recebeu, diariamente, respostas aos ofícios. À medida que chegavam a este Conselho, enviei-os imediatamente à Mesa, por intermédio do Senador Tião Viana, com vistas à remessa à perícia pela Polícia Federal.

V. Ex^{as} receberam o resultado final desse trabalho – o trabalho da perícia – e poderão avaliar todos os seus aspectos e as suas conclusões.

Na última quinta-feira, o Senador Renan Calheiros, acompanhado por seu assistente técnico, compareceu espontaneamente à reunião da Comissão de Inquérito para responder às indagações que lhe foram formuladas.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os atos necessários à instrução do processo foram realizados. Não vejo, salvo melhor juízo, a necessidade de qualquer novo procedimento para a formação de convicção de V. Ex^{as}.

Feito este relato, quero deixar claro que todas as minhas decisões levaram em consideração, sobretudo, o princípio do devido processo legal. Assegurei o contraditório e a ampla defesa. Cada ato praticado foi devidamente notificado ao Representante e ao Representado. Todos eles foram devidamente intimados e lhes foi assinalado prazo razoável para os atos que lhes competiam praticar. Além disso, dei publicidade dos atos e documentos constantes do processo a todos os Srs. Conselheiros. Portanto, procurei agir de forma a garantir o princípio constitucional referido, certo de não restar qualquer nulidade passível de arguição. No entanto, a ausência de um regimento específico para o



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 5

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

funcionamento do Conselho de Ética tem suscitado discussões que extrapolam os limites deste Conselho e desta Casa.

Tenho me pautado nos exatos limites da lei. A Constituição Federal, o Regimento Interno e as regras de Processo Civil têm norteado as minhas decisões. Sempre que necessito, peço a manifestação dos órgãos técnicos do Senado Federal, compostos de profissionais altamente qualificados. É justo destacar a lisura e a competência com que esses profissionais têm assessorado a mim e aos Srs. Relatores, e com certeza a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

Por último, quero elogiar o incansável e dedicado trabalho dos ilustres Srs. Relatores, que, apesar de divergências pontuais, de pontos de vista eventualmente distintos, pautaram o seu trabalho com extrema dedicação e responsabilidade, sobretudo na condução das investigações. Estou seguro de que produziram um diligencioso relatório, que, certamente, subsidiará o juízo de valor de todos os Membros deste Conselho.

Passaríamos agora a adotar o procedimento, que é o procedimento de praxe...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos dar ordenamento às solicitações formuladas pelos Srs. Senadores com a certeza de que garantiremos a oportunidade, a fala de todos os eminentes Senadores.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pela ordem, Arthur Virgílio. Depois...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Fui citado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – V. Ex^a é o segundo na lista de oradores.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – É pela ordem diante do que S. Ex^a falou.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pela ordem, havia solicitado...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, Senador Epitácio Cafeteira...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Senador Marconi Perillo, depois o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – ...Senador Eduardo Suplicy e Senador José Nery.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a poderia anotar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, tem a palavra V. Ex^a pela ordem.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 6

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Solicitaria que procurasse restringir a fala de V. Ex^a em 10 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tentarei fazer, Sr. Presidente. Tenho fatos. Vou me restringir a fatos. *(Pausa)*

Sr. Presidente, vamos tentar fazer desta reunião algo que dignifique o Senado, sem essa história de chicana. Não tenho como dizer o que quero dizer em dois minutos. Estamos aqui para legitimar esta reunião. Em dois minutos não direi. Espero poder dizer em dez minutos.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a entendeu que eu tinha dito dois minutos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não, não. Sugestões de ilustres colegas, enfim.

Quero ir ao substantivo, Sr. Presidente.

Pegamos o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 14, que trata de penalidades às Sr^{as} e aos Srs. Deputados, depois fomos ao § 4º, que diz que “recebida a representação, nos termos deste artigo, o Conselho observará o seguinte procedimento...”, e ao inciso VII: “a discussão e votação de parecer, nos termos deste artigo, serão abertas.”

Não há regimento aqui, mas existe no Direito a figura da analogia, e vou, portanto, a ela, Sr. Presidente. Vamos aqui ver.

A Constituição Federal estabelece, no seu art. 55, as condições pelas quais um Senador e um Deputado poderão perder os seus mandatos. Chegamos ao § 2º:

Art. 55 (...)

§ 2º. Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Ou seja, a Constituição trata de maneira igual dois mandatos que são extremamente parecidos: o de Senadores e o de Deputados. Se falta regimento interno ao Senado e se sabemos que a Constituição é muito clara quanto a ser obrigatório o voto secreto no Plenário para se decidir sobre mandato de Deputado, imagino que a analogia nos remete a copiarmos o Regimento da Câmara dos Deputados, já que não há regimento, infelizmente – é uma mazela nossa –, no que toca ao voto aberto, que é a questão central desta reunião – não vamos florear –, para deliberar sobre quebra ou não de decoro do Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, temos alguns outros argumentos.

V. Ex^a falou da competência da Consultoria, e eu a tenho na melhor conta. Quando sugeri, e outros Srs. Senadores fizeram algo parecido, que o Senador Renan Calheiros se ausentasse da Presidência da Casa para que se



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 7

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

pudesse fazer, de maneira fluente e sem questionamentos, a averiguação de todos os fatos era precisamente esta a minha intenção, que representava o meu Partido: ao fim e ao cabo, não poderemos questionar a qualidade ou a seriedade de documento qualquer.

Mas veja V. Ex^a, Sr. Presidente Leomar Quintanilha, que foi eleito contra a minha candidatura – alguns setores indicaram meu nome – e imediatamente começou a tomar uma série de medidas que me levaram a cumprimentá-lo, e espero poder fazer a mesma coisa ao fim desta reunião.

Temos aqui o art. 383, que trata da escolha de autoridades.

A impressão que me dá é que quando alguém falou – e sei que isso deve estar afastado pelo bom senso, pela lógica, pela ética, pelo respeito ao Senado – essa história de parecer não-conclusivo, parecer meramente descritivo, isso se aplica ao embaixador que o Senador Heráclito Fortes está sabatinando agora: qual é o currículo dele, para qual país vai, quantos habitantes tem o país, se a cidade tem praia, se não tem.

Aqui não! Aqui nós temos de opinar de maneira conclusiva sobre se achamos ou não que se deva considerar quebra de decoro algum ato praticado pelo Senador Renan Calheiros.

Muito bem. A meu ver o parecer mistura as situações.

O art. 383 do Regimento do Senado, inciso VI, estabelece que:

Art. 383 (...)

VI – a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedada declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal.

Isso se aplicaria, por exemplo, ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, e ontem eu próprio o elogiei do Plenário, o que, supostamente, teria invalidado aquela sessão, e duzentos outros Senadores fizeram a mesma coisa. Parece-me que misturaram as situações.

O que me parece forte é o argumento de se tratar por analogia a falta de regimento interno do Conselho de Ética do Senado, através do uso, por analogia, repito, do que nos ensina o Conselho de Ética e seu Regimento na Câmara dos Deputados.

Digo mais, Sr. Presidente. O Senador Marconi Perillo tem – e vai arrazoar sobre isso – um requerimento pedindo voto aberto, e creio que caberá a decisão final ao Plenário da Casa. A maioria haverá de ser respeitada, e a maioria significará, pura e simplesmente... Que a minoria fique descontente ou não, mas que a maioria se imponha. Estamos aqui para aceitar a regra desse jogo.

Voto secreto.

Eu jamais proporia algo diferente no Plenário para cassação de mandato, mas não estamos aqui tratando de cassação de mandato. Estamos



tratando de um projeto de resolução para se levar a questão ao Plenário. O Plenário é quem decide se cassa ou não.

Jurisprudência.

Alguém pode dizer, argumentando, que a votação que levou finalmente à cassação em Plenário do Senador Luiz Estevão teria firmado uma jurisprudência. Os tribunais têm várias jurisprudências. Esse foi o penúltimo caso. O último caso foi o do Senador Antonio Carlos Magalhães, aquela história do suposto grampo na Bahia, e S. Ex^a foi absolvido em Plenário. Aqui, a votação foi aberta. Tenho aqui a **Folha on line** do dia 29/04/2003, dizendo que "Conselho de Ética aprova a abertura de processo de cassação de ACM", com os votos favoráveis. Estão aqui todos os Srs. Senadores que votaram "sim" e os que votaram "não".

V. Ex^a, de maneira muito séria, certamente, e muito independente, consultou consultores da Casa, mas o DEM, do Senador José Agripino, consultou consultores da Casa e tem um outro parecer. Aliás, medida parecida foi tomada pelo Senador Marconi Perillo. Então, temos contradição entre os consultores. Parece-me que o mais sábio é, por analogia, vermos o que se faz na Câmara. Já que se trata pelo voto secreto a cassação de Deputado e Senador e a Câmara trata, pelo voto aberto, o episódio do Conselho de Ética, parece-me que o mais sábio, o mais justo, o mais legítimo é tratarmos aqui dessa forma, além do que essa matéria, não vejo nada na Constituição que diga que tem que ser secreta. Por ser matéria de ordem pública, não se deve vedar o acesso à informação por parte da própria opinião pública.

E existe uma questão política.

Ainda ontem, o Senador Renan Calheiros leu um documento forte, expressivo, de um funcionário que se retratou. E de maneira muito independente.

Dizia uma prezada jornalista: "Ah, mas a pessoa deve ter sido coagida." Eu disse: "Não sei. Meu pai foi cassado e não aceitou coação. Tem gente que foi demitida dos postos brasileiros para enfrentar a ditadura militar e não aceitou coação. Então, eu não estou aqui para endeusar aquele que diz uma coisa e depois diz outra".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem um minuto para concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Eu preciso um pouquinho mais, Sr. Presidente. Vamos tentar tratar isso aqui, porque eu estou falando como Líder do Partido. Nós não vamos conseguir...

Vamos voltar à primeira conversa que tivemos aqui. Tentaram quinhentas soluções domésticas que não deram certo. Tentaram soluções domésticas que terminaram levando a V. Ex^a essa grande responsabilidade.

Nada que signifique cerceamento da palavra, nada que signifique cerceamento dos argumentos levará a bom termo. Essa crise não se resolverá com conversa de compadre. Essa crise se resolverá através da discussão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 9

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

ampla. Entremos pela noite. Que compromisso temos nós senão o de deliberar hoje sobre essa matéria tão relevante? Eu não reclamarei do tempo que os demais colegas utilizem. Não quero me alongar. Estou aqui trazendo... Não estou "rolando lero"; estou apresentando argumentos que julgo substantivos, falando em nome do meu Partido, Sr. Presidente.

Muito bem, o Presidente Renan disse: "Eu quero transparência e estou aqui apresentando as minhas razões". Pergunto: qual é a forma transparente de se julgar alguém no Conselho de Ética? Haveria algum Senador interessado em esconder o seu ponto de vista? Haveria, por outro lado, a desconfiança de que certos Senadores não teriam caráter e, se pressionados pela mídia, supostamente, votariam assim no voto secreto ou, acobertados pelo manto obscuro sei lá de quê, votariam "assado"?

Tenho a impressão que isso coloca sob suspeição o Conselho de Ética e o caráter de todos nós que compomos este Colegiado tão respeitável.

Portanto, em nome da transparência, não temos nem como contrariar o jogo da analogia e o que nos ensina a Câmara, que foi muito mais inteligente do que nós e elaborou um Regimento Interno.

Ainda, Sr. Presidente, repito, quanto ao voto descritivo, se fosse para fazer um voto meramente descritivo, melhor seria usarmos os consultores. Eles fariam isso melhor do que Casagrande, do que Almeida Lima e do que Marisa Serrano. O papel de Casagrande, Marisa Serrano e Almeida Lima é opinativo. Eles têm que deliberar aqui; os três têm que dizer o que acham, se devem recomendar a quebra de decoro ou não.

O nosso Partido tomou passos – e eu concluo – muito seguros, não precipitou nada e não recuou jamais. O nosso Partido não tinha por que, açodadamente, sair propondo atitudes extremas. Está propondo voto aberto para que cada um mostre aqui a sua face. E eu confio na integridade dos que votarão de um jeito ou de outro, porque, cada um tem o direito de votar do jeito que quiser. Eu respeito o direito de as pessoas votarem do jeito que elas queiram.

Disse, no primeiro momento deste Conselho de Ética, que o nosso Partido queria justiça, ampla defesa e transparência; disse que o voto da Senadora Marisa Serrano não era dela, que o voto do Senador Marconi Perillo não era dele. Está aqui presente o Presidente do Partido, Senador Tasso Jereissati. O voto de ambos representa os Suplentes Sérgio Guerra e Arthur Virgílio, representa o Presidente Fernando Henrique Cardoso, representa os governadores, representa os nossos Deputados Federais, representa o Partido. Não fizemos nada sem consultar amplamente aqueles que nos dariam respaldo para tomarmos as nossas atitudes. Em alguns momentos, fomos chamados de lentos, em outros momentos, de complacentes. Mas, se em algum momento houve, por parte de quem quer que seja – e não consigo identificar isso –, vai frente, depois vai para trás, o PSDB foi, a passos seguros, em busca de provas, em busca de constatações, em busca de indícios, em busca de elementos que



lhe permitissem formar a opinião que está vazada no relatório assinado pela Senadora Marisa Serrano e pelo Senador Renato Casagrande e que representa, na inteireza, o pensamento do PSDB.

Portanto, Sr. Presidente, o que está em jogo aqui é fazermos nada mais, nada menos do que uma reflexão. Quando lançaram o meu nome não para enfrentar V. Ex^a - sabíamos que não tínhamos número para vencer -, tentamos uma proposta de consenso: dar isenção à Presidência da Mesa e acabar com as soluções domésticas. V. Ex^a vence a eleição, porque os meus colegas disseram: "Vamos retirar." "Não vou retirar não. Ao contrário, vou legitimar a eleição do Quintanilha, porque tenho plena confiança de que S. Ex^a vai honrar essa magistratura de que terá que se desincumbir."

Neste momento, Sr. Presidente, volto àquele tempo e digo que não temos que sair para nenhuma forma escapista de manifestação. Temos que buscar a verdade. E a primeira verdade a se estabelecer aqui, e não vejo que se deva recorrer a nenhum outro foro, a nenhum outro poder, é aqui a decisão sobre se é voto secreto ou voto direto. E se houver quem diga que é "assim ou assado", a parte contrariada deve, por recurso ao Plenário, trazer a decisão para o Plenário, para decidirmos - e o Senado está sangrando - o quanto antes, aqui no Conselho, a sorte do Senador Renan Calheiros. Que depois que se achesse a fase que é protocolada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fase que envolve voto da Mesa, depois a fase que é definitiva, que poderá ter, se houver possibilidade de discordar da Mesa, um voto aberto, como houve no caso do Senador Antonio Carlos. Mas a decisão final sobre o mandato do Senador Renan Calheiros será pelo voto secreto. Aí sim, eu jamais seria indigno de contrariar a Constituição brasileira no Plenário. Mas eu me sinto no dever de dignidade de dizer que não temos como trabalhar de forma diferente do que faz a Câmara. E, portanto, a recomendação do PSDB é que nós aqui pelo bom senso, pela coragem cívica, pela frontalidade, optemos, sem muitas delongas, por essa decisão que honrará a cada um dos Srs. Senadores.

Se eu perguntasse, numa chamada, e não sou professor para fazer chamada: V. Ex^{as} têm o que contra o voto secreto, têm o que a esconder? Nenhum Senador diria agora o que tem que esconder. Nós não temos o que esconder, nenhum Senador. O Senador que diz assim: "Acho que não houve quebra de decoro." Eu respeito. O Senador que diz assim: "Acho que houve quebra de decoro." Eu respeito. Por que dizer isso no escurinho do cinema? Por que não dizer isso abertamente? Por que não dizer isso aos olhos da Nação? Por que não dizer isso fazendo da sua opinião a sua própria bandeira?

Essa, Sr. Presidente, é a posição do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o eminente Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB - MA) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 11

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: foi pela ordem ou uma questão de ordem? Só para entendimento meu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não há questão de ordem porque não há decisão. Só há questão de ordem com relação a decisão. O Presidente decidiu alguma coisa?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu só pedindo uma explicação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, mas como não há decisão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu fui uma pessoa que... Eu pedi pela ordem...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu apenas gostaria de saber se foi pela ordem ou uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu respondo a V. Ex^a, Senador Almeida Lima: eu pedi pela ordem, até porque não caberia...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Deixem a Mesa decidir e explicar.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, responda, por favor.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Foi só uma pergunta. Por que isso? Por que esse ânimo tão alterado?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi pela ordem.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Era só uma pergunta. Por que isso? O Senador Arthur Virgílio deu a explicação que eu pedi. Está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, de repente está tudo em ordem, mas alguém pede a palavra pela ordem e se estabelece a desordem.

Eu quero fazer este meu pronunciamento aqui, Sr. Presidente, porque, de certa forma, a imprensa até acha que já tem o meu voto. Quero esclarecer a posição de Eptácio Cafeteira, oito mandatos.

Convocado para ser Relator, eu não tive dúvida em aceitar, mas vinha para relatar algo que já estava concreto neste Conselho. Passei dois dias e duas noites sem comer e sem dormir. Enfraqueci. Apresentei o meu voto.

E o que fez o Conselho? Todo mundo pediu vista, e foi dada vista a todo mundo, mas ninguém rebateu o meu voto. Não houve um só Senador que rebatesse o meu voto.

Enfraquecido, eu levei uma queda no banheiro da minha casa. E hoje estou todo marcado, como casco de tartaruga, porque se produziu um higroma na minha cabeça e tive que fazer quatro operações para poder retirar o higroma.



Não tenho nenhuma mágoa. Não pensem os senhores Senadores que eu estou com mágoa do Conselho por ter-me feito passar todo esse tempo no hospital. Mas quero que todo mundo conheça o Cafeteira.

Quero dizer aos senhores que, examinando o início desse processo, eu fui claro: não há nenhum documento que incrimine o Senador Renan Calheiros.

Isso que eu disse, depois, no hospital, deitado, lendo a coluna da Tereza Cruvinel, ela repetiu: "Não há nenhum documento".

O Presidente Renan Calheiros é que, ao tentar explicar o que não lhe perguntavam, criava problemas fiscais. Essa é a realidade.

A representação do PSOL – e aí está o Presidente – traz única e exclusivamente a revista **Veja**. Única e exclusivamente a revista **Veja**. E, segundo o Supremo Tribunal Federal, notícia de imprensa não faz prova de nada.

Então, quero dizer aos senhores uma coisa: eu quero continuar a minha vida como sempre fiz, sem paixão política, tentando honrar os votos que recebi.

Desde que esse processo chegou aqui, este Conselho, que também não tem regimento, como disse ainda há pouco o nobre Senador, vem funcionando ao sabor político. Quem quer que este Conselho se transforme numa CPI está levando para o rumo de uma CPI.

Direi uma coisa aos senhores: no dia 12 de maio, eu estava na minha casa com os amigos que apelidei de "clube dos mil", porque são idosos e qualquer grupo faz mil anos. Então, eu tinha prometido que, se fosse eleito, ia fazer um churrasco na minha casa. E fiz o churrasco para o "clube dos mil". Quando, de repente, entra um cidadão que não convidei, mas era exatamente o Advogado da Dona Mônica. Sentou-se ao meu lado, na frente de outro Senador da República, e fez um apelo para que eu e aquele Senador convencêssemos o Senador Renan Calheiros a pagar R\$20 milhões para a sua constituinte. E que já estava fazendo um abatimento, porque o prejuízo dela era de R\$30 milhões e deixava por vinte.

No dia seguinte, vim ao Senado e comuniquei ao Presidente Renan Calheiros: "Há este fato. Você decida."

No dia 24 – vejam bem, doze dias depois – é que houve a reunião de conciliação e julgamento do *affair* Renan-Mônica. Portanto, não foi um negócio de um dia para o outro. Eu não tinha por que, como Relator, procurar o advogado, porque reconhecia o que ele queria. Foi por isso que não ouvi ninguém; ouvi a minha consciência.

Eu não sou partidário do Sr. Renan Calheiros. Nunca foi partidário de S. Ex^a. Nunca fui companheiro de partido, mas, numa hora dessa em que se decide um destino, não poderá ser uma decisão política. A marca, eu vou levar, a cabeça toda furada, mas a minha consciência está intacta. Nessa ninguém mexeu, ninguém mudou.

Quero dizer ao Sr. Presidente Leomar Quintanilha que até hoje não entendi por que fugiram daquele meu voto. Aquele voto é consistente sobre os



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 13

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

papéis que existiam neste Conselho. Mas, de repente, o Conselho quer mais, quer investigar.

Por que não se faz uma CPI, Sr. Presidente Leomar Quintanilha? Façam uma CPI e investiguem a vida de S. Ex^a. Agora, este Conselho não pode virar uma CPI. Nós temos que ter consciência, temos que dizer ao nosso eleitor que cumprimos o nosso dever.

Se o voto é aberto ou secreto, para mim tanto faz. Eu votei conforme vi, votei conforme os documentos que me entregaram.

Quero pedir ao Sr. Presidente, porque terei que ir à minha casa, pois estou ainda convalescendo, mas estarei aqui na hora de votar. Eu gostaria apenas de um aviso de que começou a votação, porque estarei aqui.

Agora, quero dizer aos senhores: o Cafeteira é o mesmo, com oito mandatos pregados na parede, mas, com toda certeza, cumprindo o seu dever. Eu não sou melhor do que ninguém, mas não quero ficar escondido diante de fatos que aconteceram e que não relatei aqui porque pensei que aquele voto resolveria. Mas agora estou revelando que foi tentado um suborno ao Presidente Renan Calheiros.

Agradeço a atenção de todos.

Continuo o mesmo Cafeteira, amigo de todos. Eu não tenho inimigo. Todos são meus amigos. E eu quero conservar essa amizade.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Inácio Arruda.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Se for uma questão de ordem, já existem alguns inscritos, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Mas a questão de ordem é a respeito da declaração do Senador Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Qual é o dispositivo regimental que V. Ex^a cita para a questão de ordem?

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o dispositivo regimental, que considero até dispensável, é que a declaração do Senador Cafeteira é muito forte. Eu não lhe pediria que indicasse o nome do Senador que esteve com S. Ex^a, mas ao Senador que esteve com S. Ex^a que se pronunciasse. O art. 142 do Regimento me permite fazer essa interpelação, se quiserem seguir o Regimento do Senado à risca.

Então, peço a V. Ex^a que solicite não ao Senador Cafeteira, mas ao Senador que esteve presente, porque é uma questão séria, é fortíssima a declaração do Senador Cafeteira. Portanto, o Senador que acompanhou o Senador Cafeteira nesse episódio deveria se manifestar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 14

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Senador Cafeteira não declinou o nome do Senador que esteve com S. Ex^a. Se o Senador...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não declinou nem deveria. A fala do Senador Inácio Arruda é muito precisa, porque o Senador Cafeteira traz um fato do qual não é testemunha única; há outro Senador da República que testemunhou.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, vamos manter a ordem.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Portanto este Conselho deveria ser...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, não vamos desviar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ideli.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não é desviar o assunto. Por que nós estamos desviando o assunto?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Vamos manter a ordem de inscrição.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa é uma informação concreta, trazida...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ideli...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...pelo Senador Cafeteira...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ideli...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...que é absolutamente relevante.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Inscreva-se, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos manter a ordem de inscrição.

Senador Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, tudo indica que, se era a reunião do “clube dos mil”, era alguém que tem idade para ser do “clube dos mil”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não está dando para ouvir, por favor.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Agora, eu não vou apontar, mas tenho a certeza de que possivelmente esse Senador virá aqui para confirmar o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado. Vamos manter a ordem de inscrição.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, como Relator...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 15

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Senador Almeida Lima...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – ...apenas para fazer...
(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Eu pediria a V. Ex^a que...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – ...apenas por trinta segundos, com a atenção do Plenário...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB - GO) – Sr. Presidente, vamos manter a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Vamos manter a ordem de inscrição.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB - GO) – Nós não estamos discutindo suborno aqui, mas a quebra de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Vamos manter a ordem de inscrição.

Senador Marconi Perillo.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, então, agora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Baseado em que artigo?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB - GO) – Qual é o artigo?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Uma questão de ordem agora, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Qual é o dispositivo regimental, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Qual é o artigo do Regimento que V. Ex^a cita?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB - GO) – Presidente, é melhor manter a ordem das inscrições.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Sr. Presidente, a questão de ordem que eu levanto, já que há uma decisão para que eu não use os trinta segundos que solicitei, como Relator, que tenho preferência, se baseia exatamente no art. 404...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Não pode ser qualquer artigo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Senador, vamos colaborar. É uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Sim, mas tem que dizer qual é o artigo. Sou a favor de que falem, Sr. Presidente, mas S. Ex^a tem que dizer qual é o artigo.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 16

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – S. Ex^a vai citar o artigo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não pode ser qualquer artigo. Isso não é um bazar.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Sr. Presidente, a questão de ordem que eu levanto se baseia exatamente no art. 403 do Regimento Interno, que trata sobre questão de ordem e que estabelece que em qualquer questão de ordem deve ser usado o prazo máximo de cinco minutos. E não se pode mais atender ao que foi solicitado democraticamente por V. Ex^a, bem entendido, pelo Senador Arthur Virgílio, que teve mais de dez minutos para se pronunciar. E a intolerância dos Senadores Marconi Perillo e Sérgio Guerra, do mesmo Partido, quer impedir o Relator de falar por trinta segundos.

E mais, a questão que S. Ex^a levantou não foi questão de ordem; foi pela ordem. O prazo de que dispõe não é superior a dois minutos.

Portanto, se V. Ex^a decidiu que eu não posso falar por trinta segundos, que doravante seja limitado o prazo para todos.

Peço que V. Ex^a decida a minha questão de ordem.

Que falta de respeito, rapaz! V. Ex^{as} deviam pelo menos ter respeito a um colega Senador como V. Ex^{as}! O mínimo que eu exijo aqui é respeito. E se o Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Calma!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Senador Almeida Lima...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Nobre Senador Demóstenes Torres, quem perdeu as estribeiras há poucos instantes aqui foi V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu, não!

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – E V. Ex^a está se intrometendo, neste exato momento, aonde não é devido.

O Senador cearense do PCdoB, há poucos instantes, levantou uma questão extremamente importante sobre a qual, na condição de Relator que tem preferência em relação às questões de ordem e aos pedidos de preferência, eu pedi a palavra para V. Ex^a por trinta segundos apenas. E gostaria que ela fosse mantida, para eu dar a explicação que desejo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Eu pediria a colaboração de V. Ex^a para que nós mantivéssemos a ordem de inscrição.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – A desordem não foi minha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – V. Ex^a terá...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Como Relator eu peço trinta segundos para fazer um esclarecimento quanto à palavra do Senador que há poucos instantes se manifestou.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 17

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Tem V. Exª a palavra por trinta segundos.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Teria sido bem mais fácil assim.

Sr. Presidente, fazendo uso apenas de trinta segundos, eu quero esclarecer a este Plenário que, por ocasião do depoimento do Advogado Pedro Calmon, este Senador que lhes fala trouxe ao conhecimento de todos a tentativa de extorsão daquele advogado na residência do Senador Eptácio Cafeteira, que, agora, restabelecido da saúde, traz aqui, a lume, todos os fatos.

O fato que S. Exª trouxe já se encontra nos autos, por manifestação minha e dos dois advogados: Pedro Calmon pai e Pedro Calmon filho. Portanto é de se reportar aos fatos e determinar, ao final, que isso seja devidamente apurado. Esse sim, um fato extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Obrigado, Senador.

Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, indago a V. Exª de quanto tempo disporei para fazer a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – As ponderações do Senador Arthur Virgílio, perfeitamente compreensíveis, ocorreram em dez minutos em razão da importância da discussão que travamos aqui. Vamos manter esse prazo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Então agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apresentei um requerimento que tem como objetivo e como preliminar solicitar que o processo de votação seja aberto.

Essa preliminar também leva em consideração um outro procedimento quanto ao parecer, que, na minha opinião, deve ser conclusivo.

O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, não são questões pessoais, mas a imagem desta instituição, que é importantíssima para a democracia brasileira, a instituição sagrada de Rui Barbosa.

Estamos todos aqui para defender a instituição. Com calma, com paciência, com equilíbrio, com sensatez, com discernimento, com certeza deveremos chegar a uma conclusão que efetivamente demonstre à sociedade brasileira o nosso respeito por todos os brasileiros que nos acompanham neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Desculpe-me, Senador Marconi Perillo, mas queria pedir às pessoas que se encontram neste Plenário que contribuíssem com o bom andamento da sessão e fizessem silêncio, para que pudéssemos ouvir o orador que está na tribuna.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Prosseguindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, pelo menos de minha parte, estou convencido



de que não deveremos aceitar qualquer tipo de provocação. Vamos levar esta reunião de forma equilibrada, tranqüila, a fim de que possamos chegar a um denominador comum.

Ouvi atentamente as palavras do Senador Eptácio Cafeteira, que foi sincero. Com a autoridade da sua experiência, deixou claro que o seu voto é aberto, já foi, inclusive, manifestado aqui, em reuniões anteriores.

Se S. Ex^a fez isso, por que, então, insistimos no voto secreto? Não há necessidade. Todos nós estamos aqui conscientes em relação ao nosso papel. E, depois de lidos os relatórios – os dois relatórios –, com certeza cada um de nós saberá se manifestar de acordo com a nossa consciência.

Dito isso e para embasar esse requerimento que apresentei à Mesa, eu gostaria de ler uma nota informativa da Consultoria desta Casa.

Pedi esta nota para que pudesse fundamentar meus argumentos em defesa desse requerimento:

“(...) fundamentar o voto aberto em processos por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética e, também, no sentido de que o parecer respectivo seja conclusivo.”

Na minha opinião, são duas preliminares relevantíssimas quanto ao procedimento desta reunião de hoje.

“Nos procedimentos legislativos ou investigatórios realizados pelas comissões de uma Casa Legislativa, a sistemática de votação tem implicações diretas na conclusão dos pareceres respectivos. Dessa forma, o entendimento de que a votação de uma determinada matéria ou assunto deve ser realizada de forma aberta, seja no Conselho de Ética ou qualquer outra comissão, traz a consequência de que o parecer sobre o caso será necessariamente conclusivo.

Inversamente, tem-se que, caso se entenda que o processo de votação será secreto, como ocorre no Senado Federal, nos processos de indicação de autoridades cujos nomes são aprovados por esta Casa – como embaixadores, diretores do Banco Central ou de agências reguladoras, ou ainda magistrados dos tribunais superiores – o parecer respectivo limita-se a fornecer as informações necessárias a que os integrantes da Comissão tenham segurança para deliberar, sem contemplar, entretanto, o voto do Senador incumbido de relatar a matéria, o que abriria o voto desse parlamentar.

Trata-se, então, no caso, de argumentar no sentido da votação aberta, que terá como consequência o parecer dotado de dispositivo conclusivo. Em primeiro lugar, o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que dispõe sobre o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, são omissos quanto ao sistema de votação nos processos de que aqui se trata. A interpretação da matéria, nesse caso, passa a ter como norte os princípios constitucionais e as disposições regimentais genéricas a respeito do funcionamento das comissões.

Os princípios constitucionais (art. 37, caput, CF) são no sentido de que a soberania do poder político, no regime democrático, pertence à população, e



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 19

este tem o direito de acompanhar o comportamento de seus representantes, que estão sujeitos à publicidade e à transparência de seus atos públicos. Assim, deve a sessão ser pública e a votação, aberta e nominal.

O Regimento Interno do Senado Federal determina que as sessões das comissões são, em regra, públicas, e abertas as votações. Ressalva a hipótese de que a própria Comissão aprove requerimento de seu presidente – em votação aberta – no sentido de que a sessão seja secreta [conforme preceitua o art. 48 no seu inciso IV e o art. 110].

O Regimento Interno do Senado é claro, igualmente, sobre a natureza dos pareceres [no seu art. 133]:

Art. 133. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser: (são então definidas as diversas possibilidades de conclusão de parecer).

Ademais disso, tem-se que a revelação do voto do Senador na Comissão não implica necessariamente a exposição desse mesmo voto no Plenário, pois o voto da Comissão não vincula o do Plenário. Entre um momento e outro, haverá a oportunidade de o Senador acusado, antes da votação em Plenário, apresentar novas defesas e novos argumentos no sentido da improcedência ou não da acusação.

Por fim, há a experiência da Câmara dos Deputados, que, ao contrário do Senado, conta com um Regulamento de seu Conselho de Ética. Esse Regulamento, elaborado sob as mesmas regras e princípios constitucionais aplicáveis ao Senado, é claro ao estabelecer o procedimento de votação no Conselho de Ética.

Da Apreciação do Parecer

Art. 18. Na reunião de apreciação do parecer do Relator, o Conselho observará o seguinte procedimento:

.....

.....
VIII – o Conselho deliberará em processo de votação nominal e por maioria absoluta.

Desse modo [Sr. Presidente, já agradecendo pelo tempo a mim destinado], a sessão pública e a votação aberta seriam o procedimento mais compatível com a interpretação dos textos constitucionais e regimentais aplicáveis à espécie.”

Esse parecer é do Consultor Arlindo Fernandes de Oliveira, que embasa este nosso requerimento de votação aberta.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – A Mesa solicitaria a V. Exª que fizesse chegar uma cópia desse parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, só para dar uma sugestão, nós poderíamos ver a decisão de V. Exª primeiro para depois discutirmos. E se V. Exª decidir que o voto é aberto? Se V. Exª decidisse, nós poderíamos iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Vamos prosseguir na ordem de inscrição.

Senador Marconi Perillo, a Mesa se manifestará oportunamente sobre o requerimento de V. Exª.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Relatores, Senadoras e Senadores, gostaria, em primeiro lugar, com referência à primeira fala de V. Exª, Senador Leomar Quintanilha, quando observou que já estariam preenchidos os requisitos de possibilidade de esclarecimentos por parte do Presidente, Senador Renan Calheiros, no qual eu votei e pelo qual tenho manifestado minha relação de respeito e de amizade, de ponderar o seguinte: quando, na semana passada, V. Exª o convidou para estar perante a Comissão de Inquérito, composta pelos Relatores, eu havia me disposto – e conversei com o Senador Renato Casagrande; acabei não falando sobre isso com a Senadora Mônica Serrano, mas com V. Exª e com o próprio...

Marisa Serrano. Desculpe, Senadora Marisa. É que às vezes a Mônica está muito presente na minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Solicitamos a colaboração dos presentes, fazendo silêncio, para que possamos ouvir o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu, inclusive, tinha conversado com o Presidente Renan Calheiros e dito: “Eu gostaria de ouvi-lo”. Naquela oportunidade, S. Exª me disse que tudo bem, poderia ir. E me dispus e avisei a V. Exª. Foi então que, naquela tarde, a minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, me transmitiu um apelo de V. Exª, Senador Leomar Quintanilha, de que seria mais adequado que, naquela oportunidade, estivessem presentes apenas os Relatores, além do Presidente. E eu respeitei esse pedido. Na ocasião, inclusive, ponderei à Senadora Ideli Salvatti que considerava muito importante para o esclarecimento completo e para a formação da minha convicção que eu pudesse ter a oportunidade de conversar com o Senador Renan Calheiros. E ainda quero reiterar que é muito importante que S. Exª venha ao Conselho de Ética antes da nossa decisão final, para que eu possa formar os meus elementos de convicção.

O Senador Wellington Salgado é muito alto e tem o cabelo avantajado, por isso me desloquei para a direita.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 21

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pura inveja! Pura inveja!

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Quisera eu ter, na minha idade, tanto cabelo quanto S. Ex^a, mas tudo bem.

É claro que a decisão é do Presidente Renan Calheiros, mas se, em qualquer momento de nossa reunião de hoje, o Presidente Renan Calheiros expressar a vontade de aqui dirimir dúvidas de quaisquer de nós, Senadores, eu gostaria de que V. Ex^a lhe transmitisse que isso está inteiramente aberto. Eu tenho dúvidas diante daquilo que foi observado, inclusive transmitido à imprensa, pelos Srs. Relatores. Poderia, por exemplo, aqui expressar... Eu gostaria de saber, relativamente a esse empréstimo não-declarado, que razões... Se efetivamente S. Ex^a disse que, por razão de discrição, não o declarou, eu até estive examinando a lei de declaração de rendimentos e de bens. Ali está claro que qualquer empréstimo superior a R\$5 mil precisa ser declarado. E há outros detalhes.

Obviamente, a explicação que for dada com toda a sinceridade e convicção a nós, Senadores, pelo Senador Renan Calheiros poderá definir o juízo, a minha convicção para a minha votação.

E eu gostaria, Sr. Presidente, com toda a sinceridade, até por respeito e amizade ao Senador Renan Calheiros, de fazer isso abertamente. S. Ex^a, inclusive, disse que gostaria de conversar comigo e me dispus a fazê-lo, mas ontem a sessão terminou às dez da noite. Quando terminou a sessão, eu fui ao gabinete dele, mas S. Ex^a já havia saído. E, hoje de manhã, ao chegar logo cedo, às oito e meia, liguei para S. Ex^a e deixei recado, mas nada melhor do que a sua vinda aqui, perante todos nós, com a responsabilidade de falar ao povo brasileiro, que hoje está atento. A nossa sessão está sendo assistida pelo povo brasileiro em quase todos os recantos do País. E gostaria de fazê-lo abertamente.

Quero ponderar, Presidente Leomar Quintanilha, que o próprio Senador Epitácio Cafeteira, por quem tenho o maior respeito, fez questão de visitá-lo no hospital e de transmitir a V. Ex^a o sentimento dele, já expressou o seu voto abertamente. Os três Senadores Relatores já expressaram as suas opiniões. O Senador Almeida Lima – eu, pelo menos, li e ouvi as suas entrevistas – já expressou a sua opinião de que deve ser absolvido o Senador Renan Calheiros, entretanto argumenta, ao mesmo tempo, que o voto deve ser secreto. Então, como três Senadores Relatores podem abertamente dizer o seu voto e a nós não seria adequado fazê-lo?

Ademais, tenho por norma, na minha vida parlamentar, sempre expressar os meus votos. Quando houve o episódio relativo ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Luiz Estevão, eu sempre falei abertamente o que pensava e gostaria de fazê-lo. Por mais dolorida, se assim for a decisão que ainda vou tomar neste caso, eu quero fazê-la abertamente. Mas gostaria



também de ponderar algo com respeito ao que nos disse há pouco o Senador Epitácio Cafeteira e o Senador Almeida Lima.

É claro que é muito grave o episódio da tentativa de extorsão por parte dos dois advogados, mas quero citar um exemplo para ilustrar.

Vamos supor, por absurdo, que eu tivesse causado, sem que ninguém soubesse, uma morte aparentemente natural do Senador Gilvam Borges, que, felizmente, vai continuar vivo após o meu exemplo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito infeliz o exemplo. Foi muito infeliz!

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Digamos que o Deputado Chico Alencar – só para dar um exemplo –, que está aqui presente, tivesse me visto colocar um produto na água de S. Ex^a para causar...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Logo depois que saí do PT? Não, Senador!

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Pedi até licença para dar este exemplo e S. Ex^a permitiu.

Vamos supor que o Deputado Chico Alencar, por absurdo maior ainda, me dissesse... Somente o Deputado Chico Alencar me viu colocar o produto que causou a morte eventualmente “natural”. E o Deputado Chico Alencar me diria: “Olhe, Eduardo, se você não me der R\$20 milhões, vou revelar o que eu vi: você colocou um veneno que causou a morte do Senador Gilvam Borges”.

Estou citando este caso hipotético, absurdo, mas o fato de S. Ex^a fazer uma extorsão comigo de maneira alguma vai inocentar-me de, hipoteticamente, ter causado a sua morte.

Creio que todos entenderam, Sr. Presidente. Uma coisa é o fato grave da extorsão e outra coisa é o que nós estamos examinando...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Para concluir, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – ...sobre o decoro parlamentar. Concluí, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy, ainda bem que o Senador Gilvam Borges ressuscitou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Quem “morreu” com isso foi o investigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Se eu pedisse vinte milhões de suborno ia pensar mais no Matarazzo do que no Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Senador Suplicy, queria agradecer a compreensão de V. Ex^a ao apelo que lhe foi feito para não comparecer à reunião do Senador Renan Calheiros com os Relatores.

Entendemos, juntamente com os Relatores, que... Embora saibamos que a ninguém é vedado impedir a presença de qualquer Senador em qualquer dependência desta Casa, entenderam os Srs. Relatores que essa oitiva que deveriam fazer com o Presidente da Casa, o Representado, seria mais produtiva

SF - 23

e mais ágil se fosse apenas na presença dos Srs. Relatores. Por essa razão foi feito esse apelo a V. Ex^a, com o qual V. Ex^a aquiesceu, pelo que queria agradecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas acredito que pode V. Ex^a, perfeitamente, transmitir ao Presidente Renan Calheiros que se, em algum momento da nossa reunião, S. Ex^a quiser vir para esclarecer quaisquer dúvidas que porventura os Senadores tenham – e eu, por exemplo, tenho –, será bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Será transmitida a mensagem de V. Ex^a.

Senador José Nery, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Relatores, Sr^{as} e Srs. Senadores, a representação que o PSOL fez ao Conselho de Ética foi para tratar de possível quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Renan Calheiros, envolvendo o lobista de uma empreiteira que teria pago despesas pessoais do Senador Renan Calheiros.

O PSOL baseou-se numa denúncia da revista **Veja**, uma revista de circulação nacional, na qual foram apresentadas evidências de que aquele fato denunciado mereceria apuração, investigação por parte do colegiado adequado, que é o Conselho de Ética do Senado. E é essa a questão que está em exame neste Conselho.

Diante da denúncia, acolhida a representação do PSOL, o Senador Renan Calheiros apresentou uma série de documentos tentando comprovar que dispunha de renda suficiente para fazer jus às suas obrigações de pagamento de uma pensão a uma filha sua.

Foi aí que, no âmbito deste Conselho, solicitamos – e também houve solicitação feita por outros Srs. Senadores – que fosse procedida uma perícia técnica nos documentos apresentados para verificar a autenticidade e a coerência das informações prestadas, para, ao final, termos clareza sobre a denúncia e os fatos que a envolviam.

Portanto, sempre fizemos questão de dizer: trata-se de um fato grave para ser apurado e que não comportaria o arquivamento puro e simples, como propôs o relatório inicial do Senador Epiácio Cafeteira, este sim, um relatório conclusivo, pronto em 48 horas, sem ouvir testemunhas, sem verificar documentos.

Então, quando se diz que não havia provas, as provas são produzidas no curso do processo, no curso da investigação.

Quando tratamos que a investigação deveria ouvir testemunhas, produzir provas, analisar documentos, era para que se formasse, no âmbito deste Conselho, a possibilidade de que o voto, a análise desse processo pudesse ser feita da forma mais transparente, da forma mais coerente possível. Portanto, agora, quando estamos aqui na reunião que deve admitir ou não o



processo relativo à perda de mandato do Senador Renan Calheiros, com palavra, com decisão final no Plenário do Senado Federal, creio que não cabe nenhuma manobra protelatória, porque elas já foram feitas à exaustão no curso do processo. Ou não foi assim a renúncia, a troca de Presidente do Conselho, a renúncia de Relatores, a indicação de novos Relatores? Não foi assim esse último fato, que considero grave, da pressão feita sobre qualificados funcionários deste Senado para que produzissem pareceres no sentido de dificultar a transparência do que aqui seria decidido, como em relação à forma do voto que deveria ser utilizado na hora da apreciação deste processo no Conselho de Ética?

Portanto, qualquer denúncia de última hora feita aqui, qualquer fato novo pré-fabricado, inclusive essa denúncia feita aqui pelo Senador Eptácio Cafeteira, S. Ex^a já havia dito antes em reunião deste Conselho e, mesmo assim, fato dessa natureza não cabe a este Conselho analisar. É fato de natureza criminal. A esfera é outra. Aqui só podemos tratar, em relação aos Membros do Senado, aquilo que se refere à quebra de ética e de decoro. É isso que este processo tenta fazer, mesmo com os enormes obstáculos e dificuldades que tivemos que enfrentar até o momento.

Ao final, quero dizer às senhoras, aos senhores e ao Brasil que o PSOL, ao fazer a representação, entende que o fez no cumprimento de seu dever legítimo, legal e constitucional que está previsto na Constituição brasileira e no Regimento desta Casa e que, portanto, não houve da nossa parte, em nenhum momento, atitude de pré-julgamento. Houve, sim, em todos os momentos, uma afirmação determinada pela apuração dos fatos e a busca da verdade.

O processo, toda a instrução processual, as oitivas e a análise dos documentos corroboraram para os votos de dois Relatores. E, a meu ver, é o único relatório que este Conselho deve aprovar aqui. O relatório apresentado por dois Senadores, Senadora Marisa Serrano e Senador Renato Casagrande, creio que, por maioria, é o relatório que devemos apreciar aqui. Ao Senador Almeida Lima, membro da Comissão processante, no máximo, caberia a apresentação de um voto separado. A meu ver, é do legítimo direito de S. Ex^a fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria por último pedir ao Sr. Presidente que esclarecesse ao plenário o rito que vamos seguir nesta reunião do Conselho de Ética para que possamos ter aqui a exata noção de como proceder, porque há questões precedentes sobre a Mesa, como o requerimento que trata da definição sobre a forma do voto. Essa é uma questão precedente. Segundo, se o voto será aberto ou secreto.

Claramente temos aqui a manifestação pelo voto aberto, conforme argumentado pelos nobres Srs. Senadores que me antecederam e protocolaram requerimento à Mesa nesse sentido.

Por último, quero dizer aos senhores que, quanto aos colegas que muitas vezes, durante a reunião, durante o debate, tentam ficar controlando o tempo, escuto e sigo as orientações do Presidente da Mesa, com todo respeito,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 25

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

com toda dignidade. Agora, aos demais cabe discutir, mostrar argumentos, esclarecer, para que esse processo possa obter aqui, no âmbito do Conselho de Ética, a sua exata conclusão. Se aprovado o relatório que pede a punição do Representado, que esse relatório vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em seguida, ao Plenário do Senado Federal.

Portanto, queria, Sr. Presidente, que V. Ex^a, nesse momento, pudesse esclarecer qual o procedimento que adotaremos após essa manifestação inicial dos Srs. Senadores, o rito seguinte, para que possamos ter aqui a exata noção de como serão conduzidos os trabalhos no dia de hoje, com a certeza de que aqui não cabe mais nenhuma manobra protelatória, mas sim a conclusão do processo e o convencimento de todos para tomarmos a melhor decisão, uma decisão baseada na ética e na verdade, porque é isso que queremos.

O relatório apresentado pela Senadora Marisa Serrano e pelo Senador Renato Casagrande, creio, expressa a vontade do povo brasileiro, em especial de boa parte do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador.

Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela ordem, quero tratar apenas de três questões rápidas. A primeira diz respeito à palavra do Senador Eptácio Cafeteira quando eu disse que esta matéria foi aqui tratada e não foi dada relevância.

Estou aqui com parte dos autos, o volume IV dos autos desta Representação, exatamente às págs. 950. Na tomada do depoimento do Advogado Pedro Calmon Filho, a minha palavra aqui diz o seguinte... Fiz referência ao dossiê que eles fizeram e concluí dizendo o seguinte: "Passo às mãos de V. Ex^a. Está aqui o dossiê, o dossiê que serviu de chantagem, muitas das vezes. Sr. Presidente...". Nesse ponto fui interrompido pelo advogado. "Formule a acusação", disse ele e eu continuei: "Sr. Presidente, quero saber do depoente se ele, acompanhado do Sr. Galerani, estiveram na residência de um Senador da República uma semana antes da audiência de oferta de alimentos, realizada no último dia 25 de maio, na Vara de Família, insinuando que precisaria de R\$20 milhões para indenizar prejuízos da produtora da jornalista Mônica Veloso, senão levaria o Senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética".

Essa foi uma matéria tratada e tem procedência e afirmação do Senador Eptácio Cafeteira. Naquela ocasião, fui considerado muito duro com o Advogado Pedro Calmon Filho, mas não posso ter outro procedimento com marginal. Eu o tratei por marginal, porque aqui, neste mesmo depoimento, ele disse que não tinha feito nenhum dossiê. Posteriormente – e está nos autos –, ele faz a entrega do dossiê, que antes, Senador Eduardo Suplicy, havia dito que não existia.



No segundo aspecto, o Senador Eduardo Suplicy tem razão, em parte. Eu não declarei voto. Eu não votei ainda. Ninguém votou. Eu opinei, como irei opinar. Evidente que todos nós, que votamos para Presidente da República, por exemplo, sabemos que o voto é secreto. O ato de votar é secreto e o voto é nulo ou anulável se, no ato de votação, por qualquer motivo, a pessoa manifestar como está votando. No entanto, poderei sair depois da reunião e, lá fora, dizer que votei para Presidente em "a", em "b" ou em "c". Não há impedimento. Inclusive, quando a votação era em cédula, quando marcávamos a cédula que podia identificar a pessoa do eleitor, aquela cédula era considerada nula. Esse é o ato formal de votar. Portanto, nenhuma incongruência naquilo que disse.

Lamento que o Senador José Nery proponha que o meu voto seja em separado quando S. Ex^a não conhece ainda o teor. Do meu voto não vai conhecer; da minha opinião vai conhecer. Mas eu não produzi ainda nem o relatório, que é a primeira parte do meu trabalho. São três partes: o relatório, a parte expositiva, que é análise, e a conclusão. Não expus ainda nem a primeira, mas já estão sugerindo que eu seja considerado como voto derrotado, porque dois estão apresentando um único relatório. Aprecio muito o gesto democrático de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Relatores, na verdade, a grande discussão que se coloca aqui, e a decisão será do Presidente, é se o voto será aberto ou fechado. O que faço eu? Vou procurar outros julgamentos nesta Casa. Peço tudo o que aconteceu no julgamento do ex-Senador Luiz Estevão. Vou lendo a degravação e chego a pontos importantes.

Frase durante a apresentação na mesma fase em que estamos agora: "É. Então fica decidido aquilo que é óbvio, porque é princípio constitucional, princípio regimental, princípio jurisprudencial do Congresso Nacional, como salientou o Senador José Eduardo Dutra." Quem disse? Senador Ramez Tebet, Presidente naquela época.

Volto de novo à história.

Senador Amir Lando: "No entanto, entendo que está com absoluta razão o Senador José Eduardo Dutra, porque levanta o que dispõe a Constituição e o que tem sido a prática neste Parlamento. Nos processos de cassação, pelo menos um acompanhei no passado, todas as votações foram mediante voto secreto, tanto na Comissão Especial [não havia Conselho de Ética à época] quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Evidentemente, no Plenário, isso é insofismável. Acho que o preceito constitucional projeta esse entendimento e não há outra exegese possível. Desse modo, concordo com essa decisão que é do Plenário e que foi tomada quase que por unanimidade."

Mas vou mais à frente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 27

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Outro Senador falando: "Quero também registrar a total compreensão em relação à decisão em torno do voto secreto, mas pretendo deixar consignada em ata a minha posição favorável ao voto aberto. Penso que, não apenas neste caso, no Parlamento, não deveria haver voto secreto, mas há uma série de casos em que ocorre o voto secreto nesta Casa. Defendo o voto aberto. Inclusive no instante da votação, vou usar do direito de manifestar o meu voto, embora compreenda perfeitamente que, técnica e juridicamente, a decisão tomada pelo voto secreto é absolutamente correta."

Sabe quem fala, Senador Demóstenes? Um tucano de alta plumagem, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Senador, mas...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Senador, deixe-me acabar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – V. Exª me provocou...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Não. Deixe ao final para ver...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – ...provocou juridicamente

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Não, estou citando a história.

Vou mais à frente: "O Sr. Cassildo Maldaner (PMDB - SC) – Embora o parecer do eminente Relator seja pela cassação, não querendo contrariar o princípio constitucional de que o voto seja secreto, age dessa maneira porque neste Conselho o voto talvez não seja terminativo."

Agora vem um grande líder: "À semelhança dos Senadores que me antecederam, tenho preferência pelo voto aberto. Deveria ser essa uma prática permanente no Poder Legislativo, mas me rendo ao mandamento constitucional e regimental e reconheço que a decisão de V. Exª não poderia ter sido outra: a votação terá de ser secreta."

Quem falou isso? Senador Jefferson Péres, que está à esquerda, por quem tenho grande respeito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) – Fiz uma declaração pelo voto aberto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim, fez a declaração pelo voto aberto, mas falou que constitucionalmente o voto é fechado. Está aqui. Estou relatando o que está escrito. É a história de V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) – Estou negando isso?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Não, de jeito nenhum. E falei que V. Exª pediu voto aberto. A história é assim. A história acontece assim e assim se cumpre a Constituição.

Agora nem vou ler os demais. V. Exªs podem consultar se desejarem. Está tudo lá.



Só quero dizer o seguinte. Sabem o que aconteceu? O Senador Luiz Estevão foi cassado. Quero dizer o seguinte: essa discussão do voto aberto ou fechado é política, porque a consciência... Aqui discurso não muda o voto de Senador nenhum. Essa história de que discurso vai mudar voto de Senador é conversa fiada. Aqui todos sabem como vão votar. É só olhar para cada um. É verdade! Eu sei como V. Ex^a vai votar. E vamos perder tempo discutindo se o voto será aberto ou fechado?

Vou aguardar V. Ex^a, Sr. Presidente, decidir. Isso não vai alterar em nada! Sei como o Senador Demóstenes Torres vai votar. Sei como o Senador Heráclito Fortes vai votar. Sei como o Senador Jefferson Péres vai votar. Sei como o Senador Arthur Virgílio vota, se S. Ex^a votar. Discurso aqui não muda voto! O Senador tem consciência e sabe como vai votar perfeitamente, e todos aqui já sabem.

Só isso, Sr. Presidente.

Aguardo a decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Sérgio Guerra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ia fazer outras considerações, mas prefiro trabalhar sobre o que disse o Senador Wellington Salgado agora. S. Ex^a disse que sabemos o voto de todos nós, que os votos são mais do que claros, são conhecidos, e que discurso não muda o voto de ninguém, o que decreta a extrema inutilidade desta categoria da qual fazemos parte: políticos que falam tanto. Mas, enfim, já que todos sabem o voto de todos, por que não o voto aberto? Por que secreto? Se não muda nada, por que não fazer aberto? Por que não fazer à luz do dia? Nesse episódio do Senador Renan, não estou falando que seja bom ou ruim para S. Ex^a, mas o melhor para o Senado Federal é que tudo seja feito à luz do dia. Onde puder haver transparência, voto claro, declaração de voto, que se faça assim. No mais é tudo truque, é tudo armação. Concordo que no Plenário seja secreto – é claro que tem que ser! –, mas aqui pode ser aberto. Votei, no caso do Senador Antonio Carlos Magalhães, o voto aberto e sofri naquele momento muitas pressões de todos os lados, mas era um voto complexo. Eu fui lá e votei aberto. Está aqui meu nome. Votei com a maior tranquilidade do mundo, e fiquei mais tranquilo depois. Melhor para o Senado, melhor para a democracia, melhor para o Senador Renan Calheiros, melhor para o Brasil que o voto seja aberto. Essa armação de fazer agora o voto secreto, o que, aliás, não foi cogitado há 15 dias, é casuísmo precário de quem pensa, isso sim, que no voto secreto as pessoas vão mudar o voto que declararam publicamente a favor do Senador Renan Calheiros, porque quem está insistindo no voto secreto são aqueles que fazem aqui a tropa do Senador Renan Calheiros. Esses estão rigorosamente defendendo o voto secreto. A maioria dos Senadores já se pronunciou ou está se pronunciando aqui pelo voto aberto, declarando os seus votos. Então, por que não o fazer aberto?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 29

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Ouçoo muito os juristas, respeito a todos, Senador Demóstenes Torres, vez por outra, Senador Almeida Lima, quando S. Ex^a não está contaminado pela paixão política, mas, de maneira muito clara, quero dizer o seguinte: para que o Presidente Leomar Quintanilha encerre este episódio da maneira mais completa possível, aqui, no Conselho de Ética, que andou tão mal no passado, que seja com o voto aberto, todos declarando o seu voto e que o esclarecimento da opinião pública seja total. O Senador que quiser votar no Senador Renan vote com absoluta tranqüilidade. Vamos respeitá-lo intensamente. Os que desejarem votar com Relatores diferenciados que o façam, também com a maior transparência e dignidade, como é para o bem do Senado e de todos nós. No mais são artifícios que nem deveriam se prolongar. O importante é votar logo. Se esta reunião demorasse pouco tempo hoje, melhor que fosse, porque todos conhecemos os elementos deste assunto. São mais do que públicos. São três, quatro ou cinco meses de debates exaustivos deles. Vamos ouvir o relatório dos Relatores e votar. E ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. É exatamente isso que estamos querendo.

Como houve uma conjugação de esforços entre o Senador Renato Casagrande e a Senadora Marisa Serrano e os dois Senadores firmaram conjuntamente um relatório, entendo que S. Ex^{as} têm preferência na leitura. Solicitaria que um dos dois desse a conhecer aos Membros do Plenário o seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Por gentileza, relatório ou parecer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Relatório.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Sr. Presidente, como Relator, queria um esclarecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, gostaria de saber...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pois não.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Gostaria de fazer um esclarecimento primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Seria bom se ouvíssemos primeiro o relatório.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Não. Quero primeiro fazer um esclarecimento antes de apresentar o relatório.

Na reunião de terça-feira da Comissão com V. Ex^a, a Consultoria Legislativa do Senado ali presente orientou, ainda naquele momento informalmente, depois formalmente, a votação secreta, e que, assim sendo, precisaríamos de apenas um relatório descritivo, sem um parecer, sem uma decisão, sem uma posição de mérito.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 30

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Acredito, Sr. Presidente, que, preliminarmente, antes de apresentarmos o nosso relatório, que está pronto, seria de fundamental importância que V. Ex^a pudesse esclarecer ao Plenário do Conselho como será a nossa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Exatamente, qual o procedimento a ser adotado por V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB - ES) – ...qual o regime de votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – ...até agora não estamos sabendo.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB - ES) – Nesse caso, teríamos clareza do que vamos apresentar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB - ES) – Para nós é importante isso, Sr. Presidente.

Também, fazendo um outro questionamento, um outro esclarecimento, qual é o trâmite do processo daqui para a frente? Eu e a Senadora Marisa Serrano vamos apresentar um relatório da Comissão, na avaliação de V. Ex^a? Depois de apresentarmos o relatório, quem terá a palavra? Qual será o procedimento daqui para a frente, para que possamos também saber o...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Eu gostaria que V. Ex^a exatamente fizesse isso, Sr. Presidente. Qual o rito que V. Ex^a vai imprimir à reunião? V. Ex^a concederá a palavra aos Relatores a que título? Não existe...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Estou com a palavra.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Sr. Presidente, desejo me manifestar a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Quero questionar a V. Ex^a. Só estou fazendo a pergunta: qual será o rito imposto por V. Ex^a? É a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Vou esclarecer.

Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Sr. Presidente, quero me manifestar a esse respeito, assim como se manifestou o Senador Renato Casagrande.

O que S. Ex^a disse configura-se como verdadeiro. Isso foi o que de fato aconteceu na última reunião da Comissão de Inquérito. Porém, tenho um entendimento que, imagino, não será discordante do entendimento da Senadora Marisa Serrano nem do Senador Renato Casagrande, qual seja: não irei tratar do encaminhamento à votação, melhor dizendo, da votação; irei falar do Relatório. Entendo que o relatório, a peça que nós estamos produzindo se



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 31

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

configura em três partes: uma é a exposição dos fatos, de tudo o quanto aconteceu, que nós chamamos especialmente de relatório; a segunda parte é dispositiva, é a análise que vamos fazer dos fatos à luz das provas e do Direito; e a terceira parte, que para mim, Senador Casagrande, não importa em voto, porque o voto é aquele que eu vou depositar na urna. Mas eu estaborecerei um opinamento. O meu traz opinamento. Eu vou opinar. Eu não vou votar. Vou votar no momento em que depositar a cédula. Vou opinar pela procedência da representação ou pela improcedência, até porque parecer é aquilo que resultará da deliberação deste Plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

Eu quero ver o esclarecimento que V. Exª...

Eu queria perguntar a V. Exª qual será o rito. É isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa vai esclarecer.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Renato Casagrande, nós estamos aqui com o espírito bastante democrático, procurando dar oportunidade a todos de se manifestarem.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Eu só tenho que fazer elogios a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nós queríamos ouvir já os Relatores, mas o Senador Pedro Simon está pedindo uma oportunidade de se manifestar. Eu consultaria, se V. Exª permitisse, que antes de nós tratarmos do assunto pertinente ao relatório...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Eu continuo insistindo, Sr. Presidente, que pudéssemos ter um parecer de V. Exª preliminarmente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu darei o parecer. Eu darei o parecer.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – ...antes da leitura. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque o Senador Almeida Lima levantou uma questão que já debatemos na reunião da Comissão com V. Exª. Todos os processos que tivemos aqui, representações anteriores, todas elas foram conclusivas. Nós não fizemos nenhuma representação que pudesse ser uma descrição dos fatos. Todas elas foram conclusivas.

Fomos designados por este Conselho para fazer um trabalho de comissão de inquérito, que a Resolução nº 20 diz que é comissão de investigação. Se não pudermos expor aquilo que fizemos, ficaremos sem condição de prestar contas daquilo que fizemos nesses meses. Então, essa preliminar é fundamental para nós.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E nós não temos como votar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 32

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Mais um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Casagrande, nós não temos, nem a Mesa, nada contra à manifestação de V. Exª, que tomou a iniciativa de, conjuntamente com a Senadora Marisa Serrano, encaminhar um expediente dizendo que faria o relatório conclusivo. Então, é esse relatório que nós estamos querendo ouvir.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Por favor, só uma pergunta...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu quero saber qual é a decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu vou tomar a decisão na hora certa. Eu vou tomar a decisão depois que ouvir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – De forma alguma. V. Exª tem que decidir...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu posso ouvir...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu posso ouvir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Escute, eu tenho direito à palavra, e V. Exª tem que me respeitar como eu respeito V. Exª.

Estou pedindo a V. Exª que decida qual vai o ser rito que nós vamos imprimir de agora em diante. Qual é o rito? Os dois Senadores irão falar em nome dos três? É uma pergunta que eu faço.

Então, obviamente, já temos um problema, porque o art. 15, inciso IV, diz claramente que haverá... Vou ler para V. Exª:

Art. 15 (...)

IV - apresentada a defesa [esta é a Resolução que criou o Conselho de Ética], o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias [foi o que aconteceu], findas as quais proferirá parecer, no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma.

Então, a Comissão de Inquérito proferirá um parecer, não dois pareceres.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Exª poderia também estudar um pouco e aprender o Regimento. Não sou obrigado a ensinar para V. Exª, não. V. Exª foi mal-educado agora comigo. V. Exª estude o Regimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 33

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe, Senador Demóstenes. V. Exª foi mal-educado comigo e eu não tratei V. Exª dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa pede a compreensão. Vamos ter tranqüilidade.

Senador Wellington, eu queria fazer um apelo a V. Exªs. Vamos manter a tranqüilidade. Vamos discutir, divergir, mas vamos manter a tranqüilidade aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. DEM– SP) – Sr. Presidente, é bom definir o rito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu gostaria que os Srs. Senadores prestassem a atenção, porque isso é uma tentativa de chicana que nós temos que abortar agora.

Vejam bem, a Comissão proferirá um parecer. Nós temos três Senadores. Se dois Senadores resolveram proferir um parecer, dois Senadores – isso é matemático – têm maioria em relação ao outro Senador. O outro Senador que se insurgir pode, como qualquer outro, apresentar um voto em separado. Agora, o voto da Comissão será feito pela maioria dos Senadores e será – quero repetir – o parecer concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento.

Então, V. Exª tem que decidir isso. Entendimento divergente de um membro da Comissão de Inquérito ou de qualquer outro se externa através de um expediente chamado voto em separado.

Então é isso que eu estou questionando a V. Exª.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mas essa questão nós já havíamos afirmado.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nós havíamos afirmado que numa comissão de três, quando dois se unirem e formar a maioria, eles vão apresentar o voto da comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Queria fazer um esclarecimento, principalmente com base naquilo que o Senador Almeida Lima observou e agora o Senador Demóstenes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Não é só dizer que vamos apresentar o parecer da Comissão. O Senador Almeida Lima disse que vai apresentar um relatório. E eu quero saber o que vai ser votado. Apresentar



tudo bem, nós vamos apresentar. O que vai ser votado: o nosso parecer e, se o Senador Almeida Lima apresentar também o seu parecer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Voto em separado.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – ...através do relatório, e não for um voto separado, vai ser votado também? Quer dizer, isso tem que tornar extremamente esclarecido. Não dá para começar sem essa prerrogativa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, pediu primeiro o Senador Almeida Lima, Senador Arthur Virgílio.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Demóstenes Torres, V. Exª fez a leitura perfeita do inciso IV do art. 15 da Resolução nº 20, mas a interpretação não é essa, não. E vou esclarecer: “apresentada a defesa, o Conselho ou a Comissão de Inquérito procederá às diligências e à instrução, findas as quais proferirá parecer...”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – No singular.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Quem profere parecer?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Comissão de Inquérito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – A Comissão de Inquérito ou o Conselho de Ética...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...concluindo pela procedência da representação”, e nem a Comissão nem o Conselho concluiu ainda pela procedência, só vai concluir quando houver votação ou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O parecer é que conclui.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – “...ou pelo arquivamento da mesma...”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – “...oferecendo-se, se for procedente, projeto de resolução de cassação ou de outra pena”. E no caso segundo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Arquivamento.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...arquivamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 35

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – O inciso V – esse é o IV: “em caso de pena de perda de mandato...”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Após a votação.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...o parecer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu estou lendo! Eu estou lendo!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Está ok. Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu estou lendo. V. Ex^a diz que não? Eu estou lendo, Senador: “em caso de pena perda de mandato, o parecer do Conselho será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”.

O que é encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não é o parecer que os dois Senadores trouxeram ou que eu trouxe. Não. O parecer que será encaminhado à CCJ é a resultante, é a conclusão, é a consequência do que for decidido pelos senhores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Logo, eu não posso ser considerado voto vencido, porque nem apresentei, não foi apreciado. Não há voto vencido nem vencedor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – O voto vencido...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu não concluí.

O voto vencido ou vencedor será conhecido ao final, com a apuração.

Ora, qual é o papel dos Relatores nesse momento?

Nós fizemos o inquérito. Eu tive uma visão, a Senadora Marisa teve uma visão, o Senador Renato teve outra visão e, coincidentemente, a de ambos, por estarem apresentando em conjunto, são idênticas, ou, no geral, no mais importante, é idêntica. A minha visão é divergente.

Ora, qual é o nosso papel como Relator? Dar conhecimento aos pares de tudo quanto foi investigado, apurado, fazer as nossas observações jurídicas diante das provas e apresentar uma conclusão opinativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Até porque o voto, eu vou proferir depois.

Ora, a minha visão, eu tenho que apresentar ao Plenário. E mais, para concluir, Sr. Presidente. E mais, para concluir: não há voto em separado. Todos os votos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Permita-me citar uma decisão do Supremo sobre o caso Jader Barbalho, exatamente sobre isso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 36

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Deixe-o concluir.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Senador Demóstenes falou que tem que ouvir, e, no entanto, faz o contrário e comigo foi agressivo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço desculpas a V. Ex^a mais uma vez.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu peço desculpa a V. Ex^a também.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Então, Sr. Presidente, o que devemos fazer? A apresentação do relatório.

Ora, é com a apresentação do relatório que aqueles dos senhores que julgarem aptos vão proferir o voto no momento em que S. Ex^a encaminhar. Aqueles que não se considerarem aptos ainda terão o direito de pedir vista. Mas nós precisamos apresentar.

Como sou voto vencido se nem conheço o parecer que S. Ex^{as} deram? Eu não conheço as razões. Nós tivemos uma reunião prévia...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O que é estranho, Senador, porque a Comissão se reuniu para isso, para trazer um parecer. Se V. Ex^a não conhece o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Demóstenes, deixe-o concluir.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – O parecer, repito, será oferecido pelo Plenário do Conselho de Ética, inclusive à CCJ. O que sairá daqui é um parecer. As nossas peças não são pareceres, no sentido **stricto sensu**, no sentido a que eu me referi. A peça que sairá daqui, essa sim, é o parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sairá uma resolução. É porque V. Ex^a está usando uma filigrana.

Eu queria só mencionar o seguinte, Sr. Presidente. Eu queria ler uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Demóstenes, vou assegurar a palavra a V. Ex^a, mas o Senador Arthur Virgílio pediu primeiro e, em seguida V. Ex^a falará.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu pedi a palavra há um mês, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Desculpe-me, é só para ler.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Pedro Simon, eu vou assegurar a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu, por exemplo, não sou a favor do voto secreto para todas as circunstâncias. Sou a



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 37

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

favor para apreciação de perda ou não de mandato. Não sou a favor para todas as circunstâncias. Por isso, não assinei, meu querido Almeida Lima, essa PEC que decreta o voto secreto para todos os fins, que foi assinada por V. Ex^a. Mas isso é apenas uma curiosidade, porque todo mundo tem o direito de mudar de opinião. Fim do voto secreto para todos os fins.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Excelência, mas eu não mudei, não. Eu nem externei a minha opinião.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AP) – Sr. Presidente, vamos suspender a reunião para o almoço por 30 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor. Creio que temos aqui uma preliminar muito importante.

Nós não podemos trabalhar nada que pareça armadilha de uns contra os outros. Deve vigorar o respeito de parte a parte, deve vigorar o bom senso no Conselho.

Então, o que me parece é que se o Conselho, pela maioria de seus membros, optasse pelo voto secreto, teria razão de ser. Nós entendemos que o caráter dos relatórios seria descritivo. Se, por outro lado, o Conselho optasse pelo voto aberto, teríamos que concluir que haveria nitidamente o caráter conclusivo para os votos, porque seria possível falar mais abertamente.

Então, Sr. Presidente, V. Ex^a tem à Mesa – e tenho a impressão de que isso deveria preceder a leitura dos relatórios, até para sabermos o que estamos fazendo e o que podemos esperar do rito de votação – o requerimento do Senador Marconi Perillo, que pede, claramente, o voto aberto.

A impressão que eu tenho é de que V. Ex^a deveria se pronunciar sobre o requerimento do Senador Perillo antes da leitura dos relatórios. Parece-me que isso reflete mais bom senso. Aí nós saberíamos mais as regras do jogo: serão assim ou serão “assado”.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concluiu?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluí.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Só para mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...a decisão do Supremo Tribunal Federal que apresenta um precedente deste Conselho. É uma medida cautelar num mandado de segurança. O número é 24082 e a data é 3 de outubro de 2001. O impetrante é o Sr. Jader Fontenele Barbalho; a impetrada é a Comissão de Inquérito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O Relator é o Ministro Celso de Mello.

Só para mostrar o que aconteceu na Comissão:

“Decisão.

Trata-se de mandado de segurança com pedido de medida liminar, impetrado com a finalidade de obter do Supremo Tribunal Federal ordem que proíba o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de votar na sessão do



próximo dia tal o relatório emanado da Comissão de Inquérito, que, subscrito por apenas dois de seus membros: Senadores Romeu Tuma e Jefferson Peres, concluiu pela admissibilidade da abertura de processo por falta de decoro parlamentar contra um membro integrante da Comissão de Inquérito, órgão ora apontado como coator, Senador João Alberto, terceiro membro integrante da Comissão, que proferiu voto em separado.”

Então, não há problema se V. Ex^a proferir o voto em separado. É assim mesmo. O voto vencedor... E nós vamos votar. Podemos até dar procedência. Já existe um precedente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, aguardo uma resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Responderei já.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço desculpas, mas sou o mais velho aqui, com 25 anos de Senado. Aprendi com os outros. Não tenho nada de próprio, mas de olhar, de assistir. E vejo que aqui, Sr. Presidente, o fato sério é que estamos julgando o Presidente do Senado. Afora isso, o caso é simples, Sr. Presidente. Existe uma dúvida sobre se o voto é secreto ou aberto. V. Ex^a dá a sua decisão como Presidente. Se alguém não concordar, recorrerá ao Plenário, que vai decidir. Sempre foi assim em qualquer lugar. V. Ex^a tem autoridade para tomar a decisão: meu voto é assim. Quem for contra recorre da decisão de V. Ex^a no Plenário. E o Plenário vai dizer como é.

Segundo, tem razão o nobre Senador quando diz que não existe voto do Conselho de Ética. É claro que não. Há o voto de dois e o voto de um. Agora nenhum dos dois pareceres é voto do Conselho, que ainda não decidiu nada.

Acredito, com toda a sinceridade, que os dois têm o direito de apresentar o voto deles. Esse é o voto dos dois. E o outro, que tem um voto em separado, tem o direito de apresentar o voto dele. Por que não vai ter o direito de votar? Vamos ouvir um lado e o outro lado. Como vamos votar? Vamos votar pela conclusão. Quem for favorável a que o inquérito seja aberto, que vá adiante, que vá para o Plenário, que vote de um jeito e quem for favorável de outro lado vota de outro jeito. É tão simples que eu não consigo entender o que estamos discutindo aqui. Tem gente a favor do voto aberto? Tem. Tem gente a favor do voto secreto? Tem. Vamos votar. Como podemos votar isso? No Plenário.

Ler Regimento aqui? Serei sincero. Quando cheguei aqui, 25 anos atrás, eu vinha da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que tinha um belo de um Regimento, sério, responsável. Aí eu fiquei dois meses estudando e cheguei a uma conclusão: o Regimento da Casa é feito para o Presidente do Congresso que estiver na época. Se quiser decidir pelo de cá é o artigo tal; se quiser decidir para o lado de lá é artigo tal. Quer dizer, nós vamos encontrar argumentos à vontade para o Regimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 39

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Agora, são coisas singelas: aberto ou separado. V. Ex^a tem a autoridade de tomar decisão como Presidente: meu voto é aberto ou o meu voto é secreto. Qualquer um pode recorrer ao Plenário. Em qualquer lugar é assim. O Plenário decide.

Feito isso, não há como não se lerem – perdoem-me – os dois pareceres. Quer dizer, os dois pareceres têm que ser lidos. Um lê, o outro lê, e vamos decidir. É tão simples, Sr. Presidente. Perdoe-me. É simples. Estamos querendo confundir o que não dá para confundir.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Sobre isso estamos todos de acordo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, aguardo uma resposta de V. Ex^a sobre a preliminar que apresentei. Parece-me que primeiro se votaria o requerimento do Senador Perillo, antes até dos relatórios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como disse o Senador Simon, são dois votos, sendo que um é em separado. É isso exatamente o que disse o Senador Simon.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Responderei imediatamente.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Leomar Quintanilha, com bom senso, o Senador Pedro Simon apresentou a questão como é e como mostra a minha experiência neste Conselho, de tantos anos. Participei de tantas reuniões.

Quando há Comissão de Inquérito, no caso de três, número ímpar, vence o parecer, o voto da maioria, é claro, de dois. O outro é voto vencido. O Plenário vai decidir qual dos dois escolhe. O escolhido pela maioria do Conselho torna-se parecer do Conselho e é encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não há dúvida sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jefferson Péres, esse é o entendimento que a Mesa também tem. A decisão da Mesa com relação ao requerimento do Senador Marconi Perillo, bem como à manifestação de diversos Senadores, eu não posso proferi-la antes de ouvir a manifestação dos Relatores. Quero ouvir a opinião dos Relatores para saber de que forma vou decidir o rito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Um minutinho.

E é fundamental, que todos os Senadores aqui presentes tenham conhecimento do Relatório da Comissão processante, da Comissão que foi escolhida para avaliar, examinar, foi quem melhor estudou, quem aprofundou as investigações.



O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E também o voto em separado do Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente.

Tenho o palpite, pelas conversas que tive com Senador Casagrande e com a Senadora Marisa, hoje...

Quero lhe dizer que V. Ex^a vai permitir a leitura de um relatório que, tenho certeza, será absolutamente conclusivo em relação a essa matéria. Não tenho nenhuma dúvida. E, portanto, já é uma resposta positiva à indagação que estava sendo feita pelos dois Relatores, Marisa Serrano e Renato Casagrande. Se for essa a sua deliberação, os dois lerão o relatório absolutamente sem peias, conclusivo do começo ao fim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente.

Então, vamos passar à leitura do relatório.

Senadora Marisa Serrano, Senador Renato Casagrande, qual dos dois irá proferir o relatório?

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Leomar Quintanilha conduziu de forma magistral o processo até agora, com relação a esta Representação nº 01, que envolve o Senador Renan Calheiros.

Creio que ele está cometendo uma falha neste momento, por não definir o rito, o que é pré-condição para que haja o devido processo legal.

Não definir o rito com clareza nos cria uma dificuldade. Poderemos ler o relatório, mas, depois da leitura do relatório, se a votação for secreta, poderemos estar plantando uma nulidade no processo.

Então, quero alertar o Presidente Leomar Quintanilha, quero alertar o Conselho de Ética. Precisamos ter clareza. Se S. Ex^a diz que não haverá nulidade, então está claro que não haverá. Vamos tocar o nosso trabalho para a frente.

A minha dificuldade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Casagrande, S. Ex^a não seria chicanista, não trairia a nossa confiança. Tenho certeza absoluta de que a nulidade não seria questionada.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Estou apresentando essas questões porque temos uma relação excepcional com o Senador Leomar Quintanilha.

Mas em que momento vai falar o Advogado ou o Representado? Dr. Eduardo Ferrão está aqui presente e deverá falar em nome do Representado, Senador Renan Calheiros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Se quiser falar terá que ser antes do parecer, é claro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 41

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Eu nem sei. Estou só levantando, porque precisamos saber exatamente qual é o rito, quais são as etapas, os passos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É, Sr. Presidente, defina, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – As partes falam depois do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como? O relatório é o ato conclusivo, concluindo...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Amigo, o relatório sem a parte conclusiva. É por isso que eu fiz questão aqui de dizer...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Então nós leremos o relatório, abriremos espaço para – só estou tentando compreender para ver se é assim – o representante do representado e concluiremos o nosso relatório. É isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É isso, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Então falaremos e apresentaremos até a parte do relato...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É isso, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – E ouviremos o advogado... é assim, dessa forma?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É isso, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu entendo ser assim.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Presidente Leomar Quintanilha, eu pergunto ao senhor se será dessa forma.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Ele lê a parte apenas de relato. Concluído, vamos ler o segundo relatório até a parte de relato e abre-se a palavra às partes, caso não haja pedido de vista, inclusive.

Correto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pedido de vista só para Senador.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – É por isso que... Por isso, Senador Leomar Quintanilha, esse rito deve ser muito bem anunciado para os membros do Conselho, para que nós não tenhamos nenhum problema depois de nulidade.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a está com a razão.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – É só o relatório mesmo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, permita-me? Eu vou sugerir a V. Ex^a, até porque vai haver um voto em separado e não



há como ler um relatório, depois interromper e ler o outro relatório. Isso não existe.

Então, o que tem que ser feito, na minha opinião? V. Ex^a concede a palavra para que os votos sejam proferidos. Dá a palavra, anteriormente, às partes: ao PSOL e ao advogado.

Posteriormente, se houver algum reparo, numa questão de ordem ou pela ordem, qualquer das partes poderá corrigir o relatório que será apresentado pelos dois Senadores.

Isso pode ser feito tranqüilamente, até porque o parecer é a situação última, é a conclusão, é o voto que será proferido.

Então, na minha opinião...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Senador Demóstenes, permite-me só uma observação, por gentileza?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Pois não, com o maior prazer.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Digamos que V. Ex^a, um *expert* nisso, um promotor de justiça, um procurador de justiça, acostumado às sessões plenárias, ao juízo coletivo: estamos num tribunal, o Relator do processo faz o relato do processo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Termina, basicamente, como o jargão sugere: “Sr. Presidente, este é o relatório”. Aí a parte pede a palavra para sustentação. As partes fazem sustentação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Devolve-se a palavra ao Relator para concluir e proferir o seu voto e, depois, a palavra, aos demais juízes, desembargadores, ministros para discutir e proferir cada um o seu voto.

Ora, o que o Relator Renato Casagrande colocou e que eu acho correto? Ele vai fazer a leitura do relatório, parte expositiva apenas. Concluiu? Concluiu. A parte conclusiva, não. Nem o voto final nem opinião...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Nem análise.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nem análise. Análise, não. É só o relatório. Ele conclui o relatório. Eu vou produzir a mesma coisa: só o relatório, a primeira parte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – O voto de V. Ex^a tem que ser proferido depois...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu não vou proferir voto. Ele faz a exposição do processo em relatório, e eu vou fazer a mesma coisa, Senador, em relatório.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Não. Eu discordo. Eu discordo, Sr. Presidente, eu discordo. Eu discordo porque quem tem que apresentar é o parecer da Comissão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Exatamente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 43

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Da Comissão. A Comissão só tem um parecer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Não existe matéria com dois pareceres na Casa. A matéria tem um parecer.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Aí é cerceamento de defesa. Eu não tenho voto em separado. Digamos que a votação, ao final, seja por decisão do Presidente ou do Plenário, secreta... Eu tenho voto em separado? Não vou declarar o meu voto? Eu tenho o relatório. Tenho aqui um relatório – olhe – em três laudas, que é só relatório; tenho aqui a análise em outras laudas e tenho a conclusão numa última. Tenho um relatório com três partes. Eu vou ler apenas três laudas, porque conheci do processo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Cuidado com a foto no seu voto.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – É assim nos tribunais. É assim em todos os lugares, principalmente para V. Ex^a, que é um procurador de justiça.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Senador Almeida Lima, a tese de V. Ex^a é a tese de dois relatórios. A tese que defendemos é a tese de um relatório e um voto em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Um relatório e um voto em separado. É isso aí: um relatório e um voto em separado.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – V. Ex^a conhece a figura também do revisor, ou não? Conhece a figura do revisor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM– GO) – Conheço até mais do que V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Ah, mas não está demonstrando aqui, na prática, porque o próprio revisor no tribunal tem a palavra como tem o relatório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, uma pergunta para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos recuperar a tranqüilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nesse sentido, uma pergunta a V. Ex^a para tentarmos recuperar o andamento dos trabalhos.

V. Ex^a poderia me esclarecer o que o impediria de se manifestar agora sobre o requerimento do Senador Perillo, de modo a que tivéssemos as regras do jogo claras e pudéssemos, então, trabalhar, sabendo que vai ser assim ou vai



ser “assado” a votação final? Para evitarmos essas coisas todas que, desde o começo, estamos alertando, que só fazem conspurcar o processo e complicar, sem ajudar a própria situação do Senador Renan Calheiros.

Já falaram aqui que poderia haver uma nulidade. Imaginem o que seria o Senado, o clima que viveria o Senado, se os Senadores que pensam diferentemente da tese do voto secreto se vissem pilhados com o drama da nulidade pesando sobre o trabalho que realizaram?! O Senado precisa reencontrar o seu melhor caminho.

A pergunta é muito simples: se nada legal e regimental impede os senhores de se manifestarem agora, por que abertamente V. Ex^a não o faz, até para continuarmos fazendo uso dos elogios que proferi ao Senador Casagrande, os elogios que eu lhe proferi após a votação que travamos aqui pela presidência do Conselho de Ética, dizendo: no meu entendimento de Senador Leomar Quintanilha, respeitado pelos meus pares, Presidente do Conselho de Ética, legitimamente eleito, o requerimento do Senador Marconi Perillo é válido ou inválido. E o rito será esse”. Aí nós nos manifestaríamos e teríamos o direito de recorrer disso, evidentemente, se fosse o caso. Tenho a impressão de que não há nenhum impedimento.

Isso daria enorme legitimidade e clareza à condução que V. Ex^a vai empreendendo, que tem sido boa até este momento. Parece-me que empaca neste impasse.

Restabelecer-se-ia o clima de confiança plena se V. Ex^a dissesse: “O rito é este e penso isso do requerimento do Senador Marconi Perillo”.

Eu tenho a impressão que seria isto o que caberia neste momento.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – O devido processo legal está sendo representado no momento apenas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu perguntei ao Presidente, Senador.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...apenas pela intenção...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, aí, não...

Sr. Presidente, isto é um golpe de Estado, Sr. Presidente. Isto é um golpe de Estado!

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...apenas pela intenção de castrar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...o direito de um Senador fazer o relatório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isto é um golpe de Estado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Olhe, a força do direito, sim; o direito da força, comigo, não!



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 45

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Se V. Ex^a sabe bater na mesa, eu sei me levantar para falar à altura de V. Ex^a!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não adianta nem tocar a campainha! A força do direito, sim; o direito da força, não!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, assumo a presidência plenamente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – A força do direito, sim; o direito da força, não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Interrompe-se a gravação.)

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...em hipótese nenhuma. Eu não imagino que V. Ex^a tenha esse trejeito. Não fica bem em V. Ex^a esse trejeito.

A tentativa de castrar a minha palavra para ler um relatório de cinco laudas, eu não vou aceitar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Almeida Lima, ninguém quer castrar V. Ex^a de jeito nenhum, nem na palavra, nem de jeito nenhum.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. DEM – SP) – Eu proponho a suspensão da reunião por dez minutos.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Democratas, grandes democratas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu fiz uma pergunta ao Presidente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...que querem um processo legal e querem impedir a leitura de um relatório de quatro laudas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu perguntei apenas...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Tudo quanto diz respeito a uma manifestação que, por acaso, possa sair para o Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(A reunião é suspensa às 13h15min e reaberta às 13h41min.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 46

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Retomamos os trabalhos desta reunião do Conselho de Ética.

Senador Arthur Virgílio...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Retomados os trabalhos desta reunião do Conselho de Ética, V. Ex^a manifestou o desejo de falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nós paramos no momento em que se discutia a contradição entre o que seria o relatório vencedor dos três Senadores que participaram da elaboração desse estudo sobre a situação que envolve o Presidente do Senado e, nas tratativas de bastidores, parece-me que ficou resolvido que V. Ex^a anunciaria isso.

Por outro lado, seria fundamental que V. Ex^a se pronunciasse também sobre o requerimento do Senador Marconi Perillo, que me parece essencial, porque ele vai ao cerne dessa questão do rito e, portanto, da forma de votação que deliberará... que decidirá sobre o caso, se secreta ou se aberta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente.

Essa deliberação sobre o requerimento eu quero fazê-la logo após a leitura dos relatórios. Nós faremos e aí ouviremos as partes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quanto aos relatórios, como ficam eles?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Os relatórios... A decisão sobre os relatórios é a seguinte: dos três membros de Comissão de Inquérito, dois se uniram numa linha de pensamento. Então, eu entendo que esteja aí o voto vencedor, o voto da Comissão. O Senador Almeida Lima apresentará também o seu relatório, com um voto em separado, para que não tenhamos repetido aqui o caso que já vimos de um relator, anteriormente, ter o seu voto e não poder ser conhecido do Plenário.

Em seguida, daremos a palavra às partes para que se manifestem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Almeida Lima, pela compreensão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu também agradeço ao Senador Almeida Lima pela compreensão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem. Como autor do requerimento, eu gostaria de dizer que concordo com V. Ex^a a fim de que a reunião possa fluir naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Agripino, V. Ex^a revelou o desejo de se manifestar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, era na linha do que acabou de falar o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que estamos vivendo um momento constrangedor para o Senado, um momento de hesitação que não



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 47

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

poderia estar acontecendo, e cabe a V. Exª dar rumo. E V. Exª retoma o rumo do Conselho em muito boa hora.

Eu acho que o episódio a que acabamos de assistir, que não foi bom para a imagem do Senado – não quero aqui discutir culpas – teria sido evitado se V. Exª tivesse definido sobre o voto, se é aberto ou fechado.

Na minha opinião, Sr. Presidente, não há mais nada o que discutir. A hora é de concluir. As investigações já aconteceram. Não há nenhuma hipótese – nenhuma, chance zero – de nós sairmos desta reunião sem uma definição sobre se houve quebra de decoro ou não houve quebra de decoro.

O relatório tem que ser conclusivo. E para ser conclusivo, o voto tem que ser aberto. Na minha opinião, o voto fechado pressuporia um relatório descritivo, sem conclusão.

Não é isso que o Brasil espera deste Conselho. Espera que haja uma definição: houve quebra de decoro ou não houve quebra de decoro.

Eu quero, portanto, depositar a minha confiança em V. Exª de que haverá uma definição sobre voto secreto ou aberto, com amparo regimental. Não haverá argüição **ad futurum** sobre que se cometeu ilegalidade “a”, “b” ou “c”, que desmoralize esta reunião e desmoralize, por via de consequência, o próprio Senado.

Aqui já se vão meses de trabalhos, os Relatores se empenharam, vão fazer votos embasados em argumentos, em consistências e em convicção. E vai caber a nós votar. Simplesmente votar. É claro que votar sem procrastinação, sem emoção e com racionalidade.

Eu pediria, portanto, a V. Exª – claro – que se permita que se leia o voto do vencedor, que é o voto da Senadora Marisa e do Senador Casagrande, que se leia o voto em separado e que se defina aí, sim, se o processo de votação é aberto ou secreto, para que a gente possa definir na reunião de hoje se houve ou não quebra de decoro por parte do Senador Renan.

Era essa a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A preocupação de V. Exª é a preocupação dos demais Senadores e também a da Mesa.

Nós queremos que esta reunião alcance os objetivos perseguidos já há tantos meses. E já houve essa decisão, e o rito estabelecido vai atender ao requerimento de V. Exª e também do Senador Marconi Perillo.

Então, passaremos agora a...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – ...a ouvir a manifestação dos Relatores, com seu voto completo e conclusivo em nome da Comissão processante.

Eu pediria a V. Exª e passássemos a ouvir o Senador Renato Casagrande ou a Senadora Marisa Serrano. Quem vai proceder à leitura do relatório?



Senadora Marisa, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, antes de começar a ler o nosso relatório, eu gostaria de poder fazer duas colocações. Uma delas é que vamos fazer a leitura do relatório sem a parte conclusiva, para ouvirmos, entre isso, antes a manifestação do representante e do representado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, nós tínhamos decidido que fosse a leitura completa.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Não, Sr. Presidente, estamos queremos contribuir. Temos só um questionamento: temos um relatório que é: relatório, análise e conclusões. E vamos apresentar todas para o Conselho de Ética.

O normal no processo, o normal no rito processual, é que façamos o relatório, ouçamos as partes e voltemos à conclusão. Isso é o normal. Isso é: que eu faça e Marisa faça; que Almeida Lima faça; que ouçamos, como o voto em separado; que a gente ouça as partes – PSOL e advogado – e continuemos o nosso... esse é o correto. Isso é o correto. Desculpa estar sendo enjoado, mas isso é o correto, em termos do rito processual, do devido processo legal.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – E eu concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estou convencido de que não vai haver alteração do relatório...

Senador Renato, não vai haver alteração no seu relatório...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, há alteração porque...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não vai haver alteração do relatório.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, uma palavra só.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado. Sr. Presidente, na argumentação apresentada pelo Senador Casagrande e pela Senadora Marisa Serrano, acho que há sentido.

Eu queria perguntar ao senhor: qual é o sentido das partes, representante e representado, falar após ter sido proferido o voto?

A meu ver, os votos ainda poderiam ser alterados, em tese, pela argumentação das partes, contra ou a favor.

Então, o relatório inicial; depois, manifestam-se as partes; depois, cada Relator... o Relator resolve... oferece o seu voto; logo em seguida, o voto em separado. É esse o procedimento adequado para que possamos seguir com a normalidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^{as} estão de acordo?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 49

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

(Os Senadores Relatores Renato Casagrande e Marisa Serrano acenam positivamente com a cabeça.)

Então, com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria de começar informando que a situação dos Senadores desta Comissão de Inquérito não é nada confortável. Não deve ser para o Senador Almeida Lima, não deve ser para o Senador Casagrande, não o é para mim.

Portanto, tenho certeza que todos os Senadores que estão aqui sabem da responsabilidade e, principalmente, da preocupação que todos temos de poder fazer o melhor pelo Senado e o melhor pelo País.

Portanto, não é com alegria e nem com extrema tranquilidade que começo a proferir o nosso voto: o voto assinado pelo Senador Casagrande e por mim.

1. Relatório

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, CEDP, recebeu, para análise e parecer, a Representação n.º 1, de 2007, em face do Senador José Renan Vasconcelos Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, imputada pelo Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, nos termos do artigo 55, inciso II, parágrafo 2º, da Constituição Federal, CF, combinado com o artigo 2º, inciso III e com o artigo 14, da Resolução n.º 20, de 1993, do Senado Federal.

1.1. Da Cronologia Processual

Os atos deste processo disciplinar podem ser divididos em duas etapas: 1. Atos processuais sob a Presidência do Senador Sibá Machado e 2. Atos processuais sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha.

Como o Senador Leomar Quintanilha já fez sua exposição inicial levantando toda a cronologia do trabalho efetuado sob a Presidência do Senador Sibá Machado e sob a sua própria Presidência até este momento, deixo, então, de ler essa cronologia.

1.2. Da Representação

A Representação n.º 1, de 2007, de autoria do Partido Socialismo e Liberdade, pautada em denúncias publicadas por diversos veículos de comunicação, acusa o Senador Renan Calheiros de ter cometido quebra de decoro no exercício do mandato parlamentar.

De acordo com o Representante, o Sr. Cláudio Gontijo, lobista da empreiteira Mendes Júnior, efetuou, no período de janeiro de 2004 até dezembro de 2006, pagamentos de despesas pessoais do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. O dinheiro seria referente a uma ajuda de custo para a Srª Mônica Veloso, com quem o Senador tem uma filha de três anos de idade.

O Representante acusa a existência de uma relação escusa entre o Presidente do Congresso Nacional e o Sr. Zuleido Veras, sócio-diretor da Construtora Gautama Ltda., empresa acusada de irregularidades, ilícitos e



crimes relacionados a licitações para realização de obras públicas. Acrescenta que teria o Senador Renan Calheiros declarado à imprensa que conhece o empresário Zuleido Veras há trinta anos e que teria admitido ter trabalhado para liberar recursos para obras da Construtora Gautama Ltda.

Por fim, traz a Representação a denúncia de que o Senador Renan Calheiros teria se utilizado de laranjas como proprietários de suas fazendas, não constando da suas declarações de bens imóveis rurais.

Afirma o peticionário que os fatos descritos pelos citados veículos caracterizam procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por abuso de prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional e por percepção de vantagens indevidas, com prejuízo para a imagem do Senado Federal. Acresce, ainda, que os atos do Senador Renan Calheiros caracterizam-se, em tese, práticas criminosas típicas, entre as quais corrupção passiva (art. 317, do Código Penal) e improbidade administrativa (arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.420, de 1992), podendo estar sujeito às penas da lei de improbidade (art. 12).

Nesses termos, afirma que os fatos imputados ao Senador Renan Calheiros o sujeitam à pena de perda do mandato, por quebra de decoro parlamentar, conforme dispõe o art. 55, inciso II, da Constituição Federal.

1.3. Da notificação do Representado e da defesa

Recebida a Representação em 29/05/2007, o Presidente do CEDP, Senador Sibá Machado, por força regimental, fez o seu encaminhamento à Mesa Diretora do Senado Federal em 31/05/2007, tendo sido devolvida ao Conselho no mesmo dia. Em 11/06/07, foi determinada a notificação do Senador Renan Calheiros, na qualidade de Representado, entregando-se-lhe a cópia integral da respectiva Representação e dos documentos e elementos de prova que a instruem para a apresentação da defesa.

A defesa do Representado encaminhada ao CEDP, em 11 de junho de 2007, afirma, em síntese, que a Srª Mônica Veloso confirmou todas as assertivas do Representado quanto aos valores dos repasses que a revista **Veja** publicou, não havendo nada de errado nos pagamentos efetuados e que se prestavam única e exclusivamente ao acerto de uma situação de foro íntimo do Senador Renan Calheiros, em que o sigilo de toda transação tinha o intuito de preservar a imagem da filha que tiveram fruto de uma relação extraconjugal.

Quanto ao uso do lobista Cláudio Gontijo como emissário dos pagamentos, o Representado explicou que se tratava de pessoa que conhecia há mais de duas décadas, e cuja amizade teve início anterior ao vínculo empregatício do mesmo com a empresa Mendes Júnior. Enfim, o Sr. Cláudio Gontijo era uma pessoa que gozava da sua inteira confiança e que poderia manter o assunto sob absoluta discrição.

Afirma, ainda, que solicitou pessoalmente um pronunciamento da Ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon e do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, sobre a citação de qualquer participação sua no inquérito referente às irregularidades praticadas pela



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 51

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Construtora Gautama Ltda. Segundo o Representado, respostas foram unânimes em dizer que não havia qualquer indício de sua participação nessas irregularidades e que o seu nome não consta no rol de investigados pelo esquema objeto do inquérito.

Segundo a defesa, é falsa a afirmativa de que o Representado omitira a propriedade da Fazenda Novo Largo, ilação desconstituída diante da cópia da respectiva declaração de Imposto de Renda apresentada ao Plenário do Senado Federal no dia 28 de maio de 2007. Cita inclusive que esse falso noticiário, produzido criminosamente por um semanário de Alagoas, é objeto de ação indenizatória promovida pelo Representado em curso perante a 3ª Vara Cível de Maceió desde o mês de abril de 2006. Reafirma ainda que o Senador Renan Calheiros é proprietário apenas dos imóveis que constam das suas declarações de bens, anualmente entregues à Receita Federal, cuja cópia consta dos arquivos do Senado Federal.

Conclui aduzindo que o Representado se manifestou em discurso no plenário do Senado, quando apresentou vários documentos – depois, S. Ex^a enviou extratos bancários e declarações do imposto de renda à Corregedoria – e que, por fim, não há controvérsia. O Representado afirma que encaminhou os recursos através de um interlocutor. A beneficiária dos pagamentos assevera que os recebeu daquele em mãos. Destila ilações quanto à origem. Mas, sobre isso, respondem, não as ironias ou as maledicências, e sim os extratos bancários, com a implacabilidade de seus registros. E o próprio interlocutor, que o fez em depoimento bastante elucidativo, tomado em presença de diversos ilustres Srs. Senadores.

Requer, por fim, a Defesa, o arquivamento da Representação, nos termos do inciso IV, do art. 15, da Resolução nº 20, de 1993.

É o Relatório.

A análise e o voto vão ser lidos posteriormente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu pediria vista do relatório, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O relatório... Ainda não concluiu a leitura do relatório...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Já concluiu?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mantenho o pedido, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT – SP) – Sr. Presidente, queremos conhecer a íntegra do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pode ser concedida vista...



O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então eu peço vista do relatório, Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não há possibilidade de vista do relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Veja bem, se não me derem vista, eu queria que constasse em Ata que não estão me dando vista do relatório e estão descumprindo um direito que tenho aqui no Conselho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Vista de relatório não existe. Conste em Ata, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O relatório é não conclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Marisa Serrano e Senador Renato Casagrande, vamos concluir o relatório?

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Podemos concluir, Sr. Presidente. Estou pedindo a V. Ex^a que pudesse ser feito da forma que entendo que atenda ao rito processual.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Logo em seguida do relatório, conhecendo exatamente a direção apontada pelo relatório, vamos estabelecer o rito da votação, o que será depois do relatório.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Sem problema nenhum. Não tem problema.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, agora tem que ser ouvido o advogado; depois, a conclusão.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Agora, nós...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero vista do relatório. Eu não sei como a Gautama entrou nesse processo.

Eu quero vista do relatório.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Sr. Presidente, por favor, eu queria que o senhor me garantisse uma explicação como Relator.

Não compreendo que haja vista do relatório, porque relatório é uma descrição de fatos. Vista se dá em relação ao mérito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Aí eu vou concordar com o Senador Almeida Lima de que está sendo cerceado o direito.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Está certo. Eu só estou dando a minha opinião, mas o ideal agora é que pudéssemos ouvir o relatório do Senador Almeida Lima, com o voto em separado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu quero do de V. Ex^a. Eu quero vista desse relatório, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Presidente, V. Ex^a tem que despachar com base no Regimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 53

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só quero o direito, como teria direito qualquer um aqui.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Depois de ouvirmos as partes e continuaríamos a nossa apresentação.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Casagrande,...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não foi concluído o voto.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ...o Presidente tem que despachar com base no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Casagrande, no entendimento que nós mantivemos, eu gostaria que V. Ex^a procedesse à leitura completa do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, estou inscrito pela ordem também, Sr. Presidente, após o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, art. 132, §1º: "Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele a constituir parecer." "§1º O pedido de vista do processo [o pedido de vista] somente poderá ser feito..."

Então, ao final, com certeza, o Senador Wellington poderá pedir vista do processo.

O WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então não poderá abrir discussão, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É claro que não. Se V. Ex^a pediu vista...

O WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu quero só o meu direito de ver. Eu não sabia que tinha a Gautama nesse troço. Eu estudei a Mendes Júnior o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Arthur Virgílio.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Demóstenes – e V. Ex^a vai decidir, certamente –, a meu ver, agiu com percuência.

O Senador Wellington, em algum momento desta reunião, não me parece que tenha formulado o seu pedido de vista no momento azado, no momento correto, mas tem direito regimental de pedir vista de processo, independentemente de isso ser ou não ser uma atitude política correta, até do ponto de vista dos interesses que defende. Esse é um problema que é mais do Senador Wellington do que meu. Não vou discutir se é desastroso ou se não é. Não vou discutir que S. Ex^a tem o direito. Agora, que este direito lhe seja concedido, se S. Ex^a se mantiver nessa posição, no momento justo. E não me parece que tenha sido justo o momento em que S. Ex^a solicitou a vista.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Este também é nosso entendimento. Creio que o pedido de vista cabe quando houver a leitura completa do relatório.

Eu faria um apelo ao Senador Renato Casagrande e à Senadora Marisa...

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Excelência, não muda em nada. Nós agora pedimos ao autor do voto em separado que faça a leitura do seu relatório, ouçamos as partes; depois, continuaremos a nossa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos fazer isso. Nós vamos fazer isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Era a posição inicial inclusive do Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos fazer isso. Só que eu gostaria que o Senador Renato Casagrande e a Senadora Marisa entendessem que, quando as partes se manifestam depois do relatório, não é para convencer os relatores, mas os juízes que vão votar.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Em tese, para convencer. Em tese...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Esse é o entendimento. Os Relatores, não.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Em tese, se tiver alguma informação nova, nós podemos até acatar no nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a faz questão de ler o seu relatório?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Defere a oitiva das partes, Sr. Presidente, por favor.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Quanto à questão do entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vou deferir, mas o Senador Almeida Lima vai ler o de S. Ex^a.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 55

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Quanto à questão do entendimento de ler todo, ou uma parte, para mim, tanto faz.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Portanto, eu farei a leitura de uma parte do mesmo jeito que foi feito pelo...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, é só cumprir o despacho anterior de V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, eu quero deixar aqui um registro acerca do episódio há poucos instantes acontecido.

Eu lamento que tenha acontecido, mas não há por que nos penitenciar diante dele. Isso acontece em todo Parlamento do mundo. Não somos melhores nem piores. Somos humanos. E, como tal, com virtudes e com defeitos.

Não deveria acontecer? Não. Mas aconteceu. O Brasil inteiro tem costume de ver isso na televisão em todos os países do mundo, desde a Câmara dos Lordes e dos Comuns à Bolívia, na semana passada.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que, neste momento, aqui, eu não estou nem confortável, nem desconfortável – fazendo apenas uma alusão às expressões da nobre Senadora Marisa Serrano, e o faço de forma respeitosa –: aqui estou por um dever de ofício. Como Senador, me sinto obrigado ao ônus e ao bônus. Se isso aqui é ônus ou bônus, a sociedade é quem vai avaliar. Mas, como Senador, não me compete – esta é a minha visão – me omitir de qualquer ato designado como Parlamentar para cumprir.

Portanto, faço a leitura deste parecer, ou relatório, que pode ser nominado da forma que assim o desejarem.

“Trata-se de representação protocolizada pelo Partido Socialismo e Liberdade, PSOL...”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Almeida, penso que a forma assim desejada foi voto em separado, acordado entre nós ainda há pouco.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Para mim, nenhum prejuízo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É que os Anais registram isso.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Para mim, nenhum prejuízo.

Retomo o relatório.

Trata-se de representação protocolizada pelo Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, em desfavor do Senador José Renan Vasconcelos Calheiros, do PMDB, AL.

A Representação se reporta integralmente aos fatos descritos nas matérias veiculadas pela revista **Veja**, pelo jornal **Folha de S.Paulo** e pelo jornal



O Globo, aduzindo que os atos do Representado podem vir a se traduzir em abuso às regras de moralidade, probidade, boa conduta e respeitabilidade e, ainda, ferir a imagem e o prestígio do Senado Federal.

Em conclusão, requer o PSOL o recebimento da representação e a instauração do processo disciplinar ante a suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros, com designação de relator, a sua notificação, a solicitação de cópia dos relatórios das Operações Navalha e Octopus, da Polícia Federal, bem como dos documentos que os integram, a procedência da presente representação, com a recomendação ao Plenário do Senado das sanções cabíveis.

O Senador Renan Calheiros apresentou defesa asseverando que sua vida privada foi violada, ferindo a dignidade de um Senador da República e forneceu detalhes sobre o pagamento da pensão alimentícia destinada à sua filha, no valor de R\$12 mil mensais, sendo R\$8 mil a título de manutenção e R\$4 mil para pagamento de aluguel de um apartamento. Essas informações vieram acompanhadas de farta documentação que demonstram as despesas efetuadas.

Sobre o fato de o Sr. Cláudio Gontijo ter servido de emissário dos pagamentos, o Senador Renan Calheiros informou tratar-se de amigo de longa data, que poderia manter o assunto da pensão alimentícia sob absoluta discrição, o que explica também que ele conste como fiador nos contratos de locação firmados pela beneficiária da pensão e como comprador de um *flat* do Senador, em operação perfeitamente legal.

De forma minuciosa, a defesa do Senador refuta todas as acusações formuladas na Representação, explicitando que os recursos saíram de sua conta bancária e que todos tinham origem lícita, e requer, ao final, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar delibere pelo arquivamento da Representação, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Resolução nº. 20 de 1993.

Com a defesa foram apresentados documentos acerca da capacidade econômica do Representado para o pagamento da pensão à sua filha, os quais foram posteriormente submetidos à perícia no Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal.

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, este é o relatório.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AP) – Sr. Presidente, solicitamos o pedido de vista por duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Gilvam, a Mesa entende que não cabe pedido de vista ainda porque o relatório foi lido parcialmente. Só cabe pedido de vista quando os Relatores concluírem os seus relatórios.

Vamos ouvir agora as partes.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AP) – Mas concluirá ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Ainda hoje.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AP) – Em seguida, pedirei a V. Ex^a.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 57

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Consultamos o representante do PSOL se deseja se manifestar. *(Pausa.)*

Não se encontra presente o representante do PSOL? *(Pausa.)*

Convidamos o representante do PSOL para se manifestar. V. Exª dispõe de até 10 minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Membros da Comissão Processante, Srªs e Srs. Senadores:

O Senado Federal, inicialmente através do seu Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tem a grave tarefa de julgar a representação que nós, do PSOL, oferecemos, com abertura de processo disciplinar contra o Senador Representado. É importante que o faça de forma objetiva e transparente aos olhos da Nação. Nunca é demais lembrar que a nossa Representação, a primeira de três que o Senador enfrenta, indica quebra de decoro por possível pagamento de despesas pessoais através de alto funcionário da empreiteira Mendes Júnior, empresa interessada em negócios públicos, aumento ilegal de patrimônio e colocação de bens em nome de terceiros.

A documentação que o Senador apresentou como "prova cabal" de que toda sua movimentação financeira e patrimonial se dera nos marcos legais, afirmando inclusive que, com isso, provaria ter recursos suficientes para arcar com a pensão paga à jornalista Mônica Veloso, é um dos aspectos da análise da procedência que sustentamos com convicção do pedido de interrupção de seu mandato e suspensão de seus direitos político-eletivos.

A perícia do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, nesse sentido, é reveladora e contundente. Apresento em seguida as principais evidências que fortalecem a necessidade deste Conselho aprovar a cassação do mandato parlamentar do Senador Representado.

Evidência 1. A conta corrente do Representado apresentada para exame não tem saques ou transferências bancárias coincidentes ou correspondentes nos valores e períodos dos repasses para a Srª Mônica. Respondendo ao quesito nº 24, que perguntava se havia saques em dinheiro ou transferências bancárias das contas do Senador Representado coincidentes ou correspondentes aos valores e ao período em que foi beneficiária a Srª Mônica Veloso e/ou sua filha, nos alegados pagamentos de despesas ou dispêndios de alimentos, a Perícia respondeu que não foram identificados saques em espécie ou transferências bancárias na conta corrente enviada ao exame.

Evidência 2. A quantidade de reses declaradas no Imposto de Renda é incompatível com os dados de vacinação do rebanho. A Perícia, em verdade, não conseguiu comprovar a propriedade do gado, a totalidade do rebanho negociado e sequer a venda nos valores das notas fiscais ou dos recibos.

Evidência 3. Há inconsistências entre as notas fiscais e as guias de transporte animal apresentadas, uma vez mais anotando a incerteza da quantidade de gado, das vendas, dos valores apurados, dos compradores e dos pagadores. Reforçam também a suspeita forte de que o patrimônio tenha sido



“maquiado” para parecer maior do que realmente era. Os peritos chegam a afirmar que as GTA não estariam relacionadas com as notas fiscais emitidas pelo Senador (resposta ao quesito nº 18) e que não está comprovado o transporte do gado (resposta ao quesito nº 8).

Evidência 4. Há notas fiscais emitidas por empresas com inscrição fazendária inativa. Os peritos da Polícia Federal constataram que a empresa GF da Silva Costa e Stop – Comercial de Carnes e Derivados Ltda. estariam inativas ou canceladas no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Alagoas. As notas fiscais emitidas não são juridicamente válidas, seja pelo aspecto fiscal, seja pelo aspecto comprobatório de uma transação comercial. Em linguagem popular, seriam “notas fiscais frias”. É bastante provável que o Senador Representado tenha se utilizado de documento fiscal inválido e ilegal para buscar provar a venda de gado e sua capacidade econômica. A suspeita de irregularidade e dolosa prática de ilícito é reforçada no detalhamento dos negócios feito pela Perícia (pp. 20 e 21 do Laudo). Em pelo menos cinco transações, as empresas atuam conjuntamente. A GF da Silva Costa e a Stop - Comercial ora são as emitentes dos cheques, ora são as emitentes das notas fiscais numa mesma venda. A GF da Silva, depois de sua reabilitação, em 18 de junho de 2007, possivelmente teria complementado as notas fiscais emitidas pela Stop – Comercial, assim tentando regularizar as transações ilegais. Aqui talvez a explicação do porquê as notas complementares não foram emitidas com a data da complementação, mas com a data da venda.

Evidência 5. o Senador Representado, depois de iniciada a perícia, depois do envio de documentos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e depois da formulação de quesitos a serem respondidos pela perícia, apresentou no dia 17 de agosto, um aditamento de empréstimo – Instrumento Particular de Novação de Mútuo, no valor de R\$ 178 mil – tomado à Costa Dourada Veículos Ltda., empresa de Tito Uchôa. A tentativa de justificar sua capacidade econômico-financeira foi, contudo, desbaratada pela perícia nos documentos que o próprio Representado apresentou. A Polícia Federal chegou à conclusão de que o empréstimo não é factível, sendo absolutamente incongruente e possivelmente inexistente. Inicialmente o Senador apresentou notas promissórias de quitação de valores superiores a R\$ 500 mil, absolutamente incompatíveis aos supostos valores dos empréstimos – pouco mais de R\$178 mil – mesmo se considerarmos os encargos contratuais, juros de mora, correção monetária e outros dispêndios.

Evidência 6. A verba indenizatória – instituída para o ressarcimento de gastos feitos no exercício do mandato – foi apresentada como rendimento. O Senador declara à Receita Federal como renda os quase R\$650 mil recebidos como verba indenizatória, diárias e ressarcimento, assim intentando caracterizá-los como recursos que comprovariam sua capacidade econômico-financeira para arcar com os dispêndios alimentícios que diz ter pago. Ocorre que a utilização e a finalidade da verba indenizatória está adstrita à atividade



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 59

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

parlamentar, não podendo, sob as penas da lei relativa à improbidade administrativa, ter uso diverso do previsto, como por exemplo, o pagamento de pensão alimentícia ou pensão;

Evidência 7. O crescimento extraordinário do patrimônio do Senador derivou, em boa parte, daquilo que o laudo pericial denomina "atividade rural fictícia", com inexistência de gastos com custeio das atividades nas fazendas, recibo de vendas de gado para empresas fantasmas e superdimensionamento do rebanho.

Evidência 8. Os processos em curso perante o Conselho de Ética têm sofrido toda sorte de interferência da Presidência do Senado, colidindo nas reiteradas trocas de Presidentes do Conselho; nas inúmeras trocas de Relatores dos processos; na reiteração de perícia técnica; na recalcitrância na escolha e na aceitação de novos Relatores para os processos; na recente saída do Secretário-Geral Adjunto da Mesa do Senado; e na imposição de severas dificuldades para a condução e acompanhamento do processo.

Na verdade, Sr. Presidente, o aqui relatado faz parte do que foi apresentado como quesitos e respondido pela perícia realizada pela Polícia Federal, mas fizemos questão de aqui evidenciá-los como fatos reais que exigem a decisão coletiva, de forma transparente, honesta, de todos os Srs. Senadores que participam e estão com a ardorosa tarefa de proceder à decisão sobre se acolhem e se aprovam o pedido de cassação do mandato do representado, a ser encaminhado ao Plenário do Senado Federal.

É essa a manifestação do PSOL no seu entendimento de que nada mais fez do que cumprir as obrigações e atribuições que estão garantidas pela Constituição Federal e pela luta de todos aqueles que acreditam que a ética na política e a luta contra a corrupção têm que ser implacáveis, seja com quem for, parta de onde partir.

Essa é a nossa luta, esse é o nosso compromisso, apelando para a consciência e a decisão de cada um dos Senadores que compõem o Conselho de Ética do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa agradece ao Senador José Nery a manifestação que faz em nome do PSOL.

Consultamos o Dr. Ferrão, Advogado do Representado, para saber se quer fazer uso da palavra.

Tem V. Sª também dez minutos.

O SR. EDUARDO FERRÃO – Sr. Presidente, Srs. Relatores integrantes da Comissão de Inquérito, Srs. e Srs. Senadores, já se disse alhures que a palavra tem no mínimo dois donos: metade é de quem a pronuncia e metade é de quem a escuta. E se a palavra só adquire sentido como expressão verbal, como fenômeno de comunicação, o elo só se estabelece a partir da identificação dos donos das duas metades.



Se a Casa me permite falar neste momento, falo como advogado. Limitado, obscuro, mas um advogado que tem a metade da palavra. A outra metade é V. Ex^{as}. Mas advogado fala para tribunal; advogado não fala para Senador, porque não tem legitimidade para isso, porque a Constituição Federal quis que V. Ex^{as}, neste momento, mais do que Senadores, ou por serem Senadores, fossem magistrados. Foi a Constituição Federal que lhes outorgou a prerrogativa dramática de apreciar, de julgar a conduta, o hábito de outro Senador. E, se V. Ex^{as} podem – e devem –, como magistrados, exigir do advogado a postura de advogado, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que é uma lei federal, define que entre magistrados e advogados não há hierarquia. Então ao advogado também é permitido exigir dos magistrados, com todas as vênias e com todo o respeito, a reflexão, a serenidade e a atenção necessária para o cumprimento dessa prerrogativa dramática, como lhes referi.

E isso me preocupa muito. E quero ser sincero do começo ao fim, como tenho sido ao longo de todo o desempenho deste mandato: preocupa-me a quantidade de cadeiras vazias. Parece que, lamentavelmente, com todo o respeito, mais uma vez a defesa não vai ser ouvida como deve, com todos os defeitos, com todas as limitações, com todas as obscuridades do próprio advogado. Talvez por isso – quem sabe – grande parte dos nossos julgadores não se faz presente, porque, na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não me recordo que na história desta República alguém tenha sido objeto de um massacre, de uma chacina dessa envergadura. E o que é pior, sem poder falar, sem poder responder, porque as acusações, as maledicências, as infâmias, turbilhões avassaladores tentaram passar por cima. E todo gesto, até tímido, de resistência era rotulado como chicana, barganha, opressão.

E me permitam uma observação pessoal cuja responsabilidade não é do Representado, mas é curioso – e a observação é pessoal, minha; a responsabilidade é minha – que às vésperas da outra reunião do Conselho em que também se começava a julgar a Representação uma grande matéria jornalística tratando dos “laranjas”, como foi dito aqui – nós vamos falar sobre isso –, criou um estado praticamente de comoção no Conselho.

Ontem, às vésperas de mais uma reunião do Conselho, mais um fato gravíssimo surge: alguém é constrangido pelo Presidente a emitir um parecer, uma opinião, não sei o quê.

Perdoem-me. Está criado o pano de fundo para que se qualifique ou para que se desqualifique o discurso da defesa do Senador. Hoje, o discurso solitário da defesa do Senador.

Aliás, perdoe-me, Presidente. Preciso revelar. Esse discurso, Srs. Senadores, é tão solitário, é tão teimoso que alguém dentro desta sala já presenciou advogados irem ao meu escritório recomendando que saísse da causa, pelo desgaste que o exercício profissional estaria me trazendo pessoalmente na defesa do Senador. Mas eu lhes digo com orgulho, com a honra de quem é procurador de muitos Parlamentares nesta Casa: este



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 61

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

mandato do Presidente do Congresso Nacional tem conseguido me fazer transcender as minhas notórias limitações pela honra com que o tenho desempenhado.

Vejam que tudo começou quando, às vésperas ou no dia da audiência de conciliação e julgamento num processo de oferta de alimentos, uma revista estampa uma matéria – desculpem a expressão vulgar – “detonando” o Senador.

Logo após, porque a sua condição de Presidente do Congresso Nacional exigia uma satisfação para o Senado, para o Congresso, para o País, S. Ex^a fez uma manifestação no Plenário do Senado, de coração aberto, trazendo tudo o que tinha.

Logo após, foi instaurado um procedimento na Corregedoria do Senado, e a defesa foi muito criticada por isso. Como é que a defesa apresentou tanto documento? Como é que se expôs o Senador assim?

Não houve estratégia, não houve preocupação de estratégia de defesa. O que houve desde o começo foi uma abertura total e irrestrita do Presidente com a sua Casa, mostrando tudo, o que convinha e o que não convinha, mesmo aquilo que pudesse ser usado contra si. Mais do que uma estratégia de defesa foi uma abertura de alma. E aí começou, sim, o calvário. Apresentaram extratos bancários, comprovantes de rendimentos onde estava declarada a atividade pecuária, mas isso foi questionado: “Mas e tanto dinheiro?! É real a atividade pecuária?” Aí vieram as notas fiscais, vieram as GTAs, comprovantes de vacinação.

E eu não me esqueço – alguém vai dizer da dramaticidade da afirmação – das lágrimas de uma advogada do meu escritório quando um repórter conhecido nacionalmente fez a afirmação categórica de que os recibos que nós tínhamos apresentado estavam com a tinta fresca. E aí o clima inteiro no País, fomentado – desculpem a franqueza – por colegas do Senador, foi de ridicularização, foi de desconstrução de uma imagem permanentemente: “Então as notas eram frias?! Os compradores eram laranjas?! Os recibos eram frios?!” Quer dizer, não se hesitou um segundo sequer em desrespeitar frontalmente a Secretaria de Controle Interno do Senado, que havia atestado, depois de ir a Alagoas, a autenticidade dos documentos: “Não, para nós não serve. A Secretaria de Controle Interno pode ser subordinada ao Senador, ao Presidente.” A Polícia Federal fez um laudo inconclusivo e se partiu, então, para a segunda perícia.

Antes dessa segunda perícia, aconteceu um fato interessante: comentou-se aqui, aos quatro ventos, no Senado, e foi manchete nos grandes jornais do País, que o Presidente, Senador Casagrande, havia sofrido mais uma derrota, que o Procurador-Geral da República requeria instauração de inquérito no Supremo Tribunal Federal.

O Presidente tentou, eu tentei fazer com que um único veículo de comunicação dissesse que era verdade, que aquele inquérito foi instaurado por



requerimento do Presidente Renan Calheiros do qual eu fui o portador. E por uma razão muito simples, Senador Pedro Simon: porque as coisas estavam sendo conduzidas no Conselho de Ética para o impasse absoluto, porque se dizia, a partir de uma matéria falaciosa, que os compradores eram laranjas, e laranjas do Senador, mas sabiam que o Conselho de Ética não tinha a prerrogativa legal da quebra do sigilo bancário ou fiscal daquelas empresas.

Então, até mesmo na tentativa de manter um rumo jurídico, uma âncora jurídica para aquilo que avançava para não sabíamos que lado, procurou-se abrir uma porta no Supremo Tribunal Federal através da abertura de um inquérito, porque o que nós afirmávamos desde o começo era que esses compradores do gado do Senador, essas empresas que não existiam, como diz o Senador José Nery, eram problema dos compradores e não do vendedor, que esses compradores compravam gado – e fizemos prova nesse sentido – de outros produtores.

E essa afirmação reiterada, agressiva, desmoralizante, mal-educada contra o Senador provocou tanta indignação no povo de Alagoas que nós começamos a receber notas fiscais de restaurantes, supermercados, enfim, que compravam carne desses “laranjas”.

O ilustre e digno Senador José Nery acaba de afirmar que essas empresas não existiam?

Acesse o *site* da Receita Federal, estão regulares. Acesse o Serasa, estão regulares. Isso está nos autos. Essas empresas têm contas bancárias. E, ao que se sabe, pela quantidade de carne vendida para restaurantes, supermercados, enfim, movimentaram milhares e milhares de reais.

Mas o que importa, Srs. Senadores, e não vamos entrar aqui no detalhamento de inconsistência tal ou de inconsistência tal... Quem sabe a razão da existência de um Senado na República, quando lá, na antiga Grécia, em Atenas, o Senado funcionava praticamente na praça e era composto pelos poucos cidadãos acima de 60 anos, como um fator de equilíbrio, de ponderação, de serenidade em que se traz para a Casa Legislativa aquela carga de vivência que faz o homem ter mais sabedoria?

O que disse o novo laudo da Polícia Federal, a quem eu quero, inclusive, render todas as homenagens pela seriedade com que se comportou nesse trabalho.

Dado nº 1: todos os documentos apresentados pelo Senador são autênticos.

Alguém vai dizer: “Ah, mas são autênticos materialmente; ideologicamente não se sabe”.

Mas existe mais um quesito: “Algum dos documentos apresentados pelo Senador é falso?” Um, um. Resposta: “Não”.

“Ah, mas existe inconsistência entre as notas fiscais, as GTAs?!”

Ora, convenhamos, a nota fiscal é emitida pelo produtor; as GTAs, pelo poder público e nem sempre vão coincidir. E quem tem o mínimo de



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 63

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

conhecimento, se algum dos senhores aqui é pecuarista sabe que raras vezes a GTA é emitida no número exato dos animais vendidos, porque essa GTA é emitida por aproximação, antes da transação efetuada.

E as vacinas? "Ah, mas não apresentou comprovante de despesa durante um ano ou dois anos da sua fazenda!" Aí diz assim: "Não. Isso permitiu ocultar o locupletamento indébito!" Mentira, isso está comprovado! Está comprovado! Durante um expressivo período de tempo o espólio da família do Senador suportou as despesas da sua fazenda. Isso está registrado.

Mas aí surge a questão, porque, nessa devassa toda a que não sei se alguém, alguma vez na vida, já se submeteu, nessa devassa de 2002 para cá, 2003, 2004, 2005, 2006, extratos bancários, cheque por cheque, transação por transação, tudo, aí se constatou um déficit ou um acréscimo patrimonial a descoberto de R\$24 mil ou R\$25 mil em todos esses anos. "Ah, meu Deus, está aqui! Está aqui o furo!"

Ressalvando a seriedade do trabalho dos técnicos da Polícia Federal, mas as inconsistências não são das contas do Senador, são do laudo, que diz o seguinte lá pelas tantas: existem saques na conta bancária dele capazes de suportar o pagamento dos valores que foram para a jornalista, mas nós não podemos afirmar que esses saques, exatamente esse dinheiro que saiu da conta foi aquele levado para a jornalista. Não dá para afirmar isso.

Mais adiante eles dizem assim: da análise desse pedido todo, existe um acréscimo patrimonial a descoberto de R\$24 mil a R\$25 mil em 2005. Só que, para haver esse déficit, eles consideraram, sim, o pagamento da jornalista. Ou seja, só há esse déficit se se considerar o pagamento da jornalista.

Aí surge a questão ridicularizada, debochada, do empréstimo com a empresa Costa Dourada. Alguém disse: "Olhe, não foi declarado no Imposto de Renda, não foi registrado em cartório de registro de títulos públicos, então não existe". De onde isso? Quem disse que empréstimo tem que ser registrado em cartório de registros públicos? Onde está isso? Não declarou no Imposto de Renda? É verdade, não declarou, mas dizer que não existiu, como quis afirmar o Representante do PSOL? Existiu e há prova documental de que existiu, prova documental e irretorquível segundo o Direito Comercial e o Direito Civil, porque esse empréstimo foi registrado no livro Diário da contabilidade da Costa Dourada, livro esse registrado, e com carimbo do registro, na Junta Comercial em 2005, lá atrás.

Como se pode forjar um empréstimo retroativo com a oficialidade, comunicando que aqueles dados são reais, em 2005?

E houve uma confusão, também do PSOL, falando em empréstimo de R\$500 mil. Coisa nenhuma. Confundi. Houve o mútuo inicial de 70, que passou para 90. Foram feitas novações em que um empréstimo foi substituído o outro. E o PSOL, o que fez? Somou todos eles, como se fossem diversos empréstimos. E eram saques feitos no caixa da empresa com registro no seu livro Diário, com registros.



Nunca se sacou mais do que R\$4.500,00. Sempre eram quatro mil, três mil, quatro mil e quinhentos, enfim, para atender às pequenas despesas lá em Alagoas, referentes à própria atividade do Senador.

(Procede-se à projeção.)

Esse é o livro Diário onde estão os registros. Pegamos por amostragem 15 de janeiro de 2004, 15 de janeiro, José Renan Vasconcelos Calheiros, R\$3.200,00.

Esses registros foram objeto de autenticação, estão autenticados pela Junta Comercial. Aí está a autenticação.

Agora, há uma pergunta: "Sim, mas por que não declarou esse empréstimo à Receita Federal?" Pelas razões que o Senador declinou pessoalmente em entrevista que manteve com os membros da Comissão de Inquérito. Essa situação integrava aquele espectro das suas relações com a jornalista. Não que saísse de lá o recurso, mas integrava aquele espectro.

Há um outro detalhe, Srs. Senadores, e peço até desculpas por entrar nesse assunto, mas isso doeu fundo. Houve um jornal de expressão nacional que fez uma matéria bombástica, tratando o Senador Renan Calheiros por "rei do gado" – "rei do gado" – pelo valor com que era vendido o gado. Entrevistaram funcionários, Confederação Nacional da Agricultura lá de São Paulo: "Isso é uma barbaridade! Esse gado é mais caro que em São Paulo! Isso é uma vergonha!"

Está aí o laudo da Polícia Federal, está aí o laudo: preço de mercado. Preço de mercado. Nesse próprio jornal que disse horrores do Senador em duas ou três edições anteriores, nos seus indicadores econômicos, estava lá a cotação do gado em Alagoas, exatamente no valor que o Senador vendeu. E assim vai se desconstruindo uma imagem, Srs. Senadores, que o País, no primeiro momento, entre patético, perplexo, passa a ficar indignado também, como se aquela desconstrução toda correspondesse à verdade.

Agora, o mais curioso nisso tudo – perdoem-me –, o assustador, é se querer ceifar um mandato popular, porque, embora se discuta se o julgamento que V. Ex^{as} vão proferir é eminentemente político, é jurídico-político, mas há um detalhe: a Constituição Federal, no art. 5º – e me socorro do Senador Demóstenes –, assegura a todos os acusados em geral, seja qual for o processo, o direito ao devido processo legal. E, dentro do espectro do devido processo legal, preciso falar, sim, em princípio da legalidade, da reserva legal, ou seja, só posso aplicar uma pena prevista na Constituição ou na lei. Não posso criar uma pena. E, para aplicar uma pena, preciso identificar necessariamente onde uma determinada conduta infringiu determinado tipo constitucional, legal ou até regimental.

Muito bem. A Constituição menciona, e não conceitua, o que é decoro parlamentar. E muita gente tem se descabelado por isso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa foi tolerante com V. Ex^a...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 65

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, sou completamente a favor de que o advogado de defesa fale pelo tempo que julgar necessário.

Fiz a mesma reivindicação para mim mesmo, ainda há pouco, e não poderia agir com dois pesos e duas medidas de jeito algum.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, permita-me um instante.

Foram concedidos dez minutos; eu usei onze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Foi mais.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Já são vinte minutos de qualquer maneira. Então, se houver necessidade, que V. Ex^a me conceda o direito depois. Se houver necessidade, que eu possa me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB concorda de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente.

Entendi que V. Ex^a havia se dado por satisfeito com o tempo que utilizou.

Dr. Ferrão.

O SR. EDUARDO FERRÃO – Obrigado.

Concluo.

Então, a Constituição não define o que seja decoro parlamentar. Admite a perda do mandato por quebra de decoro, mas não diz o que é decoro. Mas a Constituição teve o cuidado de não deixar um tipo completamente aberto, ou seja, exposto à subjetividade extremada para que cada um, de acordo com a sua ideologia, de acordo com as suas concepções, criasse um tipo de decoro parlamentar. A Constituição restringiu. Até pela antinomia, ela veio a dizer o seguinte: considera-se conduta incompatível ou quebra de decoro parlamentar quem abusar das prerrogativas do cargo ou obtiver vantagens indevidas. Essas são as duas situações expressas. Há uma terceira, que remete ao Regimento, mas diz respeito à questão orçamentária, finanças públicas, o que não é o caso.

Então nós temos duas situações possíveis de análise: abuso das prerrogativas ou obtenção de vantagens indevidas.

Isso significa o quê? Em qualquer concepção civilizada do mundo, eu só posso propugnar pela quebra do decoro ou pela cassação do mandato de alguém, se eu disser que, por tal ato, ele obteve uma vantagem indevida, ou que, por tal ato, ele abusou das prerrogativas. Se eu não fizer isso, é o arbítrio, é a barbárie.

Então, abuso das prerrogativas me parece que é uma hipótese que não sealaria. Agora, alguém poderia falar obtenção de vantagens indevidas, tinha um intermediário, um sujeito que levava os recursos para a jornalista, e que isso



foi uma vantagem indevida no momento em que alguém alegou que era uma empresa, uma empreiteira que pagava esses recursos.

Em primeiro lugar, é uma tolice, perdoem-me a contundência, mas é uma tolice dizer que o Senador Renan Calheiros não conseguiu provar que o recurso era dele. Coisa nenhuma! Quem tem que provar que foi a Mendes Júnior que pagou é o acusador. E isso é uma regra do devido processo legal.

Mesmo assim, pela expressão do seu cargo, pelo respeito ao seu mandato, o Senador, como lhes disse, sem preocupação de estratégia com defesa, abriu, trouxe tudo o que tinha – documentos, enfim, trouxe tudo – mostrando que o dinheiro tinha saído das suas contas. “Ah, mas não saiu porque os saques, embora existissem, não correspondem à data de pagamento.” As explicações são enormes para isso. “Ah, mas há saques que foram feitos no mês de abril para pagamento em maio.” V. Ex^{as} sabem as atribuições das atividades do Senador: viagens permanentes, enfim. Então havia preocupação, sim, em manter razoáveis importâncias em dinheiro para que fosse feito esse pagamento, independentemente da sua presença ou não aqui na cidade.

Eu, lendo ontem e hoje o jornal **Folha de S.Paulo**, certamente uma criação do jornalista, porque eu duvido – conheço a seriedade dos nobres Senadores Relatores – que isso fosse vazado para a imprensa, observo que eles dizem que o voto viria no seguinte sentido: “É, não tem prova de que a Mendes Júnior pagou, como o Senador não conseguiu provar que foi ele que pagou, mas a relação dele com o Sr. Cláudio Gontijo, aquilo que pejorativamente se chama de lobista, um funcionário da empresa, amigo do Senador, com prova documental nos autos de muito tempo antes de ele trabalhar nesta empresa, o simples vínculo com essa pessoa já importaria a quebra do decoro.”

Com a devida vênia, criativo o jornalista, muito criativo, por um simples motivo. Onde está a vantagem indevida? Onde está o abuso da prerrogativa? Quer dizer, a qualidade das relações pessoais define uma quebra de decoro? E, veja, poder-se-ia admitir algum debate em torno do assunto se esse cidadão Cláudio Gontijo fosse algum delinquente, um marginal, alguém dado ao delito, mas é uma pessoa muito bem respeitada aqui em Brasília, para quem não o conhece. Eu o conheço. Muito respeitado. Um cidadão sério que, por ser executivo de uma empresa passou a ser lobista – o lobista, o lobista, o lobista –, como uma forma de comprometer.

Meus senhores, fiquei impressionado com a afirmação do Senador Wellington Salgado, por quem tenho uma grande admiração, que “os discursos não convencem ninguém, porque as pessoas já estão com os votos nas suas cabeças”. Mas eu me permitiria, com a humildade de um advogado limitado, ponderar que há um compromisso, sim, dos Senadores, com a Nação, com o seu povo, com o eleitor pelo fato de que nesse momento os senhores estarão decidindo um mandato que foi conferido pelo povo, no primeiro de todos os



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 67

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

princípios constitucionais, o da soberania popular. Se os senhores estão investidos neste momento da condição de magistrados, e não de Senadores simplesmente, magistrados... Todos sabem que o ato de julgar também é um ato solitário, introspectivo, de reflexão, onde são colocadas todas as nossas contingências, as nossas circunstâncias, enfim.

Permitam-me, Srs. Senadores, com todo respeito que devoto a V. Ex^{as} e a esta Casa, mas a mim, como advogado, parece-me intolerável que o julgamento seja precedido de concertos políticos. Procedimentos, sim. Procedimentos, sim, Senador. Agora, o ato de julgar, que é sagrado, que exige consciência, não permite, não é compatível com decisão em bloco.

Sei que, ao longo do tempo, cometemos alguns excessos aqui mesmo, até na adjetivação teatral, como falam nossos amigos da imprensa, mas é luta solitária. Aqui, Senador José Nery, por mais tempo que eu fale, certamente nunca conseguirá ser 10% de tudo o que se disse contra o Senador Renan Calheiros ao longo de todo esse tempo. É o único o momento que tenho. Não tenho outro. E se essa luta é quixotesca ou não, isso está nos senhores dizer. Fiz o que pude, nos meus limites, com as minhas circunstâncias, fiz o que pude não por um cliente. Fiz o que pude, fui ao meu limite pelo Presidente de todos nós, porque carrego aqui, saio daqui lembrando a conhecidíssima passagem da Carta de São Paulo aos Apóstolos: "Combati o bom combate. Mantive a fé. Que Deus ilumine!"

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Ferrão.

Voltamos a palavra aos Srs. Relatores para concluir o seu trabalho.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, antes dos Relatores, peço a palavra a V. Ex^a por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador José Ney, se V. Ex^a pretende falar, pela representação do PSOL, em relação à diferença de tempo utilizada, entendemos que houve realmente uma diferença de tempo e, por justiça, caberia a V. Ex^a novamente usar da palavra, só que, se isso ocorrer agora, vamos quebrar o princípio do contraditório. Teríamos que conceder novamente a palavra a S. Ex^a. Então, eu pediria a compreensão de V. Ex^a, porque acho que sua argumentação foi sólida.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Ok, Presidente. Compreendido, vamos ao relatório, que é importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço. Senadora Marisa Serrano.

A SR^a RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Obrigada, Presidente.

Quero informar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que as cópias deverão ser entregues a todos agora para que possam acompanhar mais de perto alguns dados.



Continuando, fizemos, primeiro, a leitura do relatório; agora, faremos da análise; e, finalmente, do voto.

Como vou dividir essa leitura com o Senador Casagrande, passo a fazer a leitura da primeira parte da análise.

2. Análise

Inicialmente torna-se importante contextualizar a gravidade da crise pela qual passa o Senado Federal, para, no momento seguinte, analisar a representação, os fatos e as provas constantes no presente processo disciplinar.

Os fatos objeto da representação colocaram o Presidente do Congresso Nacional e, com ele, o Senado da República no centro de uma gravíssima crise no campo da ética e da moral.

O País assistiu estarrecido o Presidente do Senado Federal, de sua cadeira, confessando e pedindo perdão à sua família, a seus Pares e a um dileto amigo por erros que cometera em sua vida privada. Qualificou, então, aquelas denúncias, noticiadas pelos meios de comunicação do País, como uma infâmia, um assunto personalíssimo, até então coberto pelo manto do segredo, tratando-se, na sua visão, de um pseudo-escândalo sobre sua vida pessoal.

Por suas palavras afirmou o Representado:

“Pessoal sim! Estou aqui para provar, demonstrar, exhibir e reiterar de que se trata de uma questão pessoal, isso em rede nacional”.

Embasou, então, o seu pronunciamento em documentos, exibidos naquela sessão de 28 de maio do corrente ano, afirmando tratar-se de prova cabal e irrefutável de estar naquele momento sendo vítima de leviana e reprovável campanha moral baseada em suposições, mentiras, difamações e calúnias.

Sentimento de solidariedade tomou conta da maioria dos Senadores convocados para aquela sessão, a ponto de a mesma ter sido suspensa para que o Representado pudesse receber cumprimentos.

Os documentos apresentados foram, passo seguinte, encaminhados ao Sr. Corregedor-Geral do Senado, a cada um dos Senadores e, mais tarde, acostados com a defesa produzida nesta Representação.

Ao receber a documentação, o Corregedor-Geral procedeu a alguns atos preliminares de investigação, analisando documentos, ouvindo o Sr. Cláudio Gontijo e visitando a Min. do STJ, Sr^a Eliana Calmon.

A representação foi de pronto recebida e processada, de forma rápida e sumária, tendo recebido relatório pelo arquivamento.

Várias foram as intervenções feitas por diversos membros do CEDP, na reunião para apreciação do relatório pelo arquivamento, no sentido de que fossem aprofundadas as investigações, tendo, inclusive, sido apresentados votos em separado.

Decidiu-se, então, pelo prosseguimento das investigações que, a partir daquele momento, procurariam verificar a autenticidade dos documentos trazidos aos autos pelo Representado e a sua prestabilidade como prova de sua



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 69

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

capacidade econômico-financeira em arcar com suas despesas pessoais, aí incluídas aquelas relativas ao pagamento à Sra. Mônica Veloso, sem que, para isso, houvesse a necessidade de lançar mão de vantagens indevidas advindas de terceiros.

No Brasil, os atos incompatíveis com o decoro parlamentar encontram seus fundamentos normativos na Constituição Federal, art. 55, II, e na Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, art. 5º; e o processo de cassação de mandato, nos arts. 55, § 2º da CF e art. 13 da Resolução nº 20, de 1993. Neste contexto, prosseguiu a apuração a ser relatada.

Para compreensão do presente texto, desde logo, é importante tecer considerações sobre dois aspectos que tocam diretamente ao processo disciplinar de perda de mandato parlamentar do Senador Renan Calheiros: primeiro, não há nulidades processuais e, segundo, este processo ateve-se e aprofundou-se sobre três objetos investigados, a saber: a) o uso de laranjas pelo Representado como proprietários de suas fazendas, b) as relações entre o Senador Renan Calheiros e a Construtora Gautama, e c) o pagamento de despesas pessoais do Senador Renan Calheiros por lobista. Assim, os dois primeiros objetos não se sustentaram, como se demonstrará abaixo; enquanto que aquele último será elucidado, posteriormente, nas profundas análises dos fatos e dos documentos acostados e produzidos nos autos. Por ora, registre-se acerca da inexistência de nulidades.

2.1. Regularidade Processual – Não há nulidades

O presente processo apresenta-se em situação de plena regularidade processual, não havendo quaisquer nulidades. Foram plenamente respeitados os direitos do Representado, não somente pela observância da ordem da produção das provas, mas também pelo pleno conhecimento que foi dado ao Representado de todos os atos processuais investigatórios e de todas as diligências realizadas. Foi, inclusive, ampliada em relação à praxe processual, a possibilidade de participação do Representado em produção de provas durante o processo, ao ponto de que o trabalho de colaboração realizado pelos técnicos da Polícia Federal ter sido acompanhado por assistente técnico de confiança do Representado – S. Srª está aqui presente –, além da manifestação deste técnico e do próprio Representado ao CEDP acerca da perícia. Por fim, registre-se, foi-lhe ofertado prazo para oferecimento de alegações finais.

Ademais, a realização de trabalho de colaboração técnica dos *experts* da Polícia Federal foi decidida no âmbito da Comissão de Ética, com o conhecimento e com a anuência do Representado. Os trabalhos dos técnicos da Polícia Federal, PF, foram realizados com o conhecimento pleno da metodologia empregada à análise, bem como acompanhados *pari passu* pelo assistente técnico do Representado, que teve acesso amplo aos trabalhos durante sua execução. E, como consta dos autos, o Representado e o seu respectivo assistente técnico puderam se manifestar nos autos sobre o relatório pericial.



De qualquer modo, esclareça-se que não se cogitou, em nenhum momento, de quebra de sigilo de qualquer natureza do Representado. O que ocorreu foi a disponibilização dos documentos pelo próprio, deixando publicamente o Conselho totalmente à vontade para realizar quaisquer diligências que entendesse necessárias com o objetivo da elucidação de todo e qualquer fato relativo ao objeto da representação. Não há que se falar, portanto, em qualquer mácula aos princípios e garantias processuais do devido processo legal.

Finda essa análise sobre a garantia de ampla defesa e do contraditório ao Representado, parte-se para aquela noticiada segunda parte da análise, qual seja, sobre os três objetos investigados no presente processo. Vejamos o primeiro deles.

2.2. Das relações entre o Senador Renan Calheiros e a Construtora Gautama

A Representação n.º 1, de 2007, faz referência à reportagem, do jornal **Folha de S.Paulo**, de 24.05.07, que acusa o Senador Renan Calheiros e o Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, Deputado Antonio Albuquerque, de intercederem para que o governo alagoano liberasse verbas para a Gautama, sendo que a construtora encabeçaria um esquema de fraude em licitações e obras públicas. Em gravação de um telefonema do Sr. Zuleido Veras, há a menção de uma suposta intermediação do Representado junto ao governo de Alagoas com o objetivo de tratar da liberação das verbas.

Em outra reportagem do mesmo jornal, publicada no dia 29.05.07, o Senador Renan Calheiros teria tido um diálogo "grampeado" pela Polícia Federal, durante gravação autorizada pela Justiça, em que afirma ao Sr. Flávio Pin, Superintendente da Caixa Econômica Federal, preso na chamada Operação Navalha, que no dia anterior conversara com a Ministra Dilma Russeff e falaria também com o Presidente Lula sobre um empenho para a cidade de Maceió. O Representado teria afirmado ao seu interlocutor que, se não fizesse o empenho, perderia todos os recursos já destinados.

Durante as apurações destas denúncias, a Comissão de Inquérito não encontrou indícios que apontassem a participação do Senador Renan Calheiros nas denúncias citadas pelo jornal **Folha de S.Paulo**.

Em pronunciamento ao CEDP, no dia 06.06.07, o Corregedor-Geral do Senado, Senador Romeu Tuma, afirmou que, durante os procedimentos preliminares adotados pela Corregedoria para apuração deste caso, entrou em contato com a Ministra Eliana Calmon, responsável pelas investigações da Operação Navalha, e fez questionamentos sobre a possível participação do Senador Renan Calheiros nos atos delituosos constantes naquele inquérito policial. Segundo o Corregedor, a Ministra Eliana Calmon foi taxativa ao afirmar que até aquele momento não havia aparecido indícios sobre qualquer participação do Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 71

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Isso posto, através do instrumentos de investigação utilizados, não é possível conhecer da representação no tocante à participação do Representado no esquema delituoso patrocinado pela Construtora Gautama.

Compete, a seguir, tecer considerações sobre o segundo objeto do presente processo.

2.3. Uso de laranjas como proprietários de suas fazendas

Por seu turno, a Representação n.º 1, de 2007, também acusa o Senador Renan Calheiros de utilizar laranjas como proprietários de fazendas que seriam, na verdade, do próprio Senador. Como argumento, apontam as denúncias feitas pelo jornal **O Globo**, na edição de 28.05.07, em que o irmão adotivo do Representado, Sr. Dimário Cavalcante Calheiros, acusa o Senador Renan Calheiros de colocar em nome de laranjas uma fazenda que lhe teria vendido, a Fazenda Novo Largo, no Município de Flexeiras, omitindo essas informações na declaração de bens entregue no mesmo ano à Justiça Eleitoral.

O Sr. Dimário também acusa o Senador Renan Calheiros de utilizar o seu nome para adquirir outras propriedades. S. Srª procurou o Ministério Público, em 2005, depois de ter descoberto que, pelo menos em documentos públicos, constava como dono da Fazenda Cocal, em Murici, sem nunca ter adquirido as terras. Seu nome aparece em um documento do Ibama, enviado ao Ministério Público Federal, que relaciona as propriedades situadas dentro da Estação Ecológica de Murici. As fazendas serão desapropriadas e seus donos receberão indenizações milionárias, dentro do plano de recuperação ambiental da região. As suspeitas de fraude, no entanto, suspenderam o andamento do processo. O Sr. Dimário acredita ter sido usado como laranja pela própria família, que estaria interessada nas indenizações a serem pagas pela União.

O Senador Renan Calheiros fez encaminhar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as suas Declarações de Imposto de Renda referentes aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, constando a referida propriedade já a partir do ano de 2003, conforme assim discriminado no item sobre a declaração de bens e direitos : "Fazenda Novo Largo, localizada no Município de Flexeiras (AL), com uma área de 117 hectares, adquirida de Dimário Cavalcante Calheiros e Maria Luiza Pinheiro Calheiros, ambos com o CPF 049669704/82, pelo valor de R\$ 120 mil, pago assim: R\$ 40 mil, em 28/05/2004, e mais 87 cabeças de gado, no valor de R\$ 80 mil, em 22/05/2004. Brasil".

Isso posto, através do instrumentos de investigação utilizados, não é possível conhecer da representação no tocante à participação do Representado, Senador Renan Calheiros, neste episódio. Assim, não conhecemos da representação neste ponto específico.

O Pagamento de despesas pessoais do Senador Renan Calheiros por lobista



Finalizada a apreciação dos dois primeiros objetos da investigação do presente processo, comporta, agora, avançar para o último desses objetos – o pagamento de despesas pessoais do Representado por lobista.

Neste ponto, procuraremos detalhar, criteriosamente e com tecnicidade, os diversos fatos e provas carreadas aos autos.

Por conseguinte, desde logo se esclarece que a análise abaixo, no primeiro momento, cotejará o laudo pericial, para, em seguida, explicitar a compreensão e a extensão do decoro parlamentar, possibilitando, por fim, proceder à demonstração do nexo causal entre as irregularidades verificadas na fase de produção de provas com a investigada quebra de decoro parlamentar. Vejamos o laudo pericial.

2.4. Análise do laudo de exame contábil preparado pela Polícia Federal

A fim de instruir o processo foi realizada, com a sugestão do próprio Representado, perícia técnica por servidores da Polícia Federal. O resultado dos trabalhos ficou consubstanciado no Laudo de Exame Contábil apresentado ao Conselho de Ética em 21 de agosto do corrente ano. No Laudo, os Peritos Criminais David Antonio de Oliveira, Donaldson Resende Soares, Rafael Sousa Lima e Leonardo Vergara apontaram várias inconsistências e irregularidades que indicam que os documentos apresentados pelo Representado não provam a existência de recursos que pudessem fazer frente às suas despesas, incluída aí aquela com a jornalista Mônica Veloso.

Importante salientar que o Laudo não foi impugnado pelo Representado, que, ao contrário, disse em depoimento estar "absolutamente satisfeito com o laudo pericial da Polícia Federal". (Notas Taquigráficas do depoimento do Representado em 23/08/2007, fls. 2)

Ponto a ser destacado, da perspectiva metodológica do trabalho de investigação, é que a autenticidade ideológica dos documentos apresentados foi feita a partir de análise das informações e dados constantes de toda a documentação juntada aos autos. É evidente que não seria possível uma retroação temporal para que se pudesse verificar a existência física dos animais referidos na documentação, como, por exemplo, saber se havia animais ou não na fazenda, se eles foram ou não abatidos de fato no frigorífico, etc. Assim, a análise ideológica dos documentos pressupõe a verificação, por óbvio, da consistência dos dados constantes nos mesmos, a partir da conferência das várias fontes de informação.

O Laudo da Perícia diz que os documentos são autênticos, no sentido de que o documento é formalmente autêntico. Disse a perícia que as notas fiscais, embora autênticas, não são elementos bastantes e suficientes para demonstrar a correspondência com a realidade, logo não há como dizer que são legítimas. Para ser verdadeiro o documento, teria de ser autêntico e legítimo, ou seja, não ser formalmente falso e corresponder com a realidade.

Dissertando sobre provas, o Sr. Moacyr Amaral Santos diz que: "Um documento pode ser em si mesmo verdadeiro e, não obstante, conter idéias ou



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 73

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

enunciações falsas. Materialmente, o documento é perfeito; no entanto, traduz idéias, declarações, notícias falsas. Tem-se aí a falsidade ideológica, também chamada intelectual ou moral. Verifica-se quando em um documento, materialmente verdadeiro, são expostos fatos ou declarações desconformes com a verdade." (Comentários do CPC, 7a. ed., vol IV, arts. 332 a 475, n. 182, p. 207, RJ, Forense, 1994)

Não socorre ao Representado, portanto, a alegação de seu Assistente Técnico, durante a oitiva do Representado, de que somente é possível a análise da veracidade ideológica dos documentos se for feita de forma contemporânea aos fatos. (Notas Taquigráficas do depoimento do Representado em 23/08/07, fls. 10)

O Laudo conclui que não é possível, a partir da documentação apresentada pelo Representado, afirmar-se que a sua renda fosse capaz de dar suporte às suas despesas pessoais e ao patrimônio declarado.

O Laudo também conclui pela existência de várias irregularidades de ordem formal, escritural, matemática e fiscal na documentação, o que torna as alegações do Representado sobre a origem de seu patrimônio e recursos implausível e, portanto, não crível.

Os pontos mais significativos do Laudo, os quais apontam irregularidades são os que se seguem:

2.4.1. Sobre os Livros Caixa correspondentes à atividade rural e demais documentos de suporte de seus registro:

No item 27 do Laudo consta que:

- a) os Livros Caixa dos anos de 2002 e de 2003 não estão numerados seqüencialmente e não possuem, no início e no encerramento, anotações em forma de "Termos" que identifiquem o contribuinte e a finalidade do livro, contrariando o §3º do artigo 23 da IN-SRF nº 83/01;
- b) ausência de despesas de custeio, relacionadas com a natureza das atividades rurais exercidas, necessárias à percepção dos rendimentos da atividade rural e à manutenção da fonte pagadora. A título de exemplo, não há registro de despesa com empregados nos livros de 2002 a 2005, a qual passou a ser lançada apenas a partir do mês de setembro de 2006;
- c) recibos de pagamento, referentes ao ano de 2002, pelo uso de pasto e encargos sem o detalhamento da despesa;
- d) ausência do recibo de pagamento de compra de medicamento, referente ao ano de 2004, no valor de R\$2.750,00, para despesa lançada em livro;
- e) nota fiscal de compra nº 1736, de 2004, no valor de R\$1.760,00, foi registrada no livro por R\$1.260,00;
- f) registro de arrendamento de pasto, de 2005, no valor de R\$40 mil, sem a comprovação documental e a indicação do beneficiário;
- g) registro de arrendamento de pasto, de 2006, no valor de R\$8 mil, ao Sr. Remi Calheiros, sem a comprovação documental;



h) ausência de informações sobre as Notas Fiscais de Produtos, NFPs, quando do registro das operações de venda.

Outra discrepância verificada é que, na Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física, DIRPF, ano-calendário 2006, foi declarado a título de despesa de custeio e investimento o valor de R\$140.644,68, montante diferente do escriturado no Livro Caixa, de R\$160.603,08.

O Assistente Técnico do Representado disse, em oitiva, que: "Então, por causa disso que a declaração do Imposto de Renda, o Livro Caixa não se presta para apurar resultados. Para apurar resultado, necessariamente, não tem outra forma sem uma escrituração contábil." (Notas Taquigráficas, fls.10)

Inicialmente cumpre esclarecer que, para efeitos das conclusões apresentadas no Laudo, os conceitos de "rentabilidade" e "lucratividade" produzem os mesmos efeitos, já que a preocupação de correção da análise realizada foi no sentido da verificação da consistência das informações prestadas por meio dos documentos. Assim, os conceitos são, para os objetivos da perícia realizada, intercambiáveis, em nada alterando o resultado final dos trabalhos.

Além disso, o artigo 22 da IN SRF 83, de 11/10/01 determina, em relação à forma de apuração do resultado da atividade rural, que e gostaria que os Srs. Senadores prestassem atenção neste artigo:

"Art. 22. O resultado da exploração da atividade rural exercida pelas pessoas físicas é apurado mediante escrituração do livro Caixa, abrangendo as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade."

Verifica-se, portanto, que a apuração do resultado da atividade rural não é feita somente com a escrituração contábil, o que deixa clara a completa irregularidade documental dos Livros Caixa.

A falta de adequada escrituração do Representado foi apontada nos itens 35 e 36 do Laudo que afirmam: "35. Destaca-se que, de acordo com o advogado do representado, os contratos de arrendamento efetuados pelo produtor José Renan Vasconcelos Calheiros são verbais; e os recibos referem-se apenas a arrendamento e uso de pasto ou arrendamento de parte de fazenda, não havendo menção a outras despesas." e "36. Assim, os Peritos não puderam concluir sobre o adequado tratamento dado às despesas de custeio, relacionadas com a natureza das atividades rurais exercidas, necessárias à percepção dos rendimentos da atividade rural e à manutenção da fonte pagadora."

O Laudo aponta para o fato de que a documentação do Representado, enquanto produtor rural, não permite a correta verificação de constituição de seu patrimônio, porquanto não se pode fazer apuração precisa do resultado da atividade. O item 38 indica que a "ausência de registro de despesas de custeio nos livros Caixa do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros, nas DIRPFs,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 75

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

ano-calendário de 2002 a 2006, implica inexatidão da apuração do resultado dessa atividade."

Por inúmeras vezes o Representado sustentou que os documentos apresentados comprovariam a existência e regularidade de seu patrimônio e, com isso, o pagamento à filha tida com a Srª Mônica Veloso. Há, aqui, um nítido caráter de induzimento do Senado, de seus Pares e da Nação a erro por parte do Representado.

Mais claro ainda é o Laudo ao indicar o resultado fictício da atividade rural, conforme se observa no item 40: "A ausência de registro de despesas de custeio, sob o aspecto da disponibilidade de recursos como justificativa para aumento patrimonial, implica resultado fictício da atividade rural, que se reflete na evolução patrimonial".

O confronto entre as Notas Fiscais de Produtor, as Guias de Transporte Animal e as Declarações de Imposto de Renda teve como resultado, segundo consta do Laudo, item 48, que "após a realização dos exames, constatarem-se divergências entre informações relativas às operações de venda de gado bovino nos diversos documentos analisados."

Mais ainda, nos itens 49 a 53, observa-se que foram constatadas divergências entre os dados preenchidos nos campos data de validade, procedência e quantidade das GTAs, data de saída dos produtos, remetente e quantidade das NFPs, respectivamente. Tais irregularidades conduziram os peritos a reconhecer que, **verbis**: "não se pode afirmar que as GTAs apresentadas a exame estão relacionadas com as NFPs emitidas pelo produtor José Renan Vasconcelos Calheiros."

Dizem os peritos: "Ainda, o confronto das informações contidas nas NFPs, DIRPFs e recibos emitidos evidenciou outras inconsistências das informações relativas a quantidades e valores pertinentes às operações de venda de gado bovino."

Apresentar tais documentos ao Senado como prova cabal de aumento patrimonial é buscar construir uma ficção.

2.4.2. Sobre o ano de 2004

Os resultados do cruzamento das informações constantes das declarações de vacinação, NFPs, recibos e DIRPFs, trazem, segundo o laudo, dados "precários e contraditórios". (item 52) Não foram identificadas igualdades de valores entre as NFP do ano de 2004 e os recibos correspondentes.

O item 55 afirma peremptoriamente que "diante das inconsistências e precariedade dos documentos analisados, que se encontram descritas nos subitens a seguir, os Peritos concluem que a documentação enviada a exame não comprova, de forma inequívoca, a venda de gado bovino nas quantidades e valores das NFPs, recibos e DIRPFs, anos-calendário de 2004 a 2006, do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros."



Verifica-se a precariedade dos documentos que o Representado traz para dar suporte às suas afirmações. Nas análises pertinentes ao ano de 2004, foram apontadas várias irregularidades documentais. Para comprovar o resultado das atividades agropecuárias do período, o Representado apresentou oito Guias de Trânsito Animal e oito Notas Fiscais de Produtor de nº 0003 a 0010, que, segundo os documentos juntados, não correspondem a todo o movimento de gado do período de 2004.

Em outro exemplo de irregularidade formal, o Assistente Técnico do Representado disse (Notas Taquigráficas, fls. 17/18), que houve a venda de gado com emissão de nota fiscal pelo valor de pauta, como se este procedimento estivesse no campo da liberalidade do Representado. Ocorre que o lançamento pelo valor de pauta nas Notas Fiscais de Produtor não é procedimento correto, como se observa na legislação aplicável ao caso. As notas fiscais devem ser emitidas pelo valor de venda, conforme determina o artigo 148 do RICMS/AL (Decreto nº 35.245, de 26 de dezembro de 1991).

“Art. 148. Na Nota Fiscal de Produtor serão lançados, nos locais próprios, os seguintes elementos:

(...)

V – preços unitários das mercadorias, seus valores parciais e o valor total da operação, bem como a base de cálculo, na falta daquele ou dele diferente;

(...)

§ 1º – Os dados referidos no inciso V poderão ser dispensados quando as mercadorias estiverem sujeitas a posterior fixação de preço indicando-se no documento essa circunstância.”

As informações lançadas nas NFP são tão relevantes que aquelas com valor diferente do que realmente foi comercializado podem ser consideradas como declaração falsa, segundo o artigo 207 do RICMS/AL (Decreto nº 35.245, de 26 de dezembro de 1991).

“Art. 207. Considerar-se-á desacompanhada de documento fiscal a operação ou prestação acobertada por documento inidôneo, assim entendido, para esse efeito, aquele que:

I - for emitido por contribuinte fictício ou que não exerça mais suas atividades;

II - não seja o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação;

III - conter declaração falsa, ou estiver adulterado ou preenchido de forma que não permita identificar os elementos da operação ou prestação;

(.....)

§ 1º - O documento inidôneo fará prova apenas em favor do fisco.”



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 77

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

A conclusão sobre a apresentação da documentação e do alegado foi que, após o confronto das informações contidas nas NFPs e GTAs, "os Peritos identificaram incompatibilidade entre elas, pois apresentam divergências quanto a datas e quantidades." (item 57 do Laudo)

2.4.3. Sobre o ano 2005

Houve várias irregularidades documentais na análise do que ocorreu durante o ano de 2005, ressaltando-se a divergência de informações quanto às quantidades de gado indicadas nas Notas Fiscais, nas Declarações de Imposto de Renda e nos Recibos. O quadro a seguir, elaborado pelos Peritos, indica os números.

Quadro 04 do Laudo - Divergências no ano de 2005.

Descrição	NFPs	DIRPF	RECIBOS
Quantidade	656	536	656
Arrobas	11.241,90	-	10.871,45
Valor	631.032,74	631.032,27	631.032,84

Valores em Reais.

A discrepância das informações salta aos olhos, a ponto dos peritos afirmarem de forma categórica que: "Da análise do quadro, verifica-se que para um mesmo valor de receita, R\$631.032,27, informado na DIRPF, NFPs e recibos emitidos, efetuou-se venda de gado bovino no total de 656 animais, segundo as NFPs e recibos emitidos. Entretanto, com base na DIRPF, para alcançar o mesmo valor de receita efetuou-se vendas de 536 animais, diferença de 120 animais."

As discrepâncias não são meros erros escusáveis, pois se encontram no bojo de uma série de outras anotações irregulares, imprecisas e implausíveis, o que indica problemas sérios de natureza documental, problemas estes impeditivos de que se encontrem informações críveis sobre o resultado da atividade agropecuária do Representado.

2.4.4. Sobre o ano de 2006

Também no ano de 2006 foram encontradas importantes discrepâncias nas informações apresentadas pelo Representado quanto à atividade agropecuária realizada. Tanto assim que os Peritos constataram erros e formularam tabela para demonstrar de forma didática os dados, dizendo, no item 76, que "O confronto das informações contidas nas NFPs, DIRPF e recibos emitidos corroborou para constatação das inconsistências das informações, relativas às operações de venda de gado bovino, apresentadas no quadro a seguir:"



Quadro 05 - Divergências no ano de 2006.

Descrição	NFPs	DIRPF	RECIBOS
Quantidade	765	784	766
Valor	709.976,75	720.169,36	700.210,35

Valores em Reais.

2.4.5. Análise dos compradores e pagadores

Foram analisadas Notas Fiscais dos anos de 2003 a 2006. Novamente neste quesito há inconsistências documentais que levantam dúvidas sobre a realidade fática expressa nos documentos apresentados em defesa, que o Representado indicou de modo peremptório como documentos aptos a demonstrar a verdade.

Nos itens 84 e 85 do Laudo encontra-se a referência ao fato de que "a NFP nº 0001 discrimina a venda de 45 bovinos para abate ao Sr. José Leodácio de Souza, em 11/11/03. Entretanto, de acordo com correspondência expedida na cidade de João Pessoa-PB, em 13/08/07, o Sr. José Leodácio de Souza afirma que:

"(...) tenho a informar que em tempo algum mantive qualquer transação direta de aquisição de gado com o Senador José Renan Vasconcelos Calheiros ou mesmo com os frigoríficos Mafrial e Mafrips. (...) sempre adquiro carne de fornecedores locais com regular expedição de notas fiscais, cuja operação não envolve animais."

Nos depoimentos do Representado e de seu Assistente Técnico ambos declararam que teria havido compra de gado por uma pessoa de nome Múcio, sendo que a nota fiscal correspondente a esta compra teria sido emitida em nome do Sr. José Leodácio de Souza. Afirmou o Representado que Múcio se dizia sócio do Sr. José Leodácio. Ambos, o Representado e seu Assistente Técnico, disseram que o pagamento teria sido na forma de depósito *on line*. (Notas Taquigráficas, fls. 22) Para dar suporte às alegações não foi apresentada nenhuma documentação no momento do depoimento nem após o mesmo.

Sendo assim, "verifica-se que há divergência entre o recibo assinado por José Renan Vasconcelos Calheiros, em 11/11/03, documento de suporte do Livro Caixa de 2003, e a afirmação do suposto comprador, transcrita anteriormente." Este é um exemplo de como o documento pode ser autêntico, mas ilegítimo, pois o documento não representa uma transação comercial.

Com respeito à relação entre os indicados como compradores de gado do Representado e o frigorífico Mafrial, importa salientar as evidências de falta de regularidade das transações, o que fica patente pela conclusão apresentada nos itens 91 e 92 do Laudo, respaldada por documento da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 79

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

"Cabe destacar trecho do Ofício GSEF-258/2007, de 27/07/07, elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, o qual trata de Relatório Preliminar e Reservado de Inteligência Fiscal, relativo a algumas pessoas compradoras de gado bovino do produtor rural José Renan Vasconcelos Calheiros, a saber:

'Fica evidenciado no relatório anexo, preliminarmente, que as empresas averiguadas, e outras, do mesmo perfil, estão envolvidas na prática de ilícitos tributários, inclusive a maioria delas exercendo atividades comerciais em lugar incerto e não sabido por esta Secretaria...

O relatório demonstra, também, existir fortes indícios de relações escusas entre as empresas diligenciadas e a empresa Mafrial - Matadouro Frigorífico de Alagoas S/A, (...)'

Diante do exposto, evidencia-se que não há como comprovar que as operações de venda de gado bovino do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros encontram-se em conformidade com os lançamentos das NFPs e recibos."

2.4.6. Sobre a evolução do rebanho

Em extensa explicação e minuciosa análise a respeito da verificação da correção documental que deveria, por expressa determinação legal, indicar a evolução do rebanho do Representado, os Peritos demonstram a inconsistência probatória das alegações expendidas. A conclusão, que decorre da análise documental, é que "mediante o exposto, conclui-se que as declarações de vacinação contra a febre aftosa e as DIRPFs, em relação ao rebanho e sua evolução no tempo, trazem dados precários e inconsistentes, não sendo possível concluir inequivocamente sobre a existência de gado, o número de reses e a evolução do rebanho em questão." (item 110)

2.4.6.1. Gado

Com relação à evolução do gado do Representado o Assistente Técnico disse que

"O produtor rural pessoa física, ele não tem, na legislação, a necessidade de acompanhar rebanho: quanto nasceu em cada mês, quanto vendeu em cada mês, quanto morreu em cada mês, quanto consumiu em cada mês, quanto comprou em cada mês. O produtor rural pessoa física, única obrigação de demonstrar isso é na declaração de imposto de Renda pelo total do ano: quanto é que tinha no começo do ano, quanto é que comprou no ano, quanto é que vendeu no ano, quanto morreu no ano, quanto consumiu no ano, qual é o saldo final do ano."

Disse mais:

"A informação do Imposto de Renda é Dezembro. As vacinações são feitas por um veterinário que faz um relatório de vacinação e entrega para o Estado ou para a Secretaria de Agricultura, e, no



caso de Alagoas, agora, à ADEAL... (...) e informa quanto é que foi vacinado, para fins estatísticos. Isso não gera efeito fiscal, não gera efeito tributário. E em épocas distintas, abril, outubro e dezembro... Nesses períodos, nesses intervalos, nasce, compra, vende, morre, consome." (Notas Taquigráficas, fls. 11/12)

Sobre a evolução do rebanho e a despeito das alegações do Representado, a análise realizada permitiu verificar que os fatos são significativamente inconsistentes. Os peritos levantaram alguns exemplos no Laudo, de maneira exemplificativa.

Diferentemente do que afirmam o Assistente Técnico e o Representado, é preciso haver rígido controle do rebanho. O Assistente Técnico faz afirmações contraditórias, pois afirma que a DIRPF é um instrumento de controle, ainda que não possua uma estatística mensal. Existe também obrigatoriedade de entrega da Declaração de Vacinação Contra Febre Aftosa para fins de controle sanitário do rebanho, processo de suma importância para pecuária do país.

O controle de quantidade de rebanho não é uma questão meramente estatística, como alegou a defesa. Temos de lembrar que o mundo passa por sérios problemas sanitários com a febre aftosa e o Brasil foi demasiadamente prejudicado por focos dessa doença no Paraná e no Mato Grosso do Sul. O Governo Federal tem feito campanhas intensas da vacinação obrigatória contra a febre aftosa e certamente o Presidente do Senado Federal tem conhecimento da gravidade dos fatos. Logo, não socorre ao Representado alegar em sua defesa que a declaração correta de quantidade de rebanho é uma mera questão de estatística.

Não é facultado ao produtor rural adquirir as vacinas nas quantidades do rebanho a ser vacinado, sendo esta uma obrigatoriedade, e a declaração exige detalhamento completo do gado que foi vacinado, inclusive discriminado por idade. O produtor é, portanto, obrigado a adquirir as doses de acordo com o informado. "Outro ponto, a aquisição das vacinas ocorreu em 07/11/05, dez dias após a declaração de vacinação do animais" (item 104 do Laudo).

Sobre as divergências de quantidades apontadas pela PF na evolução do rebanho, verificou-se que, como é obrigatório o registro de compras (entradas) ou de vendas (saídas) no Livro Caixa para a respectiva data, ainda que não haja informação das baixas por morte e entradas por nascimentos, mensalmente, é possível comparar as DIRPF's com as declarações de vacinação, bem como ratificar as inconsistências.

Por fim, qualquer discussão relativa à idade mínima – e gostaria que os Srs. Senadores prestassem atenção neste parágrafo – para a prenhez das fêmeas é infrutífera, já que na, DVFA, de 02/05/06, existiam 600 fêmeas maiores de 36 meses e nenhuma fêmea de 12 a 36 meses. Em 26/10/06, existiam somente 50 fêmeas de 24 a 36 meses e nenhuma maior de 36. Assim, caso fossem somadas todas as fêmeas, inclusive as recém-nascidas, as de 0 a 12 meses (140 reses), existiria um total de 740 fêmeas, chegando-se à conclusão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 81

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

de que, considerando o nascimento de uma cabeça de gado por matriz seria impossível haver 751 nascimentos.

2.4.7. Da evolução patrimonial

Houve análise minuciosa da evolução patrimonial do Representado pelos Peritos, fato que se tornou central na discussão sobre quebra de decoro. De forma sintética pode-se afirmar a importância da questão, tendo em vista que, dependendo da capacidade econômica do Representado, ele poderia ou não ter arcado com as despesas com a Sr^a Mônica Veloso aludidas na Representação.

Questão fundamental nesse tópico específico pertine à possibilidade de utilização das verbas indenizatórias que o Senado fornece aos Senadores para fazer frente a despesas decorrentes de gastos com o mandato – e esse assunto todos os Srs. Senadores aqui conhecem muito bem. As verbas indenizatórias não se prestam a justificar aumento de patrimônio nem a pagamentos de ordem privada. Aplicando-se esta regra, ao fazerem os cálculos de evolução patrimonial do Representado, os Peritos excluíram aquelas verbas indenizatórias daquelas que servem para fazer frente às despesas da vida privada, assim como relativas a aumento de patrimônio.

Portanto, os valores de caráter indenizatório foram deduzidos dos rendimentos brutos declarados, por não representarem efetiva entrada de recursos, uma vez que somente têm efeitos de ressarcimento, de acordo com a Portaria nº 02/2003 do Senado Federal, mediante a comprovação de realização das despesas. Conforme restou evidenciado no item 127 do Laudo, a verba indenizatória não permitiria evolução patrimonial, mas tão somente repor recursos consumidos no exercício do mandato.

Os Peritos identificaram, ainda, a ausência de despesas de custeio e investimentos vinculadas à atividade rural, o que repercute na capacidade financeira do representado, pois os resultados da atividade rural nas DIRPFs teriam seus valores reduzidos, com a conseqüente inexatidão da evolução patrimonial, conforme item 127 do Laudo.

Aspecto significativo do resultado apresentado pelos Peritos quanto à evolução patrimonial do Representado é o fato de que no ano de 2005 houve falta de recursos para fazer frente às despesas do Representado em mais de R\$ 24.500,00! (item 129 do Laudo) Ou seja, a perícia demonstrou que o Representado não poderia ter pago os valores relativos às despesas privadas e mais os valores que foram pagos à Sr^a Mônica Veloso, com os recursos que disse ao Conselho de Ética que possuía!

Outra constatação de alta gravidade foi que, segundo apontado no item 130 do Laudo; "não obstante haver compatibilidade para os outros anos identificou-se alto índice de imobilização para os anos-calendário de 2002 e de 2004. Isso posto, importa destacar o fato de que o representado e os seus dependentes teriam de dispor de renda anual de R\$27.954,33, que representaria monta de R\$2.329,53 mensais, para o ano de 2002, e de R\$102.207,18, que



representaria monta de R\$8.517,27 mensais, para o ano de 2004, calculados com base no saldo da linha "F" do Quadro 12." Isso significa – e agora peço que prestem muita atenção à conclusão – que o Representado e sua família teriam de ter vivido, para arcar com demais despesas pessoais, no ano de 2002, por exemplo, com valores mensais de aproximados R\$ 2.400,00, o que é não crível e obviamente inverídico.

A documentação juntada pelo Representado para comprovar sua capacidade financeira indicava, até os últimos momentos dos trabalhos dos peritos, que é implausível (senão impossível) que o mesmo tivesse dinheiro para pagar as despesas com a pensão para a sua filha, representada pela Sr^a Mônica Veloso. Os peritos são claros ao dizer que "as disponibilidades mensais representariam valores baixos para sua subsistência e de sua família, uma vez que ainda precisariam ser consideradas outras despesas realizadas para manutenção básica de seu patrimônio, como tributos (IPTU, IPVA, dentre outros), manutenção das residências e dos veículos, pagamento de empregados, vestuário, transporte, combustível, alimentação, luz, água, condomínio, etc, bem como as despesas da atividade rural." (item 131)

Terminada essa parte da leitura dos autos, passo a palavra ao Senador Renato Casagrande para a conclusão.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Aproveitando, cumprimento o Presidente, Vice-Presidente, o Relator Almeida Lima, os Senadores e Senadoras. Sai uma voz suave e entra uma voz mais grave.

2.4.8. Sobre o contrato de mútuo com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

O Representado apresentou, já no final da fase de trabalho dos Peritos, uma nova suposta fonte de renda, que seria um contrato de mútuo com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda. A apresentação do referido contrato merece análise específica.

Quanto às formalidades do Contrato de Mútuo e suas novações, não há nada nos documentos que lhes dê segurança formal. Embora o contrato, na forma como se encontra, possa ser considerado válido, os elementos trazidos aos autos não ensejam segurança quanto à existência fática da relação contratual.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 83

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Os peritos constataram que os valores que o Representado disse ter recebido por meio do mútuo não foram informados nas Declarações de Imposto de Renda. Constataram ainda que não há, nos contratos, indicação de registro em cartório ou qualquer outra formalidade que lhes atribua maior credibilidade. Verificaram também que houve dezenas de periódicas retiradas em espécie ocorridas nos primeiros meses dos anos de 2004 e de 2005. Os valores não transitaram pelas contas apresentadas a exame, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Ainda, que o primeiro contrato, firmado em 02/01/04, não contém assinatura das partes. (item 135)

Embora tenha havido retiradas registradas em nome de Renan Calheiros, segundo os Livros Caixa da empresa, existindo, portanto, lançamentos contábeis, a empresa não registrou qualquer receita financeira no período, isto é, não contabilizou a correção monetária de CDI e os juros de 0,5% contratuais. (item 137)

A discrepância entre os fatos alegados pelo Representado em relação às contas que apresenta e a implausibilidade dos argumentos relacionados à natureza dos pagamentos feitos pela empresa Costa Dourada Veículos Ltda são evidenciadas nos itens 140 a 143 do Laudo:

"140. Nesses contratos, foi observado que Bianca Lins Uchoa Lopes e Ildfonso Antônio Tito Uchoa Lopes assinam como sócios da empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

141. De acordo com os livros Diário, em 2004, o representado teria recebido um montante de R\$78.800,00, a título de empréstimo, em dezenove parcelas, e os sócios teriam recebido R\$22 mil, a título de pró-labore, e R\$100 mil, por dividendos distribuídos, e a empresa teve no ano lucro de R\$366.059,92.

142. Em 2005, o representado teria recebido um total de R\$99.300,00, a título de empréstimo, em 24 retiradas. Os sócios, diante de um lucro de R\$71.494,07, não realizaram pagamentos de pró-labore e não permitiram distribuição de lucros por meio de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

143. Por fim, conforme informações anexas aos contratos, passados mais de três anos das primeiras retiradas, não há registro de pagamentos ou amortizações parciais dos recursos."

Contestando os números, o Assistente Técnico do Representado disse que a empresa teria um "patrimônio líquido de R\$ 1 milhão, que tem o imobilizado de automóveis para a locação de R\$1,3 milhão, que nesses dois anos adquiriu 28 automóveis novos, que nesses dois anos tem quatrocentos e tantos mil reais de lucro, que fez esses empréstimos para o Senador." (Notas Taquigráficas, fls. 25) O Representado não traz elementos probatórios suficientes a corroborar o alegado, pelo que se tem de proceder à análise documental na busca da verdade.



Disse, ainda, o Assistente, Dr. Appel, que se encontra aqui presente: "Pelo que eu apreendi nesses meses, havia uma intenção de manter esse assunto todo reservado: Mônica, filha, de não tornar isso público para ninguém. É um assunto muito restrito. E esses pagamentos terminaram criando a necessidade de fazer mais uma dívida. Não declarou os pagamentos; não declarou a dívida, embora." (Notas Taquigráficas, fls. 25) O argumento não pode ser aceito, pois a prosperar este tipo de justificativa todo e qualquer brasileiro que tenha um problema pessoal estará autorizado a desobedecer a legislação tributária vigente, o que é um completo absurdo! A lei não é feita para acomodar conveniências, mas para ser obedecida! Especialmente por autoridades, como é o caso do Presidente do Congresso Nacional!

O que importa salientar é que o Representado faltou com a verdade e induziu a erro o Senado ao dizer que tinha patrimônio para pagar pensão alimentícia e criar um fundo de R\$ 100 mil para a criança, e disse depois que não tinha patrimônio e por isso fez um empréstimo!

Sobre a razão da não declaração da existência dos empréstimos feitos pelo Representado, disse o Assistente Técnico que: "As verbas indenizatórias são indenizatórias de despesas realizadas no Estado, lá em Alagoas. Por quê? Porque as despesas daqui são suportadas pelo gabinete e pela presidência. Então, as verbas do escritório de representação política e dessa atividade política em Alagoas são pagas em Alagoas." E mais a frente diz que teria havido um "empréstimo guarda-chuva no começo de 2004, se não me engano, R\$ 90 mil, para pagamento de despesas cobertas por Verbas Indenizatórias." (Notas Taquigráficas, fls. 26) Ora, as verbas indenizatórias são reembolsáveis! Qual o motivo justificador da realização de empréstimo para pagamento de verbas indenizatórias, especialmente em valor tão alto, R\$ 90 mil?! Mais uma vez fica a dúvida: Por que não cumprir a lei e mostrar claramente a existência do empréstimo em suas declarações de Imposto de Renda? Por que não trouxe esta importantíssima informação a esta Comissão logo no início das investigações? Nada justifica esta gravíssima omissão!

É implausível, absolutamente inverossímil, uma empresa realizar lucro menor do que o valor que empresta e não cobrar o pagamento dos valores emprestados!

O que é pior, verbas indenizatórias que são destinadas para fazer face às despesas com o mandato, foram informadas como se fossem para justificar a constituição do patrimônio.

Dessa forma, vejamos agora uma ligeira compreensão sobre decoro parlamentar e sobre a natureza do processo disciplinar de perda de mandato.

Fizemos uma descrição dos pontos importantes para serem apresentados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Vamos agora fazer um conceito de decoro parlamentar e julgamento político.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 85

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

2.5. Falta de decoro e julgamento político

O processo de cassação de mandato por falta de decoro parlamentar é a competência de análise política que o Senado Federal tem para averiguar se, com base nos fatos narrados na representação, na defesa e no conjunto da instrução processual disciplinar, o Senador representado incorreu na quebra do decoro parlamentar.

Infelizmente o Congresso Nacional já passou por inúmeras situações em que teve de enfrentar questões desta natureza. Essas situações representaram momentos de desgaste político para a instituição do Legislativo e, principalmente, porque significaram que o Congresso Nacional não poderia atuar com corporativismo, teria que cortar na própria carne – e assim o fez algumas vezes.

Portanto, a compreensão da natureza do processo de perda do mandato de Senador e do entendimento do que seja decoro parlamentar foi inúmeras vezes aduzida, explicada, comentada, analisada e convalidada neste Senado Federal. Cremos ser desnecessário fomentar a repetição desses debates, na medida em que, desde o caso do julgamento do ex-senador Luiz Estevão por esta Casa – que teve por base precedentes oriundos da Câmara dos Deputados – restou consolidado pelo relatório do Senador Jefferson Peres, aqui presente, que a apreciação realizada pelo CEDP não se confunde com os julgamentos do Poder Judiciário, que são julgamentos presos a rigorosos formalismos procedimentais, inclusive obrigados a buscarem provas materiais irrefutáveis. Tal não se aplica ao processo disciplinar de falta de decoro parlamentar.

Assim é que, no caso do ex-senador Luiz Estevão, o relatório à Representação nº 2, de 1999 transcreveu o seguinte:

“a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis. (...) Para que se configure a quebra de decoro, não é necessário (...) conduta tipificada no Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. Não cabem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação de natureza penal, que possui requisitos próprios.

O mesmo ocorre em relação à valoração das provas: no processo penal, a avaliação, pelo juiz, da prova produzida no processo liga-se a procedimentos rígidos, previstos na legislação penal. Este é um processo político, que será concluído por decisão política a ser tomada por esta Comissão. Não é um processo judicial, ainda que judicialiforme. (...) Basta que haja o convencimento político de que seu proceder (do Parlamentar) difere do homem honrado, do homem de bem”.



De fato, o decoro parlamentar é um instituto jurídico presente na Constituição brasileira e nos regimentos internos da Câmara e do Senado. O conceito permite apenas os Parlamentares que incorram em falhas éticas. Como dito, a aludida noção de decoro parlamentar, na experiência recente do Parlamento brasileiro, deixou de ser uma mera figura regimental para se tornar em um fato, evento concreto, mormente após vários precedentes analisados por esta Casa.

O decoro parlamentar é o instituto constitucional que corresponde, para o Parlamento, ao que a probidade significa para a Administração Pública. Os dois institutos são relacionados à idéia de que o comportamento do agente não pode ser contrário ao interesse da coletividade, ou seja, no caso do decoro, que a subjetividade do parlamentar não seja arbitrária contra a objetividade estatal dos interesses da instituição do Congresso Nacional.

A quebra de decoro parlamentar pode ser denominada como a ocorrência de indecoro. Verificar se houve quebra de decoro é, a contrário senso, saber se houve indecoro, como qualquer abuso da condição ou das prerrogativas de parlamentar.

O conceito de decoro tem relação direta com a idéia de honra e dignidade. A dignidade que se quer preservar sancionando o indecoro é não somente aquela que se manifesta na dimensão pública do exercício do cargo, mas também a da esfera privada que repercute na dignidade da Casa Parlamentar.

Assim é que o decoro é conceituado como o comportamento de acordo com os padrões elevados de moralidade, necessários ao prestígio do mandato e à dignidade do Parlamento, mesmo sem configurar ilícito de outra natureza. Mesmo sem configurar crime, qualquer ato que implique desfigurar a imagem do Congresso, identificada com a dos Parlamentares, resulta em quebra de decoro.

O senso de dever, no âmbito da política, refere-se ao indivíduo na qualidade de membro de uma coletividade histórica definida, e não o indivíduo como um valor em si. Há, portanto, que se considerar, para efeito de qualificação da conduta do agente, a consciência coletiva em relação ao padrão de conduta esperado. O pertencimento do político a um grupo institucional e socialmente mais amplo torna sua conduta apreciável em termos da configuração sócio-cultural da qual faz parte.

Corroborando a idéia de que há uma forte dimensão pública na esfera do decoro parlamentar, entende o Supremo Tribunal Federal, STF, que "...a quebra do decoro parlamentar conspurca não apenas a honra do Parlamentar mesmo e do seu eventual partido, como, e sobretudo, o conceito social de todo o Parlamento. Revelando-se, então, como perigoso elemento de perturbação da ordem pública, pela automática associação mental que se faz entre essa ordem pública e o prestígio das instituições republicanas de proa." (MS 25.647- MC/DF)

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou algumas vezes sobre a matéria de quebra de decoro, tendo o seguinte entendimento:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 87

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

“ (...). O processo de perda de mandato não é administrativo, nem judicial, mas político, sendo regido por normas ‘*interna corporis*’.” (STF. MS-21360/DF. Tribunal Pleno. Relator do Acórdão Ministro Marco Aurélio. Publicado no DJ de 23/04/93).

De fato, a jurisprudência do STF sobre a matéria de quebra de decoro indica que há possibilidade de modificação das decisões do Parlamento no âmbito das garantias processuais relativas aos direitos individuais, mas não há relativamente ao conteúdo da decisão, posto ser questão *interna corporis*. No que tange aos aspectos analisáveis pelo Judiciário, trata-se de observar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Por seu turno, questões *interna corporis* são, como fartamente decidido pelo Tribunal, matéria exclusivamente de âmbito deliberativo da Casa política. (MS 22.503, REL. MIN. Marco Aurélio)

Ainda segundo o STF a verificação ou não de ocorrência de quebra de decoro é da alçada do Legislativo, já que o conceito de decoro parlamentar é valorativo e corresponde a um padrão médio de conduta da sociedade. Logo, a quebra de decoro é verificada por meio de critérios distintos em relação à verificação de ocorrência de qualquer delito por juiz togado. (MS 25.647 - MC - DF).

Portanto, resta claro que para a deliberação da perda de mandato não é preciso a existência de crime e, mesmo que haja crime, isto não resulta necessariamente em punição política. Ora, na exata razão que a conduta parlamentar esteja tipificada na legislação penal, observa-se que isso não afasta a competência do processo disciplinar a ser procedido pelo Parlamento, pois esse processo disciplinar tem natureza diversa da sanção penal.

O papel do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é, nesta perspectiva, sancionar negativamente certos comportamentos, não somente aplicando de forma racional normas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, mas identificando práticas e valores sociais profundamente estabelecidos no seio da sociedade. Conclui-se que:

a) o fundamento jurídico da quebra de decoro é o dever que o Parlamentar tem de representar dignamente o povo, o que implica a admissão de qualquer tipo de procedimento que atente contra a instituição.

b) para a caracterização de quebra de decoro parlamentar não é necessário que a prática atribuída ao Parlamentar seja tipificada como crime ou que tenha causado algum dano, basta apenas que, segundo juízo dos Senadores, ofenda a imagem e a dignidade do Senado Federal da qual faz parte o Senador Renan Calheiros;

c) o processo de perda de mandato parlamentar não é administrativo, muito menos judicial, mas político, e encontra-se regido pelas normas internas desta Casa Legislativa, sendo que as normas de diploma penal deve ser aplicado subsidiariamente.



Antes e durante o andamento dos trabalhos pertinentes ao presente processo, fatos envolvendo a conduta imputada ao Senador Renan Calheiros, já foram exaustivamente analisados, verificando-se a existência, inclusive, a ocorrência, em tese, de ilícitos penais. Entretanto, não nos cabe, no âmbito deste parecer, que versa sobre infrações de natureza política, opinar conclusivamente sobre a ocorrência de ilícitos desta natureza. Como noticiado nos autos, para tal fim já tramita inquérito judicial solicitado pela Procuradoria-Geral da República.

Ora, o fundamento do mandato parlamentar é a materialização do sistema representativo, segundo o qual aquele que exerce o poder o faz em nome da coletividade, devendo responder pela forma como o exerce. A dimensão republicana do mandato impõe, portanto, ao mandatário, responsabilidade pelas atitudes que toma no exercício do mandato. Desta dimensão republicana exsurge o dever, no campo ético, de agir em conformidade com o que a sociedade espera do agente político.

O Parlamentar deve à sociedade satisfações sobre sua vida pública no exercício do mandato, bem como sobre sua vida privada, desde que nesta aja repercussão pública de sua conduta. São, portanto, a vida pública e privada, inseparáveis dimensões de materialização dos anseios e expectativas dos eleitores em relação à conduta ética do eleito. Daí por que não possa o homem público dizer que em sua vida privada ninguém tem direito a se imiscuir, como é possível àquele indivíduo que optou por não viver como representante do povo.

No presente caso, a imprensa foi o veículo das informações que acabaram por conformar a opinião pública no sentido de reprovar a conduta do Representado. Evidentemente tem-se de ter cuidado, na posição de julgador, para que a opinião pública, que por vezes pode ser formada açodadamente e sem todas as informações importantes para a solução do caso, não determine o convencimento. Por esta razão houve a fase de produção de prova na presente representação e dela se puderam extrair mais elementos para a formação do juízo.

Se é certo que a opinião pública não deve ser tomada como um fator preponderante no juízo sobre o indecoro, também é certo que ela não pode ser totalmente desconsiderada para que se possa determinar qual é o sentimento geral em relação à conduta do Representado. A dimensão pública do mandato impõe ao mandatário que esteja submetido (mesmo que potencialmente) à crítica da comunidade em relação a como se comporta. É de notar que, mesmo passado um significativo interregno desde o início do processo, a opinião pública continua a reprovar a conduta do Representado, o que pode ser aquilatado pelas constantes entrevistas, pesquisas de opinião (ainda que informais) e matérias jornalísticas nos mais variados veículos de comunicação do país.

A aparente tensão entre as dimensões política e jurídica, relacionada, respectivamente à sensibilidade pública da questão e à idéia de segurança jurídica, é resolvida observando-se as garantias constitucionais do devido



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 89

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

processo legal, da ampla defesa e do contraditório, princípios processuais que dão ao representado suporte técnico que lhe permite conhecer todos os fatos, produzir todas as provas que entenda necessárias e contradizer todos os argumentos e fatos trazidos ao processo.

Embora a opinião pública e a imprensa tenham um papel relevante na formação do juízo, eis que elementos de interface entre as esferas parlamentar e popular, critérios que entraram na ponderação dos fatos e que levaram à conformação do juízo decisório no presente processo foram preponderantemente de natureza técnica.

Assim, retornando ao foco, a explicitação da existência ou não de falta de decoro parlamentar diz respeito à possibilidade de exercício crítico em relação a como se comportam os agentes públicos. A publicidade e a transparência da conduta dos políticos permite o controle social do exercício do poder, ou seja, eles têm de atender aos padrões éticos requeridos pela sociedade. O que os juízes e os agentes políticos fazem no exercício do poder deve ser passível de conhecimento coletivo e de análise crítica.

A responsabilidade política é um dos requisitos do Estado de Direito, segundo o qual ocupantes de cargos públicos devem responder pelas suas ações segundo regras jurídicas preestabelecidas e segundo as previsões legais que determinam o limite do exercício do poder pelos órgãos do Estado. O Legislativo é uma instituição central no que diz respeito à responsabilidade política, na medida em que deve exercer um papel simbólico de reserva ética na sociedade, afinal é composto por aqueles escolhidos para representá-la.

Em assim sendo, a aplicação dos referido paradigma normativo na apreciação de atos e condutas de parlamentares constitui sempre juízo de natureza política, sem prejuízo de eventuais considerações de ordem especificamente jurídica que venham a concorrer para a formação do juízo ético-político.

Destarte, o dever de decoro parlamentar é um dos mais importantes aspectos do estatuto jurídico dos congressistas, é um paradigma normativo firmado em sede constitucional (Constituição da República, art. 55, II, e § 1º) e densificado no plano regimental, pelo art. 5º da Resolução nº 20/93, que estabelece as condutas incompatíveis com a ética e o decoro, arrolando, além das previstas no texto constitucional, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes (Resolução nº 20/93, art. 5º, III e parágrafo único).

A Resolução nº 20/93 prescreve, no art. 5º, as hipóteses de atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar. São dispostas três hipóteses de atos que ferem a ética e o decoro parlamentar:

- a) o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;
- b) a percepção de vantagens indevidas, tais como doações (excepcionada a percepção de brindes sem valor econômico) e:



c) a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Nas três hipóteses, o legislador estabeleceu genericamente condutas que necessitam importante esforço hermenêutico no preenchimento de seus sentidos no momento da aplicação das normas. Na primeira hipótese está presente o termo "abuso", na segunda a expressão "vantagens indevidas" e na terceira a expressão "irregularidades graves".

Reconheceu o legislador a problematidade semântica que a expressão constante do terceiro inciso enseja e, tentando clarificá-la, estabeleceu um rol de hipóteses segundo as quais há prática de irregularidades graves.

Consta do inciso I do parágrafo único do art. 5º uma única hipótese de conduta desdobrada em três destinações correlatas. Trata-se da seguinte conduta: atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, direcionada a três tipos de situações em relação à destinação:

a) a entidades ou instituições das quais participe o Senador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau;

b) a pessoa jurídica, direta ou indiretamente, por eles controlada, ou ainda;

c) a pessoa jurídica que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias.

No inciso II há mais uma hipótese que caracteriza irregularidade grave: a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

É importante esclarecer se o rol de condutas que tipificam a quebra de ética e decoro parlamentar é exaustivo ou meramente exemplificativo, cabendo, portanto, ampliação por meio de interpretação que inclua outras hipóteses de condutas ali não mencionadas de forma explícita. A primeira distinção que se faz necessária é entre o rol constante dos três primeiros incisos do art. 5º, relacionados com o **caput** e os dois incisos relacionados ao parágrafo único.

O **caput** do art. 5º não contém palavra ou expressão que indique serem as hipóteses ali constantes exemplificativas. Há de se perguntar, entretanto, se poderia o intérprete ampliá-las, o que demandaria uma digressão sobre os limites conceituais de interpretação da norma.

Com relação aos dois incisos do parágrafo único, a redação é claramente indicadora da possibilidade de ampliação das hipóteses ali contidas de condutas classificadas como ensejadoras de irregularidades graves. É que o texto começa com a expressão "incluem-se entre as irregularidades graves". O verbo "incluir" tem ali o sentido de inserir, intercalar, introduzir. "Estar incluído" ou compreendido tem o sentido de "figurar entre", "fazer parte de", "figurar entre outros", "pertencer a algum grupo juntamente com outros" (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 91

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

1975). O verbo é transitivo e pede que se diga a que algo está incluído. Evidentemente que, no caso do texto em análise, a resposta é que se incluem as hipóteses ali constantes em outras que o intérprete venha a reconhecer como pertencentes à mesma classe de eventos. Logo, as duas hipóteses ali contidas são *numerus apertus*, comportando extensão de hipóteses.

É, portanto, diante do julgamento ético-político da coletividade dos Parlamentares desta Casa, à luz de valores compartilhados entre nós como aqueles que devem reger o convívio e o agir conjunto de agentes públicos racionais e voltados para o bem comum, que trouxemos ao exame e apreciação dos ilustres membros deste Conselho a análise dos fatos apurados na Representação.

2.6. Da efetiva quebra de decoro parlamentar

2.6.1. Relação com Cláudio Gontijo:

Um dos pontos fundamentais a serem esclarecidos no presente processo, que diz respeito ao que foi afirmado na peça inicial pelo Partido Representante, é o seguinte: Pode o agente político fazer uso de funcionário de empresa que tem interesse na execução orçamentária, ainda que este seja seu amigo, para solucionar problema de ordem pessoal em que estão envolvidos pagamentos em dinheiro, sem comprovação cabal do caminho dos recursos?

Não obstante a ninguém seja correto opor relação de amizade com quem quer que seja, é fato que o homem público deve ter o cuidado de distinguir, em sua vida pública, o que é aceitável do ponto de vista do agir ético. Ter amigo em alguma atividade que possa gerar conflito de interesses em relação ao cargo que se ocupa, de **per se** não é reprovável. É reprovável, entretanto, aquele que exerce função pública permitir que esta relação de amizade possa trazer qualquer dúvida quanto a sua conduta. Qualquer político, em especial aquele que exerça cargo de importância como a Presidência do Senado Federal, deve zelar pela honorabilidade de sua posição, não permitindo que sobre si parem quaisquer dúvidas relativamente à ética. Como diz o adágio, "à mulher de Cezar não lhe basta ser honesta, tem também de parecê-lo!"

O Representado fez uso de um intermediário para tratativas relativas a problema de ordem pessoal, Sr. Cláudio Gontijo. Este trabalha no ramo das relações institucionais e tem, dentre suas atribuições, como S. Ex^a próprio declarara em depoimento, manter contatos com as mais diversas instâncias institucionais estatais para a defesa de interesses da empresa Mendes Júnior. É o que se vê dos seguintes trechos das Notas Taquigráficas da reunião do CEDP realizada no dia 18/6/07:

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o senhor disse que conhece o Renan Calheiros desde 1987.

O senhor poderia especificar como o conheceu? Quando V.S^a já disse... Como conheceu o Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 92

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Quando eu vim pra Brasília, Senador, minha função era exatamente a mesma que eu ‘tou ocupando hoje na Mendes e Júnior: era pra desenvolver a área de desenvolvimento de mercado. O que faz a área de desenvolvimento de uma grande empresa dessa, que tem seus representantes em Brasília? Ela exatamente busca conhecer quais são as prioridades do Governo, quais são as decisões, quais são... o que a empresa vai se direcionar para a busca de desenvolvimento das suas ações. Eu visitei...

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Isso significa buscar emendas para empresa. É isso?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Também, Também...
(...)

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O senhor já discutiu com o Senador Renan emendas para as empreiteiras em que V. S^a Trabalhou?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Olha, a única... o único projeto que a nossa empresa desenvolve no Estado de Alagoas é o projeto no porto de Maceió. Essa obra foi licitada em 2000, contratada em 2001, e, felizmente, nunca tivemos uma emenda de Bancada para essa obra...

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E individual?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Individual talvez, sim. Individual talvez, sim por vários parlamentares da bancada de Alagoas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O senhor tem relação conhecida com outros Senadores?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Acho que não com tanta intensidade. Conheço muitos Senadores e era hábito, em função minha, quando tinha uma nova Legislatura, eu me apresentar e falar... apresentar a minha empresa e falar que eu estava representando a minha empresa aqui.

Sobre a definição de sua função, ele próprio se autodenomina como um lobista:

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O senhor sabe que há no Congresso Nacional, em tramitação, inclusive aqui no Senado, por iniciativa do Senador Marco Maciel, um projeto de lei que define o que é o trabalho do assim chamado *lobby*, do lobista. E para que isso seja bem regulamentado, seja feito às claras. O senhor conhece esse projeto?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Eu não conheço. Eu sei que ele existe e está em tramitação. Tenho alguns amigos que lutam pela continuidade desse projeto. Eu acho que seria muito bom se isso



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 93

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

fosse levado a cabo. Se cada representante tivesse seu crachá, ostentando-o no peito e entrasse na sala de cada Senador, de cada Deputado, de cada Ministro, fosse no Executivo, no Legislativo, onde for, se apresentando, reivindicando seus trabalhos, apresentando por escrito suas reivindicações. É a coisa que eu faço. Costumo fazer isso. Eu gosto de levar essas reivindicações por escrito, entregar a um dirigente de empresa ou no Executivo.

Observa-se, pois, que a Construtora Mendes Júnior, é a responsável pela construção de uma obra referente ao cais de contêineres no porto de Maceió, em Alagoas.

Tal obra foi orçada em R\$ 46,5 milhões. A obra vinha sendo executada desde 2001, tendo sido paralisada em 2004, conforme a CODERN (Companhia de Docas do Rio Grande do Norte), que administra o porto, e retomada a partir de novas destinações orçamentárias.

Informações colhidas no Orçamento da União indicam que o Senador Renan Calheiros apresentou, na tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2005, emenda ao Anexo de Metas e Prioridades relativa a programação referente à construção de cais para contêineres no porto de Maceió, com meta de execução de 1% da obra, emenda esta que foi aprovada.

Há, aí, uma relação conflituosa. Por um lado o interesse da sociedade em que seja preservada a honra da instituição Senado Federal e por outro o interesse pessoal do Representado na solução de seu problema particular. Deveria ter procurado outro meio que não ensejasse dúvidas sobre conflitos de interesses. Haveria, se fosse o caso, de procurar outro amigo que não tivesse a ocupação profissional de defender interesse de empresa com significativos pagamentos feitos por meio do Orçamento da União, na medida em que assim evitar-se-ia qualquer suspeita sobre a lisura do relacionamento.

Houve quebra de decoro.

2.6.2. Pagamentos à Mônica e patrimônio do Representado

Conforme ampla análise da origem e evolução patrimonial feita pelos peritos da Polícia Federal, descrita no item 2.1, restou comprovado que o Representado não comprovou a existência de renda para arcar com seu patrimônio, com suas despesas regulares e os pagamentos que foram efetuados a Sr^a Mônica Veloso. Muito pelo contrário, o Representado foi enfático ao dizer, da cadeira da Presidência do Senado, que tinha renda para suprir suas despesas pessoais. Provou-se, entretanto, exatamente o contrário.

A mais emblemática situação de insuficiência de recursos, segundo comprovado nos autos, foi aquela durante o ano de 2005. Aspecto significativo do resultado apresentado pelos Peritos quanto à evolução patrimonial do Representado é o fato de que, no ano de 2005, houve falta de recursos para fazer frente às despesas do Representado em mais de R\$ 24.500,00! (item 129 do Laudo) Ou seja, a perícia demonstrou que o Representado não poderia ter



pago os valores relativos às despesas privadas e aos valores que foram pagos a Sr^a Mônica Veloso com os recursos que disse ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que possuía. Não disse somente ao CEDP e também ao Senado do alto da tribuna, mas disse à Nação e aos brasileiros.

Houve quebra de decoro.

2.6.3. Irregularidades fiscais

Conforme comprovado no item 2.1, a perícia da Polícia Federal apontou a existência de uma série de irregularidades fiscais que resultaram na impossibilidade de verificação adequada das alegações do Representado quanto a seu patrimônio e recolhimentos tributários.

O Representado omite dados em suas Declarações de Imposto de Renda que lá deveriam constar. O exemplo emblemático desta forma de proceder é a omissão dos valores recebidos da empresa Costa Dourada Veículos Ltda., amplamente analisado no item 2.1.8 supra.

Não se pode admitir que um Senador da República tenha esse tipo de procedimento. Conforme exposto no item 2.2, o conceito de decoro tem direta relação com a idéia de respeitabilidade e de imagem pública do mandatário.

As irregularidades de declaração de sua renda, a escrituração inadequada de seus negócios agropecuários, a forma como desconsidera a aplicação da legislação fiscal são evidentes no presente processo. Restou provado que esta é uma prática longa e reiterada do Representado, não um mero erro episódico.

Não é admissível que um Senador da República assim se comporte.

Houve quebra de decoro e prática reiterada de irregularidades fiscais.

2.6.4. O DOC "D"

O Senador representado, em discurso no plenário, em 07/08/2007, com azo na defesa das acusações que pairavam sobre si, afirmou a esta Casa e à Nação que havia quebrado o seu sigilo fiscal e bancário, quando literalmente propalou: "Meus sigilos já estão todos abertos. Agora, é a hora de abrimos o sigilo dos nomes citados nessas denúncias mentirosas da revista **Veja**. Depois disso, veremos quem são os donos das empresas".

Entrementes, compulsando os autos, extrai-se do laudo de exame contábil produzido pelo Sistema Nacional de Criminalística da Polícia Federal de nº 2342/2007-INC, à fl. 32, a informação que comprovam que a afirmação do Senador Renan Calheiros é falsa, visto que os peritos detectaram nos extratos ofertados pelo representado a emissões de Doc "D".

O Documento de Crédito, DOC, é uma ordem de transferência de fundos interbancária, uma forma de transferência de recursos entre contas de bancos diferentes, constituindo-se como instrumento alternativo ao uso do cheque.

Dentre as modalidades de transferências, por razões próprias de controle, o Banco Central instituiu a espécie denominada de DOC "D", como forma de diferenciar as transferências interbancárias entre contas da mesma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 95

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

titularidade, inclusive para efeitos de aplicação da legislação tributária, especificamente no que se refere à incidência de CPMF.

A Circular Bacen nº 3.248, de 30 de julho de 2004, esclarece:

“Art. 2º Para os fins do art. 8º, inciso II, da Lei 9.311, de 1996, e observadas as normas do Ministério da Fazenda a que se refere o § 2º do mencionado artigo, no caso de transferência de recursos entre contas de depósitos à vista dos mesmos titulares envolvendo instituições financeiras distintas, participantes ou não da Compe, deve ser utilizado, à opção do titular da conta, DOC D, Cheque para Transferência Bancária - Cheque TB ou TED.”

Nesses termos, concluem os peritos da Polícia Federal, com base nos atos normativos do BACEN que o DOC “D”, sigla utilizada pelos bancos para as transferências interbancárias entre contas de mesma titularidade, evidencia haver outras contas correntes ou movimentações bancárias que não foram apresentadas pelo Senador Renan Calheiros.

Este fato, de **per se**, revela, de forma inequívoca, o cometimento de quebra de decoro parlamentar, pela prestação de informação inverídica ao Senado e à Nação, já que a existência de outras contas correntes atesta que o Senador não patrocinou a quebra total de seu sigilo bancário, que propalou em seu discurso; ao reverso, o fato apurado pelos peritos da Polícia Federal faz ressaltar o ardil do Representado, já que houve prestação incompleta das informações, uma vez que disponibilizou, tão somente os dados que lhe foram convenientes, patrocinando, nesses termos, a quebra parcial do sigilo bancário.

A falsa informação em plenário constitui-se em um dos mais graves atentados ao decoro parlamentar, especialmente quando tais informações poderiam induzir em erro o resultado dos trabalhos deste CEDP, motivo pelo qual somente ela é suficiente para imputar ao Representando o delito administrativo de quebra do decoro parlamentar.

2.6.5. Verba indenizatória

Em pronunciamento feito pelo Senador Renan Calheiros na sessão de 28 de maio de 2007, quando fez discurso de defesa para justificar os fatos noticiados pela imprensa referentes à pensão paga em benefício de uma filha com a jornalista Mônica Veloso, o Representado pormenorizou todos os pagamentos referentes à assistência, no período de gravidez, e à pensão alimentícia, após o nascimento de sua filha, efetuados pelo Sr. Cláudio Gontijo, funcionário da empresa Mendes Júnior, em seu nome.

Na Tribuna, o Senador Renan Calheiros afirmou que, voluntariamente, reconheceu a paternidade e, desde então, passou a pagar a pensão de R\$ 3 mil. Informou, ainda, que, anteriormente a esta data, havia prestado assistência à futura mãe de sua filha no valor de R\$ 8 mil, mensais, e que, neste interregno, havia honrado, com os seus próprios recursos, o aluguel de uma casa, entre 15 de março de 2004 e 14 de março de 2005, e, posteriormente, o aluguel de um apartamento, entre março e novembro de 2005, para a então gestante.

Naquela ocasião, o Senador representado informou:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 96

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

“Os recursos estão todos – todos! – devidamente declarados no meu Imposto de Renda, bem como a própria pensão alimentícia. Minhas declarações de renda comprovam as minhas afirmações, já que são entregues, anualmente, ao Senado Federal. Todas as despesas são absolutamente compatíveis com minha renda declarada”.

Noutro ponto, afirma o Senador que: “Todos os recursos foram pagos por mim, foram meus, são recursos meus, são recursos próprios...”

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para não interromper o Relator, mas S. Ex^a está muito ligeiro e não estou entendendo. Isso é algo muito profundo. Queria que fosse mais devagar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Já interrompeu.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – Obrigado, Senador Gilvam.

Noutro ponto, afirma o Senador que: “Todos os recursos foram pagos por mim, foram meus, são recursos meus, são recursos próprios, para os quais tenho condições, de acordo, repito, com minhas declarações de Imposto de Renda, que, mais uma vez reitero, estão à disposição de V.Ex^{as}.”

Para contrapor o fato de que os pagamentos feitos pelo Sr. Cláudio Gontijo não provinham de qualquer ligação com a construtora Mendes Júnior afirmou o Senador: “Não tenho, Sr^{as} e Srs Senadores, repito, nenhuma relação com a construtora Mendes Júnior. E essa ilação que foi feita, não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio ou qualquer outra forma de favorecimento. Não tenho relação também com os administradores dessa empresa”.

Para subsidiar as informações prestadas, o Senador Renan Calheiros juntou ao seu pronunciamento documentos pessoais, dentre eles, um quadro que discrimina a origem dos recursos.

Neste quadro o Senador relaciona, nos exercícios 2003, 2004 e 2005, o lastro financeiro que auferiu e que são suficientes para possibilitar as suas despesas pessoais e os pagamentos dos recursos à Sr^a Mônica Veloso.

Na planilha, Origem de Recursos, o Senador Renan Calheiros declarou que a verba indenizatória percebida do Senado Federal configurava recurso auferido capaz de incrementar a sua capacidade financeira.

Esta declaração constitui-se em gravíssima assertiva, uma vez que, em sendo verdadeira, constitui-se na confissão de cometimento de crime de perjúrio pela apresentação de despesas fictícias nas prestações de contas mensais para justificar o saque dos valores que lhe foram pagos e que, segundo a sua informação, tem como destino o incremento de seu patrimônio próprio ou o pagamento das despesas pessoais, incluindo-se nestas, os pagamentos feitos à jornalista Mônica Veloso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 97

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Noutro sentido, sendo verdadeiras as prestações de contas mensais apresentadas pelo Senador Renan Calheiros, ficou clara a prática do ato de prestação de informações falsas para o Senado, com o objetivo de afastar as acusações que lhe eram imputadas.

Destaca-se, ainda, que não restou demonstrado, quer seja pelos documentos acostados, quer seja pelo laudo de exame contábil feito pela Polícia Federal, que o Senador tenha suportado o ônus do pagamento da pensão realizada pelo funcionário da Mendes Júnior, o Sr. Cláudio Gontijo.

Destarte, neste tópico, em qualquer uma das alternativas possíveis para a explicação da declaração feita pelo Senador Renan Calheiros, resta configurada a prática de quebra de decoro parlamentar pela utilização dos valores recebidos sob a rubrica de verba indenizatória ou como fonte de recurso para pagamento de despesas alheias à sua atividade de Senador ou para o incremento de seu patrimônio ou, ainda, pela prestação de informação falsa em plenário.

2.6.6. Dos supostos saques em dinheiro

Na mesma linha, o Representado apresentou, em defesa, planilhas intituladas "Saques em dinheiro", das quais constam vários números de cheques, que, segundo ele, serviriam para fins de comprovação de que os pagamentos em espécie efetuados à Sr^a Mônica Veloso tinham origem em sua conta-corrente.

Apenas a título exemplificativo, apresentamos a seguir aquela referente ao ano de 2004. Peço a todos os Srs. Senadores estejam acompanhando no relatório uma tabela de documentos que o Senador Renan Calheiros apresentou como se fossem pagamentos que demonstrassem a sua capacidade de fazer o desembolso, o saque em suas contas para pagar, durante o ano de 2004, a Sr^a Mônica Veloso, porque tinha movimentação financeira para isso:

SAQUES EM DINHEIRO

2004

Data	Cheque nº	Valor
Janeiro	850.421	4.200,00
Janeiro	850.427	1.605,00
Janeiro	850.441	500,00
Janeiro	850.443	12.000,00
Fevereiro	850.446	5.200,00
Fevereiro	850.450	1.250,00
Fevereiro	850.451	5.000,00
Março	850.455	2.000,00
Março	850.459	1.750,00
Março	850.461	1.500,00
Março	850.458	1.300,00
Março	850.463	12.000,00



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 98

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Março	850.472	2.000,00
Abril	850.492	12.000,00
Abril	850.494	100.000,00
Abril	850.497	1.260,00
Abril	850.501	20.000,00
Maio	850.509	4.000,00
Maio	850.511	1.600,00
Maio	850.513	12.000,00
Maio	850.508	80.631,64
Maio	850.520	100.000,00
Maio	850.521	1.500,00
Maio	850.518	1.000,00
Junho	850.525	12.000,00
Junho	850.535	1.910,00
Junho	850.537	100.000,00
Julho	850.543	100.000,00
Agosto	850.551	20.000,00
Agosto	850.553	12.000,00
Outubro	CEF 900005	42.000,00
Outubro	850.578	4.120,00
	total	670.021,64

A perícia apresentada pela Polícia Federal, neste ponto, ressalta:

"145. Ocorre que, pelas características do instrumento financeiro cheque, somente se pode afirmar que naquelas datas houve um débito na conta corrente do Banco do Brasil, sem garantias sobre a destinação dos recursos. Dessa forma, verificam-se possibilidades diversas de contrapartida dos débitos, como pagamentos de contas, depósitos em dinheiro na conta de terceiros, DOCs, ordens de pagamentos e, inclusive, retiradas em espécie."

De fato, a verificação comparativa entre a Declaração de IR e a documentação de suporte apresentada pelo Representado juntamente com sua defesa, demonstra que diversos cheques listados na planilha encaminhada a este Conselho como "saques em dinheiro", informando que eram retirados para pagamento à Sr^a Mônica, na verdade, prestaram-se a pagamentos de imobilizações ou despesas com suas fazendas, representando, em 2004, valores superiores a R\$ 550 mil.

É o que se verifica do quadro a seguir:

Discriminação (resumida)	Documento	Data	Valor (R\$)
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa	Cheque 850501	26/04/2004	20.000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa	Cheque 850551	16/08/2004	20.000,00



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 99

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Fazenda Furquinha	Cheque 850508	13/05/2004	80.631,64
Fazenda Alagoas	Cheque 850494	13/04/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850520	25/05/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850537	29/06/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850543	14/07/2004	100.000,00
			520.631,64
Pagamento de uso pasto Bananeira	Cheque 850668	14/07/2005	15.000,00
Compra de 102 animais	Cheque 850721	29/12/2005	45.000,00
			60.000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa		30/01/2006	29000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa		03/05/2006	31000,00
			60.000,00

Se V. Ex^{as} compararem as tabelas acima, encontrarão cheques de mesmo número nas duas tabelas. Por exemplo, o cheque nº 850501, R\$20 mil, que está nos documentos que S. Ex^a acostou como pagamento de uso de pasto da Fazenda Santa Rosa, está também, em abril, como pagamento ou para fazer frente às movimentações financeiras que davam a S. Ex^a condição de pagar a Sr^a Mônica Veloso. Em 2004, chega-se a um valor de R\$520 mil, excetuando-se outros documentos, outros valores de cheques que possam... *(Pausa)*

Atendendo à solicitação de V. Ex^a, vou repetir o processo.

O Senador Renan Calheiros apresentou em sua defesa, uma relação de cheques para comprovar a movimentação financeira necessária ao pagamento à Sr^a Mônica Veloso. Eu e a Senadora Marisa Serrano apresentamos apenas o exemplo de 2004, mas existem outros. Em 2004, S. Ex^a apresentou vários cheques em sua defesa, só que uma parte desses cheques no total de R\$520 mil já estão lá também na sua declaração de Imposto de Renda e em outros documentos que S. Ex^a juntou como pagamentos feitos, direcionados a uma compra de fazenda, a um contrato de pagamento de roçada de pasto ou a qualquer outra atividade de despesa sua já identificados. Então, existem exemplos.

Vê-se, pois, que aquelas planilhas contendo listagem dos "Saques em dinheiro" produzida pelo Representado, a partir dos extratos bancários, utilizando-se dos registros neles identificados como "cheque" e "cheque pago em outra agência", não se prestam a atestar que os valores neles contidos foram retirados em espécie daquela conta corrente, o que nos leva a afirmar que houve tentativa de induzir o julgador a erro.



Faço um comentário aqui, e esta observação não consta do processo, o Senador Renan Calheiros se colocou à disposição para, desde o início, apresentar os documentos – cheques, extratos bancários, etc. S. Ex^a poderia, com muita rapidez, apresentar de fato os documentos que comprovariam os pagamentos das despesas com a Sr^a Mônica, porque cheques acima de R\$10 mil têm uma identificação de origem: para que o dinheiro é sacado o dinheiro, para onde vai esse dinheiro. O sacador preenche um boleto quando retira recursos acima de R\$10 mil de uma conta. Então, se houvesse essa manifestação do Senador Renan Calheiros, S. Ex^a poderia ter explicado com muita facilidade o destino do dinheiro para pagamento. S. Ex^a se predispôs a juntar diversos documentos importantes, aos quais teríamos acesso apenas com a quebra do sigilo bancário. Não avançamos nesse ponto, mas as identificações dessas despesas com esses cheques já demonstram claramente informações novas para o julgamento de V. Ex^{as} com relação ao processo.

2.6.7. O mútuo Costa Dourada

Conforme já foi amplamente demonstrado, os noticiados empréstimos feitos pelo Representado junto à empresa Costa Dourada Ltda. são, de qualquer ângulo de análise, elementos complicadores de sua situação. De um lado, a falta de prestação de informação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é absolutamente inadmissível. Não haveria razão que justificasse a entrega da documentação em momento final da instrução processual, no último dia de elaboração do laudo. A aparência crível é de que o Representado foi, ao longo da instrução processual e conseqüente elucidação dos fatos, percebendo que sua situação financeira até então apresentada não lhe permitiria comprovar os pagamentos feitos à Sr^a Mônica Veloso. Assim, apresentou, por um critério de sua conveniência, a informação sobre os tais empréstimos em momento bem posterior aos demais documentos.

Outra irregularidade gravíssima é a ausência de informação ao Fisco, a não informação nas Declarações de Imposto de Renda sobre os contratos.

Mais um problema gravíssimo é a falta de credibilidade da própria existência dos empréstimos, na medida em que a contabilidade da empresa não mostrava saúde financeira suficiente para a realização de empréstimo.

Os contratos não têm nenhuma formalidade que pudesse conferir fé e autenticidade documentais públicos, como reconhecimento de firma ou autenticação de qualquer natureza.

Há quebra de decoro pela omissão do contrato, bem como pelas conseqüências de sua apresentação dos pontos de vista da inapetência para produzir veracidade das alegações que ele procura comprovar.

Terminada a demonstração da efetiva quebra de decoro parlamentar praticada pelo Representado, enumeradas nos sete subitens acima, compete proceder a uma rápida digressão no sentido de que cada uma dessas faltas cometidas, que são interdependentes entre si, claramente demonstram uma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 101

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

outra quebra de decoro, a saber: que o senador Renan Calheiros faltou com a verdade.

É certo que, no conjunto desta peça, inúmeras vezes demonstrou-se o nexo causal entre a quebra de decoro parlamentar frente o falseamento da verdade cometido pelo Senador Renan Calheiros. A digressão abaixo apenas consolida esse nexo causal.

2.7. O Representado faltou com a verdade

Em um primeiro momento, na peça inicial, o que se alegou foi que os pagamentos feitos pelo Senador Renan Calheiros à mãe de sua filha eram de fonte privada, oriundas da empresa para a qual o Sr. Cláudio Gontijo trabalha.

Para defender-se de tais afirmações o Representado alegou que suas despesas eram custeadas por seus recursos oriundos do Senado Federal e de atividade agropecuária exercida em Alagoas. Com esta resposta, o escopo de análise foi aprofundado, agora com a análise de fato correlato à denúncia inicialmente promovida e a investigação foi direcionada para a análise da capacidade financeira do Representado de arcar com suas despesas pessoais e ainda com o pagamento da pensão à Sr^a Mônica Veloso.

O Senador Renan Calheiros entregou muitos documentos para nós. Não tínhamos outro caminho a não ser fazer a investigação desses fatos.

Afinal, o próprio Representado, da tribuna do Senado Federal, foi imperativo ao dizer que tinha recursos para pagar suas despesas pessoais.

Diante de notícias publicadas e veiculadas na imprensa sobre imprecisão e falsidade documental, houve por bem o próprio Representado colocar todos os documentos à disposição para realização de perícia técnica, como: Guias de Transporte Animal, GTA, extratos bancários, recibos de compra e venda de animais e comprovantes de entrega de Imposto de Renda.

Já no fim dos trabalhos de realização da perícia, com conhecimento por parte do Assistente Técnico sobre os encaminhamentos dos trabalhos, o Representado vem apresentar um contrato de mútuo que teria como objetivo comprovar a capacidade financeira do mesmo para arcar com todas as suas despesas e mais a despesa com a pensão alimentícia paga a sua filha por meio da Sr^a Mônica Veloso.

Há quebra de decoro quando o Representado omite deliberadamente qualquer informação que poderia ter relevância para as investigações. É verdade que a ninguém, em processo judicial, é imputado dever de produzir prova contra si próprio, mas aqui não é este o caso. O que fez o Representado foi omitir a entrega voluntária de um documento – diga-se, sem entrar aqui definitivamente no mérito, de duvidosa correção – e a posterior apresentação oportunista do mesmo.

Por outro lado, compete frisar que tal se deu porque o Representado não conseguiu fazer o esclarecimento pleno da existência e do caminho percorrido pelo dinheiro que alegou possuir para pagar suas despesas.



O resultado da avaliação do processo revelou que o Senador Renan Calheiros não obedeceu aos ditames ético-políticos do princípio da veracidade, tentando induzir a erro os Senadores da República, desonrando o Senado Federal através de informações sabidamente inverídicas, com "meias verdades" de documentos que não comprovam a realidade que o Senador Representado buscou montar.

A verdade na vida pública, sem concessões a qualquer espécie de conveniência, é um dos mandamentos que sustentam as relações de convivência entre as pessoas, entre os agentes públicos e entre as instituições. Sem veracidade, não há boa-fé nem confiança recíproca. Uma autoridade pública jamais pode agir sem o compromisso de dar aos cidadãos e aos demais agentes públicos a informação exata e honesta sobre fatos sobre os quais deva explicações. Isso é privar os outros, inclusive seus Pares, de formular um juízo racional e correto sobre as questões de interesse comum.

No caso sob exame, o que se extrai dos autos é a dissimulação, a negação da verdade. À medida que as investigações avançavam e novos fatos surgiam, diferentes versões eram apresentadas, por meio de documentos que não comprovam a versão apresentada pelo Representado. O exemplo do empréstimo é bastante elucidativo.

Com efeito, diante das análises das condutas do Representado, o comportamento do Senador Renan Calheiros configura violação aos princípios da Administração Pública, notadamente dos deveres de honestidade, legalidade e lealdade às instituições, tal como indica a doutrina de Ives Gandra Martins, subsumida nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência;

E no caso específico da Resolução nº 20/93, cabalmente configurou-se violação ao art. 2º, inciso III, e extensão finalística do art. 5º, inciso III, parágrafo único, enquanto exercício do mandato sem observância à dignidade e ao respeito à coisa pública e à vontade popular, efetivadas por práticas de irregularidades graves refletidas naqueles mencionados subitens, quais sejam: a) a relação com o Sr. Cláudio Gontijo, b) pagamentos à Srª Mônica e patrimônio do Representado, c) irregularidades fiscais, d) o DOC "D", com omissão de outras contas bancárias, e) desvio da verba indenizatória e f) suposto contrato de mútuo.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 103

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Assim, a falta com a verdade em que incorreu o senador Renan Calheiros, sentado na cadeira da Presidência do Senado da República, ficará, indelevelmente, registrada nos Anais desta Casa. Tal questão é submetida ao juízo político de cada um dos Parlamentares que a compõem.

Passa-se, adiante, às conclusões.

2.8 Conclusões

O conjunto das irregularidades encontradas na conduta do Representado Senador Renan Calheiros aponta cabalmente no sentido da quebra de decoro. Como se comprovou, a partir do resultado da instrução processual, o Representado incorreu em quebra de decoro, não somente por cometimento de atos que, isoladamente, já caracterizam o indecoro, mas também pela consideração conjunta de todo seu comportamento.

Do ponto de vista processual, o Representado faltou com o dever de verdade ao Conselho de Ética e, consequentemente, ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, do qual é Presidente.

Do ponto de vista das denúncias inicialmente feitas, a análise da questão relativa aos pagamentos a Sr^a Mônica Veloso e a relação com o Sr. Cláudio Gontijo permitiu a conclusão inequívoca de que o Representado mentiu sobre sua capacidade de ter pago, com os recursos que dizia possuir, suas obrigações pessoais, incluída aí a pensão alimentícias e outros valores.

Além disso, a relação com o Sr. Cláudio Gontijo, sendo ele um profissional que tem como função a defesa de interesses de empresa destinatária de recursos orçamentários, implicou o não-esclarecimento pleno da lisura da relação e das origens dos recursos que permitiram a realização dos pagamentos. O Senador Renan Calheiros jamais poderia ter colocado o Senado Federal e Congresso Nacional na situação em que hoje se encontra, vexado perante a opinião pública e desacreditado pela população.

A permanência do Senador Renan Calheiros na Presidência do Senado, como responsável pelo funcionamento da Instituição, pelo seu corpo funcional, pelas ações que são executadas pela agenda política desenvolvida, é em última instância fator de inibição, de constrangimento e do uso do cargo de forma a configurar abuso de prerrogativa. O exemplo mais recente é o caso do servidor Marcos Santi, que entregou o cargo que exercia na Secretaria-Geral da Mesa, porque se sentiu pressionado psicologicamente pelos atos praticados a favor do Senador Renan Calheiros, com o que S. Sr^a não concordava.

Resgatar a credibilidade do Senado será tarefa difícil, mas a medida que ora se impõe é o corte na própria carne, a punição de seu mais alto representante, que incorreu em quebra de decoro parlamentar.

3. Voto

Por todas as razões expostas e pela exposição dos fatos e fundamentos jurídicos e políticos contidos no presente Relatório, a Comissão de Inquérito, pelos Relatores que ora subscrevem a presente, vota, consoante o art. 15, IV, da Resolução nº 20, de 1993, pela procedência da Representação, com a



conseqüente perda de mandato do Senador Renan Calheiros, na forma do projeto de resolução anexo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, primeiro. Sobre o pedido de vista, Sr. Presidente, queria me manifestar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Ainda temos o relatório do Senador Almeida Lima.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas não tenho interesse no relatório do Senador Almeida Lima. Já conheço o relatório. Não conheço o de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Foi o acordado aqui.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas, veja bem, então, eu queria... Se V. Ex^a me autorizar, já que houve um problema, é V. Ex^a que coordena. V. Ex^a me autoriza um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, também solicitei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concederei a palavra a V. Ex^a em seguida. Vamos ao Senador...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, meu pedido de vista... Realmente, eu não tinha conhecimento de nada que foi colocado aqui. Diante até do documento "D", que o Senador Renato Casagrande colocou, só em folhear já vejo aqui os erros. Por exemplo, a Caixa Econômica, que é o empréstimo consignado, que é o tal do documento "D", que não aparece, está no próprio relatório que a Senadora Marisa Serrano leu, à pág. 35, ou seja, a conta que diz que não aparece, a conta existe.

Então, não tenho condições de analisar um voto deste tamanho, mas só em olhar aqui eu já vi alguns erros. Tenho que pedir vista para pedir informações sobre o que está acontecendo. No passar de olho, já vi um erro, que é o tal do documento DOC D, que diz que a conta não existia, e a conta é da Caixa Econômica e está citada no relatório da Senadora. É uma conta-empréstimo, débito consignado debitado na conta do Banco do Brasil, mas o Senador Renato Casagrande falou que ela não existia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Entendi: V. Ex^a pede vista do processo. A Mesa vai decidir posteriormente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, deixo o meu pedido de vista aos dois relatores também. Registrado o pedido de vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 105

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pediu a palavra, primeiro, o Senador Eptácio Cafeteira; em seguida, V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – AM) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, fiz o relato de um fato ocorrido na minha casa. Acontece que me lembrei até de Cristo, que disse a Pedro se ele iria renegá-lo antes do galo cantar. Então, eu falei do Pedro pai, que foi quem esteve na minha casa. E a procuração aqui é do Pedro pai e do Pedro filho. O Pedro filho foi à **Globo** e disse “Nunca fui à casa do Cafeteira”. Não é verdade. Então, há um Pedro que se esconde e um Pedro que aparece. A minha palavra continua dada, e eles que me processem para dizer que eu menti, porque tenho testemunhas que o Pedro pai foi à minha casa e pediu 20 milhões e disse “Se o Renan não der 20 milhões, vai para uma CPI”.

Essa é a verdade dos fatos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço as observações que V. Ex^a fez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em face do que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita autoridade moral, com muita coragem e coerência, vem colocar o Senador Eptácio Cafeteira mais uma vez, quer dizer, vem repor, vem recolocar... Creio que agora se impõe um dever até de hombridade para o outro Senador, que não pode assistir a tudo isso, como se a outro planeta pertencesse. Deveria vir aqui e dizer: “Era eu o outro Senador que estava com o Senador Cafeteira e presenciei essa tentativa de chantagem”.

Vejo que, se é regimental, assiste razão prática ao Senador Wellington Salgado de Oliveira e a quaisquer outros Senadores de formularem pedido de vista, mas, se S. Ex^{as} pudessem ser condescendentes conosco, revelo-me muito interessado em ouvir por inteiro o relatório do Senador Almeida Lima, tanto quanto S. Ex^{as} tiveram o privilégio de ouvir o relatório do Senador Renato Casagrande e da Senadora Marisa Serrano. Se eu pudesse ouvir, até pelo respeito que merece o Senador Almeida Lima, ouvir por inteiro... Cabe o direito de vista. Se consideram que esse é o mais correto, que peçam, enfim.

Eu gostaria de indagar se não poderiam condescender com isso. Em algum momento ouvirei, se não for agora, será na data marcada por V. Ex^a, mas tenho certeza de que se trata de um trabalho bem feito, como foi brilhante a defesa aqui feita pelo advogado Eduardo Ferrão e como foi eficaz o que arrazoou o Senador José Nery e como foi contundente o que expuseram o Senador Renato Casagrande e a Senadora Marisa Serrano. Fica realmente a critério do Senador que pediu vista.



Volto a dizer, se eu fosse o Senador que estivesse com o Senador Eptácio Cafeteira, eu não o deixaria "pendurado na brocha". Eu viria aqui e diria "Fui eu que vi, vi isso e ouvi aquilo mais".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Comungo com V. Exª esse sentimento. Eu gostaria de ver também a reiteração dessa manifestação que esteve com o Senador Eptácio Cafeteira, sem em momento algum querer duvidar da afirmação de S. Exª, mas gostaria que fosse corroborada a afirmação.

Senador Suplicy, eu pediria...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, esta Casa aqui é estranha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – ...a compreensão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite. Ouça só mais uma coisa: esta Casa aqui é estranha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – ...para que pudéssemos ouvir o relatório...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa Casa é estranha. Se o Senador aparece logo, sabemos quem é; se demorar demais, acabamos descobrindo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Eduardo Suplicy, pediria apenas que fosse breve – V. Exª é o último inscrito – para que possamos ouvir o relatório do Senador Almeida Lima.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, diante do relatório da Senadora Marisa Serrano e do Senador Renato Casagrande e diante de tudo o que agora sabemos, aumenta em mim a vontade, a necessidade de ouvir o Senador Renan Calheiros sobre alguns dos tópicos ali mencionados.

Eu gostaria aqui de registrar: gostaria muito de ouvir o Senador Renan Calheiros aqui perante o Conselho de Ética antes de votarmos essa matéria, não sei se hoje ou quando for.

Esse é o registro que gostaria de fazer. Peço que S. Exª possa, perante o Conselho de Ética, responder algumas indagações. Se S. Exª não quiser responder, eu gostaria de formular as perguntas ao Dr. Eduardo Ferrão, mas principalmente a S. Exª. Se desejar S. Exª, posso até aqui colocar quais perguntas que avalio como importantes.

Por que, Senador Demóstenes, a palavra de S. Exª é mais significativa ou importante que a minha?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador, permita-me. Há um Senador para votar e V. Exª está fazendo considerações de mérito. Nós todos vamos ter a possibilidade. Como V. Exª quer questionar o advogado? O advogado não depõe.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 107

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Estou dizendo que quero indagar o representado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O Senador Renan Calheiros... o Presidente da Comissão decidiu...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Estou expressando meu desejo de que o Senador Renan Calheiros possa vir aqui antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Queria fazer um apelo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer de público que estou aguardando a presença, mas não vou esperar – é lógico –, vou dar continuidade, do assistente de perito para que ele possa me dar uma informação aqui, ao tempo em que eu faço a leitura do parecer, do relatório, do voto em separado, como seja batizado ou rotulado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, vai ter cópia para acompanharmos o relato?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Senador Almeida Lima solicitou a distribuição das cópias.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Pode distribuir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estão sendo distribuídas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ok.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, feito o relatório na primeira parte, passo à análise.

Análise.

A petição apresentada pelo PSOL não vem acompanhada de qualquer tipo de prova. As graves acusações formuladas contra o Senador se baseiam unicamente naquilo que foi publicado pela imprensa, com o que pretende o Partido se desonerar da obrigação de fazer a prova do alegado.

Quer, assim, o Partido autor da Representação transferir para o Conselho de Ética o ônus de produzir toda a prova da culpabilidade do Senador Renan Calheiros, especialmente quando afirma que devem ser realizadas diligências, tomados os depoimentos dos envolvidos e requisitados relatórios de operações da Polícia Federal visando à instrução probatória do processo disciplinar.

Importa esclarecer, a título de preliminar, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não detém mais poderes do que os atribuídos pela Constituição Federal às comissões permanentes, que são essencialmente



diversos e muito mais restritos do que os conferidos às comissões parlamentares de inquérito.

Por essa razão é que o art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, que é o Código de Ética e Decoro Parlamentar, quando se refere à competência do Conselho de Ética para apurar fatos e responsabilidades e, ainda, à possibilidade de proceder às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, deve ser lido com a devida cautela.

Essa atribuição conferida ao Conselho de Ética deve guardar consonância com o art. 58...

Sr. Presidente, eu pediria que as entrevistas, para não atrapalhar, ficassem para depois ou lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Insisto com os presentes que colaborem com a reunião e promovam fora deste recinto os diálogos e as entrevistas que entenderem pertinentes porque estão comprometendo os trabalhos.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Essa atribuição conferida ao Conselho de Ética deve guardar consonância com o art. 58 da Constituição, que estabelece, **numerus clausus**, os poderes das comissões permanentes, entre os quais não se vê o poder de investigação, reservado exclusivamente às comissões parlamentares de inquérito.

Necessário, portanto, que seja feita uma interpretação conforme a Constituição, no sentido de restringir o alcance das prerrogativas previstas nos incisos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, Código de Ética, para que eventuais atos praticados pelo Conselho não venham a incorrer em vício de inconstitucionalidade.

O art. 55 da Constituição Federal, preceitua, **in verbis**:

“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Como se vê, a Constituição não autoriza que se instaure um inquérito ou uma investigação contra um Parlamentar, tendo exigido apenas que seja assegurada a ampla defesa, o que pode ocorrer diretamente perante o Plenário da respectiva Casa, dispensando-se a própria existência do Conselho de Ética.

A prerrogativa para investigar membros do Congresso Nacional é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 102, inciso I, alínea b, da Constituição Federal, que não prevê hipótese de delegação de poderes.

Se as comissões permanentes não detêm poderes de investigação, não podem as resoluções do Senado dispor de forma contrária e conferir ao Conselho de Ética qualquer atribuição dessa natureza.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 109

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Ressalte-se que, quando a Constituição quis atribuir poderes de investigação a um órgão do Poder Legislativo, o fez de forma expressa, não deixando dúvida de que somente as comissões parlamentares de inquérito podem proceder à investigação de fato determinado.

Assim, por absoluta ausência de previsão constitucional, não dispõe o Conselho de Ética do poder de requisitar documentos, determinar o depoimento pessoal de Senador, que detém foro especial por prerrogativa de função, proceder à oitiva de testemunhas, realizar perícias diretamente e muito menos requisitar a transferência de informações bancárias. Enfim, nenhum poder que signifique a investigação de um parlamentar. Qualquer ato nesse sentido é inconstitucional e nulo de pleno direito.

A conclusão a que se chega, portanto, é a da inconstitucionalidade da Resolução nº 20, de 1993, na parte que estabelece uma verdadeira investigação contra o Senador.

Caso ainda assim se pretenda prosseguir com processos perante o Conselho de Ética, registre-se que os primados do estado de direito e democrático exigem regras precisas e claras de procedimento.

Dessa forma, tenha-se presente que os dispositivos constitucionais citados impõem um rito necessariamente sumário perante o Conselho de Ética, instaurado para assegurar a ampla defesa do representado, que lhe permita formular suas razões e juntar as provas que entender pertinentes.

Disso decorre que a instrução probatória, prevista na Resolução nº 20, de 1993, jamais poderá estar dirigida para a comprovação dos fatos alegados na representação e que em tese caracterizariam a quebra do decoro, sob pena de se configurar o abuso de poder por parte do Conselho de Ética.

A demonstração da autoria e de indícios ao menos consistentes da materialidade de tudo quanto alegado deverá estar alicerçada em documentos pré-constituídos, acostados à petição inicial no momento de sua protocolização.

Por tal motivo é que, para que seja admitida representação por quebra de decoro, o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, exige que tenha sido praticado fato sujeito à pena de perda de mandato. Vale dizer, fato certo e determinado e não suposições ou conjecturas.

Não há dúvida, portanto, que para a instauração de processo por quebra de decoro é imprescindível que existam fatos totalmente consumados e comprovados e não meras ilações baseadas simplesmente no "ouvi dizer...", "foi publicado que..." ou "consta que..." e, o mais importante, tal processo não pode ser utilizado como instrumento de ação política, como meio de perseguição de adversários ou como artifício para se conseguir espaço na mídia.

O devido processo legal não se coaduna com acusações de conteúdo aberto ou vago, que se altera a todo o momento e que exige do representado a produção de uma nova defesa a cada passo. Os fatos permanentemente trazidos aos autos foram mutantes, como – aliás, abro um parêntese e peço



inclusive para a Taquigrafia o registro –, por exemplo, fatos trazidos hoje a este Plenário que serão relatados como aditivo a este.

O processo não pode se tornar infundável e o eventual representado não pode responder por fato diferente do que consta da Representação.

Por isso mesmo é que os termos da Representação é que delimitam os pontos controvertidos, a serem submetidos à apreciação do Conselho de Ética. A realização da perícia somente foi possível por ter como objeto documentos juntados pela defesa do Representado, voltados a demonstrar sua capacidade econômica para suportar o pagamento da pensão alimentícia.

Quaisquer fatos que extrapolem o conteúdo da Representação não podem ser conhecidos pelo Conselho de Ética, não importando de onde provenham, ainda que do próprio laudo pericial. O Conselho de Ética não pode deixar de ser o juiz da causa para se tornar o algoz do Representado, permitindo, ainda que por omissão ou em nome de uma suposta transparência para a sociedade, que o teor da acusação se modifique constantemente, agravando a sua situação.

Daí por que, tomando-se a Representação como termo da acusação e cotejando-a com as respostas oferecidas pelos peritos aos quesitos formulados pelo Conselho de Ética, e, ainda, com as explicações prestadas pelo Representado e por seu assistente técnico, o que sobressai é a absoluta ausência de provas que possam indicar que ele não tivesse condições financeiras de arcar com a pensão alimentícia de sua filha, o que, em tese, daria suporte à denúncia de que a Empresa Mendes Júnior, por intermédio de seu empregado Cláudio Gontijo, efetuava esse pagamento.

Por gentileza, gostaria que o assistente da perícia viesse aqui conversar comigo. Por favor.

Essa hipótese não restou comprovada nos autos. Aliás, caso houvesse indícios mínimos da procedência da acusação... *(Pausa)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Só para um esclarecimento, Senador. O assistente de perito de quem, por favor?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Assistente de perito indicado pelo representado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Obrigado.

Essa hipótese não restou comprovada nos autos. Aliás, caso houvesse indícios mínimos da procedência da acusação, seria de se surpreender que, passados três meses de bombardeio constante na mídia e de inúmeros jornalistas investigativos em ação, já não houvessem surgido outros casos de pagamento em favor do Representado, além da pensão de sua filha.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 111

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

A perícia realizada sobre os documentos apresentados pelo próprio Senador Renan Calheiros é categórica em reconhecer a sua capacidade econômica para pagar a pensão alimentícia de sua filha, capacidade essa proveniente da comercialização de gado e de seus rendimentos como parlamentar.

Quero, neste instante, abrir um parêntese para acrescentar a este relatório a seguinte observação, exatamente no ponto em que me refiro à capacidade econômica para pagar a pensão alimentícia de sua filha, capacidade esta proveniente da comercialização de gado e de seus rendimentos como Parlamentar.

Acompanhando de forma acurada o relatório apresentado pelos nobres Senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande, deparamo-nos com uma informação que para este Conselho foi transmitida com perplexidade, a informação de que, só no ano de 2004, foram apresentados pelo Representado saques em sua conta que somam o montante de R\$670.021,64, mas que, nesta tabela, foi mostrado que alguns cheques tinham sido utilizados para pagamento de outras transações comerciais e não destinados ao pagamento da pensão alimentícia. Isso de perplexo nada tem, porque aqui são apenas os saques de 2004. Existem saques desta conta em outros anos. O montante pago pela pensão alimentícia é da ordem de R\$420 mil, o que significa dizer que, nos saques de 2004, no valor de R\$670 mil, é claro que existem cheques que não foram destinados – sacados, não foram destinados – ao pagamento de pensão alimentícia. Portanto, nenhuma perplexidade. Nada de extraordinário, Nada de falta de comportamento ético do Senador Representado Renan Calheiros. É claro que, se ele sacou R\$670 mil e, durante os dois ou três anos de pagamento de pensão alimentícia, o total chegou apenas a R\$420 mil – só neste ano, é claro! –, existem saques que se destinaram ao pagamento de outras despesas. Portanto, não tem nenhuma procedência o fato alegado de que S. Ex^a tenha usado cheque de pagamento dito para pagamento de pensão quando já tinha usado este mesmo cheque para pagamento de uma outra atividade comercial.

Logo, passado três meses desde que se protocolizou a representação, nada se provou quanto às conjecturas lançadas de que o dinheiro da pensão seria da empresa Mendes Júnior e, demonstrado que o Representado tinha essa capacidade econômica, tudo o mais que possa subsistir se restringe a uma questão fiscal, o que refoge à competência do Conselho de Ética.

Ainda assim, procedendo-se a uma análise aprofundada, item por item, de tudo o quanto o Representado foi acusado ao longo desse processo, percebe-se que se trata, apenas e tão somente, de um conjunto de ilações despropositadas que, embora visassem destruir a imagem do Senador Renan Calheiros, tem servido mesmo é para destruir a já tão desgastada imagem da classe política e, sobretudo, do Parlamento brasileiro, um dos pilares da nossa democracia.



O Representante laborou a inicial em onze folhas datilografadas e apresentou treze fotocópias das matérias jornalísticas a que se referiu e transcreveu.

Das matérias jornalísticas referidas e juntadas pelo Representante, única base factual usada pela Representação para embasar o pedido de abertura de processo disciplinar e declaração de quebra do decoro parlamentar, somadas às que foram juntadas, posteriormente, pelo Representado, pode-se extrair as seguintes afirmativas:

Da revista Veja:

I – Que Cláudio Gontijo é lobista da Construtora Mendes Junior;

II – Que o lobista Cláudio Gontijo era o mantenedor do Senador Renan Calheiros;

III – Que o lobista Cláudio Gontijo colocava um *flat* de sua propriedade no Hotel Blue Tree à disposição do Senador Renan Calheiros para compromissos que exigissem discrição;

IV – Que o lobista Cláudio Gontijo pagou até março de 2007, e pelos últimos três anos, aluguel de R\$4,5 mil de um apartamento para o Senador Renan Calheiros, no qual morava a jornalista Mônica Veloso;

V – Que o lobista Cláudio Gontijo pagou uma pensão de R\$12 mil para a filha do Senador Renan Calheiros de janeiro de 2004 a dezembro de 2006;

VI – Que o lobista Cláudio Gontijo foi quem bancou a referida pensão;

VII – Que o lobista Cláudio Gontijo financia as campanhas do Senador Renan Calheiros, de seus familiares e de um afilhado político, sempre por traz da contabilidade oficial;

VIII – Que o lobista Cláudio Gontijo, segundo revelação de uma fonte para a revista **Veja**, chegou a reclamar do Senador Renan Calheiros alegando que os seus pedidos financeiros estavam exagerados tendo o Senador insistido e pedido que ele tomasse emprestado;

IX – Que o lobista Cláudio Gontijo, com a ajuda do Senador Renan Calheiros, já indicou nomes para cargos no Governo Federal;

X – Que o lobista Cláudio Gontijo pagava todos os meses R\$16,5 mil à jornalista no escritório da Mendes Junior;

XI – Que o lobista Cláudio Gontijo contratou uma empresa de segurança para proteger a jornalista e sua filha;

XII – Que o Senador Renan Calheiros mantém uma relação escusa com o empreiteiro Zuleido Veras, da Construtora Gautama, cuja empresa é acusada de vários crimes;

XIII – Que o Senador Renan Calheiros tem mais que uma simples relação de amizade com o empreiteiro Zuleido Veras, pois em 1990 o empreiteiro bancou, sorrateiramente, a campanha do Senador ao Governo de Alagoas e que, a partir daí, solidificou a amizade entre os dois e que Zuleido Veras visita o senador na sua residência oficial.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 113

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Todas essas são declarações publicadas pela Revista *Veja* e encampadas pelo Representante em sua petição inicial, e nenhuma delas tem provas, para nenhuma delas se fez provas. São apenas agressões à pessoa do Representado.

Do jornal *Folha de São Paulo*, encampadas também pela Representação:

XIV – Que o Senador Renan Calheiros admite que trabalhou para liberar recursos para obras da Construtora Gautama, do empreiteiro Zuleido Veras;

XV – Que a confessada relação do Senador Renan Calheiros com o empreiteiro Zuleido Veras pode ter se estabelecido por razões ilícitas;

XVI – Que os relatórios e gravações telefônicas da Operação Navalha levantam suspeita de que o Senador Renan Calheiros intercedeu junto ao governo do estado de Alagoas para a liberação de verbas para a Construtora Gautama;

XVII – Que o Senador Renan Calheiros fez *lobby* junto à Ministra Dilma Rousseff em favor da Construtora Gautama, segundo grampo telefônico que diz ter sido feito pela Polícia Federal no qual o Senador diz que “ainda iria conversar com o Presidente Lula”.

Todas, sem exceção, sem provas nos autos, acompanhando a inicial, cujas provas no correr da instrução também não foram feitas.

Do jornal *O Globo*, também encampadas pela Representação:

XVIII - Que o Senador Renan Calheiros utiliza laranjas que assumem a titularidade de suas propriedades rurais em Alagoas;

XIX – Que o Senador Renan Calheiros omitiu, de suas declarações, valiosos imóveis rurais, a exemplo da Fazenda Novo Largo.

Todos sem provas e para as quais não foram produzidas provas pelo Representante.

Do jornal *Correio Braziliense*, esta acostada pelo Representado:

XX – Que o Senador Renan Calheiros, às pressas, fez retificação em sua declaração de Imposto de Renda para ajustá-la à sua defesa e poder provar que tinha dinheiro para pagar a pensão;

XXI – Que o Senador Renan Calheiros mentiu ao afirmar que tinha constituído um fundo para custear a educação de sua filha no valor de R\$100 mil.

Todos esses itens, todos esses fatos trazidos na inicial, à exceção dos dois últimos, não tiveram e não foram objeto de comprovação nem de busca de provas para que se aferissem a veracidade desses fatos.

Como todos sabem, a Representação não apresentou nem fatos nem provas. O PSOL escora-se e procura se sustentar nas muletas revista *Veja*, que assaca agressões de toda ordem sem nominar fontes, sem usar aspas para as conjecturas que produz e, de logo, estampa uma frase que sintetiza mais um título de espetáculo do que uma manchete a traduzir uma notícia, ao escrever: “O Senador e o lobista”.



Lobista foi o rótulo que forjaram para alcunhar o Sr. Cláudio Gontijo, Diretor de Desenvolvimento de Mercado da Construtora Mendes Junior e tentar descaracterizar o que, verdadeiramente, representa uma relação de amizade. Este foi o instrumento usado para que fosse dado aos fatos ares de escândalo, diante do sentido pejorativo e não vernacular em que a expressão foi usada para o contexto apresentado.

Dos autos não conta uma única prova de que este senhor seja lobista. Nem a revista, nem o PSOL, nem as testemunhas, nem os Relatores produziram qualquer prova que atestasse a má conduta do Sr. Cláudio Gontijo. Não existe nos autos qualquer menção a práticas ilícitas, nenhum documento ou certidão de sua vida pregressa que ateste a sua conduta, nenhuma matéria de jornal que, sequer, tenha insinuado qualquer ato que importasse em desvios éticos, mas o rótulo é que se trata de um lobista.

Pelo seu depoimento ficou mais do que caracterizado que a relação entre o Sr. Cláudio Gontijo e o Senador Renan Calheiros e a família de S. Ex^a é de amizade de mais de 20 anos, que teve início bem antes dele ser empregado da Mendes Junior, senão vejamos, diz ele em seu depoimento prestado inclusive neste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

“Eu queria me apresentar: eu trabalho na Mendes Junior Engenharia, uma empresa de que eu me orgulho muito. Há 15 anos. Meu cargo é Gerente de Desenvolvimento de Mercado. Esse cargo é um cargo ocupado, que existe nas grandes empresas brasileiras.”

Senador, primeiro, eu gostaria de comentar esse título que colocaram de lobista, de uma forma tão pejorativa, tão depreciativa, que eu acho que vou passar muitos anos da minha vida para recuperar a minha imagem, a minha reputação, que foi manchada dessa forma que eu fui colocado. Por isso mesmo que eu fiz questão de colocar aqui no início, me apresentar e falar a minha função, que é uma função honrada. Eu tenho orgulho de trabalhar na Mendes Junior, uma empresa que gera hoje 4 mil empregos. Eu sou Gerente de Desenvolvimento de Mercado. Mantenho contato com todas as instituições parlamentares, autoridades, de uma forma completamente clara, transparente, honesta, clara. E levo qualquer tipo de pleito, de reivindicação que minha empresa precisar, eu vou levar a todas as instâncias, mas de uma forma correta, não de uma forma subterfúgia, na sombra, como foi dito. Então, é isso que eu tenho a dizer.”

Na oportunidade do depoimento o Senador Eduardo Suplicy, assim se manifestou:

“O senhor sabe que há no Congresso Nacional, em tramitação, inclusive aqui no Senado, por iniciativa do Senador Marco Maciel, um projeto de lei que define o que é o trabalho do assim chamado *lobby*, do lobista, para que isso seja bem regulamentado, seja feito às claras? O senhor conhece esse projeto?”

Cláudio Gontijo responde:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 115

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

"Eu não conheço. Eu sei que ele existe e está em tramitação. Tenho alguns amigos que lutam pela continuidade desse projeto. Eu acho que seria muito bom se isso fosse levado a cabo. Se cada representante tivesse seu crachá, ostentando-o no peito e entrasse na sala de cada Senador, de cada Deputado, de cada Ministro, fosse no Executivo, no Legislativo, onde for, se apresentando, reivindicando seus trabalhos, apresentando por escrito suas reivindicações. É a coisa que eu faço. Costumo fazer isso. Eu gosto de levar essas reivindicações por escrito, entregar a um dirigente de empresa ou no Executivo."

"Eu nunca respondi a processo nenhum, nunca fui levado a nenhum tribunal, nem cível nem criminal. Até a minha própria separação foi amigável, porque sou muito amigo da minha ex-mulher e dos meus filhos. E me honro muito por isso.

Não tenho inimigos que eu conheça. Talvez tenha, mas não tenho nenhum que eu conheça. E digo mais, Senador. Eu costumo dizer o seguinte: se for para o bem, pode contar comigo; se for para o mal, estou fora. Esse é um princípio de vida que eu tenho."

O senador Eduardo Suplicy volta a perguntar:

"O senhor, quando o Senador Valter Pereira mencionou que o senhor é conhecido como lobista, o senhor procurou expressar a opinião de que essa não é uma definição correta do seu trabalho. Porque eu fiquei me perguntando se o senhor consideraria adequado que... quer dizer, em que medida a definição do seu trabalho estaria sendo qualificado como o trabalho de *lobby*, definido no projeto do Senador Marco Maciel, porque o projeto dele procura tornar inteiramente transparente o trabalho de representantes de empresas que, junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, realizam um trabalho de aproximação, de contatos, de trocar interesses dessas empresas junto ao Congresso, e que isso deva ser colocado de uma forma inclusive a se registrar o nome das pessoas que assim exercem esse trabalho e diversos itens, a exemplo do que existe em outros países. Ele tem se referido na sua exposição que, por exemplo, nos Estados Unidos da América, isso é objeto de regulamentação legal. Que avaliação o senhor tem com respeito a tal proposição que está tramitando aqui no Senado Federal?"

O senhor Cláudio Gontijo responde:

"Eu acho que há uma... esse nome lobista, *lobby* hoje, principalmente agora, depois de todo esse momento aí, é muito pejorativo. Não sei se alguém hoje, daqui para a frente, vai querer ostentar esse título. Talvez um nome diferente ou mesmo o *lobby*, mas eu acho que é bom a sua regulamentação. Eu acho que seria confortável para ambos os lados."

E o Senador Suplicy concluiu afirmando que:

"Sr. Presidente, tivemos agora a oportunidade de ouvir o Sr. Cláudio Gontijo se expressar com muita espontaneidade. E, normalmente, quando há



uma espontaneidade natural, as coisas se passam com muito maior transparência para todos.”

Quanto à sua relação de amizade com o Senador Renan Calheiros, o depoente Cláudio Gontijo afirmou:

“Estou em Brasília há 20 anos...”

“Eu conheci o Senador logo que eu cheguei em Brasília.”

“Em 87 foi o ano que eu cheguei em Brasília. Foi quando eu o conheci.”

Perguntado qual o ano em que entrou na Mendes Junior, respondeu que em 1993.

“... em 2001, quando houve a minha separação, eu comecei a ir todo dia tomar o café da manhã na casa dele.”

“E a Verônica, a esposa dele, me deu muito apoio na minha separação. Foi uma pessoa amiga, amiga, pedia para eu não me separar, foi uma acolhida familiar que eu tive aqui.”

“Em 2001, com a minha separação, eu passei a freqüentar com mais intensidade a casa dele.”

Quanto aos fatos que envolvem a sua relação com o Senador Renan Calheiros e a jornalista Mônica Velo, assim o Sr. Cláudio Gontijo se expressou:

“Eu a conheci [Mônica Veloso] com ele. Logo quando houve a notícia da gravidez, ele pediu que eu combinasse com ela para que os dois se encontrassem para ter uma conversa, e essa conversa foi na minha casa. Eu presenciei essa conversa dele com ela, que foi a primeira. Acho que foi a primeira, tenho quase certeza que foi o primeiro encontro dos dois da notícia da gravidez. E ele disse para ela: ‘Mônica, eu não posso estar em contato com você freqüentemente. Eu não tenho condições, eu não posso ficar te encontrando. E eu queria te pedir para que você aceitasse que o Cláudio fizesse essa interligação entre nós dois. O que você precisar você fala com ele. Eu farei todo o possível para ajudar, para te atender em tudo que for possível. E não terá outra pessoa para conversar sobre esse assunto. Vai ser a única pessoa.’

A partir dali, [prossegue o Sr. Cláudio Gontijo], eu senti o grande peso da responsabilidade, porque ele, na frente dela, junto com ela, nós três, ele pediu, e ela concordou, que eu seria ali um mensageiro, tanto dela quanto dele para qualquer assunto que precisasse.”

Isso começou antes porque, praticamente, imagino uns seis ou oito meses, antes dessa data, ou dez meses, eu os conheci e tive alguns encontros com ela. Ela me ligava sempre, e eu tinha uma relação muito cordial com ela.

Então, por essa razão é que eu passei... Eu era uma pessoa conhecida, conhecia a história do *affaire* que estava existindo entre os dois e, quando houve a gravidez, foi uma solução natural. Isso veio em função também de um conhecimento, uma relação grande, porque eu conheço o Senador há muitos anos.

Então, ele me delegou, me pediu, me entregou essa responsabilidade, essa missão, que foi uma missão que eu – eu disse no meu depoimento – fui



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 117

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

guardião de um segredo. A partir daí, eu insisto, eu guardei sozinho isso, sem compartilhar isso com ninguém.”

Quanto à relação do depoente com o Representado, Senador Renan Calheiros, e a Construtora Mendes Junior, o Sr. Cláudio Gontijo afirmou que:

“Senador, não existe um único centavo, nem meu, nem da Construtora Mendes Junior, onde eu trabalho. Tudo que eu entreguei para ela [Mônica Veloso] me foi entregue pelo Senador Renan Calheiros, que eu repassei para ela.

Eu não tenho conhecimento de nenhuma doação à campanha do Senador Renan Calheiros.”

Durante o depoimento de Cláudio Gontijo, a Senadora Marisa Serrano, assim se pronunciou:

“Essas e outras questões desse tipo foram colocadas, porque eu acho que o que tem que ficar muito claro para nós, eu acho que esse é o fulcro da questão aqui deste Conselho de Ética, é se, por acaso, algum tipo de relação entre o recurso que Dona Mônica recebia e a Empresa Mendes Júnior, de qualquer forma, por serviços prestados pelo Senador Renan à Mendes Júnior. Esse é o fulcro da questão, esse é o problema. Então, o resto tudo são problemas menores. Para nós, o que aqui vale, o que interessa é isso.

Então, eu gostaria que o senhor se detivesse um pouco mais nessa questão, para pudesse nos esclarecer e esclarecer todos aqueles que estamos vendo no País inteiro.”

Ao que respondeu Cláudio Gontijo:

“Está ótimo. Senadora, isso é uma oportunidade muito boa. A pergunta da senhora, eu a acho muito pertinente, muito oportuna, e que me dá uma grande chance. Eu é que estou agradecido por essa pergunta. Por quê? Essa obra, ela foi contratada pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte. A licitação foi lá, a contratação foi lá, a aprovação dos recursos, de tudo, é com a Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Essa obra, não existe nenhuma paralisação dessa obra por motivo de decisão do TCU. Pelo contrário, os técnicos do TCU, os relatórios do TCU apontam que essa obra não pode ser paralisada, por ser uma obra portuária. Se ela for paralisada, todo o serviço que foi executado nela corre o risco de ser perdido, porque é uma obra no mar. É um cais de contêineres do Porto de Maceió. A Bancada de Alagoas nunca apresentou uma emenda de Bancada para essa obra, embora eu tenha pedido várias vezes para toda a Bancada para que coloquem uma emenda para essa obra, dada a sua importância. Mas nós nunca recebemos. Essa obra recebeu recursos de mensagens do Executivo, de medidas provisórias, de crédito suplementar encaminhado pelo próprio Executivo. A Companhia Docas do Rio Grande do Norte vive aqui batendo na porta de todos os Parlamentares, inclusive do Senador Renan Calheiros, a pedido de emendas, de tudo quanto é apoio para que essa obra não seja paralisada, que haja uma continuidade. E vários Parlamentares já assinaram emendas para essa obra, em momentos de



suplementação de recursos, em LDO. Eu não sei dizer para a Senhora se ele, o Senador Renan Calheiros, assinou para a LDO ou para outra situação qualquer. Emenda de Bancada, nunca tivemos. Mas, quero dizer para a Senhora o seguinte, os maiores interessados, lógico que eu sou grande interessado em executar, terminar e entregar essa obra... Essa obra ficou dois anos paralisada, porque os recursos que foram para lá, foram arrestados pela Justiça do Trabalho, numa ação dos funcionários do Porto do Rio Grande do Norte. A Senhora imagine bem, tem uma lei orçamentária mandando aplicar o dinheiro no Porto de Maceió, no cais de contêineres. Esse dinheiro chega na conta da CODERN-Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Natal, e é arrestado pela Justiça do Trabalho por uma ação trabalhista. Ficou dois anos parada por causa disso. Só depois de dois anos é que houve a decisão de liberar os recursos para a finalidade pela qual houve uma lei orçamentária aprovando e encaminhando esses recursos para lá. Nós nunca... esse esforço para se colocar um dinheiro para essa obra, é um esforço muito grande da CODERN, da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, muito grande dos dirigentes do porto de Maceió. E nós acompanhamos, pedimos que para nós não existe nada pior do que uma obra que pára, executa. Uma obra que deveria 15 milhões num ano, recebe dois. Isso é uma coisa difícilíssima para executar. A única coisa que a Mendes Júnior precisa é que os contratos dela sejam respeitados, sejam executados. Não tem nenhum, nenhum, nenhum benefício do Senador Renan Calheiros nessa obra para nós, que a gente tenha oferecido, que temos pedido, que tenha reivindicado. Não existe. A não ser o pedido que essa obra seja executada. Essa é uma obra Federal, não é uma obra de convênio com Estado, não convênio com Prefeitura. E a Mendes Júnior, há muito tempo, que ela não quer depender de obras, recursos de convênios para Estados e Municípios, porque existe uma incerteza muito grande de recursos. Estamos evitando, ao máximo, há muitos anos, ter qualquer tipo de obra nessa linha."

A Senadora Marisa Serrano volta a perguntar:

"Eu gostaria, nessa mesma linha de pensamento, perguntar a V. Sr^a se o irmão do Senador Renan, o Deputado Federal Olavo Calheiros, também participa junto com o Senador Renan dessas tratativas junto com a Mendes Júnior, nesse caso específico que estou colocando, do Porto de Maceió."

Ao que responde Cláudio Gontijo:

"Não existe tratativa com ele dessa obra. Eu tenho certeza que os dirigentes do Porto de Maceió, tanto da CODERN, devem ter visitado todos os Parlamentares da Bancada do Estado para ajudar nesse sentido, nessa linha de aporte de recursos para a conclusão dessa obra."

Na mesma oportunidade o Senador Leomar Quintanilha disse:

"Eu gostaria de ver reiterada uma resposta. Não excederei mais de dois ou três minutos."

Ouvi atentamente a exposição do Sr. Cláudio Gontijo, que foi muito sucinto na exposição preliminar, e depois observei a concisão e a firmeza dele



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 119

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

nas respostas que deu às diversas perguntas feitas. Uma delas, inclusive, se ele havia participado com dinheiro seu ou da empresa para a qual trabalha no pagamento das pensões mensais à jornalista Mônica, quando ele respondeu que 'absolutamente não', que os recursos eram recebidos do Senador Renan Calheiros.

Tenho aqui uma certidão do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, que certifica que a empresa para a qual ele trabalha, a Mendes Júnior, também não contribuiu, em nenhum momento, nas diversas campanhas eleitorais que disputou o Senador Renan Calheiros.

Eu só gostaria de ouvir essa confirmação do Sr. Cláudio com relação a essa questão."

Ao que ele, o Sr. Cláudio Gontijo, respondeu:

"Senador, eu não tenho conhecimento de nenhuma contribuição que tenha sido feita para o Senador Renan Calheiros, nenhuma. Se por acaso tiver sido feita no passado, alguma coisa, eu não tenho conhecimento. Desconheço completamente.

O senhor talvez conheça o histórico da nossa empresa. Passamos por momentos muito difíceis no passado recente. Estamos recuperando a empresa devagar, com muita luta, com muita determinação, com equipe técnica de uma garra, de uma vontade de sobreviver, porque nós quase fomos à lona. Mas estamos lutando. E não tivemos condição mesmo de até prestar ajuda de campanha, como normalmente fazem as grandes empresas.

Então, não tenho conhecimento. Acho que não foram feitas. Não tenho conhecimento de que foi feita nenhuma doação de campanha para o Senador Renan Calheiros."

Já o Corregedor-Geral, Senador Romeu Tuma, disse que:

"Enviei, **ad cautelam**, o depoimento que o Gontijo fez junto à Corregedoria, que foi acompanhado por alguns dos Senadores presentes.

Algumas perguntas novas foram feitas sobre fatos que posteriormente devem ter sido do conhecimento de alguns Senadores, para tirar dúvidas que não foram apresentadas durante o primeiro depoimento.

Não houve uma contradição entre o depoimento que ele fez à Corregedoria e aos Senadores. Vou ler com calma as outras perguntas que foram feitas posteriormente ao conhecimento que nós tivemos, mas posso garantir que todo o depoimento casou realmente com o que ele declarou para mim e para mais cinco ou seis Srs. Senadores que nos acompanharam.

Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente."

Portanto, diante de tudo isto, questionar mais o quê? O seu depoimento foi acatado e elogiado por todos. Nenhuma contestação surgiu.

Apenas para argumentar, embora seja uma tese por mim contestada veementemente, por hipótese, e somente por hipótese, imaginemos que o Sr. Cláudio Gontijo fosse lobista. Teria S. Sr^a, na condição de intermediário do Senador Renan Calheiros, naqueles momentos em que fazia os repasses da



pensão, trabalhado como lobista? Teria S. Sr^a exercido o papel de lobista? Qual? Que interesses ilícitos traficou? Levar a pensão alimentícia para a manutenção de uma criança? Seria esse o tráfico de influência, com toda a relação de amizade familiar devidamente esclarecida e não contestada, inclusive com a esposa do Senador Renan Calheiros, cuja residência freqüentava permanentemente, até para o café da manhã e de cuja esposa recebeu conselhos para não se separar judicialmente? Lobista? Cabe onde? Na consciência de quem? Com que argumento?

Às fls. 647 a 674 o Representado apresentou "Memorial Ilustrado da Defesa...", do qual consta:

"I – matéria do jornal **Folha de S.Paulo**, fls. 653, da jornalista Fernanda Krakovics, que diz: 'O Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, disse ontem que não investiga Renan por nenhuma das duas suspeitas que pairam contra ele: de pagamento de despesas pessoais por lobista da Mendes Junior e de envolvimento na Operação Navalha.'

Essa é a prova que tem. A favor do Representado.

"II – matéria do jornal **Correio Braziliense**, fls. 653, dos jornalistas Luiz Carlos Azedo e Helaine Boaventura, que diz: 'O Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, porém, também jogou água fria na fogueira. Disse que Renan não está sendo investigado pelo Ministério Público. Para o procurador, não há 'nessas escutas telefônicas (da PF) referências a ele que justifiquem qualquer procedimento.'"

Mas todas essas alegações foram objeto de escora da Representação para a qual não se apresento nenhuma prova, e aí estão as provas em contrário.

III – matéria do jornal **O Globo**, fls. 662, sob título: 'Renan Calheiros apresenta recibos. Disponibilizei, ainda, de minhas reservas, repito, de minhas reservas, de minhas finanças, um fundo de R\$ 100 mil para garantir as despesas futuras com educação, desenvolvimento cultural da criança, disse Renan Calheiros na segunda-feira. Renan foi imediatamente desmentido pelo advogado. Não existe um fundo para educação ou para cultura da menina. O pagamento foi feito para complementar os valores de pensão alimentícia, rebateu Pedro Calmon Filho.'

Como é do conhecimento de todos, foi apresentado pelo Representado e exposto em reunião deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os dois recibos com toda esta nominata, assinados pela parte que recebeu e pelo próprio advogado, Pedro Calmon.

"IV – recibos de fls. 663 e 664, que atestam o pagamento de duas parcelas de R\$50 mil cada, dos quais constam que os pagamentos foram: 'a título de doação destinada à constituição de um fundo para prover futuras e eventuais despesas da aludida menor pertinentes ao aperfeiçoamento de seu desenvolvimento cultural.'"

Mas, na ocasião, quando o fato veio a público, e todos eles são mutantes, fatos seqüenciados dia após dia, a imprensa divulgou, com todo o



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 121

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

aparato, de que o Senador Renan Calheiros estava mais uma vez mentindo, mas, no dia seguinte, S. Ex^a apresenta os documentos.

"V – certidão do Tribunal Regional de Alagoas passada a pedido do Senador Renan Calheiros da qual consta que: 'Certifica, ainda, que, no que concerne às campanhas eleitorais de 1994 e 2002, acima mencionadas não constam quaisquer espécies de doações efetuadas pelo Sr. Cláudio Ferreira Gontijo, nem pelas empresas Construtora Gautama Ltda. e Mendes Junior Trading e Engenharia S/A.'

VI – Boletim de Ocorrência, fls. 670, onde consta que: 'Dimário disse no depoimento que Renan comprou dele, em 2002, a Fazenda Novo Largo, no município de Flexeiras, vizinho de Murici. A propriedade, no entanto, não consta da declaração de bens entregue pelo Senador, no mesmo ano, à Justiça Eleitoral. Renan usaria laranjas para esconder ser dono de fazendas em Alagoas.'

VII – cópia de parte da Declaração de Imposto de Renda, fls. 671, da qual consta que, na declaração ano base 2003, foi declarado o seguinte bem: 'Fazenda Novo Largo, localizada no Município de Flexeiras (AL), com uma área de 117ha. adq. de Dimário Cavalcante Calheiros e Maria Luíza Pinheiro Calheiros, ambos com CPF nº 049.669.704-82, pelo valor de R\$ 120 mil, pagos assim: R\$ 40 mil, em 28/05/2003, e mais 87 cabeças de gado no valor de R\$ 80 mil, em 22/06/2003.'

Claro, mas no dia anterior, a matéria que saiu publicada estampou o escândalo, mas, no dia seguinte, não se deu vazão a esse tipo de notícia, aos fatos mutantes a que me refiro.

"VIII – ofício de fls. 674, do Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antonio Deher Rachid, encaminhado ao Senador Renan Calheiros, nos seguintes termos: 'Em atenção aos termos do ofício s/n, de 7 de junho de 2007, subscrito por V. Ex^a e dirigido à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na pessoa de seu titular, encaminho a nota cotec/diad nº 2007/0060, de 8 de junho de 2007, expedida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (COTEC) desta Secretaria, contendo a informação de que, com relação ao CPF nº 110.786.854-87, não há declarações retificadoras entregues entre 1º de maio de 2007 e a presente data.'"

Mas a imprensa publicou, pelo jornal **Correio Braziliense**, que S. Ex^a tinha feito retificação na declaração de Imposto de Renda para adequar a sua declaração de receitas às despesas que manteve com o pagamento da pensão alimentar à sua filha.

Além das declarações prestadas, instado a oferecer outras informações, o Sr. Cláudio Gontijo, em ofício de fls. 2042, assim se manifestou:

"Em atendimento aos ofícios CEDP nº 314/200 0004/2007 – CI/CEDP, cumpre-me informar a V. Ex^a que os valores que foram entregues pelo Senador Renan Calheiros para serem repassados à Sr^a Mônica Veloso foram aqueles por



mim referidos nos depoimentos que prestei tanto à Corregedoria do Senado Federal quanto à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Esclareço que, como mero intermediário dos aludidos pagamentos que haviam sido anteriormente acertados entre as partes, nunca tive a preocupação de guardar comprovantes de depósitos ou de obter recibos das entregas efetuadas pessoalmente.

Recordo, apenas, que em algumas ocasiões efetuei depósitos na conta bancária da favorecida; na maioria das vezes entreguei a ela os valores pessoalmente, quando saíamos para almoçar em restaurantes desta cidade; duas a três vezes entreguei-os em minha residência; uma ou duas vezes na residência da própria favorecida; e duas ou três no escritório da empresa em que trabalho, por ter sido lá procurado pela interessada.

Confesso que jamais imaginei precisar dessas informações, razão pela qual não gravei, com detalhes, tais eventos."

Em 13 de junho/07, fls. 553 a 562, consta ofício do Corregedor Parlamentar, Senador Romeu Tuma, encaminhado ao Senador Relator Eptácio Cafeteira, no qual noticia a realização, a seu cargo, de investigação preliminar sobre os documentos ofertados pelo Representado à vista de seu pronunciamento de 28 de maio de 2007, proferido no Plenário do Senado Federal, de cuja análise concluiu que:

"No processo investigativo, cuidou essa Corregedoria de elaborar o documento sob o título 'Consistência de Caixa', abrangendo os anos de 2002/2005.

Estes documentos perfazem uma adequação contábil real dos valores percebidos pelo Senador Renan Calheiros, inclusive obtendo-se o valor líquido dos seus rendimentos em atividades agropecuárias.

Esta operação permite afirmar que o Senador Renan Calheiros possuía recursos suficientes para honrar com os pagamentos decorrentes da pensão alimentícia e outros valores (aluguéis, segurança, etc).

(...)

Para melhor aclarar este ponto, esta Corregedoria elaborou quadro demonstrativo ora encaminhado a V. Ex^a., sob o título 'Relatório de Recebimentos e Pagamentos', no qual se encontram descritos todos os valores percebidos e os correspondentes depósitos.

De igual modo, nos mesmos documentos, encontram-se destacados os eventuais valores recebidos que não foram instruídos com prova de depósitos em dinheiro ou em cheque.

Porém, do exame comparativo entre os valores informados nas Declarações de Renda do Senador Renan Calheiros, a título de rendimentos com atividade rural, e os valores constantes dos recibos apresentados, existe consistência de dados e de valores."

Às fls. 1167 a 1172 consta resultado de análise pericial elaborada pela Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, a cargo de Shalom Granado,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 123

Subsecretaria de Registro de Apoio-a Reuniões de Comissões

que respondeu afirmativamente pela autenticidade dos documentos apresentados pelo Representado, Senador Renan Calheiros, e compatibilidade entre os recibos de vendas de gado e os depósitos em contas bancárias.

Às fls. 1985 a 1993 do volume VII, constam as informações e documentos que foram solicitados, em diligência determinada pela Comissão de Inquérito, ao Consultor-Geral da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Srs. Senadores, insisto com a colaboração dos presentes para permitir que o Relator conclua a apresentação de seu relatório.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Faltam apenas duas laudas.

Às fls. 1985 a 1993 do volume VII, constam as informações e documentos que foram solicitados, em diligência determinada pela Comissão de Inquérito, ao Consultor-Geral da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Sr. Fábio Gondim, acerca da existência de emendas aos orçamentos da União nos exercícios de 2002 a 2006 em que sejam beneficiadas as empresas Construtora Gautama Ltda. e Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, em cujo ofício, fls. 1985, e documentos, fls. 1986 a 1993, não constam o Representado, Senador Renan Calheiros, como autor de qualquer emenda ao Orçamento da União com recursos destinados a estas empresas.

O que sobra, então? Punir-se o Senador Renan Calheiros com a perda do mandato que, vivendo um drama familiar, recorreu a um amigo, pejorativamente rotulado de lobista, mas cuja ação profissional nunca foi levantada ou posta sob suspeição, nem mesmo quando prestou depoimento ao Conselho de Ética? Isso seria punição sem a demonstração da culpa.

De tudo que foi analisado, levando em consideração o tempo transcorrido deste processo sem que nenhuma prova cabal tenha sido produzida contra o Representado – e, ainda, os termos vagos da Representação formulada contra um Senador da República, o que, por si só, sequer mereceria ser conhecida – e o laudo pericial elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística concluindo que o Representado tinha efetivamente condições econômicas de pagar a pensão, independentemente de seus rendimentos como Senador, confirmando, ademais, a autenticidade dos documentos entregues espontaneamente pelo Representado ao Conselho de Ética, nada há que indique a quebra do decoro parlamentar.

Ressalte-se, por fim, que algumas dúvidas periféricas resultaram da apresentação do Laudo Pericial pelos técnicos da Polícia Federal, cujas dúvidas restaram devidamente esclarecidas com as declarações prestadas pelo Senador Renan Calheiros à Comissão de Inquérito, bem assim, pelas explicações ofertadas pelo seu Assistente de Perito, que demonstrou que, na evolução patrimonial do Senador, não há inconsistência uma vez que a diferença, a



menor, de mais ou menos R\$24 mil em sua receita foi superada pelo empréstimo que S. Ex^a tomou à empresa Costa Dourada de Maceió, fato comprovado com o Diário da empresa, livro contábil que se encontra devidamente registrado na Junta Comercial de Alagoas e que foi objeto de manuseio e análise pelos técnicos peritos da Polícia Federal.

Conclusão

Ante todo o exposto, concluo não ter havido a mínima comprovação de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do Representado, Senador Renan Calheiros, razão pela qual opino pelo arquivamento da Representação nº 1, de 2007.

Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço ao Senador Almeida Lima, que conclui a leitura do seu relatório, logo após a leitura do relatório dos eminentes Senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande.

Então, passo a decidir agora, como foi acordado, a forma da votação.

Eu não podia fazê-lo anteriormente. Não podia fazê-lo, porque eu desconhecia o voto dos eminentes Senadores Marisa Serrano e Casagrande, porque poderiam... o voto poderia ser pela procedência ou pela improcedência da representação, e isso implicaria em decisões diversas de voto aberto ou fechado.

Como S. Ex^{as} decidiram pela procedência, e a procedência implica na perda de mandato de um membro do Senado Federal, entendo que o dispositivo constitucional, art. 55 da Constituição Federal – que diz que perderá o mandato o Deputado ou o Senador (inciso II) “cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar” [que é o caso em questão] e (§2º) que, “nos casos dos incisos I e II” [que é o caso] “e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa”, a interpretação que faço deste texto constitucional – no meu entendimento, impositiva – não me permite expressar qual seria a minha vontade de votar, de forma secreta ou aberta, ou mesmo dos meus nobres Pares.

Entendo que a norma constitucional é determinante e nenhuma norma infraconstitucional pode ter força maior do que a decisão da Constituição.

Em decorrência disso, entendo que o voto para apreciar a questão da procedência ou não da Representação nº 1, apresentada contra o Senador Renan Calheiros, deverá ser por escrutínio secreto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para uma questão de ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Por essa razão, decidiríamos também sobre o requerimento que foi apresentado pelos eminentes Senadores Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Marisa Serrano, Tasso



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 125

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Jereissati e Sérgio Guerra propondo que essa votação fosse por escrutínio aberto.

Pelas razões anteriormente elencadas, indefiro o requerimento.

Antes de passar a palavra aos eminentes Senadores, eu gostaria de comentar que fiz uma análise nos Anais da Casa verificando as questões que levaram à decisão no Conselho de Ética: só houve uma envolvendo perda de mandato parlamentar, e o escrutínio foi secreto.

Nessa mesma representação, há a manifestação do Senador Ramez Tebet, que presidiu o Conselho de Ética à época, e de outros ilustres Srs. Senadores, todos dizendo da impossibilidade de questionar a determinação da Constituição, entendendo que o escrutínio seria, no âmbito do Conselho de Ética, de natureza secreta.

Por isso esta é a decisão tomada pela Presidência deste Conselho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Com base no art. 48 inciso XI do Regimento Interno do Senado Federal e, precisamente, por muito respeito, apresentar uma discordância de V. Ex^a, já no meu arrazoado inicial, eu tentava colocar que esse preceito constitucional se aplica à votação em plenário e determina tratamento igual para Deputados e Senadores.

Como não há Regimento aqui, eu invoquei a analogia, já que há Regimento lá na Câmara. Parece-me que casa muito bem um assunto com o outro.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AC) – Não casa, não, Senador Arthur. Com a permissão de V. Ex^a, quero colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Senador Gilvam Borges, por gentileza, vamos colaborar e assegurar a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB - AC) – Desculpa o incômodo, Senador Arthur Virgílio. Eu sei quando a gente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Não, V. Ex^a não incomoda, não. Apenas peço que me permita exercitar aqui o meu papel, como V. Ex^a, com certeza, exercita o de V. Ex^a muito bem nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, tenho discordâncias. Tenho discordâncias. Entendo que as coisas se casam bem. Se temos o Regimento Interno do... se temos a Constituição dizendo que o tratamento é igual para eventual cassação de Deputados e Senadores, e temos um vácuo por falta de Regimento no Senado e o Regimento da Câmara, que diz que a votação é aberta, porque foi assim com todos aqueles acusados do chamado mensalão, a impressão que me ocorre é que a analogia é o melhor caminho.



Por outro lado, eu não quero citar os nomes dos Colegas, até porque foram eles todos absolvidos, mas inúmeros Senadores foram recentemente absolvidos, em voto nominal, no Conselho de Ética, com o voto aberto.

V. Ex^a invocou o episódio do Senador Luiz Estevão, que foi cassado. Eu invoco outro episódio: o do saudoso e falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, que, em 2003, foi julgado aqui pelo voto aberto. Saiu vencedor aqui no... saiu derrotado aqui no Conselho de Ética e, inclusive, até obteve êxito na votação de Plenário.

Portanto, requeiro – recorrendo, portanto, da decisão de V. Ex^a –, com base no art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação pelo Plenário deste Conselho de recurso contra a decisão da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que acaba de indeferir o requerimento de voto aberto apresentado pelo ilustre Senador Marconi Perillo, bem como, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, que exige a celeridade das decisões processuais, a votação do recurso nesta reunião, sob pena de infringir uma questão preliminar indispensável ao prosseguimento desse processo, Sr. Presidente.

Encaminho a V. Ex^a, respeitosamente, o recurso à decisão que V. Ex^a acaba de prolatar.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Também não podíamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É na mesma direção?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É na mesma direção com outro fundamento. Então V. Ex^a poderia decidir para o Senador contraditar... *(Pausa)*

Não, ele não decidiu. Como é que S. Ex^a decidiu se a questão de ordem acabou de ser apresentada? S. Ex^a indeferiu um requerimento, para o qual não cabe recurso. Cabe recurso de questão de ordem. Por isso que eu quero formular uma questão de ordem.

Se V. Ex^a permitir, vou...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quanto ao meu recurso, o que eu espero é que seja votado e que seja complementado pela sábia argumentação do Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como o fundamento é outros... O Senador Arthur Virgílio se utilizou, por analogia, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Então, eu quero utilizar de outros dois fundamentos: o art. 37 da Constituição Federal e o art. 55, inciso II, §2º, também da Constituição Federal.

O art. 37 da Constituição Federal, Sr. Presidente, diz o seguinte:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 127

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

Inclusive, a nota técnica que foi preparada para V. Ex^a – concordo inteiramente com a nota técnica – diz o seguinte:

Os atos são públicos, exceto aqueles que são previstos pela Constituição Federal, pela lei ou pelo Regimento como atos reservados.

V. Ex^a fez a seguinte interpretação: que o art. 55, inciso II, §2º, da Constituição Federal determina que a votação seja secreta para casos de perda de mandato. V. Ex^a tem absoluta razão no que interpretou, só que V. Ex^a interpretou para o local errado, até porque o art. 55 diz que:

Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

(...)

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional (...)

V. Ex^a há de convir comigo que maioria absoluta, por definição de todos os doutrinadores que estudam o caso no Brasil, é mais da metade do colegiado. O nosso colegiado, o colegiado do Senado... somos 81 Senadores.

Portanto, teríamos que ter um número acima de quarenta e meio, quarenta e um Senadores. Esse número só pode ser alcançado no Plenário da Casa.

V. Ex^a pode cotejar com as outras determinações que exigem quórum qualificado: votação de ministro de tribunal superior; votação de representação diplomática; proposta de emenda à Constituição, que é mais do que o qualificado, exige três quintos; lei complementar, que exige maioria absoluta.

Nesses casos todos, exige-se no Plenário dessa forma, mas, nas Comissões, exige-se apenas maioria simples, porque a maioria absoluta só pode ser alcançada efetivamente no colegiado.

E mais, Sr. Presidente, essa determinação não açambarca o Conselho de Ética por um motivo muito simples: a Constituição foi promulgada em 1998; o



Conselho de Ética foi criado em 1993. Como é que a Constituição, em 88, previa que a votação no Conselho de Ética seria secreta?

Então não há qualquer possibilidade, Sr. Presidente, de que isso aconteça.

E mais: o Senador Arthur Virgílio ainda utilizou-se de um argumento absolutamente lógico. Por quê? O que diz também o art. 55, §2º? A perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado.

Então, veja bem, V. Exª: se a Câmara pode decidir – está no Regimento. Aliás, deve decidir – que a votação será no Conselho, a discussão será aberta – Nós já fizemos toda a discussão aberta aqui –, e a votação também será aberta, por que tratar de forma diferente aqui no Senado?

E mais: podemos ver no caso do ex-deputado federal José Dirceu. O ex-deputado utilizou-se de todos os recursos jurídicos para impedir a votação no Conselho de Ética e depois no plenário. E conseguiu, no Supremo Tribunal Federal, em algumas ocasiões, que a sua pretensão fosse atingida.

Se o ex-deputado federal José Dirceu imaginasse que esse preceito feriria a Constituição Federal, naturalmente que ele assim também teria questionado. E olha que ele tinha um aparato extraordinário de advogados absolutamente qualificados, assim como os tem também o Senador Renan Calheiros.

De sorte, Sr. Presidente, rogo a V. Exª, respeitosamente, que V. Exª retroaja da sua posição e, no caso aqui no Conselho de Ética, determine que a votação seja feita de forma aberta, Sr. Presidente.

São essas as minhas considerações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou recorra ao Plenário para vermos o que pensa o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes de decidir as questões de ordem levantadas, vamos ouvir o Senador Almeida Lima para contraditar a questão de ordem levantada.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Para contraditar as duas. E tenho, inclusive, fundamentos diferentes.

Aproveito a oportunidade para dizer ao querido Senador Arthur Virgílio que não mudei a minha posição quanto ao voto aberto ou secreto.

Fiz um longo pronunciamento, no plenário do Senado Federal, defendendo o voto aberto, mas os senhores não aprovam o voto aberto no plenário do Senado Federal, porque a Constituição mantém o voto secreto para vários itens.

Não somos nós que temos o poder para mudar a Constituição? Os senhores defendem voto aberto? Por que já não fizeram isso? É tão simples.

Agora, o que é o Estado de direito? Apenas uma característica: o Estado de direito pressupõe a existência de um conjunto de normas jurídicas, legais, que devem ser obedecidas, ou seja, em outras palavras, no Estado de direito a vontade é a da lei; não é a das pessoas.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 129

Diante de um fato concreto – e aí já é tirania –, o tirano, o ditador, aquele que pode impor a sua vontade, e não a da lei, diz: “Para este caso concreto, vamos votar secretamente; para aquele outro, vamos votar de forma aberta.”

Isso é tirania. Isso não é Estado de direito, que pressupõe a existência de lei. A Constituição está aí, preestabelecida, pressuposta. O § 2º do art. 55 é auto-aplicável, e bastante. Senhores, é de uma clareza meridiana.

Diz expressamente:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para o Plenário é.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Diz expressamente – estou lendo já de forma direta:

“Nos casos dos incisos I, II [quebra de decoro Parlamentar], e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta (...)”

Senhores, Senado Federal não é Plenário do Senado Federal. Isto aqui é Senado Federal. Tanto é verdade que existem leis em vigor, em plena vigência, sancionada, portanto, publicada, que não passaram pela deliberação do Plenário do Senado, mas passaram pelo Senado. São aqueles projetos de lei terminativos na Comissão. O Plenário nem vê, nem se manifesta, salvo recurso. Então, aquela tese de que o Senado é o Plenário... Ora, que história é essa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E o voto é aberto.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – GO) – Aprovamos exatamente lá na Comissão e não vai ao Plenário? Então, o Senado Federal é toda Instituição. Então, não cabe essa história de dizer o momento... a norma está certa, mas o momento não é esse. Que momento? Estamos no Senado Federal.

Ora...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador, o que quer dizer a expressão “maioria absoluta”?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – GO) – Por favor, não quebre o meu raciocínio.

Ora, o outro aspecto: eu nunca vi nesta Casa uma votação secreta em Plenário que não fosse secreta na Comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Prezado Senador Almeida, os que foram absolvidos no Conselho de Ética teriam sido julgados pelo voto secreto no Plenário. Aqui foram absolvidos...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – GO) – Todas as votações...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim... foram absolvidos em voto aberto.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – GO) – Todas as votações que temos em Plenário secretas são secretas na Comissão. Por que agora tem que ser diferente?

Senhores...



O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Almeida, votei aqui, para o Senador Antonio Carlos, aberto na Comissão, e o voto no Plenário foi secreto. Estou dando um exemplo bastante correlato.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – GO) – Sr. Presidente, aprecio extremamente o debate. Gosto muito do debate. Agora, neste instante, não posso quebrar minha linha de raciocínio, mas aprecio o debate, e sobretudo quando é com V. Ex^a, nobre Senador Sérgio Guerra. Admiro muito V. Ex^a, e V. Ex^a sabe disso, mas não eu queria quebrar a minha linha de raciocínio.

Um argumento lógico é o seguinte, além dos que já foram ditos: isso aqui é Senado. O Senado não é só o Plenário. Se o entendimento for votar aberto aqui, quem vota aberto aqui, Senador Jefferson Péres, chega no Plenário a descoberto, e não vai poder exercer o direito lá de votar secretamente. Votando aberto aqui, V. Ex^a vota aberto aqui, se esta for a decisão; vai chegar ao Plenário a descoberto. O que adianta votar lá secretamente se já manifestou o voto aqui em aberto? Não há lógica.

Outro aspecto.

Senhores, a representação, o processo já iniciou. O processo não se inicia no Plenário, não. Já existe uma representação protocolizada sob o número 1/2007 tramitando aqui. O processo, portanto, já está tramitando. E a Constituição – e é bastante, independe de Regimento Interno – diz expressamente: “por voto secreto e maioria absoluta”. Ora, chegar e dizer que é preciso aplicar o Regimento Interno da Câmara porque o do Senado é omissos?

Senhores, nobre Senador Arthur Virgílio, contraditando a informação de V. Ex^a de que é preciso aplicar por analogia, de que é preciso se socorrer, porque o nosso é omissos, cito a Subseção II, das modalidades de votação:

“Art. 289. A votação poderá ser ostensiva ou secreta.”

Art. 290. Será ostensiva a votação das proposições em geral.

Art. 291. Será secreta a votação:

I - quando o Senado tiver que deliberar sobre:

a) (...)

b) perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição.”

Votação secreta e por maioria absoluta. E estamos a votar perda de mandato porque existem duas teses: a primeira tese, julgar procedente uma representação que pede a cassação do mandato – se vota “Sim”, atendeu ao primeiro relatório –; e a segunda tese, a do arquivamento – se vota “Não”, arquivou. Ora, são as duas teses. Estamos votando exatamente perda de mandato.

Portanto, Sr. Presidente, já concluo dizendo que não tem a mínima procedência. Agora, no dia em que esta Casa desejar mudar a lei, tem meu apoio – em outras palavras, **de lege ferenda**, de lei a ser feita – , vamos votar em aberto,...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 131

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...mas é preciso que exista a lei. O Estado é de direito. Do contrário, é tirania, o que é ruim para todos nós.

Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, para tréplica, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Sr. Presidente, podemos votar o recurso.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Vai querer contraditar a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Marconi Perillo, Senador Sérgio Guerra, Senador Jefferson Péres e Senador Eduardo Suplicy.

Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Almeida Lima, gostaria de dizer que não posso concordar com a afirmativa de S. Ex^a, e me alinho aqui às argumentações dos Senadores Arthur Virgílio e Demóstenes Torres, exatamente quanto à interpretação do § 2º do art. 55 da Constituição Federal. O Senador Demóstenes Torres leu aqui com toda clareza; V. Ex^a também fez o mesmo; e eu vou fazê-lo agora.

O § 2º do art. 55 da Constituição estabelece que:

“Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal...”

“Perda de mandato”. Não estamos aqui no Conselho tratando de perda de mandato. Perda de mandato é no Plenário. Estamos tratando aqui da procedência ou não da representação com vistas à elaboração de um projeto de resolução que ainda será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, há um equívoco, Senador Almeida Lima, em relação a sua interpretação.

O Art. 55, § 2º, da Constituição é claro. Não estamos tratando aqui no Conselho de Ética da perda de mandato. Se estivéssemos tratando de perda de mandato, concordaria com V. Ex^a.

Peço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, que faça uma revisão em relação ao despacho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, três rápidas palavras.

Primeiro, há cerca de três, quatro anos, pouco mais de quatro anos, cheguei aqui no Senado Federal e logo fui indicado para este Conselho e logo votei um processo que envolvia a possível cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu sabia, e sei, que o Conselho de Ética não cassa ninguém. Quem



pode cassar ou não cassar é o Plenário. Ao contrário do que afirmou o Senador Almeida Lima, que afirmou que não conhece nenhum caso em que se tenha votado uma matéria aberta em uma comissão e secreta no plenário, ou vice-versa, votamos, no caso do Senador Antonio Carlos Magalhães, aberto aqui e secreto no Plenário. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo, é uma consideração absolutamente lógica porque não sou jurista. Quero confessar que não compartilho da inteligência mediana a que se referiu o Senador Almeida Lima, porque, ao término da sua palavra, não entendi nada. Das duas, uma: ou S. Ex^a é complexo demais ou sou simplório em excesso. Mas o fato concreto é que não compreendo rigorosamente, apesar da ênfase, do brilho e da inteligência do Senador Almeida Lima, o que S. Ex^a disse. Compreendi há um tempo o que S. Ex^a dizia. Éramos companheiros na Oposição ao Presidente Lula, no voto aberto e em outras situações.

Terceiro componente, Sr. Presidente: V. Ex^a é Presidente deste Conselho. Neste episódio do Senador Renan Calheiros, o que menos atrapalhou ao Senador Renan e ao Senado foi o fato em si que envolveu o Presidente Renan Calheiros, a denúncia daquela moça contra o Senador Renan Calheiros. O que afetou dramaticamente o conceito do Senado Federal, do Senador e de todos nós foi esse processo, que só terminará bem para todos nós se for transparente, se tudo se fizer à luz do dia. Então, toda essa estrutura, toda essa argumentação para que esse relatório seja votado aqui secretamente não ajuda o Senado. Não há essa lei toda que o Senador Almeida Lima estrutura em seus argumentos brilhantes e que pessoas mais simples não compreendem. Se bom senso há entre nós, que não demoremos com esse assunto no Conselho de Ética, que votemos o recurso que está na Mesa, para que a maioria dos Senadores, o Plenário deste Conselho, que é soberano, decida se deve ser secreta ou não essa votação.

Devemos caminhar aqui sem maiores artifícios e sem conflitos como o que vimos aqui hoje, com vistas a um resultado que pelo menos demonstre que o Senado Federal trabalhou, que ninguém quis ser mais esperto que ninguém, que ninguém quis dar um nó em ninguém e que a decisão foi tomada. Se a decisão tomada por todos foi preservar o Senador Renan Calheiros, que o seja; se a decisão tomada for outra, no voto secreto, no Plenário do Senado Federal, tudo bem. O importante é que não criemos mais ambiente para interpretar que nós aqui fazemos um jogo que não serve a ninguém.

Essa onda de acusação à imprensa, como agora se ensaia com relação às decisões do Supremo Tribunal Federal, alegando que foi a imprensa que pautou o Supremo Tribunal Federal do Brasil, que tomou uma decisão que ninguém toma há muitos anos, com clareza absoluta, restaurando o padrão de democracia que temos que valorizar... Temos que seguir essa trilha, a trilha da transparência, da firmeza, ao invés da trilha da retórica sem conteúdo, que procura, apenas com argumentos jurídicos ou não, driblar os fatos. Os fatos todos sabem quais são.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 133

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Vamos votar no Conselho. Aqui no Conselho, vamos ver como se vota, de forma aberta e limpa, como foi sempre, e, depois, vamos decidir no Plenário também da mesma maneira, sem recursos ao Supremo, sem alegações fantasiosas, sem prorrogações absolutamente dispensáveis. Até entendi há meia hora os argumentos do Líder Valdir Raupp, que mostrou a extensão do relatório assinado pelo Senador Renato Casagrande e pela Senadora Marisa Serrano dizendo que queria conhecê-lo. Tudo bem, realmente é um relatório denso, grande, complexo. Já conhecia o do Senador Almeida Lima, porque o relatório do Almeida Lima, de alguma maneira, contribuiu. Agora, no relatório do Senador Renato Casagrande e da Senadora Marisa Serrano, S. Ex^a não estava perto, então quer conhecer melhor o relatório. Então, tudo bem, que a vista seja concedida, que a decisão se dê com algum tempo. Isso é transparente, isso é compreensível por todos, mas evitar que o Plenário vote não dá certo, não ajuda nem ao Senador Renan, nem à Oposição, nem ao Governo, nem aos partidos e muito menos ao trabalho do Senador Leomar Quintanilha presidindo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. Não há interesse da nossa parte em evitar que o Plenário vote.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, quero apenas colaborar para aclarar as coisas. Vou ser conciso e objetivo.

Algo é absolutamente claro: não há regra regimental estabelecendo que a votação, no caso de cassação do Conselho, seja desta ou daquela maneira. O Regimento é omissivo. Sendo omissivo, quem decide é o Conselho. Tanto assim, Senador Almeida Lima, não se aplica necessariamente, em termos absolutos, o que estabelece a Constituição para este Conselho; sim, com certeza, para o Plenário. Como lembrou o Senador Demóstenes Torres, a Constituição determina duas regras para o Plenário: um, votação secreta e, dois, maioria absoluta. Se fosse entendido que se aplica aqui, que se aplicaria outra regra aqui, seria maioria absoluta aqui também.

Segundo, o artigo da Constituição fala em decidir perda de mandato. Sem nenhum sofisma, não estamos decidindo a perda do mandato. A decisão é lá. Decidido lá, está cassado o mandato. Aqui, não. Estamos aprovando um parecer que, se for o caso, recomenda a cassação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O que o Senador está dizendo é tão acertado que eu queria, meu querido Senador Sérgio Guerra, ao mesmo tempo em que louvo a lucidez com que V. Ex^a colocou a questão essencial, e se falava em recurso ao Supremo... É um direito? É um direito. Quem quiser que vá. Não tenho nenhuma dúvida de como o Supremo resolverá,



e vamos passar a idéia para a opinião pública a idéia de que não somos capazes de resolver e que o Supremo é. Seria um enorme *capitis diminutio* para o Senado, mais uma vez.

Senador Jefferson Péres, é tão acertado o que estamos aqui todos a tentar passar que eu queria fazer um pequeno reparo à fala do Senador Sérgio Guerra.

Em um documento que passei ao Senador Wellington Salgado, os Senadores Antero Paes de Barros, pelo PSDB, e Sérgio Guerra, pelo PSDB, votaram a favor da cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães. É bom que se ressalve, em homenagem à memória de S. Ex^a, que não havia nenhuma acusação de corrupção. Era um outro assunto. Foi para a Mesa, a Mesa disse “arquite-se” a decisão do Conselho. Lá se vou “arquite-se”. Foi para o Plenário, não o mérito, mas, sim, o “arquite-se” ou não se archive. No Plenário, não votamos secreto. No Plenário, Senador Leomar Quintanilha, votamos aberto – votamos aberto –, e o Plenário optou por não arquivar, por manter o arquivamento – não foi Senador, Romero? *(Pausa)*

Exatamente.

Agora, se o Plenário tivesse dito, Senador Jefferson Péres, que era para não arquivar... se a Mesa tivesse dito que era para não arquivar...

Não, não, não. A Mesa envia para o Plenário para este decidir pelo arquivamento ou não. O Plenário decidiu manter o arquivamento. Se o Plenário tivesse dito que não era para arquivar, teria que ter havido uma outra votação, esta, sim, secreta, e só esta secreta, ou seja, a do recurso, não, e a do Conselho de Ética, não.

Foi muito feliz a argumentação porque veio ao encontro do que estamos aqui tentando expor. O Senador Sérgio Guerra, no substantivo, chamou todos nós para a defesa da Instituição. O resultado que vier, se o resultado é favorável ao Senador Renan Calheiros, me perguntam: “O Senador pode ser absolvido no Plenário?” “Não sei, vai depender do Plenário, do voto é secreto. Eu não posso responder pela cabeça das outras pessoas.”

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Quero concluir, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador.

Agora, posso responder pela minha cabeça. E posso responder pelo que estão fazendo neste momento aqui. É enfrentar a verdade.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo que me concedeu.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, para concluir, Senador Quintanilha, tanto não se aplica automaticamente a regra da Constituição ao Conselho que há precedentes neste Conselho. Foram citados aqui: caso Luiz Estevão, foi secreto porque o Conselho decidiu assim; caso Antonio Carlos Magalhães, foi aberto, porque o Conselho decidiu.

E tanto é assim que, no Regimento da Câmara dos Deputados – onde a regra é aberto –, nunca isso foi questionado, nem na Câmara, nem no Supremo



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 135

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Tribunal Federal, ou seja, o que é inquestionável aqui é que não há regra. Não havendo regra, quem decide é o próprio Conselho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Exatamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM - RN) - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - O Senador Suplicy se inscreveu antes de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM - RN) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP) - Sr. Presidente, o art. 14 sobre o processo disciplinar do Regimento Interno menciona que, apresentada a defesa, o Conselho, ou, quando for o caso, a comissão de inquérito, procederá à diligência ou instrução probatória que entender necessária, segundo as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese - e esse é o ponto -, o projeto de resolução apropriada para a declaração de perda de mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato.

Quero manifestar que, tendo ouvido ambos os relatórios, pareceu-me que há alguns pontos importantes no relatório do Senador Almeida Lima, assim como há pontos importantes no relatório do Senador Renato Casagrande e da Senadora Marisa Serrano.

É possível entender, mediante uma reflexão aqui, um debate, que alguns dos pontos colocados pelos Senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande sejam convalidados por muitos, mas, tendo em conta os argumentos do Senador Almeida Lima, alguns dos pontos por S. Ex^a levantados também podem ser considerados. De tal maneira que nem todas as razões emitidas pelos dois Relatores, que apresentam um projeto de resolução, uma proposta para como tendo o Senador Renan Calheiros faltado com o decoro parlamentar, foram contestadas. V. Ex^{as} colocaram diversos pontos, alguns dos quais foram rebatidos pelo Senador Almeida Lima. Alguns Senadores poderão considerar que houve uma defesa adequada, mas alguns pontos não foram sequer abordados, nem mesmo pelo Senador Almeida Lima. E são importantes, inclusive há pontos que considero muito relevantes.

Para citar dois: a questão da utilização da verba indenizatória como adequada para despesas de natureza pessoal e a questão da não declaração para a Receita Federal do empréstimo. Para citar dois.

Então, parece-me, Senador Leomar Quintanilha, que a própria discussão do projeto de resolução o mais adequado deveria, e caberia, ser feita abertamente.

Por essa razão, creio que o voto em aberto ganha sentido aqui no Conselho de Ética, ademais das observações tão bem sintetizadas agora pelo Senador Jefferson Péres, com as quais estou de pleno acordo.



O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que não sou membro do Conselho de Ética e, portanto, não vou votar. Não vou votar, mas tenho o direito, como Senador – porque posso vir a ter a oportunidade de votar, e aí ser secreto no plenário –, de manifestar a minha preocupação. E a minha preocupação, Presidente, é com o absoluto e singular temor que estou percebendo em que esse voto seja dado aberto, porque – veja bem: eu já formei a minha convicção –, se fosse ilegal, eu não estaria aqui me manifestando. Mas o Regimento é omissivo, o Regimento do Conselho de Ética é omissivo com relação a se o voto é secreto ou aberto. Pareceres, por antecipação, já foram distribuídos – parece-me que três pareceres da Consultoria Jurídica – manifestando a posição favorável ao voto secreto.

Eu tomei a iniciativa de pedir à mesma Consultoria Jurídica uma opinião e recebi uma opinião de que o voto deveria ser aberto, por razões que não vou agora, para não ser repetitivo, expor.

Então, a mesma Consultoria Jurídica do Senado ofereceu pareceres pelo voto aberto e pelo voto secreto.

O Regimento não existe, ou é omissivo com relação a este ponto. Antecedentes de voto aberto e secreto, neste Conselho de Ética, o Senador Sérgio Guerra já falou aqui. Existiram casos semelhantes a este em que houve voto aberto e voto fechado, secreto.

Qual é a minha preocupação? É o temor. Estamos aqui há horas discutindo sobre se o voto deve ser aberto ou secreto para votar um fato que está fazendo o Brasil olhar para esta sala. O Brasil está olhando para esta sala. O Brasil quer nessa hora transparência, quer sinceridade dos homens públicos, quer que as pessoas digam o que estão pensando deste assunto, de tudo que foi falado até agora, dos argumentos a favor e contra, colocados pela Marisa Serrano, por Renato Casagrande, pelo Almeida Lima, o que cada Senador que vai votar está pensando de forma transparente.

Eu não entendo o temor. Não entendo, Presidente. Não entendo o temor pela transparência do voto que temos o dever de praticar.

O Supremo Tribunal Federal acabou de decidir a questão do mensalão. O Brasil está aplaudindo. O Brasil precisa aplaudir o Conselho de Ética. E aplaudirá com palma forte se tivermos o direito de votar cada Senador mostrando como vai votar e quais são os argumentos que aceita.

Está nas mãos de V. Ex^a essa decisão, como Presidente e condutor, de colocar em votação o recurso do Senador Arthur Virgílio para que o Plenário, na omissão do Regimento, decida se o voto é aberto ou secreto.

É o apelo que faço a V. Ex^a: colocar em votação no plenário para que o Plenário decida se o voto é aberto ou secreto e possamos votar para decidir e encerrar esta questão.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 137

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Agripino.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs e Srs. Senadores, eu não queria nem discutir essa questão do voto aberto ou secreto, porque temos que observar a lei, e a lei é que vai dizer se o voto será secreto ou aberto. E quem sabe interpretar a lei são advogados.

Por se tratar disso, Sr. Presidente, aqui a minha preocupação: neste Conselho, de dezesseis membros, temos apenas – creio – cinco ou seis advogados. Como vamos analisar dois relatórios de quase 200 páginas, incluindo esses dois relatórios, verdadeiras peças jurídicas, principalmente a peça elaborada pela Senadora Marisa Serrano e pelo Senador Casagrande, com filigranas jurídicas, palavras difíceis de ser interpretadas, que só juristas poderão interpretar?

Rapidamente, fazendo uma análise aqui no relatório, já descobrimos várias falhas também. Se existe inconsistência em documento apresentado pela defesa, existe também inconsistência no relatório. Eu diria até que esses dois relatórios viraram um, peça de acusação; e o outro, peça de defesa. Isso está muito claro.

Agora, quero insistir nessa tese da análise desses relatórios. De sua consciência, não acredito, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores – e falo aqui para a imprensa de todo Brasil –, que alguém possa dizer que está preparado hoje para votar esses relatórios. De que forma? A não ser que seja uma votação política: quem é contra é contra e quem é a favor é a favor, independente de relatório. Aí não precisaria nem de relatório, nem de acusação, nem de defesa.

No relatório da Senadora Marisa Serrano, eu pude observar rapidamente a questão das vacinas, que diz que a nota saiu dez dias depois da vacinação. Qualquer fazendeiro que more longe da propriedade – e há muitos; no meu Estado existe fazendeiro de São Paulo – pega o telefone e diz para o seu capataz: “Compre a vacina na casa veterinária e, quando eu chegar aí, eu pago”. E ele vai dali a dez, quinze, trinta ou sessenta dias, dá o cheque e recebe a nota. Então, o gado já foi vacinado, e a nota foi pega depois da vacinação.

O Senador Wellington também já descobriu outro erro, o da questão do depósito: está aqui a prova, o que passou despercebido no relatório, em parte do relatório parcial, apresentado pelo Senador Casagrande.

O Senador Almeida Lima descobriu outra falha também, ou várias, na apresentação do relatório.

Então, não temos nenhuma condição. Quero reforçar o apoio da minha Bancada, o PMDB. Não é protelação, não. Quem mais quis votar esse relatório no início, bem no início, foi a nossa Bancada. E quem pediu vista foi a Oposição. Quem não quis votar porque queria mais investigação foi a Oposição. Não fomos nós. E eu já vi nota na imprensa hoje dizendo que a “tropa de choque” do



Renan está querendo protelar pedindo vista do relatório. Estamos pedindo vista porque não tivemos condições de analisar esses dois relatórios neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Peço a palavra, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria dizer que muitas vezes se discute por que o voto é secreto. Quando se vota no Supremo, o voto é secreto, porque, se alguém votar contra, um ministro do Supremo poderá nos julgar mais tarde. E aí vai uma série de vantagens. Então, por que ao ponto que chegou esta discussão, Sr. Presidente, para mim... a minha posição aqui é a mesma desde o início. E eu comungo da idéia de que discurso não muda voto.

Agora, se for procurar razão para voto secreto, tenho aqui duas ameaças que recebi. Duas ameaças de morte aqui. Encaminhei para a Polícia Federal. Para mim, não adianta: podem mandar dez, vinte, trinta que eu vou encaminhar à Polícia Federal.

A única coisa que perderam foi que eu estava contra a identificação no computador, pela qual o Senador Azeredo lutava. E agora o Senador Azeredo acaba de ganhar o meu voto, porque agora tem que identificar quem é que manda mensagem: o Uol vai ter que identificar quem foi, encaminhei para a Polícia Federal do Senado. Seria essa uma razão para se votar fechado?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos votar porque a questão está ficando mais complicada. É melhor a gente votar logo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Presidente vai decidir.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sr. Presidente, antes da decisão de V. Ex^a, sei que V. Ex^a é extremamente democrático e flexível no Regimento; os Senadores que poderiam falar foram os Senadores que levantaram as questões de ordem e aquele que contraditou. V. Ex^a abriu e deu a palavra a todos, o que considero natural e legítimo, mas muitos contraditaram a contradição.

Peço a V. Ex^a apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, um minuto. E V. Ex^a é o último inscrito para a decisão da Mesa a respeito da questão de ordem levantada.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Arthur Virgílio e nobre Senador Sérgio Guerra, lamento a ausência do Senador José Agripino: a história é boa porque ela registra. É boa porque registra.

Agora, não sou contra a posição que os senhores adotam hoje, não. Eu sou a favor, porque as mutações sociais são uma evidência: hoje a pessoa pensa de um jeito, amanhã, de outro. Agora, é bom que existam leis sólidas para



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Senado Federal/SGM/SGDF
Proc. N.º 982 V. 1/9008 PL. 5/32

SF - 139

que, de acordo com as circunstâncias, não predomine a vontade das pessoas, mas sempre a vontade da lei.

A minha Assessoria me passou aqui um material, o Diário Oficial do Senado, de quarta-feira, 07 de maio de 2003:

“O Conselho de Ética aprovou a cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães.” Foi para a Mesa. A Mesa não acatou. Recurso para o Plenário. E aí surge o Requerimento nº 318, nos termos do art. 91 do Regimento Interno, pedindo que – um requerimento –, no plenário, a votação do requerimento se desse de forma secreta.

Sabe quem assinou esse requerimento? O Senador José Agripino.

Agora, sabe quem votou a favor? Sabe quem votou a favor? V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Sabe quem mais votou a favor? Está aqui...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Almeida Lima, é um prazer...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Está aqui a lista de quem votou a favor, ou seja, todos propugnaram...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Almeida Lima, mas é um prazer...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...para a votação de um simples requerimento, que não era o mérito da questão. V. Ex^a votou a favor...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Senador Quintanilha... Senador Almeida, permita-me um aparte... um aparte muito fraterno. Permita-me um aparte...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Como a história é bela. É claro que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu tenho a impressão de que quanto a esse argumento a favor do voto aberto – argumento a favor do voto aberto –, V. Ex^a deveria agora fazer uma reflexão, e não precisaria nem da minha reclamação, nem do meu recurso, porque acaba de me dizer que José Agripino, com meu apoio, tentou o voto secreto, e não conseguiu, para o requerimento, ou seja, voto secreto só para a cassação de um mandato no Plenário.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não, quero dizer que V. Ex^a votou para que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, perdi.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – ...só o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perdi, perdi.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não só que o requerimento fosse secreto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, esses acontecimentos pitorescos não... Vamos à votação.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perdi, perdi. A votação foi aberta. Votamos aberto...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, vamos concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...e votei a favor do arquivamento do processo contra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Então eu vou conseguir o voto secreto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Deixe-me decidir isso para acabarmos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu sabia que voltaríamos a nos encontrar. V. Ex^a continua sendo meu companheiro, a qualquer hora volta para o PSDB. O argumento mais inteligente a favor do voto aberto que ouvi na tarde de hoje foi esse.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – E com muito prazer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tentamos e não conseguimos. Como vão tentar e conseguir aqui? Se nem lá conseguimos, como vão conseguir aqui?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Almeida Lima, só uma pergunta.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – E com muito prazer eu fui liderado de V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador, só uma pergunta: foi regimental? É amparado no Regimento? O requerimento foi amparado no Regimento? Foi amparado na Constituição? Houve um requerimento. Esse requerimento era regimental?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não, e olhe eu vou verificar o seguinte: o requerimento foi aprovado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então ele foi amparado no Regimento? Qual é a ilegalidade...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – “Sim”, 47; e “Não”, 24.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Qual é a ilegalidade que V. Ex^a está denunciando?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Ah, por favor. Por favor, eu não vim...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, toda a admiração para o Senador Almeida Lima, mas vamos votar.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Eu não vim denunciar ilegalidade alguma.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, V. Ex^a está querendo o quê?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 141

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Eu não estou denunciando ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - O minuto de V. Ex^a. O minuto de V. Ex^a já se encerrou.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Só para concluir, Sr. Presidente, porque S. Ex^a desvirtuou a questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Senador, vou lhe dizer uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Demóstenes, Senador Demóstenes...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Não, só para concluir. Qualquer sessão pode ser transformada em secreta. É regimental.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Não é sessão, não, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Ou votação.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - É votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Exatamente. Até a sessão pode, e votação também, mediante requerimento. V. Ex^a quer que a sessão seja fechada? Requeira, o que não pode é interpretar...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Não, Excelência, não quero que a sessão seja fechada, não. V. Ex^a está desvirtuando tudo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - V. Ex^a quer...

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Estou dizendo que, como o fundamento do requerimento lá era para a cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Um minuto.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - ...V. Ex^a votou, não no mérito, mas para aprovar um requerimento, e pediu que a votação fosse secreta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - Muito bem, aí pergunto a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Encerrado um minuto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - V. Ex^a está dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB - SE) - Quero apoiar, e V. Ex^a evoluiu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO) - V. Ex^a está dizendo que o Plenário é soberano. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Demóstenes.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB - PE) - Não há muitos Senadores interessados nesta questão, não.



O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V. Ex^a dizendo que o Plenário é soberano?

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não, que V. Ex^a evoluiu.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos encerrar. Vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Encerrado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E eu quero dizer que V. Ex^a involuiu.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores porque essa discussão aqui não contribui para o objetivo que estamos buscando.

Ouvi as argumentações consistentes dos eminentes Senadores que usaram da palavra, mas continuo com a interpretação inicial que tive de que as normas infraconstitucionais não podem mais do que a Constituição. Li agora há pouco o único caso em que houve cassação de mandato no Senado e no Conselho de Ética, presidido pelo Senador Ramez Tebet, quando S. Ex^a descreve a questão do voto secreto e é amparado por sucessivos Senadores.

Mantenho essa decisão, mas sei que ao meu voto cabe recurso. O recurso já está aqui, mas mantenho a decisão.

Entendo que não tínhamos que estar discutindo isso, porque a Constituição é clara e cristalina.

Mantenho a minha decisão e vou submeter ao Plenário o recurso.

“Venho requerer, nos termos do art. 48, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação pelo Plenário deste Conselho de recurso contra a decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que indeferiu o requerimento de voto aberto apresentado pelo Senador Marconi Perillo, bem como, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, que exige a celeridade das decisões processuais, a votação do recurso nesta sessão, sob pena de infringir uma questão preliminar indispensável ao prosseguimento deste processo.”

Firmado pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador, eu também gostaria, além do requerimento, o recurso do requerimento, até porque é regimental, de votar o recurso da questão de ordem que V. Ex^a indeferiu.

Quero a votação da questão de ordem que V. Ex^a indeferiu.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Que é na mesma direção – não é, Senador? –, com relação ao voto secreto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas é que esse é requerimento. De requerimento não cabe recurso; de questão de ordem, cabe recurso. Como não quero evitar...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

SF - 143

O requerimento é de autoria minha e do Senador Marconi Perillo. Estamos requerendo a V. Ex^a que, uma vez que indeferiu a questão de ordem, submeta ao Plenário esse recurso.

Estamos recorrendo da decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Positivo.

Vamos submeter ao Plenário o recurso proposto por V. Ex^a.

Vamos à votação primeiro do recurso apresentado aqui pelo Senador Arthur Virgílio.

Faremos, então, duas votações, não é isso? *(Pausa)*

Está certo. Então a votação é só...

Quem votar "Sim" estará votando a favor do recurso.

O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – A favor da votação secreta?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A favor da votação aberta.

Quem votar "Sim" estará votando a favor do recurso, a favor da votação aberta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos proceder à chamada individual.

Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PT – RR) – Aberto. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador João Pedro.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (PT – AM) – Pela Constituição, não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Renato Casagrande.

O SR. RELATOR (Renato Casagrande. PSB – ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Eptácio Cafeteira. *(Pausa)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Voto "Sim", Sr. Presidente. Vou me basear nas palavras jurídicas do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sem encaminhamento. Só o voto, Senador.

Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com a Constituição, "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 144

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

- O SR. RELATOR (Almeida Lima. PMDB – SE) – Não.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Gilvam Borges. *(Pausa)*
Senador Demóstenes Torres.
- O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com a Constituição, “Sim”.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Heráclito Fortes.
- O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Orientação partidária, “Sim”.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Adelmir Santana.
- O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Orientação partidária, “Sim”.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Marconi Perillo.
- O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Marisa Serrano.
- A SRª RELATORA (Marisa Serrano. PSDB – MS) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jefferson Péres.
- O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Romeu Tuma?
- O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. DEM – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Suplentes.
Senadora Fátima Cleide.
- A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – “Não”, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Valdir Raupp.
- O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, “Sim”, pela Constituição interpretada por vários juristas. Perdão, “Não”. *(Risos)*
- O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, já temos 15 votos.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vou proclamar o resultado: 10 votos “Sim” e 5 votos “Não”. *(Palmas.)*
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, meu pedido de vista.
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vista solicitada pelo Senador Wellington Salgado. Concedida até a próxima quarta-feira, dia 5 da próxima semana. Vista coletiva.
- O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é o dia, Sr. Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Às 10h.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5135

SF - 145

Documentos pertinentes à 7ª Reunião de 2007 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

- 1- Lista de Presença (1 folha);
- 2- Lista de Senadores não Membros do Conselho (2 folhas);
- 3- Expediente, de 29.8.2007, de lavra da Senadora Marisa Serrano e do Senador Renato Casagrande (1 folha);
- 4- Mensagem, de 30.8.2007, da Frente Parlamentar pelo VOTO ABERTO (2 folhas);
- 5- Expediente, de 30.8.2007, do Senador Renan Calheiros, de lavra de seu advogado JOSÉ ROLLEMBERG LEITE NETO (1 folha);
- 6- Relatório da Senadora Marisa Serrano e do Senador Renato Casagrande referente à Representação nº 1, de 2007 (69 folhas);
- 7- Relatório do Senador Almeida Lima referente à Representação nº 1, de 2007 (46 folhas);
- 8- Requerimento s/nº, de 2007, subscrito pelos Senadores Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Marisa Serrano, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, solicitando votação aberta do relatório da Comissão de Inquérito instituída para o exame da Representação nº 1, de 2007 (1 folha);
- 9- Recurso s/nº, de 2007, de 30.8.2007, de lavra do Senador Arthur Virgílio, contra a decisão da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que indeferiu o requerimento de voto aberto (1 folha);
- 10-Folha de Votação referente ao recurso s/nº, de 2007, do Senador Arthur Virgílio (1 folha).



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO

Em 30 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)	
Augusto Botelho (PT)	1. (vago)
João Pedro (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. Ideli Salvatti (PT)
Epitácio Cafeteira (PTB)	4. (vago)
Eduardo Suplicy (PT)	5. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Valdir Raupp
Almeida Lima	2. Gerson Camata
Gilvam Borges	3. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	4. José Maranhão
PFL	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Heráclito Fortes	2. César Borges
Adelmir Santana	3. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Marconi Perillo	1. Arthur Virgílio
Marisa Serrano	2. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	

Visto: _____

Brasília, 30 de agosto de 2007



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO

Em 30 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO
CONSELHO

SENADOR	Assinatura
EDUARDO AZEREDO	
FLEXA RIBEIRO	
VASSO JENASSATI	
JACQUES VASCONCELOS	
JOSE NERY	
Expedito Jr.	
JOSE AGUIPINO	
JOHN DOUG	
JUSCÍDIO PEREIRA	
Vaim Campes	
Patricia Saboya	
ACVALADARES	

Visto:

Brasília, 30 de agosto de 2007



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO

Em 30 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO
CONSELHO

SENADOR	Assinatura
PEZO Simão	
GAMAKO ALDES FÚIO	
EDISON LOBAS	

Visto:

Brasília, 30 de agosto de 2007

Brasília (DF), 29 de agosto de 2007.

Senhor Presidente,

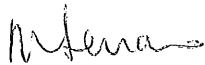
*Junto-se ao P.O.
assado da Representa-
ção de 08/2007
F. Quintanilha*

Cumprimentando V. Exa., informamos-lhe que, nos termos regimentais e arrimados pela Jurisprudência do STF (MS 24082/DF) decidimos apresentar parecer conclusivo sobre a Representação nº 1, de 2007, da qual somos Relatores como membros da Comissão de Inquérito constituída por V. Exa.

Da leitura do art. 15, inciso V, da Resolução 20/93, observa-se a determinação de que a Comissão de Inquérito terá que apresentar, após as diligências e a instrução probatória necessárias, por decisão da maioria de seus integrantes, um único parecer.

Neste sentido, solicitamos a V. Exa. que, em cumprimento das determinações regimentais e jurisprudenciais, declare o parecer a ser por nós apresentado na reunião de amanhã (30/08) como o parecer final da Comissão de Inquérito, encaminhando-o para deliberação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Aproveitando a oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e alta consideração.



Senadora MARISA SERRANO



Senador RENATO CASAGRANDE

Exmo. Senhor
Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Brasília, Distrito Federal, 30 de agosto de 2007.

*Leitura ao presidente
da Representação no 01/2007.
Sr. Quintanilha*

Sr. Senador Leomar Quintanilha

Chega às suas mãos pequeno exemplo de uma contundente mensagem do povo brasileiro: mensagem - com 60 mil assinaturas já entregues no Congresso Nacional - de indignação, de clamor pela ética na política, de fim da impunidade, de transparência nas ações públicas.

Mensagem de repúdio consciente a todo corporativismo, a todo patrimonialismo, a tudo que faz da indispensável atividade política um espaço de negócios privados e escusos.

Mensagem, talvez derradeira, de superação do desencanto com a política, na esperança teimosa de que ela não continue sendo, em boa má parte, esta reinante politicagem do toma-lá-dá-cá.

A posição clara de Vossa Excelência, materializada no seu VOTO ABERTO neste histórico processo, é uma exigência da cidadania.

Frente Parlamentar pelo
VOTO ABERTO

AOS SENADORES E DEPUTADOS DO CONGRESSO NACIONAL

Nós, cidadãos e cidadãos brasileiros, recusamos ser rebanho conduzido ao matadouro da crença na democracia, na justiça, na igualdade. Indignados com a corrupção que se aprofunda, envolvendo parlamentares, governantes, magistrados e empresários, exigimos investigações sérias e punições para os que mentem e fazem do mandato um biombo para seus negócios privados e escusos. CHEGA DE CORRUPÇÃO! Fora Renan e todos os que traem o voto popular, desprezando o interesse público, a transparência e a ética na política.

Nome

Cidade/Estado

Adalberto Barbosa de Siqueira

COPACABANA RJ

Paulo Roberto Pereira

COPACABANA RJ

João Carlos Siqueira

COPACABANA RJ

Maurício Frazzane

COPACABANA RJ

Ana Paula Frazzane

COPACABANA RJ

Ana Heloisa

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

José Carlos de Siqueira

COPACABANA RJ

EDUARDO FERRÃO, BAETA NEVES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Senado Federal/CGM/CEDP
Proc. Nº REP 3/2007 Fls 5142

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
DD. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
DO SENADO FEDERAL

Ref. Representação nº 001/2007.

*Junta-se ao processo
da Representação nº 01/2007.
L. Quintanilha*

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS,
por seu advogado abaixo subscrito, vem perante Vossa Excelência
dizer que, neste feito, em nome da economia e da celeridade
procedimentais, declina do direito de apresentar alegações finais
escritas, e do respectivo prazo para tanto, se o Representante
assim também o fizer.

N. A. Respectivos.

Brasília (DF), 30 de agosto de 2007.

José Rollemberg Leite Neto
José Rollemberg Leite Neto
OAB-DF 23.656

PARECER N.º , de 2007.

Do Conselho de Ética e de
Decoro Parlamentar sobre a
Representação n.º 1, de 2007,
“para apurar a quebra de decoro
parlamentar do Senador José Renan
Vasconcelos Calheiros, apresentada
pelo Partido Socialismo e Liberdade –
PSOL, no Senado Federal.”

RELATORES: Senadora Marisa Serrano
Senador Renato Casagrande

*Intitulado ao
procedimento de
representação nº 01/2007.
H. Quinto*

1. RELATÓRIO

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP recebeu, para análise e parecer, a Representação n.º 1, de 2007, em face do Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, por quebra de decoro parlamentar, imputada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, nos termos do artigo 55, inciso II, parágrafo 2º, da Constituição Federal -CF, combinado com o artigo 2º, inciso III e com o artigo 14, da Resolução n.º 20, de 1993, do Senado Federal.

*Reab. 3.08.2007
Em 17h 04 min.
Rodrigo Casagrande*

1

1.1. DA CRONOLOGIA PROCESSUAL

Os atos deste processo disciplinar podem ser divididos em duas etapas:

1. Atos processuais sob a Presidência do Senador Sibá Machado e 2. Atos processuais sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha.

1.1.1. ATOS PROCESSUAIS SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO

Em 29/5/07, o CEDP recebe a Representação do PSOL em face do Senador Renan Calheiros e encaminha, no dia 31/5/07, para a Mesa do Senado Federal.

No mesmo dia 31/5/07 a Representação é devolvida à Secretaria do Conselho de Ética, com o encaminhamento do Presidente do Senado Federal, sem oitiva da Mesa Diretora.

Em 4/6/07, o Presidente do Conselho recebe a Representação e determina a juntada ao processado de todos os documentos encaminhados pelo Corregedor, Senador Romeu Tuma.

Em 6/6/07 designa como Relator o Senador Eptácio Cafeteira, encaminhando cópia integral do processado ao Senador Renan Calheiros para apresentar defesa, o que ocorre em 11/6/07.

No dia 13/6/07, o Senador Eptácio Cafeteira apresenta o seu parecer sobre a Representação n.º 1, de 2007, do PSOL, ao CEDP. O advogado do representado, Dr. Eduardo Ferrão, apresenta oralmente defesa. Em seguida é acolhido o pedido de vista coletiva do parecer.



A reunião marcada para o dia 15/6/07 é suspensa no intuito de dar início às diligências necessárias aos esclarecimentos da matéria, sendo reaberta no dia 18/6/07 com a oitiva dos srs. Cláudio Gontijo e Pedro Calmon Mendes. Em decorrência da licença médica do Relator da Representação n.º 1, de 2007, Senador Eptácio Cafeteira, o Presidente do Conselho, excepcionalmente, assume o papel de Relator Substituto. A reunião é novamente suspensa.

No dia 19/6/07, o Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar recebe os relatórios da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal e do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal sobre autenticidade dos documentos apresentados pelo Senador Renan Calheiros.

O Presidente do Conselho, Senador Sibá Machado, indefere o pedido de aditamento da Representação n.º 1, de 2007, promovido pelo PSOL, para que sejam incluídas no processo as denúncias de favorecimento da Cervejaria Schincariol por parte do Representado, Senador Renan Calheiros.

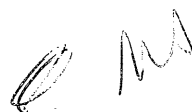
No dia 20/6/07, é reaberta a reunião. Designado relator ad hoc, o Senador Wellington Salgado apresenta novo relatório. Na mesma reunião o Senador Wellington Salgado renuncia à relatoria. O Conselho não vota o seu relatório.

Em 26/6/7, o Presidente do CEDP, Senador Sibá Machado, apresenta pedido de renúncia.

Em 27/6/07, o Senador Leomar Quintanilha é eleito Presidente do CEDP em substituição ao Senador Sibá Machado.

1.1.2. ATOS PROCESSUAIS SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR LEOMAR QUINTANILHA.

Em 28/6/07, o Presidente do CEDP determina o envio do processado à Consultoria Legislativa e à Advocacia do Senado Federal,

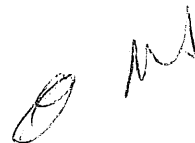


solicitando que os órgãos se pronunciem sobre os limites técnicos da Representação e sobre a existência de eventuais irregularidades na sua tramitação.

No dia 2/7/07, o Presidente do CEDP encaminha à Mesa do Senado Federal as respostas dadas pelos órgãos técnicos da Casa para a adoção das providências cabíveis, que serviram de embasamento para o saneamento do processo.

Em 5/7/07, por despacho do Senador Leomar Quintanilha são designados como relatores da Representação nº. 1, de 2007, a Senadora Marisa Serrano e os Senadores Renato Casagrande e Almeida Lima. Na ocasião, o Presidente também declara convalidados todos os atos do processo praticados até aquele momento. Ato contínuo considera prejudicados o relatório do Senador Eptácio Cafeteira e os votos em separado a ele apresentados. Determina a realização de perícia, solicitando ao Representante (PSOL) e ao Representado (Senador Renan Calheiros) os quesitos a serem encaminhados e respondidos pela Polícia Federal, bem como novos documentos do Representado para que sejam também objetos da aludida perícia.

Em 11/7/07, por despacho, o Senador Leomar Quintanilha aprecia solicitação formulada pelo Representado e defere a identificação dos limites objetivos da Representação, informa tratar-se daqueles descritos na peça inicial do PSOL; indefere o pedido de anulação da primeira perícia realizada pela Polícia Federal, informa, ainda, que a mesma seria refeita, com a participação de assistente técnico indicado pelo Representado e observância dos quesitos apresentados. Indefere, ainda, a solicitação de retomada do procedimento a partir da votação do Relatório do eminente Senador Eptácio Cafeteira, uma vez que esse documento houvera sido declarado prejudicado pelo referido despacho saneador.



Ainda em 11/7/07, por despacho do Senador Leomar Quintanilha, é indeferida a solicitação de outro órgão para a realização da perícia por não haver qualquer vício na utilização da Polícia Federal, órgão cuja idoneidade é indiscutível para tal, esclarecendo que aquela instituição estaria atuando como auxiliar deste Conselho na realização de uma perícia regularmente solicitada pelo Colegiado dentro de suas atribuições regimentais. É, pelo mesmo despacho, deferido o acolhimento dos quesitos apresentados pelo Representado e o nome do assistente técnico por ele indicado para acompanhar os trabalhos da perícia solicitada por este Conselho.

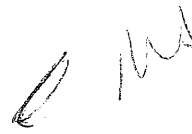
Em 12/7/07, o Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar encaminha à Mesa do Senado Federal a relação dos quesitos formulados, bem como toda a documentação a ser periciada.

No dia 17/7/07, a Mesa do Senado decide acatar o pedido do Conselho e envia a solicitação de perícia ao Ministro da Justiça.

Ainda em 17/7/07, são encaminhados ao Sr. Cláudio Gontijo e a Sra. Mônica Canto Freitas Veloso os pedidos de informações relativos às pensões alimentícias pagas pelo Senador Renan Calheiros no período de 2004 a 2006.

Em 27/7/07, o Sr. Cláudio Gontijo, em resposta ao pedido formulado pelo CEDP, encaminha carta informando que não possuía os comprovantes de depósito ou recibos de entrega efetuados pessoalmente a Sr^a. Mônica Veloso, bem como qualquer outro esclarecimento já teria sido prestado à Corregedoria Parlamentar e ao Conselho de Ética.

Em 8/8/07, o Presidente do CEDP, Senador Leomar Quintanilha, indefere o pedido de aditamento da Representação n.º 1, de 2007, promovido pelo PSOL, para que se incluam no processo as denúncias do uso de “laranjas”, por parte do Senador Renan Calheiros, para a aquisição de veículos de comunicação.



Em 9/8/07, o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, requisita ao CEDP, por pedido do Procurador-Geral da República, cópia integral do processo instaurado para apurar os fatos constantes no Inquérito contra o senador Renan Calheiros.

Em 14/8/07, a Sr^a. Mônica Veloso, em resposta ao pedido formulado pelo CEDP, encaminha o cronograma de pagamento dos valores recebidos do Sr. Cláudio Gontijo, discriminados por mês, valor e forma de pagamento, bem como cópias do pagamento de aluguel residencial, empresa de serviços de segurança pessoal. Fornece também todo sigilo bancário referente ao período descrito na Representação.

Em 17/8/07, o Senador Renan Calheiros encaminha ao CEDP os livros diários, cedidos pela empresa Costa Dourada Veículos Ltda, relativos aos anos de 2004/2005 e documentos afins, para serem considerados na análise de evolução patrimonial do Representado.

No dia 21/8/07, a Polícia Federal entrega o laudo sobre as perícias realizadas nos documentos e provas encaminhados pelo CEDP.

Em petição datada de 22/8/07 o representante se prontifica, por intermédio do seu advogado, a comparecer pessoalmente a CEDP para esclarecer dúvidas levantadas a partir das conclusões do laudo pericial. E, por intermédio do seu assistente técnico, Dr. José João Appel Mattos, tirar as dúvidas contábeis decorrentes do referido laudo.

Em 23/8/07, os Relatores do CEDP procedem a oitiva do Representado, Senador Renan Calheiros. Fica estipulada para o dia 30/8/07 a entrega do parecer da Comissão de Inquérito sobre a Representação n.º 1, 2007.



1.2. DA REPRESENTAÇÃO

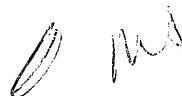
A Representação n.º 1, de 2007, de autoria do Partido Socialismo e Liberdade, pautada em denúncias publicadas por diversos veículos de comunicação, acusa o Senador Renan Calheiros de ter cometido quebra de decoro no exercício do mandato parlamentar.

De acordo com o Representante, o Sr. Cláudio Gontijo, lobista da empreiteira Mendes Júnior, efetuou no período de janeiro de 2004 até dezembro de 2006 pagamentos de despesas pessoais do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. O dinheiro seria referente a uma ajuda de custo para Sra. Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de três anos de idade.

O Representante acusa a existência de uma relação escusa entre o Presidente do Congresso Nacional e o Sr. Zuleido Veras, sócio-diretor da Construtora Gautama Ltda, empresa acusada de irregularidades, ilícitos e crimes relacionados a licitações para realização de obras públicas. Acrescenta que teria o Senador Renan Calheiros declarado à imprensa que conhece o empresário Zuleido Veras há trinta anos e que teria admitido ter trabalhado para liberar recursos para obras da Construtora Gautama Ltda.

Por fim, traz a Representação a denúncia de que o Senador Renan Calheiros teria se utilizado de “laranjas” como proprietários de suas fazendas, não constando da suas declarações de bens imóveis rurais.

Afirma o peticionário que os fatos descritos pelos citados veículos caracterizam procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por abuso de prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional e por percepção de vantagens indevidas, com prejuízo para a imagem do Senado Federal. Acresce, ainda, que os atos do Senador Renan Calheiros caracterizam-se, em tese, práticas criminosas típicas, entre as quais corrupção passiva (art. 317, do Código Penal) e



improbidade administrativa (art. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.420, de 1992), podendo estar sujeito às penas da lei de improbidade (art. 12).

Nesses termos afirma que os fatos imputados ao Senador Renan Calheiros o sujeitam à pena de perda do mandato, por quebra de decoro parlamentar, conforme dispõe o art. 55, inciso II, da Constituição Federal.

1.3. DA NOTIFICAÇÃO DO REPRESENTADO E DA DEFESA

Recebida a representação em 29/05/2007, o Presidente do CEDP, Senador Sibá Machado, por força regimental, fez o seu encaminhamento à Mesa Diretora do Senado Federal em 31/05/2007, tendo sido devolvida ao Conselho no mesmo dia. Em 11/06/07, foi determinada a notificação do Senador Renan Calheiros, na qualidade de Representado, entregando-se-lhe a cópia integral da respectiva representação e dos documentos e elementos de prova que a instruem para a apresentação da defesa.

A defesa do Representado encaminhada ao CEDP, em 11 de junho de 2007, afirma, em síntese, que a Sra. Mônica Veloso confirmou todas as assertivas do Representado quanto aos valores dos repasses que a revista VEJA publicou, não havendo nada de errado nos pagamentos efetuados e que se prestavam única e exclusivamente ao acerto de uma situação de foro íntimo do Senador Renan Calheiros, em que o sigilo de toda transação tinha o intuito de preservar a imagem da filha que tiveram fruto de uma relação extraconjugal.

Quanto ao uso do lobista Cláudio Gontijo como emissário dos pagamentos, o Representado explicou que se tratava de pessoa que conhecia há mais de duas décadas, e cuja amizade teve início anterior ao vínculo empregatício do mesmo com a empresa Mendes Júnior. Enfim, o Sr. Cláudio Gontijo era uma

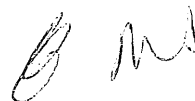


pessoa que gozava da sua inteira confiança e que poderia manter o assunto sob absoluta discrição.

Afirma, ainda, que solicitou pessoalmente um pronunciamento da Ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon e do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, sobre a citação de qualquer participação sua no inquérito referente às irregularidades praticadas pela Construtora Gautama Ltda. Segundo o Representado, respostas foram unânimes em dizer que não havia qualquer indício de sua participação nessas irregularidades e que o seu nome não consta no rol de investigados pelo esquema objeto do inquérito.

Segundo a defesa, é falsa a afirmativa de que o Representado omitira a propriedade da fazenda Novo Largo, ilação desconstituída diante da cópia da respectiva declaração de imposto de renda apresentada ao Plenário do Senado Federal no dia 28 de maio de 2007. Cita inclusive que esse falso noticiário, produzido criminosamente por um semanário de Alagoas, é objeto de ação indenizatória promovida pelo Representado, em curso perante a 3ª Vara Cível de Maceió desde o mês de abril de 2006. Reafirma ainda que o Senador Renan Calheiros é proprietário apenas dos imóveis que constam das suas declarações de bens, anualmente entregues à Receita Federal, cuja cópia consta dos arquivos do Senado Federal.

Conclui aduzindo que o Representado se manifestou em discurso no Plenário do Senado, quando apresentou vários documentos. Depois, enviou extratos bancários e declarações do imposto de renda à Corregedoria. E, por fim, que *“não há controvérsia. O Representado afirma que encaminhou os recursos através de um interlocutor. A beneficiária dos pagamentos assevera que os recebeu daquele em mãos. Destila ilações quanto à origem. Mas, sobre isso, respondem, não as ironias ou as maledicências, e sim*



os extratos bancários, com a implacabilidade de seus registros. E o próprio interlocutor, que o fez em depoimento bastante elucidativo, tomado em presença de diversos ilustres Senadores.”

Requer, por fim, a defesa, o arquivamento da Representação, nos termos do inciso IV, do art. 15, da Resolução nº 20, de 1993.

É o Relatório.

2. ANÁLISE

Inicialmente torna-se importante contextualizar a gravidade da crise pela qual passa o Senado Federal, para, no momento seguinte, analisar a representação, os fatos e as provas constantes no presente processo disciplinar.

Os fatos objeto da representação colocaram o Presidente do Congresso Nacional e, com ele, o Senado da República no centro de uma gravíssima crise no campo da ética e da moral.


O país assistiu estarrecido o Presidente do Senado Federal, de sua cadeira, confessando e pedindo perdão à sua família, a seus pares e a um dileto amigo por erros que cometera em sua vida privada. Qualificou, então, aquelas denúncias, noticiadas pelos meios de comunicação do país, como uma infâmia, um assunto personalíssimo, até então coberto pelo manto do segredo, tratando-se, na sua visão, de um pseudo-escândalo sobre sua vida pessoal.

Por suas palavras afirmou o Representado:

“Pessoal sim! Estou aqui para provar, demonstrar, exhibir e reiterar de que se trata de uma questão pessoal, isso em rede nacional”.

Embasou, então, o seu pronunciamento em documentos, exibidos naquela Sessão de 28 de maio do corrente ano, afirmando tratar-se de prova





20, de 1993, do Senado Federal, art. 5º e o processo de cassação de mandato nos arts. 55, § 2º da CF e art. 13 da Res. 20, de 1993. Neste contexto, prosseguiu a apuração a ser relatada.

Para compreensão do presente texto, desde logo, é importante tecer considerações sobre dois aspectos que tocam diretamente ao processo disciplinar de perda de mandato parlamentar do senador Renan Calheiros: primeiro, não há nulidades processuais e, segundo, este processo ateve-se e aprofundou-se sobre três objetos investigados, a saber: a) o uso de laranjas pelo Representado como proprietários de suas fazendas, b) as relações entre o senador Renan Calheiros e a Construtora Gautama, e c) o pagamento de despesas pessoais do Senador Renan Calheiros por lobista. Assim, os dois primeiros objetos não se sustentaram como se demonstrará abaixo; enquanto que aquele último será elucidado, posteriormente, nas profundas análises dos fatos e dos documentos acostados e produzidos nos autos. Por ora, registre-se acerca da inexistência de nulidades.

2.1. REGULARIDADE PROCESSUAL - NÃO HÁ NULIDADES

O presente processo apresenta-se em situação de plena regularidade processual, não havendo quaisquer nulidades. Foram plenamente respeitados os direitos do Representado, não somente pela observância da ordem da produção das provas, mas também pelo pleno conhecimento que foi dado ao Representado de todos os atos processuais investigatórios e de todas as diligências realizadas. Foi, inclusive, ampliada em relação à praxe processual, a possibilidade de participação do Representado em produção de provas durante o processo, ao ponto de que o trabalho de colaboração realizado pelos técnicos da Polícia Federal ter sido acompanhado por assistente técnico de confiança do Representado, além da manifestação deste técnico e do próprio Representado ao



CEDP acerca da perícia. Por fim, registre-se, foi-lhe ofertado prazo para oferecimento de alegações finais.

Ademais, a realização de trabalho de colaboração técnica dos *experts* da Polícia Federal foi decidida no âmbito da Comissão de Ética, com o conhecimento e com a anuência do Representado. Os trabalhos dos técnicos da PF foram realizados com o conhecimento pleno da metodologia empregada à análise, bem como acompanhados paripasso pelo assistente técnico do Representado, que teve acesso amplo aos trabalhos durante sua execução. E, como consta dos autos, o Representado e o seu respectivo assistente técnico puderam se manifestar nos autos sobre o relatório pericial.

De qualquer modo, esclareça-se que não se cogitou, em nenhum momento, de quebra de sigilo de qualquer natureza do Representado. O que ocorreu foi a disponibilização dos documentos pelo próprio, deixando publicamente o Conselho totalmente à vontade para realizar quaisquer diligências que entendesse necessárias com o objetivo da elucidação de todo o e qualquer fato relativo ao objeto da representação. Não há que se falar, portanto, em qualquer mácula aos princípios e garantias processuais do devido processo legal.

Finda essa análise sobre a garantia de ampla defesa e do contraditório ao Representado, parte-se para aquela noticiada segunda parte da análise, qual seja, sobre os três objetos investigados no presente processo. Vejamos o primeiro deles.

2.2. DAS RELAÇÕES ENTRE O SENADOR RENAN CALHEIROS E A CONSTRUTORA GAUTAMA

A Representação n.º 1, de 2007, faz referência à reportagem, do *Jornal Folha de São Paulo*, de 24.5.07, que acusa o Senador Renan Calheiros e o Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, Deputado Antonio

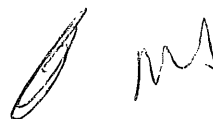


Albuquerque, de intercederem para que o governo alagoano liberasse verbas para a Gautama, sendo que a construtora encabeçaria um esquema de fraude em licitações e obras públicas. Em gravação de um telefonema de Zuleido Veras, há a menção de uma suposta intermediação do Representado junto ao governo de Alagoas com o objetivo de tratar da liberação das verbas.

Em outra reportagem do mesmo jornal, publicada no dia 29.5.07, o Senador Renan Calheiros teria tido um diálogo “grampeado” pela Polícia Federal, durante gravação autorizada pela justiça, em que afirma ao Sr. Flávio Pin, Superintendente da Caixa Econômica Federal, preso na chamada Operação Navalha, que no dia anterior conversara com a Ministra Dilma Russeff e falaria também com o Presidente Lula sobre um empenho para a cidade de Maceió. O Representado teria afirmado ao seu interlocutor que, se não fizesse o empenho, perderia todos os recursos já destinados.

Durante as apurações destas denúncias, a Comissão de Inquérito não encontrou indícios que apontassem a participação do Senador Renan Calheiros nas denúncias citadas pelo Jornal Folha de São Paulo.

Em pronunciamento ao CEDP no dia 6.6.07, o Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, afirmou que durante os procedimentos preliminares adotados pela Corregedoria para apuração deste caso, entrou em contato com a Ministra Eliana Calmon, responsável pelas investigações da Operação Navalha, e fez questionamentos sobre a possível participação do Senador Renan Calheiros nos atos delituosos constantes naquele Inquérito Policial. Segundo o Corregedor, a Ministra Eliana Calmon foi taxativa ao afirmar que até aquele momento não havia aparecido indícios sobre qualquer participação do Senador Renan Calheiros.



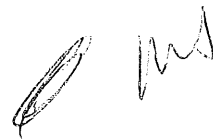
Isto posto, através dos instrumentos de investigação utilizados, **não é possível conhecer** da representação no tocante a participação do Representado no esquema delituoso patrocinado pela Construtora Gautama.

Compete, a seguir, tecer considerações sobre o segundo objeto do presente processo.

2.3. USO DE LARANJAS COMO PROPRIETÁRIOS DE SUAS FAZENDAS

Por seu turno, a Representação n.º 1, de 2007, também acusa o Senador Renan Calheiros de utilizar “laranjas” como proprietários de fazendas que seriam, na verdade, do próprio Senador. Como argumento, apontam as denúncias feitas pelo jornal “O Globo”, na edição de 28.5.07, em que o irmão adotivo do Representado, Sr. Dimário Cavalcante Calheiros, acusa o Senador Renan Calheiros de colocar em nome de “laranjas” uma fazenda que lhe teria vendido, a Fazenda Novo Largo, no Município de Flexeiras, omitindo essas informações na declaração de bens entregue no mesmo ano à Justiça Eleitoral.

O Sr. Dimário também acusa o Senador Renan Calheiros de utilizar o seu nome para adquirir outras propriedades. Ele procurou o Ministério Público, em 2005, depois de ter descoberto que, pelo menos em documentos públicos, constava como dono da Fazenda Cocal, em Murici, sem nunca ter adquirido as terras. Seu nome aparece em um documento do Ibama, enviado ao Ministério Público Federal, que relaciona as propriedades situadas dentro da Estação Ecológica de Murici. As fazendas serão desapropriadas e seus donos receberão indenizações milionárias, dentro do plano de recuperação ambiental da região. As suspeitas de fraude, no entanto, suspenderam o andamento do processo. O Sr.




proceder à demonstração do nexo causal entre as irregularidades verificadas na fase de produção de provas com a investigada quebra de decoro parlamentar. Vejamos o laudo pericial.

2.4. ANÁLISE DO LAUDO DE EXAME CONTÁBIL PREPARADO PELA POLÍCIA FEDERAL

A fim de instruir o processo foi realizada, com a sugestão do próprio Representado, perícia técnica por servidores da Polícia Federal. O resultado dos trabalhos ficou consubstanciado no Laudo de Exame Contábil apresentado ao Conselho de Ética em 21 de agosto do corrente ano. No Laudo os Peritos Criminais **DAVID ANTONIO DE OLIVEIRA, DONALDSON RESENDE SOARES, RAFAEL SOUSA LIMA e LEONARDO VERGARA** apontaram várias inconsistências e irregularidades que indicam que os documentos apresentados pelo Representado não provam a existência de recursos que pudessem fazer frente às suas despesas, incluída aí aquela com a jornalista Mônica Veloso.

Importante salientar que o Laudo não foi impugnado pelo Representado que, ao contrário, disse em depoimento estar "absolutamente satisfeito com o laudo pericial da Polícia Federal". (Notas Taquigráficas do depoimento do Representado em 23/08/2007, fls. 2)

Ponto a ser destacado, da perspectiva metodológica do trabalho de investigação, é que a autenticidade ideológica dos documentos apresentados foi feita a partir de análise das informações e dados constantes de toda a documentação juntada aos autos. É evidente que não seria possível uma retroação temporal para que se pudesse verificar a existência física dos animais referidos na documentação, como, por exemplo, saber se havia animais ou não na fazenda, se eles foram ou não abatidos de fato no frigorífico, etc. Assim, a



análise ideológica dos documentos pressupõe a verificação, por óbvio, da consistência dos dados constantes nos mesmos, a partir da conferência das várias fontes de informação.

O Laudo da Perícia diz que os documentos são autênticos, no sentido de que o documento é, formalmente autêntico. Disse a perícia que as notas fiscais, embora autênticas, não são elementos bastantes e suficientes para demonstrar a correspondência com a realidade, logo não há como dizer que são legítimas. Para ser verdadeiro o documento teria de ser autêntico e legítimo, ou seja, não ser formalmente falso e corresponder com a realidade.

Dissertando sobre provas, Moacyr Amaral Santos diz que: "Um documento pode ser em si mesmo verdadeiro e, não obstante, conter idéias ou enunciações falsas. Materialmente, o documento é perfeito: no entanto, traduz idéias, declarações, notícias falsas. Tem-se aí a falsidade ideológica, também chamada intelectual ou moral. Verifica-se quando em um documento, materialmente verdadeiro, são expostos fatos ou declarações desconformes com a verdade." (Comentários do CPC, 7a. ed., vol IV, arts. 332 a 475, n. 182, p. 207, RJ, Forense, 1994)

Não socorre ao Representado, portanto, a alegação de seu Assistente Técnico durante a oitiva do Representado, de que somente é possível a análise da veracidade ideológica dos documentos se for feita de forma contemporânea aos fatos. (Notas Taquigráficas do depoimento do Representado em 23/08/07, fls. 10)

O Laudo conclui que não é possível, a partir da documentação apresentada pelo Representado, afirmar-se que a sua renda fosse capaz de dar suporte às suas despesas pessoais e ao patrimônio declarado.

O Laudo também conclui pela existência de várias irregularidades de ordem formal, de escrituração, matemática e fiscal na documentação, que torna



g) registro de arrendamento de pasto, de 2006, no valor de R\$8.000,00, a Remi Calheiros, sem a comprovação documental;

h) ausência de informações sobre as NFPs, quando do registro das operações de venda.

Outra discrepância verificada é que na DIRPF ano-calendário 2006 foi declarado a título de despesa de custeio e investimento o valor de R\$140.644,68, montante diferente do escriturado no Livro Caixa, de R\$160.603,08.

O Assistente Técnico do Representado disse, em oitiva, que: "Então, por causa disso que a declaração do Imposto de Renda, o Livro Caixa não se presta para apurar resultados. Para apurar resultado, necessariamente, não tem outra forma sem uma escrituração contábil." (Notas Taquigráficas, fls.10)

Inicialmente cumpre esclarecer que, para efeitos das conclusões apresentadas no Laudo, os conceitos de "rentabilidade" e "lucratividade" produzem os mesmos efeitos, já que a preocupação de correção da análise realizada, foi no sentido da verificação da consistência das informações prestadas por meio dos documentos. Assim, os conceitos são, para os objetivos da perícia realizada, intercambiáveis, em nada alterando o resultado final dos trabalhos.

Além disso, o artigo 22 da IN SRF 83, de 11/10/01 determina, em relação à forma de apuração do resultado da atividade rural, que:

Art. 22. O resultado da exploração da atividade rural exercida pelas pessoas físicas é apurado mediante escrituração do livro Caixa, abrangendo as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade. (grifo nosso)



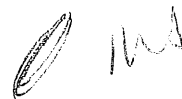
Verifica-se, portanto, que a apuração do resultado da atividade rural não é feita somente com a escrituração contábil, **o que deixa clara a completa irregularidade documental dos Livros Caixa.**

A falta de adequada escrituração do Representado foi apontada nos itens 35 e 36 do Laudo que afirmam: "35. Destaca-se que, de acordo com o advogado do representado, os contratos de arrendamento efetuados pelo produtor José Renan Vasconcelos Calheiros são verbais; e os recibos referem-se apenas a arrendamento e uso de pasto ou arrendamento de parte de fazenda, não havendo menção a outras despesas." e "36. Assim, os Peritos não puderam concluir sobre o adequado tratamento dado às despesas de custeio, relacionadas com a natureza das atividades rurais exercidas, necessárias à percepção dos rendimentos da atividade rural e à manutenção da fonte pagadora." (grifos nossos)

O Laudo aponta para o fato de que a documentação do Representado, enquanto produtor rural, não permite a correta verificação de constituição de seu patrimônio, porquanto não se pode fazer apuração precisa do resultado da atividade. O item 38 indica que a "ausência de registro de despesas de custeio nos livros Caixa do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros, nas DIRPFs, ano-calendário de 2002 a 2006, implica inexatidão da apuração do resultado dessa atividade."

Por inúmeras vezes o Representado sustentou que os documentos apresentados comprovariam a existência e regularidade de seu patrimônio e, com isso, o pagamento à filha tida com Mônica Veloso. Há, aqui, um nítido caráter de induzimento do Senado, de seus pares e da Nação a erro por parte do Representado.

Mais claro ainda é o Laudo ao indicar o resultado fictício da atividade rural, conforme se observa no item 40: "A ausência de registro de despesas de



custeio, sob o aspecto da disponibilidade de recursos como justificativa para aumento patrimonial, implica resultado fictício da atividade rural, que se reflete na evolução patrimonial".

O confronto entre as Notas Fiscais de Produtor, as Guias de Transporte Animal e as Declarações de Imposto de Renda teve como resultado, segundo consta do Laudo, item 48, que "Após a realização dos exames, constataram-se divergências entre informações relativas às operações de venda de gado bovino nos diversos documentos analisados."

Mais ainda, nos itens 49 a 53, observa-se que foram constatadas divergências entre os dados preenchidos nos campos data de validade, procedência e quantidade das GTAs, data de saída dos produtos, remetente e quantidade das NFPs, respectivamente. Tais irregularidades conduziram os peritos a reconhecer que, *verbis*: "não se pode afirmar que as GTAs apresentadas a exame estão relacionadas com as NFPs emitidas pelo produtor José Renan Vasconcelos Calheiros." (grifo nosso)

Dizem os peritos: "Ainda, o confronto das informações contidas nas NFPs, DIRPFs e recibos emitidos evidenciou outras inconsistências das informações relativas a quantidades e valores pertinentes às operações de venda de gado bovino." (grifos nossos)

Apresentados tais documentos ao Senado como prova cabal de aumento patrimonial é buscar construir uma ficção.



2.4.2. SOBRE O ANO DE 2004

Os resultados do cruzamento das informações constantes das declarações de vacinação, NFPs, recibos e DIRPFs, trazem, segundo o laudo, dados "**precários e contraditórios**". (item 52) (grifos nossos) Não foram identificadas igualdades de valores entre as NFP do ano de 2004 e os recibos correspondentes.

O item 55 afirma peremptoriamente que "Diante das inconsistências e precariedade dos documentos analisados, que se encontram descritas nos subitens a seguir, os Peritos concluem que **a documentação enviada a exame não comprova, de forma inequívoca, a venda de gado bovino nas quantidades e valores das NFPs, recibos e DIRPFs, anos-calendário de 2004 a 2006**, do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros." (grifos nossos)

Verifica-se a precariedade dos documentos que o Representado traz para dar suporte às suas afirmações. Nas análises pertinentes ao ano de 2004 foram apontadas várias irregularidades documentais. Para comprovar o resultado das atividades agropecuárias do período o Representado apresentou oito Guias de Trânsito Animal e oito Notas Fiscais de Produtor de nº 0003 a 0010, que, segundo os documentos juntados, não correspondem a todo o movimento de gado do período de 2004.

Em outro exemplo de irregularidade formal, o Assistente Técnico do Representado disse (Notas Taquigráficas, fls. 17/18), que houve a venda de gado com emissão de nota fiscal pelo valor de pauta, como se este procedimento estivesse no campo da liberalidade do Representado. Ocorre que o lançamento pelo valor de pauta nas Notas Fiscais de Produtor não é procedimento correto, como se observa na legislação aplicável ao caso. **As notas fiscais devem ser emitidas pelo valor de venda**, conforme determina o artigo 148 do RICMS/AL (Decreto nº 35.245, de 26 de dezembro de 1991).

Art. 148. Na Nota Fiscal de Produtor serão lançados, nos locais próprios, os seguintes elementos:



(...)

V - preços unitários das mercadorias, seus valores parciais e o valor total da operação, bem como a base de cálculo, na falta daquele ou dele diferente;

(...)

§ 1º - Os dados referidos no inciso V poderão ser dispensados quando as mercadorias estiverem sujeitas a posterior fixação de preço indicando-se no documento essa circunstância. (grifos nossos)

As informações lançadas nas NFP são tão relevantes que aquelas com valor diferente do que realmente foi comercializado podem ser consideradas como **declaração falsa**, segundo o artigo 207 do RICMS/AL (Decreto nº 35.245, de 26 de dezembro de 1991).

Art. 207. Considerar-se-á desacompanhada de documento fiscal a operação ou prestação acobertada por documento inidôneo, assim entendido, para esse efeito, aquele que:

I - for emitido por contribuinte fictício ou que não exerça mais suas atividades;

II - não seja o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação;

III - **contiver declaração falsa**, ou estiver adulterado ou preenchido de forma que não permita identificar os elementos da operação ou prestação;

(....)

§ 1º - **O documento inidôneo fará prova apenas em favor do fisco.** (grifos nossos)



A conclusão sobre a apresentação da documentação e do alegado foi que, após o confronto das informações contidas nas NFPs e GTAs, "os Peritos identificaram incompatibilidade entre elas, pois apresentam divergências quanto a datas e quantidades." (item 57do Laudo) (grifo nosso)

2.4.3. SOBRE O ANO DE 2005

Houve várias irregularidades documentais na análise do que ocorreu durante o ano de 2005, ressaltando-se a divergência de informações quanto às quantidades de gado indicadas nas Notas Fiscais, nas Declarações de Imposto de Renda e nos Recibos. O quadro a seguir, elaborado pelos Peritos, indica os números.

Quadro 04 do Laudo - Divergências no ano de 2005.

Descrição	NFPs	DIRPF	RECIBOS
Quantidade	656	536	656
Arrobas	11.241,90	-	10.871,45
Valor	631.032,74	631.032,27	631.032,84

Valores em Reais.

A discrepância das informações salta aos olhos, a ponto dos peritos afirmarem de forma categórica que: "Da análise do quadro, verifica-se que para um mesmo valor de receita, R\$631.032,27, informado na DIRPF, NFPs e recibos emitidos, efetuou-se venda de gado bovino no total de 656 animais, segundo as NFPs e recibos emitidos. Entretanto, com base na DIRPF, para alcançar o mesmo valor de receita efetuou-se vendas de 536 animais, diferença de 120 animais." (grifos nossos)



As discrepâncias não são meros erros escusáveis, pois se encontram no bojo de uma série de outras anotações irregulares, imprecisas e implausíveis, o que indica problemas sérios de natureza documental, problemas estes impeditivos de que se encontre informações críveis sobre o resultado da atividade agropecuária do Representado.

2.4.4. SOBRE O ANO DE 2006

Também no ano de 2006 foram encontradas importantes discrepâncias nas informações apresentadas pelo Representado quanto à atividade agropecuária realizada. Tanto assim que os Peritos constataram erros e formularam tabela para demonstrar de forma didática os dados, dizendo, no item 76, que "O confronto das informações contidas nas NFPs, DIRPF e recibos emitidos corroborou para constatação das inconsistências das informações, relativas às operações de venda de gado bovino, apresentadas no quadro a seguir:" (grifo nosso)

Quadro 05 - Divergências no ano de 2006.

Descrição	NFPs	DIRPF	RECIBOS
Quantidade	765	784	766
Valor	709.976,75	720.169,36	700.210,35

Valores em Reais.

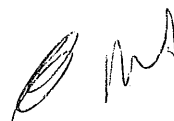


2.4.5. ANÁLISE DOS COMPRADORES E PAGADORES.

Foram analisadas Notas Fiscais dos anos de 2003 a 2006. Novamente neste quesito há inconsistências documentais que levantam dúvidas sobre a realidade fática expressa nos documentos apresentados em defesa, e que o Representado indicou de modo peremptório como documentos aptos a demonstrar a verdade.

Nos itens 84 e 85 do Laudo encontra-se a referência ao fato de que "A NFP nº 0001 discrimina a venda de 45 bovinos para abate ao Senhor **José Leodácio de Souza**, em 11/11/03. Entretanto, de acordo com correspondência expedida na cidade de João Pessoa-PB, em 13/08/07, o Senhor José Leodácio de Souza afirma que:

(...) tenho a informar que em tempo algum mantive qualquer transação direta de aquisição de gado com o Senador José Renan Vasconcelos Calheiros ou mesmo com os frigoríficos Mafrial e Mafrips. (...) sempre adquiro carne de fornecedores locais com regular expedição de notas fiscais, cuja operação não envolve animais. (grifo nosso)



Nos depoimentos do Representado e de seu Assistente Técnico ambos declararam que teria havido compra de gado por uma pessoa de nome Múcio, sendo que a nota fiscal correspondente a esta compra teria sido emitida em nome de José Leodácio de Souza. Afirmou o Representado que Múcio se dizia sócio de José Leodácio. Ambos, o Representado e seu Assistente Técnico, disseram que o pagamento teria sido na forma de depósito *on line*. (Notas Taquigráficas, fls. 22) Para dar suporte às alegações não foi apresentada nenhuma documentação no momento do depoimento nem após o mesmo.

Sendo assim, "verifica-se que há divergência entre o recibo assinado por José Renan Vasconcelos Calheiros, em 11/11/03, documento de suporte do livro Caixa de 2003, e a afirmação do suposto comprador, transcrita anteriormente." (grifos nossos) Este é um exemplo de como o documento pode ser autêntico, mas ilegítimo, pois o documento não representa uma transação comercial.

Com respeito à relação entre os indicados como compradores de gado do Representado e o frigorífico MAFRIAL, importa salientar as evidências de falta de regularidade das transações, o que fica patente pela conclusão apresentada nos itens 91 e 92 do Laudo, respaldada por documento da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas:

"Cabe destacar trecho do Ofício GSEF-258/2007, de 27/07/07, elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, o qual trata de Relatório Preliminar e Reservado de Inteligência Fiscal, relativo a algumas pessoas compradoras de gado bovino do produtor rural José Renan Vasconcelos Calheiros, a saber:



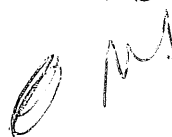
"Fica evidenciado no relatório anexo, preliminarmente, que as empresas averiguadas, e outras, do mesmo perfil, estão envolvidas na prática de ilícitos tributários, inclusive a maioria delas exercendo atividades comerciais em lugar incerto e não sabido por esta Secretaria...

O relatório demonstra, também, existir fortes indícios de relações escusas entre as empresas diligenciadas e a empresa MAFRIAL – Matadouro Frigorífico de Alagoas S/A, (...)"

Diante do exposto, evidencia-se que não há como comprovar que as operações de venda de gado bovino do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros encontram-se em conformidade com os lançamentos das NFPs e recibos." (grifos nossos)

2.4.6. SOBRE A EVOLUÇÃO DO REBANHO

Em extensa explicação e minuciosa análise a respeito da verificação da correção documental que deveria, por expressa determinação legal, indicar a evolução do rebanho do Representado, os Peritos demonstram a inconsistência probatória das alegações expendidas. A conclusão, que decorre da análise documental, é que "Mediante o exposto, conclui-se que as declarações de vacinação contra a febre aftosa e as DIRPFs, em relação ao rebanho e sua evolução no tempo, trazem dados precários e inconsistentes, não sendo possível concluir inequivocamente sobre a existência de gado, o número de reses e a evolução do rebanho em questão." (item 110) (grifos nossos)



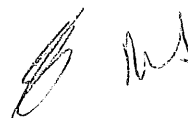
2.4.6.1. GADO

Com relação à evolução do gado do Representado o Assistente Técnico disse que

"O produtor rural pessoa física, ele não tem, na legislação, a necessidade de acompanhar rebanho: quanto nasceu em cada mês, quanto vendeu em cada mês, quanto morreu em cada mês, quanto consumiu em cada mês, quanto comprou em cada mês. O produtor rural pessoa física, única obrigação de demonstrar isso é na declaração de imposto de Renda pelo total do ano: quanto é que tinha no começo do ano, quanto é que comprou no ano, quanto é que vendeu no ano, quanto morreu no ano, quanto consumiu no ano, qual é o saldo final do ano."

Disse mais:

"A informação do Imposto de Renda é Dezembro. As vacinações são feitas por um veterinário que faz um relatório de vacinação e entrega para o Estado ou para a Secretaria de Agricultura, e, no caso de alagoas, agora, a ADEAL... (...) e informa quanto é que foi vacinado, para fins estatísticos. Isso não gera efeito fiscal, não gera efeito tributário. E em épocas distintas, abril, outubro e dezembro. Nesses períodos, nesses intervalos, nasce, compra, vende, morre, consome." (Notas Taquigráficas, fls. 11/12)



Sobre a evolução do rebanho e a despeito das alegações do Representado, a análise realizada permitiu verificar que os fatos são significativamente **inconsistentes**. Os peritos levantaram alguns exemplos no Laudo, de maneira exemplificativa.

Diferentemente do que afirmam o Assistente Técnico e o Representado, é preciso haver rígido controle do rebanho. O Assistente Técnico faz afirmações contraditórias, pois afirma que a DIRPF é um instrumento de controle, ainda que não possua uma estatística mensal. Existe também obrigatoriedade de entrega da Declaração de Vacinação Contra Febre Aftosa para fins de controle sanitário do rebanho, processo de suma importância para pecuária do país.

O controle de quantidade de rebanho não é uma questão meramente estatística como alegou a defesa. Temos de lembrar que o mundo passa por sérios problemas sanitários com a febre aftosa e o Brasil foi demasiadamente prejudicado por focos dessa doença no Paraná e no Mato Grosso do Sul. O Governo Federal tem feito campanhas intensas da **vacinação obrigatória** contra a febre aftosa e certamente o Presidente do Senado Federal tem conhecimento da gravidade dos fatos. Logo, não socorre ao Representado alegar em sua defesa que a declaração correta de quantidade de rebanho é uma mera questão de estatística.

Não é facultado ao produtor rural adquirir as vacinas nas quantidades do rebanho a ser vacinado, sendo esta uma **obrigatoriedade** e a declaração exige detalhamento completo do gado que foi vacinado, inclusive discriminado por idade. O produtor é, portanto, obrigado a adquirir as doses de acordo com o informado. “Outro ponto, a aquisição das vacinas ocorreu em 07/11/05, dez dias após a declaração de vacinação do animais” (item 104 do Laudo).

Sobre as divergências de quantidades apontadas pela PF na evolução do rebanho, verificou-se que, como é obrigatório o registro de compras



(entradas) ou de vendas (saídas) no Livro Caixa para a respectiva data, ainda que não haja informação das baixas por morte e entradas por nascimentos, mensalmente, é possível comparar as DIRPF's com as declarações de vacinação, bem como ratificar as inconsistências.

Por fim, qualquer discussão relativa à idade mínima para a prenhez das fêmeas é infrutífera, já que na DVFA, de 02/05/06, existiam 600 fêmeas maiores de 36 meses e nenhuma fêmea de 12 a 36 meses. Em 26/10/06, existiam somente 50 fêmeas de 24 a 36 meses e nenhuma maior de 36. Assim, **caso fossem somadas todas as fêmeas, inclusive as de 0 a 12 meses (140 reses), existiria um total de 740 fêmeas, chegando-se à conclusão de que, considerando o nascimento de uma cabeça de gado por matriz seria impossível haver 751 nascimentos.**

X

2.4.7. DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Houve análise minuciosa da evolução patrimonial do Representado pelos Peritos, fato que se tornou central na discussão sobre quebra de decoro. De forma sintética pode-se afirmar a importância da questão tendo em vista que, dependendo da capacidade econômica do Representado ele poderia ou não ter arcado com as despesas com a Sra. Mônica Veloso aludidas na Representação.

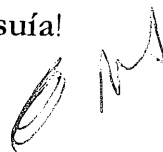


Questão fundamental nesse tópico específico pertine à possibilidade de utilização das verbas indenizatórias que o Senado fornece aos Senadores para fazer frente a despesas decorrentes de gastos com o mandato. As verbas indenizatórias não se prestam a justificar aumento de patrimônio nem a pagamentos de ordem privada. Aplicando-se esta regra, ao fazerem os cálculos de evolução patrimonial do Representado os Peritos excluam aquelas verbas indenizatórias daquelas que servem para fazer frente às despesas da vida privada, assim como relativas a aumento de patrimônio.

Portanto, os valores de caráter indenizatório foram deduzidos dos rendimentos brutos declarados, por não representarem efetiva entrada de recursos, uma vez que somente têm efeitos de ressarcimento, de acordo com a Portaria nº. 02/2003 do Senado Federal, mediante a comprovação de realização das despesas. Conforme restou evidenciado no item 127 do Laudo, a verba indenizatória não permitiria evolução patrimonial, mas tão somente repor recursos consumidos no exercício do mandato.

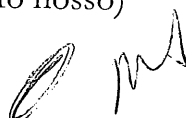
Os Peritos identificaram, ainda, a ausência de despesas de custeio e investimentos vinculadas à atividade rural, o que repercute na capacidade financeira do representado, pois os resultados da atividade rural nas DIRPFs teriam seus valores reduzidos, com a conseqüente inexatidão da evolução patrimonial, conforme item 127 do Laudo.

Aspecto significativo do resultado apresentado pelos Peritos quanto à evolução patrimonial do Representado é o fato de que **no ano de 2005 houve falta de recursos para fazer frente às despesas do Representado em mais de R\$ 24.500,00!** (item 129 do Laudo) Ou seja, a perícia demonstrou que o Representado não poderia ter pago os valores relativos às despesas privadas e mais os valores que foram pagos a Sra. Mônica Veloso, com os recursos que disse ao Conselho de Ética que possuía!



Outra constatação de alta gravidade foi que, segundo apontado no item 130 do Laudo; "não obstante haver compatibilidade para os outros anos identificou-se alto índice de imobilização para os anos-calendário de 2002 e de 2004. Isto posto, importa destacar o fato de que o representado e os seus dependentes teriam de dispor de renda anual de R\$27.954,33, que representaria monta de R\$2.329,53 mensais, para o ano de 2002, e de R\$102.207,18, que representaria monta de R\$8.517,27 mensais, para o ano de 2004, calculados com base no saldo da linha "F" do Quadro 12." (grifos nossos) Isto significa que o Representado e sua família teriam de ter vivido, para arcar com demais despesas pessoais, no ano de 2002, por exemplo, com valores mensais de aproximados R\$ 2.400,00, o que é não crível e obviamente inverídico.

A documentação juntada pelo Representado para comprovar sua capacidade financeira indicava, até os últimos momentos dos trabalhos dos peritos, que é implausível (senão impossível) que o mesmo tivesse dinheiro para pagar as despesas com a pensão para a sua filha, representada por Mônica Veloso. Os peritos são claros ao dizer que "As disponibilidades mensais representariam valores baixos para sua subsistência e de sua família, uma vez que ainda precisariam ser consideradas outras despesas realizadas para manutenção básica de seu patrimônio, como tributos (IPTU, IPVA, dentre outros), manutenção das residências e dos veículos, pagamento de empregados, vestuário, transporte, combustível, alimentação, luz, água, condomínio, etc, bem como as despesas da atividade rural." (item 131) (grifo nosso)



2.4.8. SOBRE O CONTRATO DE MÚTUO COM A EMPRESA COSTA DOURADA VEÍCULOS LTDA.

O Representado apresentou, já no final da fase de trabalho dos Peritos, uma nova suposta fonte de renda, que seria um contrato de mútuo com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda. A apresentação do referido contrato merece análise específica.

Quanto às formalidades do Contrato de Mútuo e suas novações, não há nada nos documentos que lhes dê segurança formal. Embora o contrato, na forma como se encontra, possa ser considerado válido, os elementos trazidos aos autos não ensejam segurança quanto à existência fática da relação contratual.

Os peritos constataram que os valores que o Representado disse ter recebido por meio do mútuo não foram informados nas Declarações de Imposto de Renda. Constataram ainda que não há, nos contratos, indicação de registro em cartório ou qualquer outra formalidade que lhes atribua maior credibilidade. Verificaram também que **houve dezenas de periódicas retiradas em espécie** ocorridas nos primeiros meses dos anos de 2004 e de 2005. Os valores não transitaram pelas contas apresentadas a exame, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Ainda, que o primeiro contrato, firmado em 02/01/04, não contém assinatura das partes. (item 135)

Embora tenha havido retiradas registradas em nome de Renan Calheiros, segundo os livros caixa da empresa, existindo, portanto, lançamentos contábeis, a empresa não registrou qualquer receita financeira no período, isto é, não contabilizou a correção monetária de CDI e os juros de 0,5% contratuais. (item 137)



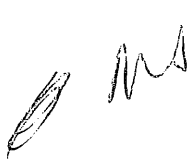
A discrepância entre os fatos alegados pelo Representado em relação às contas que apresenta e a implausibilidade dos argumentos relacionados à natureza dos pagamentos feitos pela empresa Costa Dourada Veículos Ltda são evidenciadas nos itens 140 a 143 do Laudo:

"140. Nesses contratos, foi observado que Bianca Lins Uchoa Lopes e Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes assinam como sócios da empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

141. De acordo com os livros Diário, em 2004, o representado teria recebido um montante de R\$78.800,00, a título de empréstimo, em dezenove parcelas, e os sócios teriam recebido R\$22.000,00, a título de pró-labore, e R\$100.000,00, por dividendos distribuídos, e a empresa teve no ano lucro de R\$366.059,92.

142. Em 2005, o representado teria recebido um total de R\$99.300,00, a título de empréstimo, em 24 retiradas. Os sócios, diante de um lucro de R\$71.494,07, não realizaram pagamentos de pró-labore e não permitiram distribuição de lucros por meio de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

143. Por fim, conforme informações anexas aos contratos, passados mais de três anos das primeiras retiradas, não há registro de pagamentos ou amortizações parciais dos recursos."

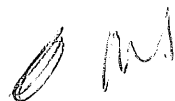


Contestando os números, o Assistente Técnico do Representado disse que a empresa teria um "patrimônio líquido de R\$ 1 milhão, que tem o imobilizado de automóveis para a locação de um milhão e trezentos mil reais, que nesses dois anos adquiriu 28 automóveis novos, que nesses dois anos tem quatrocentos e tantos mil reais de lucro, que fez esses empréstimos para o Senador." (Notas Taquigráficas, fls. 25) O Representado não traz elementos probatórios suficientes a corroborar o alegado, pelo que se tem de proceder à análise documental na busca da verdade.

Disse, ainda, o Assistente: "Pelo que eu apreendi nesses meses, havia uma intenção de manter esse assunto todo reservado: Mônica, filha, de não tornar isso público para ninguém. É um assunto muito restrito. E esses pagamentos terminaram criando a necessidade de fazer mais uma dívida. Não declarou os pagamentos; não declarou a dívida, embora." (Notas Taquigráficas, fls. 25) O argumento não pode ser aceito, pois a prosperar este tipo de justificativa todo e qualquer brasileiro que tenha um problema pessoal estará autorizado a desobedecer a legislação tributária vigente, o que é um completo absurdo! **A lei não é feita para acomodar conveniências, mas para ser obedecida! Especialmente por autoridades, como é o caso do Presidente do Congresso Nacional!**

O que importa salientar é que o Representado faltou com a verdade e induziu a erro o Senado ao dizer que tinha patrimônio para pagar pensão alimentícia e criar um fundo de R\$ 100.000,00 para a criança e disse depois que não tinha patrimônio e por isso fez um empréstimo!

Sobre a razão da não declaração da existência dos empréstimos feitos pelo Representado, disse o Assistente Técnico que: "As verbas indenizatórias são indenizatórias de despesas realizadas no Estado, lá em Alagoas. Por quê? Porque as despesas daqui são suportadas pelo gabinete e pela presidência. Então, as



verbas do escritório de representação política e dessa atividade política em Alagoas são pagas em Alagoas." E mais a frente diz que teria havido um "empréstimo guarda-chuva no começo de 2004, se não me engano, R\$ 90 mil" para pagamento de despesas cobertas por Verbas Indenizatórias. (Notas Taquigráficas, fls. 26) Ora, as verbas indenizatórias são reembolsáveis! Qual o motivo justificador da realização de empréstimo para pagamento de verbas indenizatórias, especialmente em valor tão alto, R\$ 90.000,00?! Mais uma vez fica a dúvida: Por que não cumprir a lei e mostrar claramente a existência do empréstimo em suas declarações de Imposto de Renda? Por que não trouxe esta importantíssima informação a esta Comissão logo no início das investigações? Nada justifica esta gravíssima omissão!

É implausível, absolutamente inverossímil uma empresa realizar lucro menor do que o valor que empresta e não cobrar o pagamento dos valores emprestados!

O que é pior, verbas indenizatórias que são destinadas para fazer face às despesas com o mandato, foram informadas como se fossem para justificar a constituição do patrimônio.

Desta forma, vejamos agora uma ligeira compreensão sobre decoro parlamentar e sobre a natureza do processo disciplinar de perda de mandato.

2.5. FALTA DE DECORO E JULGAMENTO POLÍTICO

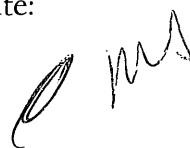
O processo de cassação de mandato por falta de decoro parlamentar é a competência de análise política que o Senado Federal tem para averiguar se, com base nos fatos narrados na representação, na defesa e no conjunto da instrução processual disciplinar o senador representado incorreu na quebra do decoro parlamentar.



Infelizmente o Congresso Nacional já passou por inúmeras situações em que teve de enfrentar questões desta natureza. Essas situações representaram momentos de desgaste político para a instituição do Legislativo e, principalmente, porque significaram que o Congresso Nacional não poderia atuar com corporativismo, teria que cortar na própria carne – e assim o fez algumas vezes.

Portanto, a compreensão da natureza do processo de perda do mandato de senador e do entendimento do que seja decoro parlamentar foi inúmeras vezes aduzida, explicada, comentada, analisada e convalidada neste Senado Federal. Cremos ser desnecessário fomentar a repetição desses debates, na medida em que desde o caso do julgamento do ex-senador Luiz Estevão por esta Casa – que teve por base precedentes oriundos da Câmara dos Deputados – restou consolidado pelo relatório do senador Jefferson Peres que a apreciação realizada pelo CEDP não se confunde com os julgamentos do Poder Judiciário, que são julgamentos presos a rigorosos formalismos procedimentais, inclusive obrigados a buscarem provas materiais irrefutáveis. Tal não se aplica ao processo disciplinar de falta de decoro parlamentar.

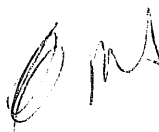
Assim é que no caso do ex-senador Luiz Estevão, o relatório à Representação nº. 2, de 1999 transcreveu o seguinte:



“a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis. (...) Para que se configure a quebra de decoro, não é necessário (...) conduta tipificada no Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. Não cabem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação de natureza penal, que possui requisitos próprios.

O mesmo ocorre em relação à valoração das provas: no processo penal, a avaliação, pelo juiz, da prova produzida no processo, liga-se a procedimentos rígidos, previstos na legislação penal. Este é um processo político, que será concluído por decisão política a ser tomada por esta Comissão. Não é um processo judicial, ainda que judicialiforme. (...) Basta que haja o convencimento político de que seu proceder (do parlamentar) difere do homem honrado, do homem de bem”.

De fato, o *decoro parlamentar* é um instituto jurídico presente na Constituição brasileira e nos regimentos internos da Câmara e do Senado. O conceito permite apenar os parlamentares que incorram em falhas éticas. Como dito, a aludida noção de decoro parlamentar, na experiência recente do Parlamento brasileiro, deixou de ser uma mera figura regimental para se tornar em um fato, evento concreto, mormente após vários precedentes analisados por esta Casa.



O decoro parlamentar é o instituto constitucional que corresponde, para o Parlamento, ao que a probidade significa para a Administração Pública. Os dois institutos são relacionados à idéia de que o comportamento do agente não pode ser contrário ao interesse da coletividade, ou seja, no caso do decoro, que a subjetividade do parlamentar não seja arbitrária contra a objetividade estatal dos interesses da instituição do Congresso Nacional.

A quebra de decoro parlamentar pode ser denominada como a ocorrência de *indecoro*. Verificar se houve quebra de decoro é, a contrário senso, saber se houve indecoro, como qualquer abuso da condição ou das prerrogativas de parlamentar.

O conceito de decoro tem relação direta com a idéia de *honra e dignidade*. A dignidade que se quer preservar sancionando o indecoro é não somente aquela que se manifesta na dimensão pública do exercício do cargo, mas também a da esfera privada, que repercute na dignidade da Casa Parlamentar.

Assim é que o decoro é conceituado como o comportamento de acordo com os padrões elevados de moralidade, necessários ao prestígio do mandato e à dignidade do Parlamento, mesmo sem configurar ilícito de outra natureza. Mesmo sem configurar crime, qualquer ato que implique desfigurar a imagem do Congresso, identificada com a dos parlamentares, resulta em quebra de decoro. O senso de dever, no âmbito da política, refere-se ao indivíduo na qualidade de membro de uma coletividade histórica definida, e não o indivíduo como um valor em si. Há, portanto, que se considerar, para efeito de qualificação da conduta do agente, a consciência coletiva em relação ao padrão de conduta esperado. O pertencimento do político a um grupo institucional e socialmente mais amplo, torna sua conduta apreciável em termos da configuração sócio-cultural da qual faz parte.



Corroborando a idéia de que há uma forte dimensão pública na esfera do decoro parlamentar, entende o Supremo Tribunal Federal - STF que "...a quebra do decoro parlamentar conspurca não apenas a honra do parlamentar mesmo e do seu eventual partido, como, e sobretudo, o conceito social de todo o Parlamento. Revelando-se, então, como perigoso elemento de perturbação da ordem pública, pela automática associação mental que se faz entre essa ordem pública e o prestígio das instituições republicanas de *proa*." (MS 25.647- MC/DF)

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou algumas vezes sobre a matéria de quebra de decoro, tendo o seguinte entendimento:

“ (...) O processo de perda de mandato não é administrativo, nem judicial, mas político, sendo regido por normas ‘interna corporis’.” (STF. MS-21360/DF. Tribunal Pleno. Relator do Acórdão Ministro Marco Aurélio. Publicado no DJ de 23/04/93). Grifos inovados.

De fato, a jurisprudência do STF sobre a matéria de quebra de decoro indica que há possibilidade de modificação das decisões do Parlamento no âmbito das garantias processuais relativas aos direitos individuais, mas não há relativamente ao conteúdo da decisão, posto ser questão *interna corporis*. No que tange aos aspectos analisáveis pelo Judiciário, trata-se de observar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Por seu turno, questões *interna corporis* são, como fartamente decidido pelo Tribunal, matéria exclusivamente de âmbito deliberativo da Casa Política. (MS 22.503, REL. MIN. Marco Aurélio)



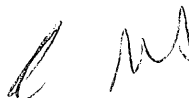
Ainda segundo o STF a verificação ou não de ocorrência de quebra de decoro é da alçada do Legislativo, já que o conceito de decoro parlamentar é valorativo e corresponde a um padrão médio de conduta da sociedade. Logo, a quebra de decoro é verificada por meio de critérios distintos em relação à verificação de ocorrência de qualquer delito por juiz togado. (MS 25.647 - MC - DF).

Portanto, resta claro que para a deliberação da perda de mandato não é preciso a existência de crime e, mesmo que haja crime, isto não resulta necessariamente em punição política. Ora, na exata razão que a conduta parlamentar esteja tipificada na legislação penal, observa-se que isso não afasta a competência do processo disciplinar a ser procedido pelo Parlamento, pois esse processo disciplinar tem natureza diversa da sanção penal.

O papel do Conselho de Ética é, nesta perspectiva, sancionar negativamente certos comportamentos, não somente aplicando de forma racional normas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, mas identificando práticas e valores sociais profundamente estabelecidos no seio da sociedade. Conclui-se que:

a) o fundamento jurídico da quebra de decoro é o dever que o parlamentar tem de representar dignamente o povo, o que implica em que não se admite qualquer tipo de procedimento que atente contra a instituição.

b) para a caracterização de quebra de decoro parlamentar não é necessário que a prática atribuída ao Parlamentar seja tipificada como crime ou que tenha causado algum dano, basta apenas que, segundo juízo dos senadores, ofenda a imagem e a dignidade do Senado Federal da qual faz parte o senador Renan Calheiros;



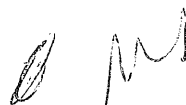
c) o processo de perda de mandato parlamentar não é administrativo, muito menos judicial, mas político e encontra-se regido pelas normas internas desta Casa Legislativa, sendo que as normas de diploma penal deve ser aplicado subsidiariamente.

Antes e durante o andamento dos trabalhos pertinentes ao presente processo, fatos envolvendo a conduta imputada ao senador Renan Calheiros, já foram exaustivamente analisados, verificando-se a existência, inclusive, a ocorrência, em tese, de ilícitos penais. Entretanto, não nos cabe, no âmbito deste Parecer, que versa sobre infrações de natureza política, opinar conclusivamente sobre a ocorrência de ilícitos desta natureza. Como noticiado nos autos, para tal fim já tramita inquérito judicial, solicitado pela Procuradoria-Geral da República.

Ora, o fundamento do mandato parlamentar é a materialização do sistema representativo, segundo o qual aquele que exerce o poder o faz em nome da coletividade, devendo responder pela forma como o exerce. A dimensão republicana do mandato impõe, portanto, ao mandatário, responsabilidade pelas atitudes que toma no exercício do mandato. Desta dimensão republicana exsurge o dever, no campo ético, de agir em conformidade com o que a sociedade espera do agente político.

O parlamentar deve à sociedade satisfações sobre sua vida pública no exercício do mandato, bem como sobre sua vida privada, desde que nesta aja repercussão pública de sua conduta. São, portanto, a vida pública e privada, inseparáveis dimensões de materialização dos anseios e expectativas dos eleitores em relação à conduta ética do eleito. Daí porque não possa o homem público dizer que em sua vida privada ninguém tem direito a se imiscuir, como é possível àquele indivíduo que optou por não viver como representante do povo.

No presente caso, a imprensa foi o veículo das informações que acabaram por conformar a opinião pública no sentido de reprovar a conduta do

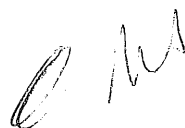


Representado. Evidentemente tem-se de ter cuidado, na posição de julgador, para que a opinião pública, que por vezes por vezes pode ser formada açodadamente e sem todas as informações importantes para a solução do caso, não determine o convencimento. Por esta razão houve a fase de produção de prova na presente representação e dela se puderam extrair mais elementos para a formação do juízo.

Se é certo que a opinião pública não deve ser tomada como um fator preponderante no juízo sobre o indecoro, também é certo que ela não pode ser totalmente desconsiderada para que se possa determinar qual é o sentimento geral em relação à conduta do Representado. A dimensão pública do mandato impõe ao mandatário que esteja submetido (mesmo que potencialmente) à crítica da comunidade em relação a como se comporta. É de notar que, mesmo passado um significativo interregno desde o início do processo, a opinião pública continua a reprovar a conduta do Representado, o que pode ser aquilatado pelas constantes entrevistas, pesquisas de opinião (ainda que informais) e matérias jornalísticas nos mais variados veículos de comunicação do país.

A aparente tensão entre as dimensões política e jurídica, relacionada, respectivamente à sensibilidade pública da questão e à idéia de segurança jurídica, é resolvida observando-se as garantias constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, princípios processuais que dão ao representado suporte técnico que lhe permite conhecer todos os fatos, produzir todas as provas que entenda necessárias e contradizer todos os argumentos e fatos trazidos ao processo.

Embora a opinião pública e a imprensa tenham um papel relevante na formação do juízo, eis que elementos de interface entre as esferas parlamentar e popular, os critérios que entraram na ponderação dos fatos e que levaram à conformação do juízo decisório no presente processo foram preponderantemente de natureza técnica.



Assim, retornando ao foco, a explicitação da existência ou não de falta de decoro parlamentar diz respeito à possibilidade de exercício crítico em relação a como se comportam os agentes públicos. A publicidade e a transparência da conduta dos políticos permite o controle social do exercício do poder, ou seja, eles têm de atender aos padrões éticos requeridos pela sociedade. O que os juízes e os agentes políticos fazem no exercício do poder deve ser passível de conhecimento coletivo e de análise crítica.

A *responsabilidade política* é um dos requisitos do Estado de Direito segundo o qual ocupantes de cargos públicos devem responder pelas suas ações segundo regras jurídicas preestabelecidas e segundo as previsões legais que determinam o limite do exercício do poder pelos órgãos do Estado. O Legislativo é uma instituição central no que diz respeito à responsabilidade política, na medida em que deve exercer um papel simbólico de reserva ética na sociedade, afinal é composto por aqueles escolhidos para representá-la.

Em assim sendo, a aplicação dos referido paradigma normativo na apreciação de atos e condutas de parlamentares constitui sempre juízo de natureza política, sem prejuízo de eventuais considerações de ordem especificamente jurídica que venham a concorrer para a formação do juízo ético-político.

Destarte, o dever de decoro parlamentar é um dos mais importantes aspectos do estatuto jurídico dos congressistas, é um paradigma normativo firmado em sede constitucional (Constituição da República, art. 55, II, e § 1º) e densificado no plano regimental pelo art. 5º da Resolução nº 20/93, que estabelece as condutas incompatíveis com a ética e o decoro, arrolando, além das previstas no texto constitucional, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes (Resolução nº 20/93, art. 5º, III e parágrafo único).



A Resolução nº. 20/93 prescreve, no art. 5º, as hipóteses de atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar. São dispostas três hipóteses de atos que ferem a ética e o decoro parlamentar:


- a) o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;
- b) a percepção de vantagens indevidas, tais como doações (excepcionada a percepção de brindes sem valor econômico) e;
- c) a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Nas três hipóteses o legislador estabeleceu genericamente condutas que necessitam importante esforço hermenêutico no preenchimento de seus sentidos no momento da aplicação das normas. Na primeira hipótese está presente o termo *abuso*, na segunda a expressão *vantagens indevidas* e na terceira a expressão *irregularidades graves*.

Reconheceu o legislador a problematicidade semântica que a expressão constante do terceiro inciso enseja e, tentando clarificá-la, estabeleceu um rol de hipóteses segundo as quais há prática de irregularidades graves.

Consta do Inciso I do Parágrafo Único do Artigo 5º uma única hipótese de conduta desdobrada em três destinações correlatas. Trata-se da seguinte conduta: atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, direcionada a três tipos de situações em relação à destinação:

- a) a entidades ou instituições das quais participe o Senador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau;
- b) a pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda;



c) a pessoa jurídica que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias.

No Inciso II há mais uma hipótese que caracteriza irregularidade grave: a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

É importante esclarecer se o rol de condutas que tipificam a quebra de ética e decoro parlamentar é exaustivo ou meramente exemplificativo, cabendo, portanto, ampliação por meio de interpretação que inclua outras hipóteses de condutas ali não mencionadas de forma explícita. A primeira distinção que se faz necessária é entre o rol constante dos três primeiros incisos do Artigo 5º, relacionados com o *caput* e os dois incisos relacionados ao Parágrafo Único.

O *caput* do Artigo 5º não contém palavra ou expressão que indique serem as hipóteses ali constantes exemplificativas. Há de se perguntar, entretanto, se poderia o intérprete ampliá-las, o que demandaria uma digressão sobre os limites conceituais de interpretação da norma.

Com relação aos dois incisos do Parágrafo Único, a redação é claramente indicadora da possibilidade de ampliação das hipóteses ali contidas de condutas classificadas como ensejadoras de irregularidades graves. É que o texto começa com a expressão "incluem-se entre as irregularidades graves". O verbo "incluir" tem ali o sentido de inserir, intercalar, introduzir. "Estar incluído" ou compreendido tem o sentido de "figurar entre", "fazer parte de", "figurar entre outros", "pertencer a algum grupo juntamente com outros" (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975). O verbo é transitivo e pede que se diga ao que algo está incluído. Evidentemente que, no caso do texto em análise, a resposta é que se incluem as hipóteses ali constantes em outras que o intérprete venha a reconhecer como pertencentes a

[Assinatura]

mesma classe de eventos. Logo, as duas hipóteses ali contidas são *numerus apertus*, comportando extensão de hipóteses.

É, portanto, diante do julgamento ético-político da coletividade dos parlamentares desta Casa, à luz de valores compartilhados entre nós como aqueles que devem reger o convívio e o agir conjunto de agentes públicos racionais e voltados para o bem comum, que trouxemos ao exame e apreciação dos ilustres membros deste Conselho a análise dos fatos apurados na representação.

2.6. DA EFETIVA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

2.6.1. RELAÇÃO COM CLÁUDIO GONTIJO:

Um dos pontos fundamentais a serem esclarecidos no presente processo, que diz respeito ao que foi afirmado na peça inicial pelo Partido Representante, é o seguinte: Pode o agente político fazer uso de funcionário de empresa que tem interesse na execução orçamentária, ainda que este seja seu amigo, para solucionar problema de ordem pessoal em que estão envolvidos pagamentos em dinheiro, sem comprovação cabal do caminho dos recursos?

Não obstante a ninguém seja correto opor relação de amizade com quem quer que seja, é fato que o homem público deve ter o cuidado de distinguir, em sua vida pública, o que é aceitável do ponto de vista do agir ético. Ter amigo em alguma atividade que possa gerar conflito de interesses em relação ao cargo que se ocupa, de *per se* não é reprovável. É reprovável, entretanto, aquele que exerce função pública permitir que esta relação de amizade possa trazer qualquer dúvida quanto a sua conduta. Qualquer político, (em especial aquele que exerça cargo de importância como a Presidência do Senado Federal) deve zelar



pela honorabilidade de sua posição, não permitindo que sobre si pairassem quaisquer dúvidas relativamente à ética. Como diz o adágio, "à mulher de Cezar não lhe basta ser honesta, tem também de *parecê-lo!*"

O Representado fez uso de um intermediário para tratativas relativas a problema de ordem pessoal, Cláudio Gontijo. Este trabalha no ramo das relações institucionais e tem, dentre suas atribuições, como ele próprio declarara em depoimento, manter contatos com as mais diversas instâncias institucionais estatais para a defesa de interesses da empresa Mendes Júnior. É o que se vê dos seguintes trechos das Notas Taquigráficas da reunião do CEDP realizada no dia 18/6/07:


"O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o senhor disse que conhece o Renan Calheiros desde 1987.

O senhor poderia especificar como o conheceu? Quando V.S^a. já disse . Como conheceu o Senador Renan Calheiros.

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Quando eu vim pra Brasília, Senador, minha função era exatamente a mesma que eu 'tou ocupando hoje na Mendes e Júnior: era pra desenvolver a área de desenvolvimento de mercado. O que faz a área de desenvolvimento

de uma grande empresa dessa, que tem seus representantes em Brasília? Ela exatamente **busca conhecer quais são as prioridades do Governo, quais são as decisões**, quais são... o que a empresa vai se direcionar para a busca de desenvolvimento das suas ações. Eu visitei...

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso significa **buscar emendas para empresa**. É isso?



O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Também, Também...

(...)

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor já **discutiu com o Senador Renan emendas** para as empreiteiras em que V. S^a. Trabalhou?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Olha, a única... o único projeto que a nossa empresa desenvolve no Estado de Alagoas é o projeto no porto de Maceió. Essa obra foi licitada em 2000, contratada em 2001, e, felizmente, nunca tivemos uma emenda de bancada para essa obra...

O SR.. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –E individual?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Individual talvez, sim. Individual talvez, **sim por vários parlamentares da bancada** de Alagoas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tem relação conhecida com outros Senadores?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Acho que não com tanta intensidade. Conheço muitos Senadores e era hábito, em função minha, quando tinha uma nova legislatura, eu me apresentar e falar... apresentar a minha empresa e falar que eu estava representando a minha empresa aqui.

Sobre a definição de sua função, ele próprio se autodenomina como um lobista:



O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – O senhor sabe que há no Congresso Nacional, em tramitação, inclusive aqui no Senado, por iniciativa do Senador Marco Maciel, um projeto de lei que define o que é o trabalho do assim **chamado lobby, do lobista**. E para que isso seja bem regulamentado, seja feito às claras. O senhor conhece esse projeto?

O SR. CLÁUDIO TEIXEIRA GONTIJO – Eu não conheço. Eu sei que ele existe e está em tramitação. **Tenho alguns amigos que lutam pela continuidade desse projeto. Eu acho que seria muito bom se isso fosse levado a cabo.** Se cada representante tivesse seu crachá, ostentando-o no peito e entrasse na sala de cada Senador, de cada Deputado, de cada Ministro, fosse no Executivo, no Legislativo, onde for, se apresentando, reivindicando seus trabalhos, apresentando por escrito suas reivindicações. **É a coisa que eu faço. Costumo fazer isso.** Eu gosto de levar essas reivindicações por escrito, entregar a um dirigente de empresa ou no Executivo.

Observa-se, pois, que a Construtora Mendes Júnior, é a responsável pela construção de uma obra referente ao cais de contêineres no porto de Maceió, em Alagoas.

Tal obra foi orçada em R\$ 46,5 milhões. A obra vinha sendo executada desde 2001, tendo sido paralisada em 2004 conforme a CODERN




(Companhia de Docas do Rio Grande do Norte) que administra o porto, e retomada a partir de novas destinações orçamentárias.

Informações colhidas do orçamento da União indicam que o Senador Renan Calheiros apresentou, na tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2005, emenda ao Anexo de Metas e Prioridades relativa a programação referente à construção de cais para contêineres no Porto de Maceió, com meta de execução de 1% da obra, emenda esta que foi aprovada.

Há, aí, uma relação conflituosa. Por um lado o interesse da sociedade em que seja preservada a honra da Instituição Senado Federal e por outro o interesse pessoal do Representado na solução de seu problema particular. Deveria ter procurado outro meio que não ensejasse dúvidas sobre conflitos de interesses. Haveria, se fosse o caso, de procurar outro amigo que não tivesse a ocupação profissional de defender interesse de empresa com significativos pagamentos feitos por meio do Orçamento da União, na medida em que assim evitar-se-ia qualquer suspeita sobre a lisura do relacionamento. **Houve quebra de decoro.**

2.6.2. PAGAMENTOS A MÔNICA E PATRIMÔNIO DO REPRESENTADO.

Conforme ampla análise da origem e evolução patrimonial feita pelos peritos da Polícia Federal, descrita no item 2.1, restou comprovado que o Representado não comprovou a existência de renda para arcar com seu patrimônio, com suas despesas regulares e os pagamentos que foram efetuados a Sra. Mônica Veloso. Muito pelo contrário, o Representado foi enfático ao dizer, da cadeira da Presidência do Senado, que tinha renda para suprir suas despesas pessoais. Provou-se, entretanto, exatamente o contrário.



A mais emblemática situação de insuficiência de recursos, segundo comprovado nos autos, foi aquela durante o ano de 2005. Aspecto significativo do resultado apresentado pelos Peritos quanto à evolução patrimonial do Representado é o fato de que **no ano de 2005 houve falta de recursos para fazer frente às despesas do Representado em mais de R\$ 24.500,00!** (item 129 do Laudo) Ou seja, a perícia demonstrou que o Representado não poderia ter pago os valores relativos às despesas privadas e mais os valores que foram pagos a Sra. Mônica Veloso, com os recursos que disse ao Conselho de Ética que possuía. Não disse somente ao CEDP e também ao Senado do alto da tribuna, mas disse à Nação e aos brasileiros.

Houve quebra de decoro.

2.6.3. IRREGULARIDADES FISCAIS

Conforme comprovado no item 2.1, a Perícia da Polícia Federal apontou a existência de uma série de irregularidades fiscais que resultaram na impossibilidade de verificação adequada das alegações do Representado quanto ao seu patrimônio e recolhimentos tributários.

O Representado omite dados em suas Declarações de Imposto de Renda que lá deveriam constar. O exemplo emblemático desta forma de proceder é a omissão dos valores recebidos da empresa Costa Dourada Veículos Ltda, amplamente analisado no item 2.1.8 supra.

Não se pode admitir que um Senador da República tenha esse tipo de procedimento. Conforme exposto no item 2.2, o conceito de decoro tem direta relação com a idéia de respeitabilidade e de imagem pública do mandatário.



As irregularidades de declaração de sua renda, a escrituração inadequada de seus negócios agropecuários, a forma como desconsidera a aplicação da legislação fiscal são evidentes no presente processo. Restou provado que esta é uma prática longeva e reiterada do Representado, não um mero erro episódico.

Não é admissível que um Senador da República assim se comporte.

Houve quebra de decoro e prática reiterada de irregularidades fiscais.

2.6.4. O DOC “D”

O Senador representado, em discurso no Plenário, em 07/08/2007, com azo na defesa das acusações que pairavam sobre si, afirmou a esta Casa e à Nação que havia quebrado o seu sigilo fiscal e bancário, quando literalmente propalou:

“Meus sigilos já estão todos abertos. Agora, é a hora de abriremos o sigilo dos nomes citados nessas denúncias mentirosas da revista Veja. Depois disso, veremos quem são os donos das empresas”.

Entrementes, compulsando os autos, extrai-se do laudo de exame contábil produzido pelo Sistema Nacional de Criminalística da Polícia Federal de nº 2342/2007-INC, à fl. 32, a informação que comprovam a que a afirmação do Senador Renan Calheiros é falsa, visto que os peritos detectaram nos extratos ofertados pelo representado a emissões de Doc “D”.

O Documento de Crédito – DOC é uma ordem de transferência de fundos interbancária (uma forma de transferência de recursos entre contas de bancos diferentes), constituindo-se como instrumento alternativo ao uso do cheque.



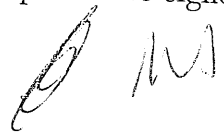
Dentre as modalidades de transferências, por razões próprias de controle, o Banco Central instituiu a espécie denominada de DOC “D”, como forma de diferenciar as transferências interbancárias entre contas da mesma titularidade, inclusive para efeitos de aplicação da legislação tributária, especificamente no que se refere à incidência de CPMF.

A Circular Bacen nº 3.248, de 30 de julho de 2004, esclarece:

“Art. 2º Para os fins do art. 8º, inciso II, da Lei 9.311, de 1996, e observadas as normas do Ministério da Fazenda a que se refere o § 2º do mencionado artigo, no caso de transferência de recursos entre contas de depósitos à vista dos mesmos titulares, envolvendo instituições financeiras distintas, participantes ou não da Compe, deve ser utilizado, à opção do titular da conta, DOC D, Cheque para Transferência Bancária - Cheque TB ou TED.” (grifos)

Nestes termos, concluem os peritos da Polícia Federal, com base nos atos normativos do BACEN que o DOC “D”, sigla utilizada pelos bancos para as transferências interbancárias entre contas de mesma titularidade, evidencia haver outras contas correntes ou movimentações bancárias que não foram apresentadas pelo Senador Renan Calheiros.

Este fato, de *per se*, revela, de forma inequívoca, o cometimento de **quebra de decoro parlamentar**, pela prestação de informação inverídica ao Senado e à Nação, já que a existência de outras contas-correntes atesta que o Senador não patrocinou a quebra total de seu sigilo bancário que propalou em seu discurso, ao reverso, o fato apurado pelos Peritos da Polícia Federal faz ressaltar o ardil do Representado, já que houve prestação incompleta das informações, uma vez que disponibilizou, tão-somente, os dados que lhe foram convenientes, patrocinando, nestes termos, a quebra parcial do sigilo bancário.



A falsa informação em plenário constitui-se em um dos mais graves atentados ao decoro parlamentar, especialmente quando tais informações poderiam induzir em erro o resultado dos trabalhos deste CEDP, motivo pelo qual somente ela é suficiente para imputar ao Representando o delito administrativo de **quebra do decoro parlamentar**.

2.6.5. VERBA INDENIZATÓRIA

Em pronunciamento feito pelo Senador Renan Calheiros na sessão de 28 de maio de 2007, quando fez discurso de defesa para justificar os fatos noticiados pela imprensa referentes à pensão paga em benefício de uma filha com a jornalista Mônica Veloso, o Representado pormenorizou todos os pagamentos referentes à assistência, no período de gravidez, e à pensão alimentícia, após o nascimento de sua filha, efetuados por Cláudio Gontijo, funcionário da empresa Mendes Júnior, em seu nome.

Na Tribuna, o Senador Renan Calheiros afirmou que, voluntariamente, reconheceu a paternidade e, desde então, passou a pagar a pensão de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Informou, ainda, que, anteriormente a esta data, havia prestado assistência à futura mãe de sua filha o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mensais, e que, neste interregno, havia honrado, com os seus próprios recursos, o aluguel de uma casa, entre 15 de março de 2004 e 14 de março de 2005, e, posteriormente, o aluguel de um apartamento, entre março e novembro de 2005 para a então gestante.

Naquela ocasião, o Senador representado informou:

“Os recursos estão todos – todos! – devidamente declarados no meu imposto de renda, bem como a própria pensão alimentícia. Minhas declarações de renda



comprovam as minhas afirmações, já que são entregues, anualmente, ao Senado Federal. Todas as despesas são absolutamente compatíveis com minha renda declarada”.

Noutro ponto, afirma o Senador que:

“Todos os recursos foram pagos por mim, foram meus, são recursos meus, são recursos próprios, para os quais tenho condições, de acordo, repito, com minhas declarações de imposto de renda, que, mais uma vez reitero, estão à disposição de V.Ex^{as}.”.

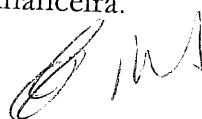
Para contrapor o fato de que os pagamentos feitos pelo Senhor Cláudio Gontijo não provinham de qualquer ligação com a construtora Mendes Júnior afirmou o Senador:

“Não tenho, Sr^{as} e Srs Senadores, repito, nenhuma relação com a construtora Mendes Júnior. E essa ilação que foi feita, não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio, ou qualquer outra forma de favorecimento. Não tenho relação também com os administradores dessa Empresa”.

Para subsidiar as informações prestadas, o Senador Renan Calheiros juntou ao seu pronunciamento documentos pessoais, dentre eles um quadro que discrimina a origem dos recursos.

Neste quadro o Senador relaciona, nos exercícios 2003, 2004 e 2005 o lastro financeiro que auferiu e que são suficientes para possibilitarem as suas despesas pessoais e os pagamentos dos recursos a Mônica Veloso.

Na planilha (Origem de Recursos), o Senador Renan Calheiros declarou que a verba indenizatória percebida do Senado Federal configurava recurso auferido capaz de incrementar a sua capacidade financeira.



Esta declaração constitui-se em gravíssima assertiva, uma vez que, em sendo verdadeira, constitui-se na confissão de cometimento de crime de perjúrio pela apresentação de despesas fictícias nas prestações de contas mensais para justificar o saque dos valores que lhe foram pagos e que, segundo a sua informação, tem como destino o incremento de seu patrimônio próprio ou o pagamento das despesas pessoais, incluindo-se nestas, os pagamentos feitos à Jornalista Mônica Veloso.

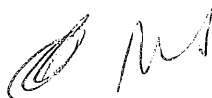
Noutro sentido, sendo verdadeiras as prestações de contas mensais apresentadas pelo Senador Renan Calheiros, ficou clara a prática do ato de prestação de informações falsas para o Senado, com o objetivo de afastar as acusações que lhe eram imputadas.

Destaca-se, ainda, que não restou demonstrado, quer seja pelos documentos acostados, quer seja pelo laudo de exame contábil feito pela Polícia Federal, que o Senador tenha suportado o ônus do pagamento da pensão realizada pelo funcionário da Mendes Júnior, o Sr. Cláudio Gontijo.

Destarte, neste tópico, em qualquer uma das alternativas possíveis para a explicação da declaração feita pelo Senador Renan Calheiros, **resta configurada a prática de quebra de decoro parlamentar**, pela utilização dos valores recebidos sob a rubrica de verba indenizatória ou como fonte de recurso para pagamento de despesas alheias à sua atividade de Senador ou para o incremento de seu patrimônio ou, ainda, pela prestação de informação falsa em Plenário.

2.6.6. DOS SUPOSTOS SAQUES EM DINHEIRO

Na mesma linha, o Representado apresentou, em defesa, planilhas intituladas "SAQUES EM DINHEIRO", das quais constam vários números de



cheques, que, segundo ele, serviriam para fins de comprovação de que os pagamentos em espécie efetuados a Sra. Mônica Veloso com origem em sua conta-corrente.

Apenas a título exemplificativo, apresentamos a seguir aquela referente ao ano de 2004:

SAQUES EM DINHEIRO

2004

data	cheque nº	valor
Janeiro	850.421	4.200,00
Janeiro	850.427	1.605,00
Janeiro	850.441	500,00
Janeiro	850.443	12.000,00
Fevereiro	850.446	5.200,00
Fevereiro	850.450	1.250,00
Fevereiro	850.451	5.000,00
Março	850.455	2.000,00
Março	850.459	1.750,00
Março	850.461	1.500,00
Março	850.458	1.300,00
Março	850.463	12.000,00
Março	850.472	2.000,00
Abril	850.492	12.000,00
Abril	850.494	100.000,00
Abril	850.497	1.260,00
Abril	850.501	20.000,00
Maio	850.509	4.000,00
Maio	850.511	1.600,00
Maio	850.513	12.000,00
Maio	850.508	80.631,64
Maio	850.520	100.000,00
Maio	850.521	1.500,00
Maio	850.518	1.000,00
Junho	850.525	12.000,00
Junho	850.535	1.910,00
Junho	850.537	100.000,00
Julho	850.543	100.000,00
Agosto	850.551	20.000,00
Agosto	850.553	12.000,00
Outubro	CEF 900005	42.000,00
Outubro	850.578	4.120,00



	total	670.021,64
--	-------	------------

A perícia apresentada pela Polícia Federal, neste ponto, ressalta:

“145. Ocorre que, pelas características do instrumento financeiro cheque, somente se pode afirmar que naquelas datas houve um débito na conta corrente do Banco do Brasil, sem garantias sobre a destinação dos recursos. Dessa forma, verificam-se possibilidades diversas de contrapartida dos débitos, como pagamentos de contas, depósitos em dinheiro na conta de terceiros, DOCs, ordens de pagamentos e, inclusive, retiradas em espécie.”

De fato, a verificação comparativa entre a Declaração de IR e a documentação de suporte apresentada pelo Representado juntamente com sua defesa, demonstra que diversos cheques listados na planilha encaminhada a este Conselho como “saques em dinheiro” informando que eram retirados para pagamento à sra. Mônica, na verdade se prestaram a pagamentos de imobilizações ou despesas com suas fazendas, representando, em 2004, valores superiores a R\$ 550.000,00.

É o que se verifica do quadro a seguir:



Discriminação (resumida)	Documento	Data	Valor (R\$)
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa	Cheque 850501	26/04/2004	20.000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa	Cheque 850551	16/08/2004	20.000,00
Fazenda Furquinha	Cheque 850508	13/05/2004	80.631,64
Fazenda Alagoas	Cheque 850494	13/04/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850520	25/05/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850537	29/06/2004	100.000,00
Fazenda Alagoas	Cheque 850543	14/07/2004	100.000,00
			520.631,64
Pagamento de uso pasto Bananeira	Cheque 850668	14/07/2005	15.000,00
Compra de 102 animais	Cheque 850721	29/12/2005	45.000,00
			60.000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa		30/01/2006	29000,00
Pagamento de uso pasto Fzda Sta Rosa		03/05/2006	31000,00
			60.000,00

Vê-se, pois, que aquelas planilhas contendo listagem dos “SAQUES EM DINHEIRO” produzida pelo Representado, a partir dos extratos bancários, utilizando-se dos registros neles identificados como “cheque” e “cheque pago em outra agência”, não se prestam a atestar que os valores neles contidos foram retirados em espécie daquela conta-corrente, o que nos leva a afirmar que **houve tentativa de induzir o julgador a erro.**

2.6.7. O MÚTUO “COSTA DOURADA”

Conforme já foi amplamente demonstrado, os noticiados empréstimos feitos pelo Representado junto à empresa Costa Dourada Ltda. são, de qualquer ângulo de análise, elementos complicadores de sua situação. De um lado, a falta de prestação de informação ao Conselho é absolutamente inadmissível. Não



haveria razão que justificasse a entrega da documentação em momento final da instrução processual. A aparência crível é de que o Representado foi, ao longo da instrução processual e conseqüente elucidação dos fatos, percebendo que sua situação financeira até então apresentada não lhe permitiria comprovar os pagamentos feitos a Sra. Mônica Veloso. Assim, apresentou, por um critério de sua conveniência, a informação sobre os tais empréstimos em momento bem posterior aos demais documentos.

Outra irregularidade gravíssima é a ausência de informação ao fisco, a não informação nas Declarações de Imposto de Renda sobre os contratos.

Mais um problema gravíssimo é a falta de credibilidade da própria existência dos empréstimos, na medida em que a contabilidade da empresa não mostrava saúde financeira suficiente para a realização de empréstimo.

Os contratos não têm nenhuma formalidade que pudesse conferir fé e autenticidade documentais públicos, como reconhecimento de firma ou autenticação de qualquer natureza.

Há quebra de decoro pela omissão do contrato, bem como pelas conseqüências de sua apresentação dos pontos de vista da inapetência para produzir veracidade das alegações que ele procura comprovar.

Terminada a demonstração da efetiva quebra de decoro parlamentar praticada pelo Representado, enumeradas nos sete subitens acima, compete proceder a uma rápida digressão no sentido de que cada uma dessas faltas cometidas, que são interdependentes entre si, claramente demonstram uma outra quebra de decoro, a saber: que o senador Renan Calheiros faltou com a verdade.

É certo que no conjunto desta peça, inúmeras vezes demonstrou-se o nexos causal entre a quebra de decoro parlamentar frente o falseamento da verdade cometido pelo senador Renan Calheiros. A digressão abaixo apenas consolida esse nexos causal.



2.7. O REPRESENTADO FALTOU COM A VERDADE

Em um primeiro momento, na peça inicial, o que se alegou foi que os pagamentos feitos pelo Senador Renan Calheiros à mãe de sua filha eram de fonte privada, oriundas da empresa para a qual o Sr. Cláudio Gontijo trabalha.

Para defender-se de tais afirmações o Representado alegou que suas despesas eram custeadas por seus recursos oriundos do Senado Federal e de atividade agropecuária exercida em Alagoas. Com esta resposta, o escopo de análise foi aprofundado, agora com a análise de fato correlato à denúncia inicialmente promovida e a investigação foi direcionada para a análise da capacidade financeira do Representado de arcar com suas despesas pessoais e ainda com o pagamento da pensão a Mônica Veloso. Afinal, o próprio Representado, da tribuna do Senado Federal, foi imperativo ao dizer que tinha recursos para pagar suas despesas pessoais.

Diante de notícias publicadas e veiculadas na imprensa sobre imprecisão e falsidade documental, houve por bem o próprio Representado colocar todos os documentos à disposição para realização de perícia técnica, como: GTA – Guias de Transporte Animal, extratos bancários, recibos de compra e venda de animais e comprovantes de entrega de imposto de renda.

Já no fim dos trabalhos de realização da perícia, com conhecimento por parte do Assistente Técnico sobre os encaminhamentos dos trabalhos, o Representado vem apresentar um contrato de mútuo que teria como objetivo comprovar a capacidade financeira do mesmo para arcar com todas as suas despesas e mais a despesa com a pensão alimentícia paga a sua filha por meio de Mônica Veloso.



Há quebra de decoro quando o Representado omite deliberadamente qualquer informação que poderia ter relevância para as investigações. É verdade que a ninguém, em processo judicial, é imputado dever de produzir prova contra si próprio, mas aqui não é este o caso. O que fez o Representado foi omitir a entrega voluntária de um documento (diga-se, sem entrar aqui definitivamente no mérito, de duvidosa correção) e a posterior apresentação oportunista do mesmo.

Por outro lado, compete frisar que tal se deu porque o Representado não conseguiu fazer o esclarecimento pleno da existência e do caminho percorrido pelo dinheiro que alegou possuir para pagar suas despesas.

O resultado da avaliação do processo revelou que o senador Renan Calheiros não obedeceu aos ditames ético-políticos do *princípio da veracidade*, tentando induzir a erro os senadores da República, desonrando o Senado Federal através de informações sabidamente inverídicas, com “meias verdades” (sic) de documentos que não comprovam a realidade que o senador Representado buscou montar.

A verdade na vida pública, sem concessões a qualquer espécie de conveniência, é um dos mandamentos que sustentam as relações de convivência entre as pessoas, entre os agentes públicos e entre as instituições. Sem veracidade, não há boa-fé nem confiança recíproca. Uma autoridade pública jamais pode agir sem o compromisso de dar aos cidadãos e aos demais agentes públicos a informação exata e honesta sobre fatos sobre os quais deva explicações. Isto é privar os outros, inclusive seus pares, de formular um juízo racional e correto sobre as questões de interesse comum.

No caso sob exame, o que se extrai dos autos é a dissimulação, a negação da verdade. À medida que as investigações avançavam e novos fatos surgiam, diferentes versões eram apresentadas, por meio de documentos que **não**



comprovam a versão apresentada pelo Representado. O exemplo do empréstimo é bastante elucidativo.

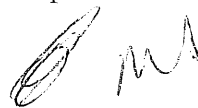
Com efeito, diante das análises das condutas do Representado, o comportamento do senador Renan Calheiros configura violação aos princípios da Administração Pública, notadamente dos deveres de *honestidade, legalidade e lealdade às instituições*, tal como indica a doutrina de Ives Granda Martins, subsumida nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência;

E no caso específico da Res. 20/93, cabalmente configurou-se violação ao art. 2º inciso III e extensão finalística do art. 5º, inciso III, Par. Único enquanto exercício do mandato sem observância à dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, efetivadas por práticas de irregularidades graves refletidas naqueles mencionados subitens, quais sejam: a) a relação com Cláudio Gontijo, b) pagamentos a Mônica e patrimônio do Representado, c) irregularidades fiscais, d) o doc “D”, com omissão de outras contas bancárias, e) desvio da verba indenizatória e f) suposto contrato de mútuo.

Assim, a falta com a verdade em que incorreu o senador Renan Calheiros, sentado na cadeira da Presidência do Senado da República ficará, indelevelmente, registrada nos anais desta Casa. Tal questão é submetida ao juízo político de cada um dos parlamentares que a compõem.



Passa-se, adiante, às conclusões.

2.8 CONCLUSÕES

O conjunto das irregularidades encontradas na conduta do Representado Senador Renan Calheiros aponta cabalmente no sentido da quebra de decoro. Como se comprovou, a partir do resultado da instrução processual, o Representado incorreu em quebra de decoro, não somente por cometimento de atos que, isoladamente já caracterizam o indecoro, mas também pela consideração conjunta de todo seu comportamento.

Do ponto de vista processual, o Representado faltou com o dever de verdade ao Conselho de Ética e, conseqüentemente, ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, do qual é Presidente.

Do ponto de vista das denúncias inicialmente feitas, a análise da questão relativa aos pagamentos a sra Mônica Veloso e a relação com o Sr. Cláudio Gontijo permitiu a conclusão inequívoca de que o Representado mentiu sobre sua capacidade de ter pago, com os recursos que dizia possuir, suas obrigações pessoais, incluída aí a pensão alimentícias e outros valores.

Além disso, a relação com o Sr. Cláudio Gontijo, sendo ele um profissional que tem como função a defesa de interesses de empresa destinatária de recursos orçamentários, implicou no não esclarecimento pleno da lisura da relação e das origens dos recursos que permitiram a realização dos pagamentos. O Senador Renan Calheiros jamais poderia ter colocado o Senado Federal e Congresso Nacional na situação em que hoje se encontra, vexado perante a opinião pública e desacreditado pela população.

A permanência do senador Renan Calheiros na Presidência do Senado, como responsável pelo funcionamento da Instituição, pelo seu corpo funcional,



pelas ações que são executadas pela agenda política desenvolvida, é em última instância fator de inibição, de constrangimento e do uso do cargo de forma a configurar abuso de prerrogativa. O exemplo mais recente é o caso do servidor Marcos Santi que entregou o cargo que exercia na Secretaria Geral da Mesa, porque se sentiu presionado psicologicamente pelos atos praticados a favor do senador Renan Calheiros e que ele não concordava.


Resgatar a credibilidade do Senado será tarefa difícil, mas a medida que ora se impõe é o corte na própria carne, a punição de seu mais alto representante, que **incorreu em quebra de decoro parlamentar**.

3. VOTO

Por todas as razões expostas e pela exposição dos fatos e fundamentos jurídicos e políticos contidos no presente Relatório, a Comissão de Inquérito, pelos Relatores que ora subscrevem a presente, **vota, consoante o art. 15, IV da Resolução nº. 20, de 1993, pela procedência da Representação, com a conseqüente perda de mandato do Senador Renan Calheiros**, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões,

Senador LEOMAR QUINTANILHA, Presidente



Senadora MARISA SERRANO, Relatora



Senador RENATO CASAGRANDE, Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º , de 2007.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º - É decretada a perda do mandato do Senador Renan Calheiros, nos termos do Art. 55, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o Art. 5º, inciso III, da Resolução n.º 20, de 1993, do Senado Federal.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


Senadora Marisa Serrano


Senador Renato Casagrande



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

de Nº REP 1 / 2007 Fls. 52/2

PARECER /2007

*Trmite no ao processo
de nº 61/2007.
F. Quintela*

Representação n. 1/2007

Representante: **Partido Socialismo e Liberdade – PSOL**

Representado: Senador **Renan Calheiros**

Relator: Senador **Almeida Lima**

Relatório

Trata-se de representação protocolizada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL em desfavor do Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, do PMDB/AL.

A Representação se reporta integralmente aos fatos descritos nas matérias veiculadas pela revista *Veja*, pelo jornal *Folha de São Paulo* e pelo jornal *O Globo*, aduzindo que os atos do Representado podem vir a se traduzir em abuso às regras de moralidade, probidade, boa conduta e respeitabilidade e, ainda, ferir a imagem e o prestígio do Senado Federal.

*Recbi. 30.08.2007
Em 18h 08 min.
R. C. G. B. B.*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Em conclusão, requer o PSOL o recebimento da representação e a instauração do processo disciplinar,

- "ante a suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros, com designação de relator";
- a sua notificação;
- a solicitação de cópia dos relatórios das Operações "Navalha" e "Octopus", da Polícia Federal, bem como dos documentos que os integram;
- "a procedência da presente representação, com a recomendação ao Plenário do Senado das sanções cabíveis".

O Senador RENAN CALHEIROS apresentou defesa asseverando que sua vida privada foi violada, ferindo a dignidade de um Senador da República e forneceu detalhes sobre o pagamento da pensão alimentícia destinada à sua filha, no valor de R\$12.000,00 mensais, sendo R\$8.000,00 a título de manutenção e R\$4.000,00 para pagamento de aluguel de um apartamento. Essas informações vieram acompanhadas de farta documentação que demonstram as despesas efetuadas.

Sobre o fato de o Sr. CLÁUDIO GONTIJO ter servido de emissário dos pagamentos, o Senador RENAN CALHEIROS



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 524

informou tratar-se de amigo de longa data, que poderia manter o assunto da pensão alimentícia sob absoluta discrição, o que explica também que ele conste como fiador nos contratos de locação firmados pela beneficiária da pensão e como comprador de um flat do Senador, em operação perfeitamente legal.

De forma minuciosa, a defesa do Senador refuta todas as acusações formuladas na Representação, explicitando que os recursos saíram de sua conta bancária e que todos tinham origem lícita.

Requer, ao final, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar delibere pelo arquivamento da Representação, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Resolução nº. 20 de 1993.

Com a defesa foram apresentados documentos acerca da capacidade econômica do Representado para o pagamento da pensão à sua filha, os quais foram posteriormente submetidos à perícia no Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal.

Em síntese, este é o relatório.



Análise

A petição apresentada pelo PSOL não vem acompanhada de qualquer tipo de prova. As graves acusações formuladas contra o Senador se baseiam unicamente naquilo que foi publicado pela imprensa, com o que pretende o Partido se desonerar da obrigação de fazer a prova do alegado.

Quer, assim, o Partido autor da Representação transferir para o Conselho de Ética o ônus de produzir toda a prova da culpabilidade do Senador RENAN CALHEIROS, especialmente quando afirma que devem ser realizadas diligências, tomados os depoimentos dos envolvidos e requisitados relatórios de operações da Polícia Federal visando à instrução probatória do processo disciplinar.

Importa esclarecer, a título de preliminar, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não detém mais poderes do que os atribuídos pela Constituição Federal às **comissões permanentes**, que são essencialmente diversos e muito mais restritos do que os conferidos às **comissões parlamentares de inquérito**.

Por essa razão é que o art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, quando se refere à competência do Conselho de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Ética para apurar fatos e responsabilidades e, ainda, à possibilidade de proceder a diligências e à instrução probatória que entender necessárias, deve ser lido com a devida cautela.

Essa atribuição conferida ao Conselho de Ética deve guardar consonância com o art. 58 da Constituição, que estabelece, *numerus clausus*, os poderes das comissões permanentes, entre os quais **não se vê o poder de investigação**, reservado exclusivamente às comissões parlamentares de inquérito.

Necessário, portanto, que seja feita uma interpretação conforme a Constituição, no sentido de restringir o alcance das prerrogativas previstas nos incisos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, para que eventuais atos praticados pelo Conselho não venham a incorrer em vício de inconstitucionalidade.

O art. 55 da Constituição Federal, preceitua, *in verbis*:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;



§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa." [Grifo nosso.]

Como se vê, **a Constituição não autoriza que se instaure um inquérito ou uma investigação contra um Parlamentar**, tendo exigido apenas que seja assegurada a ampla defesa, o que pode ocorrer diretamente perante o Plenário da respectiva Casa, dispensando-se a própria existência do Conselho de Ética.

A prerrogativa para investigar membros do Congresso Nacional é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 102, inciso I, alínea *b*, da Constituição Federal, que não prevê hipótese de delegação de poderes.

Se as comissões permanentes não detêm poderes de investigação, não podem as resoluções do Senado dispor de forma contrária e conferir ao Conselho de Ética qualquer atribuição dessa natureza.

Ressalte-se que, quando a Constituição quis atribuir poderes de investigação a um órgão do Poder Legislativo, o fez de forma expressa, não deixando dúvida de que **somente**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº DEP 31/2007 Fls. 52/8

as comissões parlamentares de inquérito podem proceder à investigação de fato determinado.

Assim, por absoluta ausência de previsão constitucional, não dispõe o Conselho de Ética do poder de requisitar documentos, determinar o depoimento pessoal de Senador, que detém foro especial por prerrogativa de função, proceder à oitiva de testemunhas, realizar perícias diretamente e muito menos requisitar a transferência de informações bancárias. Enfim, nenhum poder que signifique a investigação de um parlamentar. Qualquer ato nesse sentido é inconstitucional e nulo de pleno direito.

A conclusão a que se chega, portanto, é a da inconstitucionalidade da Resolução nº 20, de 1993, na parte que estabelece uma verdadeira investigação contra o Senador.

Caso ainda assim se pretenda prosseguir com processos perante o Conselho de Ética, registre-se que os primados do estado de direito e democrático exigem regras precisas e claras de procedimento.

Dessa forma, tenha-se presente que os dispositivos constitucionais citados impõem um rito necessariamente sumário perante o Conselho de Ética, instaurado para



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 52/9

assegurar a ampla defesa do representado, que lhe permita formular suas razões e juntar as provas que entender pertinentes.

Disso decorre que a instrução probatória, prevista na Resolução nº 20, de 1993, jamais poderá estar dirigida para a comprovação dos fatos alegados na representação e que em tese caracterizariam a quebra do decoro, sob pena de se configurar o abuso de poder por parte do Conselho de Ética.

A demonstração da autoria e de indícios ao menos consistentes da materialidade de tudo quanto alegado deverá estar alicerçada em documentos pré-constituídos, acostados à petição inicial no momento de sua protocolização.

Por tal motivo é que, para que seja admitida representação por quebra de decoro, o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, exige que tenha sido praticado **fato sujeito à pena de perda do mandato**. Vale dizer, fato certo e determinado e não suposições ou conjecturas.

Não há dúvida, portanto, que para a instauração de processo por quebra de decoro é imprescindível que existam fatos totalmente consumados e comprovados e não meras ilações baseadas simplesmente no "ouvi dizer...", "foi publicado que..." ou "consta que..." e, o mais importante, tal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº REP 1/2007 Fls. 5220

processo não pode ser utilizado como instrumento de ação política, como meio de perseguição de adversários ou como artifício para se conseguir espaço na mídia.

O devido processo legal não se coaduna com acusações de conteúdo aberto ou vago, que se altera a todo o momento e que exige do representado a produção de uma nova defesa a cada passo. Os fatos permanentemente trazidos aos autos foram mutantes.

O processo não pode se tornar infundável e o eventual representado não pode responder por fato diferente do que consta da Representação.

Por isso mesmo é que os termos da Representação é que delimitam os pontos controvertidos, a serem submetidos à apreciação do Conselho de Ética. A realização da perícia somente foi possível por ter como objeto documentos juntados pela defesa do Representado, voltados a demonstrar sua capacidade econômica para suportar o pagamento da pensão alimentícia.

Quaisquer fatos que extrapolem o conteúdo da Representação não podem ser conhecidos pelo Conselho de Ética, não importando de onde provenham, ainda que do



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5221

próprio laudo pericial. O Conselho de Ética não pode deixar de ser o juiz da causa para se tornar o algoz do Representado, permitindo, ainda que por omissão ou em nome de uma suposta transparência para a sociedade, que o teor da acusação se modifique constantemente, agravando a sua situação.

Daí por que, tomando-se a Representação como termo da acusação e cotejando-a com as respostas oferecidas pelos peritos aos quesitos formulados pelo Conselho de Ética, e, ainda, com as explicações prestadas pelo Representado e por seu assistente técnico, o que sobressai é **a absoluta ausência de provas** que possam indicar que ele não tivesse condições financeiras de arcar com a pensão alimentícia de sua filha, o que, em tese, daria suporte à denúncia de que a Empresa MENDES JÚNIOR, por intermédio de seu empregado CLÁUDIO GONTIJO, efetuava esse pagamento.

Essa hipótese não restou comprovada nos autos. Aliás, caso houvesse indícios mínimos da procedência da acusação, seria de se surpreender que, passados três meses de bombardeio constante na mídia e de inúmeros jornalistas investigativos em ação, já não houvessem surgido outros casos de pagamento em favor do Representado, além da pensão de sua filha.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 5221-1

A perícia realizada sobre os documentos apresentados pelo próprio Senador RENAN CALHEIROS é categórica em reconhecer a sua capacidade econômica para pagar a pensão alimentícia de sua filha, capacidade essa proveniente da comercialização de gado e de seus rendimentos como parlamentar.

Questionamentos outros que não constem da Representação não podem ser conhecidos, nem teria o Conselho de Ética competência para ir além e passar a promover investigações de ordem fiscal e a exigir a prestação de contas de todas as atividades não só do Representado, mas de todos os Senadores.

Logo, passados três meses desde que se protocolizou a Representação, nada se provou quanto às conjecturas lançadas de que o dinheiro da pensão seria da Empresa MENDES JÚNIOR e, demonstrado que o Representado tinha essa capacidade econômica, tudo o mais que possa subsistir se restringe a uma questão fiscal que refoge à competência do Conselho de Ética.

Ainda assim, procedendo-se a uma análise aprofundada, item por item, de tudo quanto o Representado



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5222

foi acusado ao longo desse processo, percebe-se que se trata, apenas e tão somente, de um conjunto de ilações despropositadas que, embora visassem destruir a imagem do Senador Renan Calheiros, tem servido mesmo é para destruir a já tão desgastada imagem da classe política e, sobretudo, a imagem do parlamento brasileiro, um dos pilares de nossa democracia.

O Representante laborou a inicial em onze folhas datilografadas e apresentou treze fotocópias das matérias jornalísticas a que se referiu e transcreveu.

Das matérias jornalísticas referidas e juntadas pelo Representante, única base factual usada pela Representação para embasar o pedido de abertura de Processo Disciplinar e Declaração de Quebra do Decoro Parlamentar, somadas às que foram juntadas, posteriormente, pelo Representado, pode-se extrair as seguintes afirmativas:

Da revista Veja

I - Que Cláudio Gontijo é **lobista** da Construtora Mendes Junior;

II - Que o lobista Cláudio Gontijo era o **mantenedor** do Senador Renan Calheiros;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 523

- III - Que o lobista Cláudio Gontijo colocava **um flat** de sua propriedade no Hotel Blue Tree à disposição do Senador Renan Calheiros para compromissos que exigissem discrição;
- IV - Que o lobista Cláudio Gontijo **pagou** até março de 2007, e pelos últimos três anos, **aluguel** de 4.500,00 reais de um apartamento para o Senador Renan Calheiros no qual morava a jornalista Mônica Veloso;
- V - Que o lobista Cláudio Gontijo **pagou uma pensão** de 12.000,00 reais para a filha do Senador Renan Calheiros de janeiro de 2004 a dezembro de 2006;
- VI - Que o lobista Cláudio Gontijo foi quem **bancou** a referida pensão;
- VII - Que o lobista Cláudio Gontijo **financia** as campanhas do Senador Renan Calheiros, de seus familiares e de um afilhado político, sempre por traz da contabilidade oficial;
- VIII - Que o lobista Cláudio Gontijo, segundo revelação de uma fonte para a revista Veja, chegou a reclamar do Senador Renan Calheiros alegando que os seus **pedidos** financeiros estavam **exagerados** tendo o senador insistido e pedido que ele tomasse emprestado;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

- IX - Que o lobista Cláudio Gontijo, com a ajuda do Senador Renan Calheiros, já **indicou nomes** para cargos no governo federal;
- X - Que o lobista Cláudio Gontijo **pagava todos os meses 16.500,00** reais à jornalista no escritório da Mendes Junior;
- XI - Que o lobista Cláudio Gontijo contratou uma **empresa de segurança** para proteger a jornalista e sua filha;
- XII - Que o Senador Renan Calheiros mantém uma **relação escusa** com o empreiteiro Zuleido Veras da Construtora Gautama cuja empresa é acusada de vários crimes;
- XIII - Que o Senador Renan Calheiros tem mais que uma simples relação de amizade com o empreiteiro Zuleido Veras, pois em 1990 **o empreiteiro bancou**, sorrateiramente, a campanha do senador ao governo de Alagoas e que a partir daí solidificou a amizade entre os dois e que Zuleido Veras visita o senador na sua residência oficial;

Do jornal Folha de São Paulo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

- XIV - Que o Senador Renan Calheiros admite que **trabalhou para liberar recursos** para obras da Construtora Gautama do Empreiteiro Zuleido Veras;
- XV - Que a confessada relação do Senador Renan Calheiros com o Empreiteiro Zuleido Veras pode ter se estabelecido por **razões ilícitas**;
- XVI - Que os relatórios e gravações telefônicas da Operação Navalha levantam suspeita de que o Senador Renan Calheiros intercedeu junto ao governo do estado de Alagoas **para a liberação de verbas** para a Construtora Gautama;
- XVII - Que o Senador Renan Calheiros **fez lobby** junto à Ministra Dilma Rousseff em favor da Construtora Gautama, segundo grampo telefônico que diz ter sido feito pela Polícia Federal no qual o Senador diz que, ainda, iria conversar com o Presidente Lula;

Do jornal O Globo

- XVIII - Que o Senador Renan Calheiros utiliza **"laranjas"** que assumem a titularidade de suas propriedades rurais em Alagoas;
- XIX - Que o Senador Renan Calheiros **omitiu, de suas declarações**, valiosos imóveis rurais, a exemplo da Fazenda Novo Largo;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 31/2007 Fls. 5226

Do jornal Correio Brasiliense

XX - Que o Senador Renan Calheiros, às pressas, fez retificação em sua Declaração de Imposto de Renda para ajustá-la à sua defesa e poder provar que tinha dinheiro para pagar a pensão;

XXI - Que o Senador Renan Calheiros mentiu ao afirmar que tinha constituído um fundo para custear a educação de sua filha no valor de 100.000,00 reais;

Como todos sabem, a Representação não apresentou nem fatos nem provas. O PSOL escora-se e procura se sustentar nas muletas revista Veja que assaca agressões de toda ordem sem nominar fontes, sem usar aspas para as conjecturas que produz e, de logo, estampa uma frase que sintetiza mais um título de espetáculo do que uma manchete a traduzir uma notícia, ao escrever: **O SENADOR E O LOBISTA.**

LOBISTA foi o rótulo que forjaram para alcunhar o Senhor Cláudio Gontijo, Diretor de Desenvolvimento de Mercado da Construtora Mendes Junior e tentar descaracterizar o que, verdadeiramente, representa uma **RELAÇÃO DE AMIZADE**. Este foi o instrumento usado para que fosse dado aos fatos ares de escândalo, diante do sentido



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5227

pejorativo e não vernacular em que a expressão foi usada para o contexto apresentado.

Dos autos não conta uma única prova de que este senhor seja lobista. Nem a revista, nem o PSOL, nem as testemunhas, nem os relatores produziram qualquer prova que atestasse a má conduta de Cláudio Gontijo. Não existe nos autos qualquer menção a práticas ilícitas, nenhum documento ou certidão de sua vida pregressa que ateste a sua conduta, nenhuma matéria de jornal que, sequer, tenha insinuado qualquer ato que importasse em desvios éticos. Mas o rótulo é que se trata de um lobista.

Pelo seu depoimento ficou mais do que caracterizado que a relação entre Cláudio Gontijo e o Senador Renan Calheiros e sua família é de amizade de mais de 20 anos a qual teve início bem antes dele ser empregado da Mendes Junior, senão vejamos, diz ele:

- "Eu queria me apresentar: eu trabalho na Mendes Junior Engenharia, uma empresa que eu me orgulho muito. Há 15 anos, meu cargo é Gerente de Desenvolvimento de Mercado. Esse cargo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PER 1 / 2007 Fls. 528

é um cargo ocupado, que existe nas grandes empresas brasileiras."

- "Senador, primeiro, eu gostaria de comentar esse título que colocaram de lobista, de uma forma tão pejorativa, tão depreciativa, que eu acho que vou passar muitos anos da minha vida para recuperar a minha imagem, a minha reputação que foi manchada dessa forma que eu fui colocado. Por isso mesmo que eu fiz questão de colocar aqui no início, me apresentar e falar a minha função, que é uma função honrada, que eu tenho orgulho de trabalhar na Mendes Junior, uma empresa que gera hoje 4 mil empregos. Eu sou Gerente de Desenvolvimento de Mercado. Mantenho contato com todas as instituições parlamentares, autoridades, de uma forma completamente clara, transparente, honesta, clara. E levo qualquer tipo de pleito, de reivindicação que minha empresa precisar, eu vou levar a todas as instâncias, mas de uma forma correta, não de uma forma subterfugia, na



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº DEP 11/2007 Fls. 5229

sombra, como foi dito. Então, é isso que eu tenho a dizer."

Na oportunidade do depoimento o Senador Eduardo Suplicy, assim se manifestou:

"O senhor sabe que há no Congresso Nacional, em tramitação, inclusive aqui no Senado, por iniciativa do Senador Marco Maciel, um projeto de lei que define o que é o trabalho do assim chamado *lobby*, do lobista. E para que isso seja bem regulamentado, seja feito às claras. O senhor conhece esse projeto?"

Cláudio Gontijo responde:

"Eu não conheço. Eu sei que ele existe e está em tramitação. Tenho alguns amigos que lutam pela continuidade desse projeto. Eu acho que seria muito bom se isso fosse levado a cabo. Se cada representante tivesse seu crachá,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5230

ostentando-o no peito e entrasse na sala de cada Senador, de cada Deputado, de cada Ministro, fosse no Executivo, no Legislativo, onde for, se apresentando, reivindicando seus trabalhos, apresentando por escrito suas reivindicações. É a coisa que eu faço. Costumo fazer isso. Eu gosto de levar essas reivindicações por escrito, entregar a um dirigente de empresa ou no Executivo."

"Eu nunca respondi a processo nenhum, nunca fui levado a nenhum tribunal, nem cível nem criminal. Até a minha própria separação foi amigável, porque sou muito amigo da minha ex-mulher e dos meus filhos. E me honro muito por isso.

Não tenho inimigos que eu conheça. Talvez tenha, mas não tenho nenhum que eu conheça. E digo mais, Senador. Eu costumo dizer o seguinte: se for para o bem, pode contar comigo. Se for para o mal, estou fora. Esse é um princípio de vida que eu tenho."



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 3 / 2007 Fls. 523/

O senador Eduardo Suplicy volta a perguntar:

"O senhor, quando o Senador Valter Pereira mencionou que o senhor é conhecido como lobista, o senhor procurou expressar a opinião de que essa não é uma definição correta do seu trabalho. Porque eu fiquei me perguntando se o senhor consideraria adequado que... quer dizer, em que medida a definição do seu trabalho estaria sendo qualificado como o trabalho de *lobby* definido no projeto do senador Marco Maciel, porque o projeto dele procura tornar inteiramente transparente o trabalho de representantes de empresas, que junto ao Congresso Nacional e ao Executivo realizam um trabalho de aproximação, de contatos, de trocar interesses dessas empresas junto ao Congresso, e que isso deva ser colocado de uma forma inclusive a se registrar o nome das pessoas que assim exercem esse trabalho e diversos itens, a exemplo do que existe em outros países. Ele tem se referido na sua exposição que,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PER 1 / 2007 Fls. 5232

por exemplo, nos Estados Unidos da América, isto é objeto de regulamentação legal.

Que avaliação o senhor tem com respeito a tal proposição que está tramitando aqui no Senado Federal?"

O senhor Cláudio Gontijo responde:

"Eu acho que há uma... esse nome lobista, *lobby* hoje, principalmente agora, depois de todo esse momento aí é muito pejorativo. Não sei se alguém hoje, daqui para a frente, vai querer ostentar esse título. Talvez um nome diferente ou mesmo o *lobby*. Mas eu acho que é bom a sua regulamentação. Eu acho que seria confortável para ambos os lados."

E o Senador Suplicy concluiu afirmando que:

"Senhor Presidente, tivemos agora a oportunidade de ouvir o Sr. Cláudio Gontijo se expressar com muita espontaneidade. E, normalmente, quando há uma espontaneidade natural, as coisa



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº DEP 1 / 2007 Fls. 5233

se passam com muito maior transparência para todos."

Quanto à sua relação de amizade com o Senador Renan Calheiros, o depoente Cláudio Gontijo afirmou:

"Estou em Brasília há 20 anos..."

"Eu conheci o Senador logo que eu cheguei em Brasília."

"Em 87 foi o ano que eu cheguei em Brasília. Foi quando eu o conheci."

Perguntado qual o ano em que entrou na Mendes Junior, respondeu que em 1993.

"... em 2001, quando houve a minha separação, eu comecei a ir todo dia tomar o café da manhã na casa dele."

"E a Verônica, a esposa dele, me deu muito apoio na minha separação. Foi uma pessoa amiga, amiga, pedia para eu não separar, foi uma acolhida familiar que eu tive aqui."



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 31/2007 Fls. 5234

"Em 2001, com a minha separação, eu passei a freqüentar com mais intensidade a casa dele."

Quanto aos fatos que envolvem a sua relação com o Senador Renan Calheiros e a jornalista Mônica Velo assim ele se expressou:

"Eu a conheci (Mônica Veloso) com ele. Logo quando houve a notícia da gravidez, ele pediu que eu combinasse com ela para que os dois se encontrassem para ter uma conversa, e essa conversa foi na minha casa. Eu presenciei essa conversa dele com ela, que foi a primeira. Acho que foi a primeira, tenho quase certeza que foi o primeiro encontro dos dois da notícia da gravidez. E ele disse para ela; 'Mônica eu não posso estar em contato com você frequentemente. Eu não tenho condições, eu não posso ficar te encontrando. E eu queria te pedir para que você aceitasse que o Cláudio fizesse essa interligação entre nós dois. O que você precisar você fala com ele, eu farei todo o possível para ajudar, para te atender em tudo que for



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 5235

possível. E não terá outra pessoa para conversar sobre esse assunto. Vai ser a única pessoa.'

A partir dali, eu senti o grande peso da responsabilidade, porque ele na frente dela, junto com ela, nós três, ele pediu, e ela concordou, que eu seria ali um mensageiro, tanto dela quanto dele pra qualquer assunto que precisasse."

Isso começou antes porque praticamente, imagino uns seis ou oito meses, antes dessa data, ou dez meses, eu os conheci e tive alguns encontros com ela; ela me ligava sempre, e eu tinha uma relação muito cordial com ela.

Então, por essa razão é que eu passei... eu era uma pessoa conhecida, conhecia a história do *affaire* que estava existindo entre os dois e, quando houve a gravidez, foi uma solução natural. Isso veio em função também de um conhecimento, uma relação grande, porque eu conheço o senador há muitos anos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5236

Então, ele me delegou, me pediu, me entregou essa responsabilidade, essa missão, que foi uma missão que eu – eu disse no meu depoimento – fui guardião de um segredo. A partir daí, eu insisto, eu guardei sozinho isso, sem compartilhar isso com ninguém.”

Quanto à relação do depoente com o Representado e a Construtora Mendes Junior, afirmou que:

“Senador, não existe um único centavo, nem meu, nem da Construtora Mendes Junior, onde eu trabalho. Tudo que eu entreguei para ela me foi entregue pelo Senador Renan Calheiros, que eu repassei para ela.”

Eu não tenho conhecimento de nenhuma doação à campanha do Senador Renan Calheiros.

Durante o depoimento de Cláudio Gontijo, a Senadora **MARISA SERRANO**, assim se pronunciou:

“Essas e outras questões desse tipo foram colocadas, porque eu acho que o que tem



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº PER 1 / 2007 Fls. 5237

que ficar muito claro para nós, eu acho que esse é o fulcro da questão aqui deste Conselho de Ética, é se, por acaso, algum tipo de relação entre o recurso que Da. Mônica recebia e a Empresa Mendes Júnior, o, de qualquer forma por serviços prestados pelo Senador Renan à Mendes Júnior. Esse é o fulcro da questão, esse é o problema. Então, o resto tudo são problemas menores. Para nós o que equivale, o que interessa é isso.

Então, eu gostaria que o senhor se detivesse um pouco mais nessa questão, para pudesse nos esclarecer e esclarecer todos aqueles que estamos vendo no País inteiro."

Ao que respondeu Cláudio Gontijo:

"Está ótimo. Senadora, isso é uma oportunidade muito boa. A pergunta da senhora, eu a acho muito pertinente, muito oportuna, e que me dá uma grande chance. Eu é que estou agradecido por



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 3 / 2007 Fls. 5238

essa pergunta. Por quê? Essa obra, ela foi contratada pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte. A licitação foi lá, a contratação foi lá, a aprovação dos recursos, de tudo, é com a Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Essa obra, não existe nenhuma paralisação dessa obra por motivo de decisão do TCU. Pelo contrário. Os técnicos do TCU, os relatórios do TCU apontam que essa obra não pode ser paralisada, por ser uma obra portuária. Se ela for paralisada, todo o serviço que foi executado nela corre o risco de ser perdido, porque é uma obra no mar. É um cais de contêineres do Porto de Maceió. A Bancada de Alagoas nunca apresentou uma emenda de Bancada para essa obra, embora eu tenha pedido várias vezes para toda a Bancada para que coloquem uma emenda para essa obra, dada a sua importância. Mas nós nunca recebemos. Essa obra recebeu recursos de Mensagens do Executivo, de medidas provisórias, de crédito suplementar encaminhado pelo próprio Executivo. A



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Companhia Docas do Rio Grande do Norte vive aqui batendo na porta de todos os Parlamentares, inclusive do Senador Renan Calheiros a pedido de emendas, de tudo quanto é apoio para que essa obra não seja paralisada, que haja uma continuidade. E vários Parlamentares já assinaram emendas para essa obra, em momentos de suplementação de recursos, em LDO. Eu não sei dizer para a Senhora se ele, o Senador Renan Calheiros, assinou para a LDO ou para outra situação qualquer. Emenda de Bancada, nunca tivemos. Mas, quero dizer para a Senhora o seguinte, os maiores interessados, lógico que eu sou grande interessado em executar, terminar e entregar essa obra. Essa obra ficou dois anos paralisada, porque os recursos que foram para lá, foram arrestados pela Justiça do Trabalho, numa ação dos funcionários do Porto do Rio Grande do Norte. A Senhora imagine bem, tem uma lei orçamentária mandando aplicar o dinheiro no Porto de Maceió, no cais de contêineres. Esse



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

**dinheiro chega na conta da CODERN-
Companhia Docas do Rio Grande do Norte,
Natal e é arrestado pela Justiça do
Trabalho por uma ação trabalhista. Ficou
dois anos parados por causa disso. Só
depois de dois anos é que houve a decisão
de liberar os recursos para a finalidade
pela qual houve uma lei orçamentária
aprovando e encaminhando esses
recursos para lá. Nós nunca... esse
esforço para se colocar um dinheiro para
essa obra, é um esforço muito grande da
CODERN, da Companhia Docas do Rio
Grande do Norte, muito grande dos
dirigentes do porto de Maceió. E nós
acompanhamos, pedimos que para nós
não existe nada pior do que uma obra que
para, executa. Uma obra que deveria 15
milhões num ano, recebe dois. Isso é uma
coisa difícilima para executar. A única
coisa que a Mendes Júnior precisa é que
os contratos dela sejam respeitados,
sejam executados. Não tem nenhum,
nenhum, nenhum benefício do Senador
Renan Calheiros nessa obra para nós, que**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 524

a gente tenha oferecido, que temos pedido, que tenha reivindicado. Não existe. A não ser o pedido que essa obra seja executada. Essa é uma obra federal, não é uma obra de convênio com Estado, não convênio com Prefeitura. E a Mendes Júnior, há muito tempo, que ela não quer depender de obras recursos de convênios para Estados e Municípios, porque existe uma incerteza muito grande de recursos. Estamos evitando, ao máximo, há muitos anos, ter qualquer tipo de obra nessa linha."

A Senadora **Marisa Serrano** volta a perguntar:

"Eu gostaria, nessa mesma linha de pensamento, perguntar a V. Sa. se o irmão do Senador Renan, o Deputado Federal Olavo Calheiros, também participa junto com o Senador Renan dessas tratativas junto com a Mendes Júnior, nesse caso específico que estou colocando, do Porto de Maceió."

Ao que responde Cláudio Gontijo:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 5242

"Não existe tratativa com ele dessa obra. Eu tenho certeza que os dirigentes do Porto de Maceió, tanto da CODERN, devem ter visitado todos os Parlamentares da Bancada do Estado para ajudar nesse sentido, nessa linha de aporte de recursos para a conclusão dessa obra."

Na mesma oportunidade o Senador **Leomar Quintanilha** disse:

"Eu gostaria de ver reiterada uma resposta. Não excederei mais de dois ou três minutos."

Ouvi atentamente a exposição do Sr. Cláudio Gontijo, que foi muito sucinto na exposição preliminar, e depois observei a concisão e a firmeza dele nas respostas que deu às diversas perguntas feitas. Uma delas, inclusive, se ele havia participado com dinheiro seu ou da empresa para a qual trabalha no pagamento das pensões mensais à jornalista Mônica, quando ele respondeu que "absolutamente não", que



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5243

os recursos eram recebidos do Senador Renan Calheiros.

Tenho aqui uma certidão do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, que certifica que a empresa para a qual ele trabalha, a Mendes Júnior, também não contribuiu, em nenhum momento, nas diversas campanhas eleitorais que disputou o Senador Renan Calheiros.

Eu só gostaria de ouvir essa confirmação do Sr. Cláudio com relação a essa questão."

Ao que ele respondeu:

"Senador, eu não tenho conhecimento de nenhuma contribuição que tenha sido feita para o Senador Renan Calheiros, nenhuma. Se por acaso tiver sido feita no passado, alguma coisa, eu não tenho conhecimento. Desconheço completamente.

O senhor talvez conheça o histórico da nossa empresa. Passamos por momentos muito difíceis no passado recente.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 5244

Estamos recuperando a empresa devagar, com muita luta, com muita determinação, com equipe técnica de uma garra, de uma vontade de sobreviver, porque nós quase fomos à lona. Mas estamos lutando. E não tivemos condição mesmo de até prestar ajuda de campanha, como normalmente fazem as grandes empresas.

Então, não tenho conhecimento. Acho que não foram feitas. Não tenho conhecimento de que foi feita nenhuma doação de campanha para o Senador Renan Calheiros."

Já o Corregedor, Senador Romeu Tuma, disse que:

"Enviei, ad cautelam, o depoimento que o Gontijo fez junto à Corregedoria, que foi acompanhado por alguns dos Senadores presentes.

Algumas perguntas novas foram feitas sobre fatos que posteriormente devem ter sido do conhecimento de alguns Senadores, para tirar dúvidas que não



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

foram apresentadas durante o primeiro depoimento.

Não houve uma contradição entre o depoimento que ele fez à Corregedoria e aos Senadores. Vou ler com calma as outras perguntas que foram feitas posteriormente ao conhecimento que nós tivemos, mas posso garantir que todo o depoimento casou realmente com o que ele declarou para mim e para mais cinco ou seis Srs. Senadores que nos acompanharam.

Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente."

Portanto, diante de tudo isto, questionar mais o quê? O seu depoimento foi acatado e elogiado por todos. Nenhuma contestação que surgiu.

Apenas para argumentar, embora seja uma tese contestada veementemente, por hipótese, e somente por hipótese, imaginemos que o Cláudio Gontijo fosse lobista. Teria ele, na condição de intermediário do Senador Renan Calheiros, naqueles momentos em que fazia os repasses da



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 31/2007 Fls. 5246

pensão, trabalhado como lobista? Teria ele exercido o papel de lobista? Qual? Que interesses ilícitos ele traficou? Levar a pensão alimentícia para a manutenção de uma criança?

Às fls. 647 a 674 o Representado apresentou "Memorial Ilustrado da Defesa ...", do qual consta:

I – matéria do jornal Folha de São Paulo, fls. 653, da jornalista Fernanda Krakovics, que diz:

"O Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, disse ontem que não investiga Renan por nenhuma das duas suspeitas que pairam contra ele: de pagamento de despesas pessoais por lobista da Mendes Junior e de envolvimento na Operação Navalha."

II – matéria do jornal Correio Brasiliense, fls. 653, dos jornalistas Luiz Carlos Azedo e Helaine Boaventura, que diz:

"O Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, porém, também jogou água fria na fogueira. Disse que Renan não está sendo investigado pelo Ministério Público . Para o procurador, não há "nessas escutas



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº REP. 1 / 2007 Fls. 5297

telefônicas (da PF) referências a ele que justifiquem qualquer procedimento."

III – matéria do jornal O Globo, fls. 662, sob título:

"Renan Calheiros apresenta recibos. Disponibilizei, ainda, de minhas reservas, repito, de minhas reservas, de minhas finanças, um fundo de R\$ 100 mil para garantir as despesas futuras com educação, desenvolvimento cultural da criança, disse Renan Calheiros na segunda-feira."

"Renan foi imediatamente desmentido pelo advogado. Não existe um fundo para educação ou para cultura da menina. O pagamento foi feito para complementar os valores de pensão alimentícia, rebateu Pedro Calmon Filho."

IV – recibos de fls. 663 e 664, que atestam o pagamento de duas parcelas de 50.000,00 reais cada, dos quais constam que os pagamentos foram:

"a título de doação destinada à constituição de um fundo para prover futuras e eventuais despesas da aludida



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1/ 2007 Fls. 5248

menor pertinentes ao aperfeiçoamento de seu desenvolvimento cultural..." .

V – certidão do Tribunal Regional de Alagoas passada a pedido do Senador Renan Calheiros da qual consta que:

"Certifica, ainda, que, no que concerne às campanhas eleitorais de 1994 e 2002, acima mencionadas não constam quaisquer espécies de doações efetuadas pelo senhor Cláudio Ferreira Gontijo, nem pelas empresas Construtora Gautama Ltda. e Mendes Junior Trading e Engenharia S/A."

VI – Boletim de Ocorrência, fls. 670, onde consta que:

"Dimário disse no depoimento que Renan comprou dele, em 2002, a Fazenda Novo Largo, no município de Flexeiras, vizinho de Murici. A propriedade, no entanto, não consta da declaração de bens entregue pelo senador, no mesmo ano, à Justiça Eleitoral. Renan usaria 'laranjas' para esconder ser dono de fazendas em Alagoas."



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP A / 2007 Fls. 5240

VII – cópia de parte da Declaração de Imposto de Renda, fls. 671, da qual consta que na declaração ano base 2003 foi declarado o seguinte bem:

"Fazenda Novo Largo, localizada no município de Flexeiras (AL), com uma área de 117ha. adq. de Dimário Cavalcante Calheiros e Maria Luíza Pinheiro Calheiros, ambos com CPF nº 049.669.704-82, pelo valor de R\$ 120.000,00 pago assim: R\$ 40.000,00 em 28/05/2003, e mais 87 cabeças de gado no valor de R\$ 80.000,00, em 22/06/2003."

VIII – ofício de fls. 674, do Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antonio Deher Rachid, encaminhado ao Senador Renan Calheiros, nos seguintes termos:

"Em atenção aos termos do ofício s/n, de 7 de junho de 2007, subscrito por Vossa Excelência e dirigido à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na pessoa de seu titular, encaminho a nota cotec/diad nº 2007/0060, de 8 de junho de 2007, expedida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1/ 2007 Fls. 52SD

(COTEC) desta Secretaria, contendo a informação de que, com relação ao CPF nº 110.786.854-87, não há declarações retificadoras entregues entre 1º de maio de 2007 e a presente data."

Além das declarações prestadas, instado a oferecer outras informações, Cláudio Gontijo, em ofício de fls. 2042, assim se manifestou:

"Em atendimento aos ofícios CEDP nº 314/200 0004/2007 – CI/CEDP, cumpre-me informar a Vossa Excelência que os valores que foram entregues pelo Senador Renan Calheiros para serem repassados à Sra. Mônica Veloso foram aqueles por mim referidos nos depoimentos que prestei tanto à Corregedoria do Senado Federal quanto à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Esclareço que, como mero intermediário dos aludidos pagamentos que haviam sido anteriormente acertados entre as partes, nunca tive a preocupação de guardar comprovantes de depósitos ou de obter



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 11/2007 Fls. 5251

**recibos das entregas efetuadas
pessoalmente.**

**Recordo, apenas, que em algumas
ocasiões efetuei depósitos na conta
bancária da favorecida; na maioria das
vezes entreguei a ela os valores
pessoalmente, quando saíamos para
almoçar em restaurantes desta cidade;
duas a três vezes entregue-os em minha
residência; uma ou duas vezes na
residência da própria favorecida e duas ou
três no escritório da empresa em que
trabalho, por ter sido lá procurado pela
interessada.**

**Confesso que jamais imaginei precisar
dessas informações, razão pela qual não
gravei, com detalhes, tais eventos."**

Em 13 de junho/07, fl. 553 a 562, consta ofício do
Corregedor Parlamentar, Senador Romeu Tuma, encaminhado
ao Senador Relator Epitácio Cafeteira, no qual noticia a
realização, a seu cargo, de investigação preliminar sobre os
documentos ofertados pelo Representado à vista de seu



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 4/2007 Fls. 5252

pronunciamento de 28 de maio/07 proferido no Plenário do Senado Federal, de cuja análise concluiu que:

"No processo investigativo, cuidou essa Corregedoria de elaborar o documento sob o título 'Consistência de Caixa', abrangendo os anos de 2002/2005.

Estes documentos perfazem uma adequação contábil real dos valores percebidos pelo Senador Renan Calheiros, inclusive obtendo-se o valor líquido dos seus rendimentos em atividades agropecuárias.

Esta operação permite afirmar que o Senador Renan Calheiros possuía recursos suficientes para honrar com os pagamentos decorrentes da pensão alimentícia e outros valores (aluguéis, segurança, etc)."

...

"Para melhor aclarar este ponto, esta Corregedoria elaborou quadro demonstrativo ora encaminhado a Vossa Excelência, sob o título 'Relatório



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 1/2007 Fls. 5253

de Recebimentos e Pagamentos', no qual se encontram descritos todos os valores percebidos e os correspondentes depósitos.

De igual modo, nos mesmos documentos encontram-se destacados os eventuais valores recebidos que não foram instruídos com prova de depósitos em dinheiro ou em cheque.

Porém, do exame comparativo entre os valores informados nas Declarações de Renda do Senador Renan Calheiros, a título de rendimentos com atividade rural, e os valores constantes dos recibos apresentados, existe consistência de dados e de valores."

Às fls. 1167 a 1172 constam resultado de análise pericial elaborada pela Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, a cargo de Shalom Granado, que respondeu afirmativamente pela autenticidade dos documentos apresentados pelo Representado, Senador Renan Calheiros, e compatibilidade entre os recibos de vendas de gado e os depósitos em contas bancárias.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CE-DF
Proc. Nº RES 3 / 2007 Fls. 5254

Às fls. 1985 a 1993 do volume VII, constam as informações e documentos que foram solicitados, em diligência determinada pela Comissão de Inquérito, ao Consultor-Geral da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Fábio Gondim, acerca da existência de emendas aos orçamentos da União nos exercícios de 2002 a 2006 em que sejam beneficiadas as empresas Construtora Gautama Ltda. e Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, em cujo ofício, fls. 1985, e documentos, fls. 1986 a 1993, não constam o Representado, Senador Renan Calheiros, como autor de qualquer emenda ao Orçamento da União com recursos destinados a estas empresas.

O que sobra, então? Punir-se o Senador RENAN CALHEIROS com a perda do mandato que, vivendo um drama familiar, recorreu a um amigo, pejorativamente rotulado de lobista, mas cuja ação profissional nunca foi levantada ou posta sob suspeição, nem mesmo quando prestou depoimento ao Conselho de Ética? Isso seria punição sem a demonstração da culpa.

De tudo que foi analisado, levando em consideração o tempo transcorrido deste processo sem que nenhuma prova cabal tenha sido produzida contra o Representado; e, ainda, os termos vagos da Representação formulada contra um Senador da República, que, por si só, sequer mereceria ser



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5251

conhecida; o laudo pericial elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística concluindo que o Representado tinha efetivamente condições econômicas de pagar a pensão, independentemente de seus rendimentos como Senador, confirmando, ademais, a autenticidade dos documentos entregues espontaneamente pelo Representado ao Conselho de Ética, nada há que indique a quebra do decoro parlamentar.

Ressalte-se, por fim, que algumas dúvidas periféricas resultaram da apresentação do Laudo Pericial pelos técnicos da Polícia Federal, cujas dúvidas restaram devidamente esclarecidas com as declarações prestadas pelo Senador Renan Calheiros à Comissão de Inquérito, bem assim, pelas explicações ofertadas pelo seu Assistente de Perito que demonstrou que a evolução patrimonial do senador não há inconsistência uma vez que a diferença, a menor, de R\$ 24.000,00 em sua receita foi superada pelo empréstimo que ele tomou à empresa Costa Dourada de Maceió, fato comprovado com o Diário da empresa, livro contábil, que se encontra devidamente registrado na Junta Comercial de Alagoas e que foi objeto de manuseio e análise pelos técnicos peritos da Polícia Federal.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Almeida Lima

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº REP 1 / 2007 Fls. 5256

Conclusão

Ante todo o exposto, concluo não ter havido a mínima comprovação de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do Representado, Senador Renan Calheiros, razão pela qual opino pelo arquivamento da Representação nº 1, de 2007.

Brasília, DF, 30 de agosto de 2007.

Senador **ALMEIDA LIMA**

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCONI PERILLO**

REP 12007 PL 5257

*Indefido. Junta-se
ao processo de Renan
sentado no 01/0007.
for Quintana*

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Tendo em vista a apresentação do relatório da Comissão de Inquérito instituída para o exame da Representação nº 1, de 2007, em desfavor do Senador Renan Calheiros, requeiro a Vossa Excelência que a matéria tenha votação aberta, aplicando-se ao caso o que o Regimento Interno do Senado Federal dispõe para as votações de matérias nas comissões permanentes, em razão de a Resolução nº 20, de 1993, não determinar que a votação seja secreta.

Sala das Sessões,


Senador **Marconi Perillo**

PSDB - GO

Assinatura de Renan Calheiros
*Recebido com
primeiro requerimento
em 22.08.07 às
10:28 horas.*
(Ser)

RECURSO Nº , de 2007.

*Deferido e juntado ao processo
de REP 1/2007
30/08/2007
N.º 11.000.000.000*

Venho requerer, nos termos do art. 48, inciso XI do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação, pelo Plenário deste Conselho, de recurso contra a decisão da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que indeferiu o requerimento de voto aberto apresentado pelo Senador Marconi Perilo. Bem como, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, que exige a celeridade das decisões processuais, requerer a votação do recurso nesta sessão, sob pena de infringir uma questão preliminar indispensável ao prosseguimento deste processo.

Sala do Conselho, 30 de Agosto de 2007.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

7ª REUNIÃO

Em 30 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO MOÇÃO DE VOTAÇÃO

Presidente: LEOMAR QUINTANILHA

Vice-Presidente: ADELMIR SANTANA

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)				BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)			
Augusto Botelho (PT)	X			(Vago)			
João Pedro (PT)		X		Fátima Cleide (PT)		X	
Renato Casagrande (PSB)	X			Ideli Salvatti (PT)			
Epitácio Cafeteira (PTB)				(Vago)			
Eduardo Suplicy (PT)	X			(Vago)			
PMDB				PMDB			
Wellington Salgado de Oliveira		X		Valdir Raupp		X	
Almeida Lima		X		Gerson Camata			
Gilvam Borges				Romero Jucá			
Leomar Quintanilha				José Maranhão			
PFL				PFL			
Demóstenes Torres	X			Jonas Pinheiro			
Heráclito Fortes	X			César Borges			
Adelmir Santana	X			Maria do Carmo Alves			
PSDB				PSDB			
Marconi Perillo	X			Arthur Virgílio			
Marisa Serrano	X			Sérgio Guerra			
PDT				PDT			
Jefferson Péres	X			(Vago)			
Corregedor							
Romeu Tuma (PFL)	X						

TOTAL 15 SIM 10 NÃO 5 ABSTENÇÃO 0

VISTO: L. Quintanilha

SALA DE REUNIÕES, em 30 de agosto de 2007.

SIM - A FAVOR DO RECURSO - VOTAÇÃO ABERTA
NÃO - CONTRA O RECURSO - VOTAÇÃO FECHADA



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Subsecretaria de Registro de Apoio a Reuniões de Comissões

Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº PE 1/2007 fls. 5260

SF - 146

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h07min.)



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 435/2007

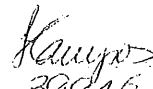
Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


39916
31/08 - 15:42

A Sua Excelência o Senhor
Senador AUGUSTO BOTELHO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 436/2007


Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

RECEBIDO EM
31/08
Aut 5219-2


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOÃO PEDRO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 437/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Ysa
20/08/2
21/08/07

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENATO CASAGRANDE
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 438/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

af.
4734-2
31.08.07
16:00hs.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EPITÁCIO CAFETEIRA
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 439/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA

Presidente

Assinatura manuscrita de Eduardo Suplicy.
2449
31/08/07
17h5

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO SUPLICY
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 440/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Assinatura manuscrita de Antonio, com data 2076 e 31-08-07.
14900

A Sua Excelência o Senhor
Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 441/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Stefânia
205890
51108

A Sua Excelência o Senhor
Senador ALMEIDA LIMA
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 442/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Lucas
207722
16:19h

A Sua Excelência o Senhor
Senador GILVAM BORGES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

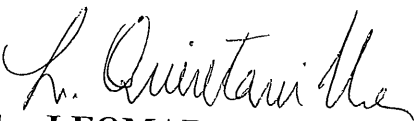
Ofício CEDP nº 443/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Senador
Demóstenes
31/08
33275
15/11/4

A Sua Excelência o Senhor
Senador DEMÓSTENES TORRES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 444/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Silvana
166070
31/8 - 15:30

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 445/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ADELMIR SANTANA
Senado Federal

feana
204320
31/08/07
15h34.



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 446/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Assinatura manuscrita de Marisa Serrano.

31/8/07
46933
16:02

A Sua Excelência o Senhor
Senador MARCONI PERILLO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 447/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARISA SERRANO
Senado Federal

Enviado
3459.1
31/08
15:32h



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 448/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JEFFERSON PÉRES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 449/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora FÁTIMA CLEIDE
Senado Federal

31/08/07
2852

15:48 hs.



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 450/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora IDELI SALVATTI
Senado Federal

Assinatura manuscrita de Paula.
3936-9
15:40



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 451/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhora Senadora,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha em tinta preta.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Senado Federal

wa clare
30/8/07



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 452/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assinatura manuscrita de Leomar Quintanilha.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador VALDIR RAUPP
Senado Federal

Julia
165088
31108



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 453/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GERSON CAMATA
Senado Federal

Handwritten:
31/08/07
205875
31/08 às 16:15h



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 454/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMERO JUCÁ
Senado Federal

RECEBIDO
7313
6/9/07
S. 40



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 455/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ MARANHÃO
Senado Federal

Assinatura
10/08/07
31/08/07
15:30 hs



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5282

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 456/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JONAS PINHEIRO
Senado Federal

Hamilton
42575
31/08/07
15:33



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 457/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

16248
1476

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÉSAR BORGES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 458/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Senado Federal

Marica
19/8/2007
31/8/07 15h58



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 459/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO GUERRA
Senado Federal

Meles
194588
31/08/07



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 460/2007

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Corregedor,

Tendo sido concedida vista coletiva a todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ocasião de sua 7ª reunião, realizada ontem, encaminho a V. Exª cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Senado Federal

Q. Quintanilha
33707
31/08/07
15:35A

Maceió, 16 agosto de 2007.

*Justiça do Trabalho
Processo nº 0000000-0
de 16/2007
Nº 01/2007
Nº 01/2007*

Senhor Presidente,

*Recb. do Sr. J. Calhaz em
29.08.2007 a 17h00*

*R. Cay. - Barbosa
Rodrigo Cayetano Barbosa
Analista Legislativo
Mat.: 48787*

Por meio deste, acusamos o recebimento do Ofício CEDP nº 343/2007, datado de 08 de agosto de 2007, recentemente encaminhado por Vossa Excelência, no sentido de que a empresa oficiante, no intuito de colaborar com os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, encaminhasse, em sendo possível, as seguintes informações:

"a) Relatório, com os respectivos números de GTA's, do gado bovino abatido naquele frigorífico, no período de 2002 a 2004, oriundo das propriedades do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros. O período de 2005 a 2006 foi informado pelo frigorífico.

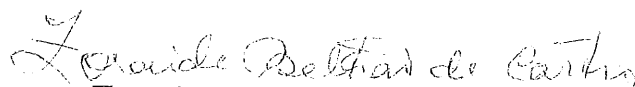
b) Relatório, com os respectivos números de GTA's, do gado bovino abatido naquele frigorífico, no período de 2002 a 2006, oriundo das propriedades das pessoas físicas e jurídicas relacionadas no anexo II."

Em resposta ao item "a", antecipamo-nos em informar que, segundo nossos arquivos, pelo que se pôde verificar de imediato, o proprietário rural e atual Senador Presidente do Senado Federal, Srº José Renan Vasconcelos Calheiros, **não** realizou qualquer abate de gado bovino em nossa empresa (MAFRIAL) durante o citado período de 2002 a 2004, passando a utilizar nossos serviços, com informado em oportunidades anteriores, apenas a partir do ano de 2005.

No tocante ao item "b", solicitamos, de logo, um maior prazo para atendê-lo, posto que - *diante do alongado lapso temporal pretendido e da diversidade de clientes apresentados* - a elaboração do relatório em questão exige elevado trabalho de levantamento de dados, especialmente quanto aos números das GTA's, cuja informação tem que ser previamente obtida junto aos representantes da inspeção federal ligada ao Ministério da Agricultura.

Desta forma, para que não haja atrasos injustificáveis na investigação promovida por esse respeitável Conselho, agilizamos a resposta do primeiro item do Ofício supra mencionado, comprometendo-nos em encaminhar, com a maior brevidade possível, a resposta do item restante.

Atenciosamente,



Zoraide Beltrão de Castro

Dir. Presidenta da MAFRIAL

Excelentíssimo Senhor
LEOMAR QUINTANILHA
Senador Presidente do CEDP do Senado Federal
Brasília - DF



SENADO FEDERAL
CONSULTORIA LEGISLATIVA

Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1 / 2007 Fls. 5289

OF/CONLEG/SF/Nº 204/2007

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Presidente,


*Justo de A. L.
Processo nº 1.693/2007
Representação nº 1/2007
K. Quintanilha*

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência para registrar o recebimento do Despacho dessa Presidência lançado nos autos da Representação nº 1, de 2007, que determina que esta Consultoria Legislativa *"emita, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), pronunciamento fundamentado a respeito do regime de votação do(s) relatório(s) de conclusão da Representação sob análise"*.

A determinação foi atendida pelos Consultores Legislativos Fernando Trindade, Gustavo Lago, Gilberto Guerzoni e Paulo Henrique Soares, e gerou a Nota Informativa nº 1.693, de 2007, a qual é anexada a este ofício, na espera de termos atendido plenamente a determinação formulada.

Sendo o que tínhamos a manifestar, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de estima e apreço.

Respeitosamente.


Bruno Dantas
Consultor-Geral Legislativo

A Sua Excelência o Senhor
Senador **LEOMAR QUINTANILHA**
DD Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



NOTA INFORMATIVA Nº 1.693, DE 2007

Referente à STC nº 200706484, da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre o regime de votação de relatório sobre representação de quebra de decoro parlamentar naquele Colegiado.

I

Solicita o Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal a análise do regime de votação de relatório sobre representação de quebra de decoro parlamentar naquele Colegiado.

A Constituição Federal (CF) preceitua, no seu art. 55, § 2º, que o processo de votação relativo a perda de mandato por procedimento incompatível com o decoro parlamentar será secreto.

De início, há que se perceber aqui que essa votação secreta determinada pelo art. 55, § 2º, da Lei Maior, é medida excepcional, sendo a votação aberta, pública, a regra em termos das deliberações adotadas pelo Congresso Nacional.

Assim, além do caso de votação sobre perda de mandato de parlamentar, inscrito no art. 55, § 2º, a CF prevê poucos outros casos em que se impõe a votação secreta.

Nesse sentido, a CF prevê a deliberação secreta para decidir sobre a manutenção ou não de prisão de parlamentar detido sob o fundamento de flagrante por crime inafiançável e para autorizar, ou não, a formação de culpa (art. 53, § 3º).



Por outro lado, prevê o escrutínio secreto para apreciação de veto do Presidente da República a projeto de lei (art. 66, § 4º).

Especificamente no que se refere ao Senado Federal, a Carta Magna estatui a votação secreta quando essa Casa for deliberar sobre a escolha de magistrados, Ministros do Tribunal de Contas indicados pelo Presidente da República e outras autoridades arroladas nos incisos III e IV do art. 52.

Da mesma forma, exige-se a votação secreta em caso de exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato (art. 52, XI).

Portanto, como se vê, as hipóteses de votação secreta determinada pela Lei Maior são a exceção, e as de votação aberta, a regra.

Neste ponto, cabe a questão: qual a razão para excepcionalmente, em alguns poucos casos, a Constituição Federal determinar votação secreta a ser observada pelo Parlamento?

A razão está na garantia que a Lei Maior entendeu deva ser dada ao votante, nesses casos, para que ele possa proceder unicamente de acordo com a sua consciência.

E assim entendeu a Constituição porque presumiu que, nesses casos, o voto secreto é complemento indispensável à liberdade de voto do Congressista.

E qual seria o fundamento dessa presunção constitucional, a partir da qual a Lei Maior entende que nesses casos deva ser dada ao parlamentar a garantia do voto secreto?



Obviamente para afastar os riscos de constrangimentos que o votante pode vir a sofrer, seja por ocasião da realização da votação, seja futuramente, após essa votação.

A propósito, esse é um fundamento universal do voto secreto. Veja-se, por exemplo, a lição de FÁVILA RIBEIRO, no seu “Direito Eleitoral”, 4ª edição, Editora Forense, p. 70.

Dessa forma, a razão principal para que a Constituição Federal, em alguns casos – excepcionalmente – estabeleça a votação secreta para certas deliberações parlamentares está na necessidade de proteger o votante contra interferências que possam levá-lo a votar em desacordo com a sua consciência.

II

De outra parte, como todos sabemos, toda a normatização infraconstitucional e todos os procedimentos a serem adotados no País, seja nos negócios públicos, seja nos negócios privados, têm que estar em conformidade com a Constituição, vale dizer, não podem com ela se chocar.

Nas palavras de CELSO BASTOS,

...as normas componentes de um ordenamento jurídico encontram-se dispostas segundo uma hierarquia e formando uma espécie de pirâmide, sendo que a Constituição ocupa o ponto mais alto, o ápice da pirâmide legal, fazendo com que todas as demais normas que lhe vêm abaixo a ela se encontrem subordinadas. Estar juridicamente subordinada implica que uma determinada norma prevalece sobre a inferior em qualquer caso que com ela conflite. A norma superior demanda obediência da subordinada, de tal sorte que esta lhe deverá dar sempre inteiro cumprimento sob pena de vir a ser viciada. (Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, 1988, 1º Volume, p. 278).



Por essas razões, temos que qualquer votação, em comissão, de parecer sobre matéria para a qual a Lei Maior preceitue decisão pelo voto secreto, deverá observar, também, o sigilo do voto.

É esse o procedimento observado nas Comissões desta Casa. Assim, quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opina sobre a indicação de magistrados, seus membros o fazem mediante votação secreta. Igualmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando aprecia indicação de chefe de missão diplomática de caráter permanente. Da mesma forma, a Comissão de Economia, por ocasião da análise dos indicados para a Presidência e Diretorias do Banco Central. (Veja-se o art. 383, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal).

Esse foi o procedimento adotado por ocasião das votações que apreciaram os Pareceres deste Conselho e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no caso do então Senador LUIZ ESTEVÃO.

Isso é o que preceitua o Regimento Interno da Casa, no seu art. 291, I, 'b', que determina a votação secreta quando o Senado tiver que deliberar sobre perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição Federal.

Esclareça-se que Senado, no contexto do art. 291, quer dizer não só o Plenário, mas também as suas comissões e demais órgãos parlamentares.

A propósito, as comissões devem ser entendidas como *microcosmos do plenário*, segundo palavras de JOSÉ ALFREDO BARACHO (apud CELSO BASTOS, Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, 4º Volume, Tomo I, 1995, p. 258). (Recorde-se aqui a norma constitucional que faculta a votação terminativa de projetos de lei por comissões – art. 58, § 1º, I).



Acresça-se, ainda, que todos os Senadores que votam nas Comissões e no Conselho de Ética votam também no Plenário. Ora, sendo assim, se for público o voto que esses Senadores derem em votação preliminar sobre matéria para a qual a Lei Maior preceitue decisão pelo voto secreto, inafastavelmente estará ocorrendo, por via transversa, quebra do sigilo do voto estabelecido pela Carta Magna.

Enfim, no caso em questão é de todo pertinente a lição do mestre MIGUEL REALE, ao tratar do instituto da analogia:

Se o sistema do Direito é um todo que obedece a certas finalidades fundamentais, é de se pressupor que, havendo identidade de razão jurídica, haja identidade de disposição nos casos análogos, segundo um antigo e sempre novo ensinamento: *ubi eadem ratio, ibi eadem juris dispositio* (onde há a mesma razão deve haver a mesma disposição de direito). (Lições Preliminares de Direito, Ed. Saraiva, 18ª edição, 1991, p. 292)

III

Ainda que não trate diretamente do tema, é interessante observar a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.461, na qual se discutia dispositivo da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que estipulava o voto aberto nos julgamentos de perda do mandato de Deputados Estaduais por quebra de decoro parlamentar.

Naquela ocasião a Corte reafirmou o voto secreto nesse tipo de processo. É o seguinte o acórdão, relatado pelo Ministro GILMAR MENDES:

Emenda constitucional estadual. Perda de mandato de parlamentar estadual mediante voto aberto. Inconstitucionalidade. Violação de limitação expressa ao poder constituinte decorrente dos Estados-membros (CF, art. 27, § 1º c/c art. 55, § 2º). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, por maioria.



No debate da matéria, o Tribunal reafirmou a obrigatoriedade do voto secreto nos processos de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar, rejeitando possíveis interpretações em outro sentido.

Veja-se a manifestação do Ministro CARLOS BRITTO:

Digo que, de fato, a opção política feita pelo Constituinte de 88 quanto ao voto secreto em caso de processo de perda de mandato de parlamentares não foi a melhor opção. Não homenageia o princípio da publicidade, não homenageia o princípio da transparência, esquece que o parlamentar não vota simplesmente por si, ele tem uma satisfação a dar aos eleitores ou a seus representados, diferentemente do eleitor individual, do cidadão, que só dá satisfação a si mesmo. Mas foi a opção política expressamente grafada, consignada na Constituição de 88, com uma particularidade: ela consta da redação originária do Texto Magno.

O ilustre relator vai na mesma direção:

... gostaria de ter até as convicções dos Colegas quanto à conveniência ou não do voto aberto ou secreto em semelhante situação; mas, como não estamos no processo constituinte, não é dado discutir e, aqui, o texto é de clareza tão meridiana que, parece-me sair daqui, é quase que conferir um arbítrio ao intérprete.

Assim como o Ministro CEZAR PELUSO, que cita a defesa feita pelo advogado da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o eminente jurista MARCELLO CERQUEIRA, do dispositivo constitucional estadual sob ataque e chama a atenção para as razões que fizeram o constituinte originário optar pelo voto secreto:

... quero associar-me expressamente às homenagens que os eminentes Ministros já prestaram ao ilustre Advogado Marcello Cerqueira, cuja inteligência e fineza intelectual consegue tornar concreto aquilo que Humberto Eco, num ensaio muito famoso, chama de superinterpretação.

Qualquer texto é suscetível de muitas interpretações, mas, com certeza, não é suscetível de qualquer interpretação, ainda quando provenha de uma inteligência privilegiada. Com certeza, a do ilustre advogado não é



suscetível de ser admitida, diante da textualidade da regra, que não é despida de sentido e racionalidade; ela também é baseada em princípios, quem sabe, tão ou mais importantes que o da transparência, da clareza, como, p. ex., o de preservar os deputados de injunções censuráveis que se podem intuir.

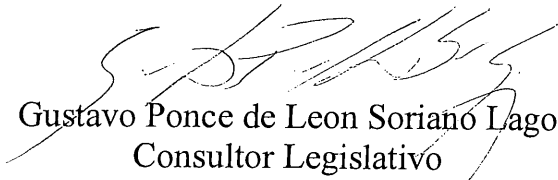
A adoção de procedimento diferente daquele decorrente da expressa norma constitucional poderia, inclusive, levar à arguição de nulidade de seu resultado, tanto por ação do representado como de qualquer dos membros do Conselho que entenda que o voto aberto impediu a livre manifestação de sua convicção particular acerca do caso.

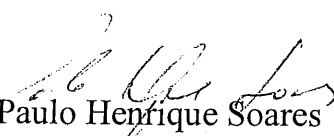
CONCLUSÃO

Em face do exposto, impõe-se a necessária conclusão de que qualquer votação, em qualquer foro desta Casa, de parecer que conclua pela perda de mandato deverá ser secreta, sob pena de infringência do preceituado no § 2º do art. 55 da Lei Maior.

Consultoria Legislativa, 28 de agosto de 2007.


Fernando Trindade
Consultor Legislativo


Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago
Consultor Legislativo


Paulo Henrique Soares
Consultor Legislativo


Gilberto Guerzoni Filho
Consultor Legislativo



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

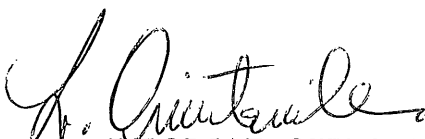
Ofício CEDP nº 461/2007

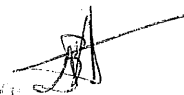
Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


RECEBIDA
NÚMERO 50158
DATA 4/9 - 15h15min

A Sua Excelência o Senhor
Senador AUGUSTO BOTELHO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEDP 1 / 2007 Fls. 5298

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 462/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOÃO PEDRO
Senado Federal

26150
10/09/2007
12-44

IGOR STEPANEK
CHEFE DE GABINETE
MGT. 2615



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 463/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

04/09/2007
203646
44:3746

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENATO CASAGRANDE
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 464/2007 Fls. 580

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 464/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

26650
12:10

A Sua Excelência o Senhor
Senador EPITÁCIO CAFETEIRA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5301

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 465/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

04/09/07
12h5

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO SUPLCY
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SG
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 58

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 466/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

15.09.2007 p. 5
4839
04/9/07
15.10.07

A Sua Excelência o Senhor
Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5303

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 467/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ALMEIDA LIMA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/ 2007 Fls. 5304

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 468/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GILVAM BORGES
Senado Federal

4/9/07
24186

Fábio André P. Silva
Subchefe de Gabinete
Mat.: 24196



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007/Fls. 5305

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 469/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Requisição
10374-6
04-09-07
12:32

A Sua Excelência o Senhor
Senador DEMÓSTENES TORRES
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5306

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 470/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada à 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

*Recopiado 09/07/07
Jus. 4774 CD*

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 471/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

EDUARDO
49338
04/09/2007
12:17L

A Sua Excelência o Senhor
Senador ADELMIR SANTANA
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 472/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

04/09/07
46933
12:10

A Sua Excelência o Senhor
Senador MARCONI PERILLO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 2E 81 / 2007 Fls. 5309

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 473/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

206310
04/09
1245

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARISA SERRANO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 53/10

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 474/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

af
12/30/07
04/09/07

A Sua Excelência o Senhor
Senador JEFFERSON PÉRES
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP L/ 2007 Fls. 5311

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 475/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

04/09/07
25529
12:35

Autenticado

A Sua Excelência a Senhora
Senadora FÁTIMA CLEIDE
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 53/2

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 476/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

3137-1
12:23 175

A Sua Excelência a Senhora
Senadora IDELI SALVATTI
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

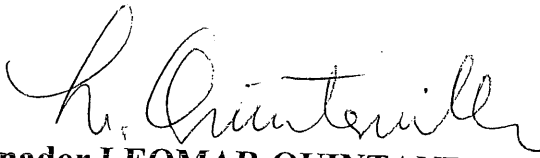
Ofício CEDP nº 477/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

CRL
46866
14:55

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 478/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Corregedor,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RÔMEU TUMA
Senado Federal

50626
04/09/07
12h42



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5315

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 479/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Requ. P. 2007/0
129211
04/09/07
1225

A Sua Excelência o Senhor
Senador VALDIR RAUPP
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 281/2007/Fls. 5316

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 480/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Ana Maria C. Pompeo
Assessora Técnica
Mat. 159703

RECEBIDO: _____
MATRÍCULA: _____
DATA/HORÁRIO: _____

A Sua Excelência o Senhor
Senador GERSON CAMATA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº DEP L. / 2007 Fls. 5317

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

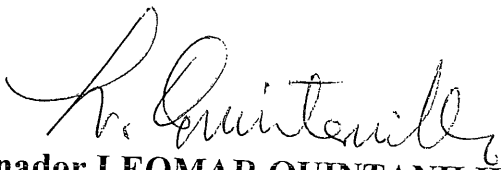
Ofício CEDP nº 481/2007

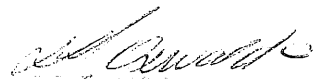
Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


4373
4/9 15:30

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMERO JUCÁ
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 482/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Reg.
21 586
12h21

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ MARANHÃO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 483/2007

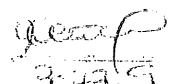
Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


34459
12/13/07

A Sua Excelência o Senhor
Senador JONAS PINHEIRO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 484/2007

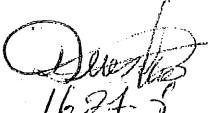
Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente


1624-5
12:19

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÉSAR BORGES
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 5321

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 485/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

33768

17.15.07

A Sua Excelência o Senhor
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 4/2007 Fls. 3322

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 486/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

ABEL
2556-5
04/09
15h00

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO GUERRA
Senado Federal



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/2007 Fls. 333

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 487/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Senado Federal

dyrc
2032
04/09/07
12:30 h
Martha Lyra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº DEP 1/2007/Fls. 3324

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 488/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Advogado,

Comunico a V. S^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Liberal Rosas

4/9/2007

12353

A Sua Senhoria o Senhor
Advogado EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
Brasília - DF



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 489/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Presidente,

Comunico a V. S^a que está convocada a 8^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 05 de setembro, às 10 horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

Valdiney Rodrigues

04/09/07
13:24:15

A Sua Senhoria a Senhora
HELOISA HELENA DE MORAES CARVALHO
Presidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
Brasília - DF



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP 1/ 2007 Fls. 5326

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 490/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Encaminho a V. Ex^a cópias dos seguintes documentos, remetidos a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 2891/2007-GAB/INC, datado de 03 de agosto de 2007, do Instituto Nacional de Criminalística, que encaminhou a Informação nº 648/2007/SEPCONT/DPER/INC:

1 – OFÍCIO GSEF – 307/2007, datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 22 de agosto de 2007, de lavra da Dra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, em atenção ao Ofício CEDP nº 346/2007;

2 – Expediente datado de 08 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 23 de agosto de 2007, de lavra do Sr. Pedro de Albuquerque Ferreira, em resposta ao Ofício CEDP nº 348/2007;

3 – Expediente datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 29 de agosto de 2007, de lavra da Sra. Zoraide Beltrão de Castro, Diretora-Presidenta da MAFRIAL, em atenção ao Ofício CEDP nº 343/2007.

Esclareço, na oportunidade, que todos esses documentos foram recebidos na Secretaria do Conselho após a entrega, pela Polícia Federal, do Laudo Pericial nº 2342/2007-INC, ocorrida em 21 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Leomar Quintanilha

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENATO CASAGRANDE
Senado Federal

Recebido em
04/09/2007



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 491/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Senadora,

Encaminho a V. Ex^a cópias dos seguintes documentos, remetidos a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 2891/2007-GAB/INC, datado de 03 de agosto de 2007, do Instituto Nacional de Criminalística, que encaminhou a Informação nº 648/2007/SEPCONT/DPER/INC:

1 – OFÍCIO GSEF – 307/2007, datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 22 de agosto de 2007, de lavra da Dra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, em atenção ao Ofício CEDP nº 346/2007;

2 – Expediente datado de 08 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 23 de agosto de 2007, de lavra do Sr. Pedro de Albuquerque Ferreira, em resposta ao Ofício CEDP nº 348/2007;

3 – Expediente datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 29 de agosto de 2007, de lavra da Sra. Zoraide Beltrão de Castro, Diretora-Presidenta da MAFRIAL, em atenção ao Ofício CEDP nº 343/2007.

Esclareço, na oportunidade, que todos esses documentos foram recebidos na Secretaria do Conselho após a entrega, pela Polícia Federal, do Laudo Pericial nº 2342/2007-INC, ocorrida em 21 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Leomar Quintanilha

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A Sua Excelência a Senhora
Senadora MARISA SERRANO
Senado Federal

Recebido:
Dia: 04/09/07
Jacqueline Moisés Macário
Subchefe de Gabinete
Matr.: 34591



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 492/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Encaminho a V. Exª cópias dos seguintes documentos, remetidos a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 2891/2007-GAB/INC, datado de 03 de agosto de 2007, do Instituto Nacional de Criminalística, que encaminhou a Informação nº 648/2007/SEPCONT/DPER/INC:

1 – OFÍCIO GSEF – 307/2007, datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 22 de agosto de 2007, de lavra da Dra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, em atenção ao Ofício CEDP nº 346/2007;

2 – Expediente datado de 08 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 23 de agosto de 2007, de lavra do Sr. Pedro de Albuquerque Ferreira, em resposta ao Ofício CEDP nº 348/2007;

3 – Expediente datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 29 de agosto de 2007, de lavra da Sra. Zoraide Beltrão de Castro, Diretora-Presidenta da MAFRIAL, em atenção ao Ofício CEDP nº 343/2007.

Esclareço, na oportunidade, que todos esses documentos foram recebidos na Secretaria do Conselho após a entrega, pela Polícia Federal, do Laudo Pericial nº 2342/2007-INC, ocorrida em 21 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Leomar Quintanilha

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A Sua Excelência o Senhor
Senador ALMEIDA LIMA
Senado Federal

Recebido
4/09/07
16:05



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP/2007/Fls. 5329

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 493/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Senador,

Encaminho a V. Ex^a cópias dos seguintes documentos, remetidos a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 2891/2007-GAB/INC, datado de 03 de agosto de 2007, do Instituto Nacional de Criminalística, que encaminhou a Informação nº 648/2007/SEPCONT/DPER/INC:

1 – Atas da 5ª e 6ª Reuniões da Comissão de Inquérito designada nos autos da Representação nº 01, de 2007;

2 – OFÍCIO GSEF – 307/2007, datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 22 de agosto de 2007, de lavra da Dra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, em atenção ao Ofício CEDP nº 346/2007;

3 – Expediente datado de 08 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 23 de agosto de 2007, de lavra do Sr. Pedro de Albuquerque Ferreira, em resposta ao Ofício CEDP nº 348/2007;

4 – Expediente datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 29 de agosto de 2007, de lavra da Sra. Zoraide Beltrão de Castro, Diretora-Presidenta da MAFRIAL, em atenção ao Ofício CEDP nº 343/2007.

Esclareço, na oportunidade, que os documentos a que se referem os itens 2, 3 e 4 foram recebidos na Secretaria do Conselho após a entrega, pela Polícia Federal, do Laudo Pericial nº 2342/2007-INC, ocorrida em 21 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Leomar Quintanilha
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 2032
DATA/HORÁRIO: 04/09/07
12:30h
Martha Lyra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 851/2007 Fls. 5380

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 494/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Advogado,

Encaminho a V. S^a cópias dos seguintes documentos, remetidos a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 2891/2007-GAB/INC, datado de 03 de agosto de 2007, do Instituto Nacional de Criminalística, que encaminhou a Informação nº 648/2007/SEPCONT/DPER/INC:

1 – Atas da 5^a e 6^a Reuniões da Comissão de Inquérito designada nos autos da Representação nº 01, de 2007;


2 – OFÍCIO GSEF – 307/2007, datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 22 de agosto de 2007, de lavra da Dra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, em atenção ao Ofício CEDP nº 346/2007;

3 – Expediente datado de 08 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 23 de agosto de 2007, de lavra do Sr. Pedro de Albuquerque Ferreira, em resposta ao Ofício CEDP nº 348/2007;

4 – Expediente datado de 16 de agosto de 2007 e recebido na Secretaria deste Conselho em 29 de agosto de 2007, de lavra da Sra. Zoraide Beltrão de Castro, Diretora-Presidenta da MAFRIAL, em atenção ao Ofício CEDP nº 343/2007.

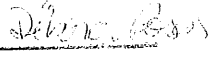
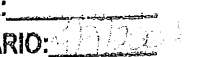
Esclareço, na oportunidade, que os documentos a que se referem os itens 2, 3 e 4 foram recebidos na Secretaria do Conselho após a entrega, pela Polícia Federal, do Laudo Pericial nº 2342/2007-INC, ocorrida em 21 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador Leomar Quintanilha

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A Sua Senhoria o Senhor
Advogado EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
Brasília - DF

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: _____
DATA/HORÁRIO: 

12/9/07



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº REP/1/2007 Fls. 5331

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 495/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Presidente,

Encaminho a V. S^a cópias das Atas da 5^a e 6^a Reuniões da Comissão de Inquérito designada nos autos da Representação nº 01, de 2007.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Leomar Quintanilha
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

RECEBIDO: Valdirene Redig.
MATRÍCULA: _____
DATA/HORÁRIO: 04/09/07
13:20 hs.

A Sua Senhoria a Senhora
HELOISA HELENA DE MORAES CARVALHO
Presidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL
Brasília - DF



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº CEDP / 2007 Fls. 5332

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

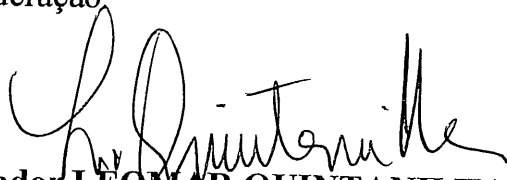
Ofício CEDP nº 496/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007


Senhor Senador,

Encaminho a V. Ex^a cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima, apresentados nos autos da Representação nº 01, de 2007, durante a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada no dia 30 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 2032
DATA/HORÁRIO: 04/09/07
12:30hs
Martha Lyra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 497 / 2007 Fls. 526

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 497/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhor Advogado,

Encaminho a V. S^a cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima, apresentados nos autos da Representação nº 01, de 2007, durante a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada no dia 30 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

RECEBIDO: Deborah Lima

MATRÍCULA: _____

DATA/HORÁRIO: 4/9/2007

12:53

A Sua Senhoria o Senhor

Advogado EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


Ofício CEDP nº 498/2007

Brasília, 03 de setembro de 2007

Senhora Presidente,

Encaminho a V. S^a cópia do Relatório da Comissão de Inquérito, da lavra dos Srs. Relatores, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano, bem como cópia do voto em separado da lavra do Sr. Relator Almeida Lima, apresentados nos autos da Representação nº 01, de 2007, durante a 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada no dia 30 de agosto último.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Senhoria a Senhora
HELOISA HELENA DE MORAES CARVALHO
Presidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
Brasília - DF

RECEBIDO: Valdiney
MATRÍCULA: _____
DATA/HORÁRIO: 04/09/07
13:20 HS
V. Santos



Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 161/2007 Fls. 5334-1

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE APOIO A CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, às nove horas e vinte minutos, na sala da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, presente também o Sr. Sérgio Barros de Castro, Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, por determinação da Secretária-Geral da Mesa do Senado, Dra. Claudia Lyra Nascimento, e visando atender à solicitação contida nos Ofícios CEDP nºs 500 e 501/2007, de lavra do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Leomar Quintanilha, dirigidos respectivamente ao Senador Renan Calheiros e ao Dr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão, procedi à abertura do envelope lacrado identificado como "Documentos a que se refere a certidão dos servidores da SCOP, datada de 02/08/2007" (fl. 2055 do processado), contendo 06 (seis) CD-R, da marca ANGTE, identificados com etiquetas numeradas em algarismos romanos de "I" a "VI", e de documentação declarada pelo Dr. Pedro Calmon Mendes como sendo a degravação dos respectivos CDs. Após, reproduzi cópia em mídia dos referidos CD-R e cópia reprográfica do laudo de degravação. Em seguida, procedi ao fechamento e lacre do referido envelope. E, por ser verdade, eu, Rodrigo Cagiano Barbosa, Rodrigo Cagiano Barbosa, Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, firmo a presente certidão em 02 (duas) vias. Em cinco de setembro de dois mil e sete.



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 500/2007

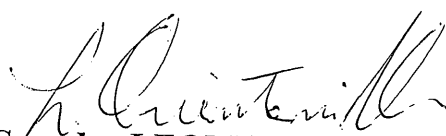
Brasília, 05 de setembro de 2007

Senhor Senador,


Encaminho a V. Ex^a nota taquigráfica dos pronunciamentos do Senador Eptácio Cafeteira na 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada no dia 30 de agosto último.

Encaminho, também, cópia dos Laudos de Exame e Degravação de CD, da lavra do Professor Aidano Faria, acompanhados de cópia de 5 CD-R, entregues pelo Advogado da Sr^a Mônica Veloso, Dr. Pedro Calmon Mendes.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Senado Federal


RECEBIDO:
MATRÍCULA: 34494
DATA/HORÁRIO: 05/09/2007
11:10h.



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício CEDP nº 501/2007

Brasília, 05 de setembro de 2007

Senhor Advogado,

Encaminho a V. S^a nota taquigráfica dos pronunciamentos do Senador Epitácio Cafeteira na 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada no dia 30 de agosto último.

Encaminho, também, cópia dos Laudos de Exame e Degravação de CD, da lavra do Professor Aidano Faria, acompanhados de cópia de 5 CD-R entregues pelo Advogado da Sr^a Mônica Veloso, Dr. Pedro Calmon Mendes.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
Advogado EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
Brasília - DF

*Recebido
em 05/09/2007
às 10h10min
Eduardo*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE APOIO A CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Representação nº 1, de 2007

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e sete, eu, Cristiane Yuriko Miki, Chefe de Serviço da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, faço o encerramento do Volume XVI do processado da Representação nº 1, de 2007, à fl. 5336.

Assinatura manuscrita de Cristiane Yuriko Miki, sobre uma linha horizontal.

Cristiane Yuriko Miki
Chefe de Serviço da SCOP